

Educação,
Ecosocioeconomia
e Turismo de Base
Comunitária





UNEB

UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

Reitor: José Bites de Carvalho; Vice-Reitora: Carla Liane Nascimento dos Santos

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I

Diretor: Valdério Santos Silva

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – PPGEduC

Coordenador: Natanael Reis Bomfim

Editor Geral: Augusto César Rios Leiro (UNEB)

Editora Científica: Livia Alessandra Fialho da Costa (UNEB)

Editores Associados: Dalila Andrade Oliveira (UFMG); Elizeu Clementino de Souza (UNEB); Jorge do Ó (Universidade de Lisboa); Liége Maria Sitja Fornari (UNEB).

CONSELHO EDITORIAL

Conselheiros nacionais

Antônio Amorim

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Ana Chrystina Venâncio Mignot

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ

Betânia Leite Ramalho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN

Cipriano Carlos Luckesi

Universidade Federal da Bahia-UFBA

Edivaldo Machado Boaventura

Universidade Federal da Bahia-UFBA

Edla Eggert

Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS

Jaci Maria Ferraz de Menezes

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

João Wanderley Geraldi

Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

José Carlos Sebe Bom Meihy

Universidade de São Paulo-USP

Maria Elly Hertz Genro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Maria Teresa Santos Cunha

Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC

Nádia Hage Fialho

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Paula Perin Vicentini

Universidade de São Paulo-USP

Robert Evan Verhine

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Tânia Regina Dantas

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Walter Esteves Garcia

Associação Brasileira de Tecnologia Educacional / Instituto Paulo Freire

Conselheiros internacionais

Antônio Gomes Ferreira

Universidade de Coimbra, Portugal

António Nóvoa

Universidade de Lisboa- Portugal

Cristine Delory-Momberger

Universidade de Paris 13 – França

Daniel Suarez

Universidade Buenos Aires- UBA- Argentina

Ellen Bigler

Rhode Island College, USA

Edmundo Anibal Heredia

Universidade Nacional de Córdoba- Argentina

Francisco Antonio Loiola

Université Laval, Québec, Canada

Giuseppe Milan

Università di Padova – Itália

Julio César Díaz Argueta

Universidad de San Carlos de Guatemala

Mercedes Villanova

Universidade de Barcelona, Espanha

Paolo Orefice

Università di Firenze - Itália

Coordenadores do n. 52: Francisca de Paula Santos da Silva – UNEB e Carlos Alberto Cioce Sampaio – FURB

Revisão: Luiz Fernando Sarno; **Tradução/revisão Inglês:** Lorena Paccini Lustosa.

Capa e Editoração: Linivaldo Cardoso Greenhalgh (“A Luz”, de Carybé – Escola Parque, Salvador/BA).

Editora Assistente: Maura Icléa Castro.

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Educação – Campus I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

REVISTA DA FAEEBA

Educação e Contemporaneidade

Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 27, n. 52, p. 1-162, maio/ago. 2018

ISSN 2358-0194 (eletrônico) | ISSN 0104-7043 (impresso)

Revista da FAEBA – EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Revista do Departamento de Educação – Campus I

(Ex-Faculdade de Educação do Estado da Bahia – FAEBA)

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

Esta revista oferece acesso livre ao seu conteúdo. Publicação quadrimestral temática que analisa e discute assuntos de interesse educacional, científico e cultural. Os pontos de vista apresentados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

ADMINISTRAÇÃO: A correspondência relativa a informações, pedidos de permuta, assinaturas, etc. deve ser dirigida à:

Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Departamento de Educação I - DEDC

Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula

41150-000 SALVADOR – BAHIA - BRASIL

E-mail: refaceba.dedc1@listas.uneb.br

Normas para publicação: vide últimas páginas.

Submissão de artigos: <http://revistas.uneb.br/index.php/faceba/about/submissions#onlinesubmissions>

E-mail: fialho2021@gmail.com Site da Revista da FAEBA: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba>

Indexadores e Base de Dados:

- BAMP – Biblioteca Ana Maria Popovic – Fundação Carlos Chagas, Brasil. www.fcc.org.br

- Educ@ – Publicações online de Educação – Fundação Carlos Chagas, Brasil. www.fcc.org.br

- BBE – Bibliografia Brasileira de Educação (Brasil, Cibec/Inep/MEC). <http://pergamum.inep.gov.br/pergamum/biblioteca/index.php>

- EDUBASE –Biblioteca Joel Martins –FAE/ Faculdade de Educação - UNICAMP. <http://edubase.modalbox.com.br/portal/>

- Sumários de Periódicos em Educação e Boletim Bibliográfico do Serviço de Biblioteca e Documentação - Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação/Serviço de Biblioteca e Documentação.

www.fe.usp.br/biblioteca/publicações/sumario/index.html

- CLASE - Base de Dados Bibliográficos en Ciencias Sociales y Humanidades da Hemeroteca Latinoamericana - Universidade Nacional Autónoma do México: Site: <http://www.dgbiblio.unam.mx>

- DOAJ - Directory of Open Access Journals. <https://doaj.org/>

- INIST - Institut de l'Information Scientifique et Technique / CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique de Nancy/France. Site: <http://www.inist.fr>

- IRESIE - Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa (Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación - México). Site: www.iisue.unam.mx

- LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal). Site: www.latindex.org

- Portal de Periódicos CAPES. Site: www.periodicos.capes.gov.br

- EZB-Elektronische Zeitschriftenbibliothek/ Electronic Journals Library (Universität Regensburg - Alemanha). Site: www.rzblx1.uni-regensburg.de

- SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Periódicos. <http://seer.ibict.br>

- ULRICH'S - Internacional Periodicals Directory. www.ulrichsweb.com

- Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (oasisbr). www.ibict.br

- Diretório Luso-Brasileiro. Repositórios e Revistas de Acesso aberto. www.ibict.br

Pede-se permuta / We ask for exchange.

Este número teve o apoio da Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB) para impressão.

Revista da FAEBA: educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun., 1992) - Salvador: UNEB, 1992-

Periodicidade quadrimestral.

Semestral até o volume 24, n. 44 (jul./dez., 2015)

ISSN 0104-7043 (impresso)

ISSN 2358-0194 (eletrônico)

1. Educação. I. Universidade do Estado da Bahia. II. Título.

CDD: 370.5

CDU: 37(05)



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula - 41150-000 - Salvador - Bahia - Brasil - Fone: +55 71 3117-2200

SUMÁRIO

- 08 Editorial
- 09 Temas e prazos dos próximos números da Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade

EDUCAÇÃO, ECOSSOCIOECONOMIA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

- 11 Apresentação
- 13 Ecosocioeconomias: um conceito em construção
Carlos Alberto Cioce Sampaio; Christian Henríquez Zuñiga; Felix Fuders
- 26 Aprendizagem expansiva e ecosocioeconomias na prática artesanal da Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba-PR
Fabiola Bevervanço Zdepski; Isabel Jurema Grimm; Mario Procopiuck
- 44 Museu virtual quilombo cabula: educação dialógica para o turismo de base comunitária
Luciana Conceição de Almeida Martins; Francisca de Paula Santos da Silva; Alfredo Eurico Rodrigues Matta
- 60 Círculo de estudos, Observatório de educação e turismo de de base comunitária: contribuições de metodologias participativas para o desenvolvimento local
Giovanna Del Gobbo, Eduardo Nunes; Anaie Leite
- 72 Educação para o ecodesenvolvimento no ensino básico sob a perspectiva da ecosocioeconomia
Diego dos Santos; Cristiane Mansur de Moraes Souza
- 89 Turismo comunitário na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí, Ceará
Luzia Neide Coriolano; Maria Fernanda S. Pereira
- 101 Impactos socioambientais do turismo na Ilha Grande–RJ
Gercton Bernardo Coitinho; Maria Geralda de Miranda; Reis Friede

ARTIGOS

- 123 Infância no contexto prisional: reflexões sobre processos educativos e dignidade humana
Marilúcia Antônia de Resende Peroza
- 139 Políticas públicas e estudos sobre o espaço físico para a educação infantil
Liana Gonçalves Pontes Sodré; Djanira Ribeiro Santana
- 155 Normas para publicação

CONTENTS

- 08 Editorial
- 09 Themes and Submission Terms for the Upcoming Issues of Journal of FAEEBA – Education and Contemporaneity

EDUCATION, ECOSOCIOECONOMICS AND COMMUNITY BASED TOURISM

- 11 Presentation
- 13 Ecosocioeconomics: a concept in progress
Carlos Alberto Cioce Sampaio; Christian Henriques Zuñiga; Felix Fuders
- 26 Expansive learning and ecosocioeconomics in the handcrafted practice of the Arts and Crafts Fair of Largo da Ordem in Curitiba-PR
Fabiola Bevervanço Zdepski; Isabel Jurema Grimm; Mario Procopiuck
- 44 Virtual Museum Quilombo Cabula: dialogic education for community-based tourism
Luciana Conceição de Almeida Martins; Francisca de Paula Santos da Silva; Alfredo Eurico Rodrigues Matta
- 60 Circle of studies, observatory of community-based education and tourism: contributions of participatory methodologies for local development
Giovanna Del Gobbo, Eduardo Nunes; Anaie Leite
- 72 Education for eco-development on primary school education by the perspective of ecosocioeconomy
Diego dos Santos; Cristiane Mansur de Moraes Souza
- 89 Community tourism in the search for human scale development in Icapuí / Ceará
Luzia Neide Coriolano; Maria Fernanda S. Pereira
- 101 Socio-environmental impacts of tourism in Ilha Grande-RJ
Gercton Bernardo Coitinho; Maria Geralda de Miranda; Reis Friede

ARTICLES

- 123 Childhood in the prison context: reflections on educational processes and human dignity
Marilúcia Antônia de Resende Peroza
- 139 Public policies and studies about physical space in child education
Liana Gonçalves Pontes Sodré; Djanira Ribeiro Santana
- 155 Instructions for publication

SUMARIO

- 08 Editorial
- 09 Temas y términos de futuras ediciones

EDUCACIÓN, ECOSOCIOECONOMÍA Y TURISMO DE BASE COMUNITARIA

- 11 Presentación
- 13 Ecosocioeconomías: un concepto en construcción
Carlos Alberto Cioce Sampaio; Christian Henríquez Zuñiga; Felix Fuders
- 26 Aprendizaje expansivo y ecosocioeconomías en la práctica artesanal de la Feria de Arte y Artesanía del Largo da Ordem en Curitiba-PR
Fabiola Bevervanço Zdepski; Isabel Jurema Grimm; Mario Procopiuck
- 44 Museo Virtual Quilombo Cabula: educación dialogica para el turismo de base comunitaria
Luciana Conceição de Almeida Martins; Francisca de Paula Santos da Silva; Alfredo Eurico Rodrigues Matta
- 60 Círculo de estudios, Observatorio de educación y turismo de base comunitaria: contribuciones de metodologías participativas para el desarrollo local
Giovanna Del Gobbo; Eduardo Nunes; Anaie Leite
- 72 Educación para el ecodesarrollo en la enseñanza básica bajo la perspectiva de ecosocioeconomía
Diego dos Santos; Cristiane Mansur de Moraes Souza
- 89 Turismo comunitario en la búsqueda del desarrollo a escala humana en Icapuí, Ceará
Luzia Neide Coriolano; Maria Fernanda S. Pereira
- 101 Impactos socioambientales del turismo en Ilha Grande-RJ
Gercton Bernardo Coitinho; Maria Geralda de Miranda; Reis Friede

ARTÍCULOS

- 123 Infancia en el contexto prisionero: reflexiones sobre procesos educativos y dignidad humana
Marilúcia Antônia de Resende Peroza
- 139 Políticas públicas y estudios de espacio físico para las instituciones de educación infantil
Liana Gonçalves Pontes Sodré; Djanira Ribeiro Santana

EDITORIAL

Professor Doutor Edivaldo Machado Boaventura



Foto: Alfredo Matta

A Educação da Bahia fica sem Edivaldo Machado Boaventura neste mês de agosto de 2018. A Universidade do Estado da Bahia perde seu mestre, fundador, grande colaborador, e incentivador da Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade. Bacharel em Direito (1959) e em Ciências Sociais (1969); Livre Docente (1964) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Ph.D. em Educação (1981) pela The Pennsylvania State University, Estados Unidos. Contudo a contribuição de Edivaldo Boaventura vai além dos méritos da atuação na Faculdade de Direito, na Escola de Serviço Social da Bahia, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, como juiz federal do trabalho, como diretor geral do Jornal A Tarde. Sua opção pela Educação, como objeto e campo de trabalho, foi decisiva para as mudanças e reformas universitárias, amparadas na sua experiência como Secretário de Educação e Cultura da Bahia nos períodos 1970-1971 e 1983-1987. Em 1971 torna-se membro da Academia de Letras da Bahia. Era membro da Academia Baiana de Educação, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, do Instituto Geográfico Histórico da Bahia e também da Academia Portuguesa da História, dentre outras filiações importantes.

Professor Edivaldo teve uma vida dedicada à Educação da Bahia, tornando-se pesquisador e especialista no tema do sistema e planejamento da educação. É necessário que se diga, dentre muitas outras coisas, que Edivaldo era especialista e incentivador das chamadas pedagogias ativas – aquelas nas quais os aprendizes tomam o protagonismo e os mestres passam a ter uma ação de apoio e suporte, e de diálogo reflexivo, predominantemente. Foi neste caminho que, desde 2005, após a defesa doutoral de Francisca de Paula Santos da Silva, uma das organizadoras deste dossiê, sob orientação de Edivaldo, emergiu o projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula (TBC Cabula), raiz da proposta do dossiê, que inclusive foi projeto elaborado com

dedicação ao mestre Edivaldo Boaventura, até na escolha do lócus Cabula, região da cidade que a atuação de Edivaldo premiava, tendo em vista a criação da UNEB nesta localidade. A interpretação de que um conjunto de abordagens de pedagogia popular, informal, mas ativa, pudesse permear a formação comunitária na direção da construção de uma atividade de um turismo alternativo estava totalmente inspirada e, de fato, contava com a coautoria de nosso mestre Edivaldo. Quis o destino que pudéssemos homenageá-lo com esta publicação, tão devidamente pertinente à sua atuação plurireferencial no campo da Educação.

Dedicamos, assim, este número, por todos esses motivos, ao grande mestre da UNEB, inspirador de sua Faculdade de Educação, Campus I, Professor Doutor Edivaldo Machado Boaventura. Que suas boas influências estejam sempre conosco, reverberando em nossas ações na busca do bem coletivo. E especialmente das comunidades populares.

Agosto de 2018

Lívia Fialho Costa
Alfredo Matta

Educação,
Ecosocioeconomia
e Turismo de Base
Comunitária



APRESENTAÇÃO

Educação, Ecosocioeconomia e Turismo de Base Comunitária

Estamos lançando o dossiê nº 52 da Revista da FAEEBA – Educação, Ecosocioeconomia e Turismo de Base Comunitária –, que apresenta aos seus leitores, com a assinatura de pesquisadores nacionais e internacionais, temas instigantes que desafiam a educação do século XXI, relacionados à necessidade premente de construirmos uma sociedade sustentável e mais justa na contemporaneidade, haja visto as mazelas do padrão capitalista.

Ecosocioeconomias, tema privilegiado neste dossiê, tratam-se de dinâmicas societárias contemporâneas que enfrentam problemas sistêmicos que são recorrentes às pessoas que vivem em comunidades, organizações, unidades de conservação, microrregiões e demais espaços territoriais. Esses criam de maneira inovadora arranjos socioprodutivos entre atores interessados em enfrentar tais desafios, valendo-se de conhecimentos produzidos e compreendidos a partir do senso de lugar, e que também reverberam em demais espaços diante do que se vive em um mesmo planeta.

A Revista se inicia com o artigo *Ecosocioeconomías: um concepto em contrucción*, de Carlos Alberto Cioce Sampaio, Christian Henriquez Zuñiga e Felix Fuders, dois autores chilenos e um brasileiro que estão na ponta desta questão, até porque pertencem ao restrito grupo daqueles que estão desenvolvendo o conceito inovador, que propõe trabalhar em três dimensões: economia, sociologia e ecologia, para que se obtenham soluções sociais sustentáveis para problemas comuns às pessoas.

A abordagem parece somar-se ao artigo seguinte, *Aprendizagem Expansiva e Ecosocioeconomias na Prática Artesanal da Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem, em Curitiba-PR*, no qual Fabiola Zdepski, Isabel Grimm e Mario Procopiuck estudam a formação em ecosocioeconomia, potencializada pelo que conceituam como a aprendizagem expansiva, que acontece quando a formação de artesãos, participantes de feiras e outros agentes populares incorporam em suas práticas mestre/aprendiz as questões próprias da ecosociocidadania.

Outro tema, o Turismo de Base Comunitária (TBC), que privilegia a autonomia e emancipação das comunidades, aparece na Revista como um caso particular, e ampliado pelo foco que temos na Bahia com esta forma de prática ecosocioeconômica. O TBC é caracterizado por um *modus operandi* comunitário, baseado em princípios da economia solidária, comércio justo e autogestão, e organização em redes que privilegiam ações coletivas colaborativas. Nestas práticas têm-se a cultura como alicerce do processo de construção de conhecimento, organização e gestão do turismo de base comunitária.

Luciana Martins, Francisca de Paula e Alfredo Matta apresentam sua construção de História Pública, permeada de solução prática desenvolvida cientificamente com metodologia DBR, ao escreverem *Museu Virtual Quilombo Cabula: educação dialógica para o turismo de base comunitária*, artefato educacional produzido do diálogo de pesquisadores com a comunidade, construção mediada pelos princípios ecosocioeconômicos, e de pluralidade cultural, próprios do projeto TBC na região do Cabula, miolo de Salvador, Bahia, Brasil.

Na mesma direção, Giovanna Del Gobbo, Eduardo Nunes e Anaie Moraes desenvolvem o estudo *Círculo de Estudos, Observatório de Educação e Turismo de Base*

Comunitária: contribuições de metodologias participativas para o desenvolvimento local, no qual o diálogo com a sustentabilidade, a ação pública e dos cidadãos é estudado na forma como acontece no TBC Cabula.

O dossiê segue apresentando estudos que se relacionam ao TBC e à Ecosocioeconomia em outras partes do Brasil, revelando a potencialidade da abordagem. É assim em *Educação para o Ecodesenvolvimento no Ensino Básico sob a Perspectiva da Ecosocioeconomia*, de Diego dos Santos e Cristiane Souza, no qual a pesquisa-ação é utilizada para resultar em inovadora abordagem pedagógica focada na sustentabilidade em Blumenau-SC.

Gereton Coutinho, Maria Geralda de Miranda e Reis Friede, por sua vez, mostram os impactos socioambientais do turismo da Ilha Grande, Rio de Janeiro, apresentando os problemas causados pelo turismo convencional na Ilha, praticado desde a década de 1980, e a perspectiva de mudança, caso se construa um turismo protagonizado pelos ilhéus, bem como defende o Turismo de Base Comunitária. O artigo em questão é *Impactos Socioambientais do Turismo na Ilha Grande-RJ*.

O Ceará vem desenvolvendo experiência de Turismo Comunitário há bastante tempo, e é de onde provém o estudo de Luzia Neide Coriolano e Maria Fernanda Pereira, no texto *Turismo Comunitário na Busca do Desenvolvimento à Escala Humana em Icapuí, Ceará*.

Fora os trabalhos selecionados para o dossiê, a Revista da FAEEBA mantém uma seção dedicada a estudos. Dois artigos foram selecionados para esta edição.

Em *Infância no Contexto Prisional: reflexões sobre processos educativos e dignidade humana*, de Marilúcia Peroza, trabalha-se sobre a humanitária questão da educação de crianças, filhas de mães que vivem em situação de cárcere. E ainda, *Políticas Públicas e Estudos sobre o Espaço Físico para a Educação Infantil*, de Liana Sodré e Djanira Santana, que estuda a questão do espaço físico e sua importância para a educação infantil.

Ao finalizarmos essa apresentação, identificando a pluralidade das reflexões que foram trazidas pelos distintos pesquisadores sobre os temas abordados, acreditamos que foram deixadas muitas inquietações, algumas certezas e, seguramente, dúvidas, que os leitores, poderão aprofundar na interlocução com cada um dos autores deste número da Revista da FAEEBA.

Queremos igualmente agradecer a todos aqueles que contribuíram para tornar realidade essa edição, *Educação, Ecosocioeconomia e Turismo de Base Comunitária*, aos autores que tiveram seus artigos publicados ou não, aos pareceristas e a toda a equipe editorial da Revista.

Carlos Alberto Cioce Sampaio
Francisca de Paula Santos da Silva

ECOSOCIOECONOMÍAS: UN CONCEPTO EN CONSTRUCCIÓN

*Carlos Alberto Cioce Sampaio**

*Christian Henríquez Zuñiga***

*Felix Fuders****

RESUMEN

Reforzar y profundizar los estudios en ecosocioeconomías es el objetivo principal del texto. Para ello se retoman trabajos y postulados propuestos por Sampaio (2010) y se refuerzan argumentos primero desde la dimensión ecológica y su relación con la socioeconomía, en un segundo momento se argumenta desde la economía y su relación con la socioecología y en un tercer momento se relaciona la dimensión social con las interacciones con la economía y el ambiente. El estudio se basa en investigaciones bibliográficas, análisis en base a experiencias brasileñas y extranjeras que vienen siendo investigadas por un equipo interdisciplinar. Se propone que la ecosocioeconomía está mucho más cerca del buen vivir. Lo que se puede extraer del esfuerzo realizado en este texto es que las Ecosocioeconomías ocurren en parte por el escenario ecosocioeconómico contemporáneo desolador que enfrentamos como humanidad.

Palabras clave: Ecosocioeconomía. Buen vivir. Racionalidad ambiental. Socioecología.

RESUMO

ECOSOCIOECONOMIAS: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Reforçar e aprofundar os estudos em ecossocioeconomias é o objetivo principal do texto. Para isso se retomam trabalhos e postulados propostos por Sampaio (2010) e reforçam argumentos a partir da dimensão ecológica e sua relação com a socioeconomia, da dimensão econômica e sua relação com a socioecologia e da dimensão social com as interações com a economia e o ambiente. O estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica, análise de experiências brasileiras e estrangeiras que vem sendo investigadas por uma equipe interdisciplinar. Propõe-se que a ecossocioeconomia é um processo que resulta no bem viver. O que se pode extrair do esforço realizado neste texto é que as Ecossocioeconomias emergem em parte pelo cenário contemporâneo desolador que enfrentamos enquanto humanidade.

Palavras-chave: Ecossocioeconomia. Bem viver. Racionalidade ambiental. Socioecologia.

* Profesor de los Programas de Post-Grado en Desarrollo Regional de la Universidade Regional de Blumenau (FURB), en Gestión Ambiental de la Universidade Positivo (UP) y en Medio Ambiente e Desarrollo de la Universidade Federal do Paraná (UFPR). Investigador CNPq. E-mail: Carlos.cioce@gmail.com

** Profesor Instituto de Economía Austral de Chile (UACH). Coordinador Righth Livelihood College Campus Austral (RLC-UACH). Investigador Centro de Estudios Ambientales (CEAM-UACH). Investigador Núcleo TESES (UACH). E-mail: Chenriquez@uach.cl

*** Profesor y Director del Instituto de Economía Austral de Chile (UACH). Director del Programa Spring (UACH). Investigador Núcleo TESES (UACH). E-mail: Felix.fuders@uach.cl

ABSTRACT

ECOSOCIOECONOMICS: A CONCEPT IN PROGRESS

The goal of this article is to strengthen and deep studies about eco-socioeconomics. In order to review the work and postulates proposed by Sampaio (2010) and reinforce arguments based on the ecological dimension and its relation with socioeconomics, the economic dimension and its relation with socioecology and the social dimension with the interactions with the economy and the environment. The study is based on bibliographic research, analysis of Brazilian and foreign experiences that have been investigated by an interdisciplinary team. It is proposed that eco-socioeconomics is a process that results in good living. What can be learned from the effort made in this text is that Eco-socioeconomics emerge in part from the distressful contemporary scenario that we face as humanity.

Keywords: Ecosocioeconomics. Good living. Environmental rationality. Socioecology.

Presentación¹

Las dinámicas socio-etarias pueden ser originadas por medio de organizaciones públicas, privadas o del tercer sector. Cuando éstas se estructuran en acuerdos sociopolíticos y/o socio-productivos con fines socio-ambientales, esto es, son coordinadas por medio de gobernanza y poseen sentido de pertenencia² (inter-organizacional), se utilizan conocimientos locales y tecnologías apropiadas (extra-racional) e impactan en el territorio de manera sustentable (extra-organizacional), reúnen así elementos para que se caractericen como ecosocioeconomías (SAMPAIO, 2010).

Como se puede inferir, sus resultados no quedan restringidos apenas a organizaciones que componen acuerdos. Éstas presentan requisitos que pueden ser comprendidos como contenedores de aprendizajes para dar respuestas a problemas complejos y sistémicos, como adaptación sustentable y mitigación frente a cambios climáticos (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2014) y los objetivos de desarrollo sustentable (UNITED NATIONS, 2015). A continuación, se pueden sintetizar en el cuadro que se presenta más abajo y que retrata el escenario ecosocioeconómico contemporáneo (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, 2016).

Cuadro 1 – Escenario Ecosocioeconómico Actual

Indicadores	Países con Índice de Desarrollo Humano			
	Muy Alto	Alto	Medio	Bajo
Demografía	16% de la población	35	32	16
Esperanza de vida al nacer	80,5 años	75	69	61
Promedio de años de escolaridad	12 años	8	6	4,5
Renta nacional bruta per cápita ano	US\$ 41.584	13.961	6.353	3.085
Emisiones de CO ₂ per cápita	57%	31	10	2

Fuente: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2016).

1 Artículo basado en el capítulo en portugués: Ecosocioeconomías: um conceito em construção (SAMPAIO et al, 2018).

2 Pertenencia o el sentimiento de pertenencia es la creencia subjetiva de mirada intersubjetiva, es decir, que asocia los individuos a determinado territorio (PUTNAM, 1996).

El Cuadro 1 nos muestra que el 16% de la población del planeta concentra el 67% de la renta bruta, y que el 48% de la población concentra 15% de la renta bruta. Si aún no bastase tal disparidad,

los mismos 16% que representan los países con muy alto IDH, concentran el 57% de las emisiones de dióxido de carbono del planeta. Mientras que el 48% de la población que representan los países con medio y bajo IDH corresponden a las emisiones del 12% de CO₂. Basándose en la tendencia del escenario evidenciado, el caso de la India, que actualmente representa el 18% de la población mundial, si llega a escalar una posición, saliendo de la clasificación entre países de medio IDH, proporcionaría un aumento significativo en la emisión de dióxido de carbono. Por último, para ejemplificar los efectos de la desigualdad social, los países con mayor y menor expectativa de vida son Hong Kong con 84 años y Suazilandia con 49 años, los cuales poseen renta PIB e IDH inversamente proporcional (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, 2016).

Frente a este escenario, las ecosocioeconomías surgen en este cuadro desolador. Ecosocioeconomías pueden ser entendidas también como alternativas, aún que esta segunda esté más correlacionada a movimientos de resistencia al sistema capitalista, según la concepción de Boaventura de Souza Santos (2005). No implica decir que las ecosocioeconomías no se constituyan también como contra-movimiento. Ellas poseen, además, una visión paradigmática, con racionalidad³ propia, en el sentido de superar un conjunto de valores limitantes, muchas veces hegemónicos, sin embargo, son más pragmáticos, como Ignacy Sachs (2007) ya se refería a la necesidad de construir una enciclopedia de lo cotidiano, de manera a establecer una transitoriedad entre el paradigma en crisis y un nuevo paradigma, conforme lo trataremos más adelante.

Por otro lado, cuanto mayor es la capacidad de realización y de retroalimentación de esas ecosocioeconomías, mayor son las posibilidades para que superen el status de meramente construirse como iniciativas loables, de las denominadas buenas prácticas. Éstas a su vez están sujetas a ser frecuentemente discontinuadas ya que son criadas por medio de voluntariado espontáneo, no sistémico, los cuales fragmentan la problemática que se desea resolver, resultando en reduccionismo contextual.

Las ecosocioeconomías, en síntesis, surgen a partir de prácticas originadas de la insatisfacción del paradigma vigente. Aunque contengan componente innovador, cuestionando las teorías pre-existentes, pueden reunir requisitos del paradigma en crisis, para que se realice la transitoriedad entre un antiguo y un nuevo contexto. Puede que suena como una contradicción, sin embargo, esta tesis se corrobora con la de Thomas Kuhn, (1970) y, posteriormente, con la que postulado por Enrique Leff (2001), cuando este sugiere que el tránsito para una racionalidad ambiental pasa por la racionalidad económica. En este sentido, se toma la precaución de no referenciar las ecosocioeconomías como que puedan ser respuestas a los problemas contemporáneos, o más aún, como que estas fuesen consideradas una forma hegemónica de alternativa de vida.

De la misma manera que la economía de mercado posee sus límites como alternativa de modos de organización de vida, por lo que no atiende todas las visiones del mundo, y no siempre logra satisfacer las necesidades fundamentales humanas (Max-Neef et al. 1991 para toda persona), las experiencias en ecosocioeconomías en curso no indican resultados diferentes. En este sentido, se defiende la tesis de que las formas híbridas y socio-diversas pueden convivir juntas, aún cuando el diálogo no siempre parezca fácil, que es propio de la naturaleza de la alteridad, se cree que pueda ser construido a partir de actores sociales, que por medio de diálogos que reconozcan los argumentos de antítesis, típico del método dialéctico, como legítimas para alcanzar la tesis del Bien Vivir.

Aunque se reconozca el debate clásico latinoamericano sobre el Buen Vivir que se construye desde la decolonialidad, próximo al tema de las alternativas, Buen Vivir se refiere a partir de las ecosocioeconomías, la cual se relativiza en relación dialéctica entre la subjetividad, bien común, y entre hombre – naturaleza y tecnología. El Buen Vivir, así, más que una condición material, socio educacional, psicosocial y de salud⁴, es un estado particular de felicidad, donde vibran patrones culturales distintos, medida por la multiculturalidad humana, tal como

3 Racionalidad es la cualidad de pensamiento y del comportamiento que resulta de la adaptación de la razón a un contexto personal y social (DAMASIO, 2000, traducción nuestra).

4 La Organización Mundial de la Salud (OMS) define salud como un estado de completo bien estar físico, mental y social y no solamente ausencia de enfermedades (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018).

sugiere Max Neef (1991) en la tesis del desarrollo a escala humana.⁵ No se niega completamente la lógica económica, en la cual el sujeto calcula las consecuencias individuales, pero se propone territorialmente el bien común, y que no sea hegemónico o incluso determinante en los procesos de producción y reproducción humana, lo cual resulta en un sujeto vacío (SAMPAIO et al, 2017).

Cabe destacar que el concepto de Buen Vivir puede ser constituido por más dimensiones que la clásica triada social, económica y ecológica. Se admite que estas puedan ser designadas como lo suficientemente exhaustivos para nuclear con otras perspectivas adyacentes como son los aspectos políticos, institucionales, espaciales, administrativos, históricos, entre otros, he incluso, aspectos muchas veces considerados no científicos, como la espiritualidad y afecto, estos se encuentran respectivamente en la relación intra-dimensional de lo social y/o inter dimensional del socio ecológico, por donde atraviesa la subjetividad e inter subjetividad humana⁶ (ALCANTARA; SAMPAIO, 2018).

En esta perspectiva el artículo tiene como objetivo presentar una tercera síntesis⁷ de esfuerzos de búsqueda teórico-empírico para la comprensión del concepto de ecosocioeconomías, sistematizadas por las dimensiones más recurrentes de sustentabilidad, sin embargo cada una de ellas bien complementadas por sus pares, que hace referencia a la relación entre visiones / teorías difundidas en la literatura concomitantemente a los análisis de experiencias paradigmáticas que poseen aproximación con el tema.

5 Desarrollo a escala humana se basa en la satisfacción de necesidades de las personas, o sea, la escala humana. Aún cuando las necesidades sean las mismas, pues todas las personas pertenecen a una misma especie, *homo sapiens sapiens*, la manera por la cual las necesidades humanas son satisfechas estas sí divergen geográficamente, culturalmente y, frente a la dinámica hegemónica de la sociedad del consumo, económicamente también (MAX-NEEF, 1991).

6 Cabe resaltar que Max-Neef (1991), en la tesis denominada desarrollo a escala humana, en la cual se relaciona las categorías axiológicas de subsistencia, protección, afecto, entendimiento, participación, ocio, creación, identidad y libertad, propone una última categoría, aunque no está bien descrita como se hizo con las demás, la transcendencia.

7 La primera síntesis fue relatada en el libro *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações* (SAMPAIO, 2010). La segunda fue realizada en el artículo *Ecossocioeconomia: análise de experiências ao Oeste dos Estados Unidos da América* (SAMPAIO et al, [20--]). Está previsto una serie de otros trabajos que avanzan en la construcción de la sistematización de la teoría-empírica sobre ecossocioeconomías.

El estudio se basa en investigaciones bibliográficas, análisis en base a experiencias brasileñas y extranjeras que vienen siendo investigadas por los: (i) Núcleo de Políticas Públicas (NPP)/ Programa de Postgrado (PPG) en Desarrollo Regional (DR)/FURB, creado en 2003. Cuenta con una asociación de los PPG en Medio Ambiente y Desarrollo (MADE)/UFOR; PPG en Gestión Ambiental (GAmb)/ Universidad Positivo (UP); PPG en Gestión Urbana (GTU)/PUCPR e PPG en Desarrollo a Escala Humana y Economía Ecológica (MEDEH)/Instituto de Economía/Universidad Austral de Chile (UACh); (ii) Núcleo de Estudios en Ecosocioeconomía (NEcos)/PPGMADE/UFPR e PPGDEHEE/UACh. Estas experiencias vienen siendo analizadas por medio de investigaciones exploratorias (monografías de graduación – tesis de pre y post grado– e informes de programas de iniciación científica – PIBIC) y estudios de casos comparativos (tesis de máster y tesis de doctorados), todas orientadas o co-orientadas por el autor principal del texto. Además de proyectos de post-doctorado supervisados por el mismo. Se han venido realizando estudios en el exterior, en la cual el autor principal ha realizado una serie de visitas presenciales a casos de vanguardia en América Latina y del Norte, África y Europa, contando con el financiamiento de varias agencias nacionales e internacionales.⁸

Dimensión Ecológica y las relaciones con la Socioeconomía

La ecología es una ciencia eminentemente interdisciplinaria que estudia la compleja dinámica de la biodiversidad. La dimensión socio económica se

8 Cabe resaltar que el tema de la ecossocioeconomía viene siendo investigado sistemáticamente por el autor principal y su equipo desde 2005, primeramente vinculado a Beca de Produtividade & Pesquisa (P&Q) de Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq) del Ministerio de Ciencia, Tecnología, Innovaciones y Comunicaciones (MCTI). Además de las cuatro renovaciones recomendadas por el CNPq, la investigación viene siendo apoyada por otros financiamientos, como la beca de pós-doctorado/CAPES (2005-2006), Profesor Visitante Fundación Carolina (2008-2009), Programa de Investigación Básica y Aplicada/Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de Paraná/Fundación Araucária (2014-2019), Edital Universal/CNPq (2014/15), Edital Ciencias Humanas/Sociais/CNPq (2014/15), *Visiting Professor/CAPES-FULBRIGHT* (2015) e Edital Socioeconômico/CAPES (2015-2019).

amplía para entender la socio-bio-diversidad. En este ambiente la visión antropocéntrica establece su espacio de dominio en relación a la naturaleza. Como consecuencia y desdoblamiento, se crean también desigualdades en cuanto al grado y volumen que el *homo oeconomicus* se apropia de la naturaleza (ZAOUAL, 2005), lo que acaba generando riqueza para algunos y pobreza para otros, y aún, originando el fundamento para instrumentalizar al propio ser humano, transformándolo en mero recurso humano.

En este sentido la ecología humana se caracteriza como un esfuerzo sistémico para restablecer el equilibrio entre la dinámica socioambiental, según lo sugerido por Pierre Dansereau (VIEIRA; RIBEIRO, 1999) o por Edgar Morin (2011), cuando se refiere al término *religare* la naturaleza y el hombre, de manera de respetar dos principios para mantener la resiliencia ecológica: no extraer de los ecosistemas más allá de su capacidad de regeneración y no lanzar en el más de su capacidad de absorción (FERNANDES; SAMPAIO, 2016). Lo que remite a la presentación del planeta Tierra como un organismo único, que en palabras de James Lovelock (2001) se denomina Gaia. O, entonces, que el planeta sea reconocido por la constitución de seres humanos y no humanos, lo que sugiere el siguiente supuesto: lo que sucede con un ser, sucesivamente se expande en su descendiente y en otros, y así repercute en el planeta (LYONS, 2008).

La manera, entonces, para preservar la biodiversidad del planeta es mantener su sociobiodiversidad, sobre todo la de los pueblos y comunidades tradicionales que son las más vulnerables en este proceso de apropiación / capitalización de la naturaleza, se crean Áreas de Protección⁹ para posibilitar la conservación de los modos de vida que son propios de esos territorios. De cierta manera los modos de vida más consonantes con la naturaleza se constituyen por sí mismos en prácticas pedagógicas para la sociedad¹⁰ que comparten estilos de vida

predominantemente urbanos, asociados al consumo desenfrenado de productos industrializados, como el uso intensivo del automóvil, lo que podría acentuar los cambios climáticos.

Las áreas protegidas son estratégicamente significativas, sobre todo cuando garantizan que esos modos de vida humano más sustentable se conserven (DIEGUES, 1996). Ejemplos de proyectos demostrativos son los de turismo de base comunitaria¹¹ en áreas protegidas, como el de la Posada Uacari,¹² localizada en la Reserva de Desarrollo Sustentable Mamirauá, la primera de esta modalidad de conservación creada en 1996, en la cual se realizan actividades de ocio en medio de la naturaleza y observación de la fauna salvaje junto a las comunidades de la ribera; en la Posada Aldeia Vintequilos,¹³ localizada en las proximidades de las tierras indígenas Sateré-Mawé, en la cual se aproxima el visitante a la cultura, leyendas y tradiciones indígenas de estos pueblos. Ambos proyectos se encuentran en la Amazonia Brasileña (RIBEIRO et al, 2018).

Estos modos de vida, de producción y de conocimiento además de estar en consecuencia con los principios de la resiliencia ecológica, poseen también resiliencia psicosocial, relacionada a la salud del ser humano, la cual se refiere a vivir un ritmo balanceado entre el cuerpo y la mente¹⁴ (SAMPALIO et al, 2017), lo que evidencia que la salud física impacta sobre las habilidades cognitivas, o sea, la salud mental, combatiendo el *stress* (RATEY; HAGERMAN, 2010). Equilibrio necesario para el Buen Vivir, como sugiere el movimiento *slow*

9 En Brasil, Áreas de Protección se denominan Unidades de Conservación. Esas poseen institucionalidad propia prevista por el Sistema Nacional de Unidades de Conservación - SNUC (BRASIL, 2011).

10 No fue por casualidad que se utilizó el término "sociedad" asociado a los modos de vida urbanos, al revés de "comunidad". Las diferencias se explican en el ítem Dimensión Social y las imbricaciones con la Economía Ambiental.

11 Turismo de base comunitaria es una estrategia de comunicación social para que comunidades tradicionales, con desventajas históricas, viabilicen sus respectivos modos de vida (SAMPALIO et al, 2015)

12 Hostel Uacari es un emprendimiento de ecoturismo comunitario, creado en 2001, a través del Programa de Turismo de Base Comunitaria (TBC) del Instituto de Desarrollo Sustentable Mamirauá (RIBEIRO et al, 2018).

13 Hostel Aldeia Vintequilos es un emprendimiento de TBC, creado 2008, situado en el Río Andirá, en las proximidades de las tierras indígenas Sateré-Mawé (RIBEIRO et al, 2018).

14 Tal como transcrito en el proverbio *Mens sana in corpore sano*. Mente comprendida como plano de las relaciones intra-subjetivas humanas, en la cual aparecen más dudas que certezas racionales, lo que muchas veces queda relegado al campo esotérico de la existencia, en el sentido peyorativo de contra ciencia (SAMPALIO et al, 2017). Crítica a la certeza racional ya tuvo el filósofo antiguo Immanuel Kant (1788).

cities, el ejemplo de la experiencia de Levanto¹⁵, ciudad mediterránea italiana, que a partir de una crisis económica se refundó a partir de sus modos de vida tradicional, que prima la desaceleración del ritmo de vida, diferente al sentido de lentitud y de estancamiento, pero desasociado de tiempo productivo económico, como que ésa fuese la única justificación para ser merecedor de felicidad (MAYER, KNOX, 2006; SAMPAIO et al, 2017).

Pueblos originarios y comunidades tradicionales¹⁶ pueden ser definidos sintéticamente según los siguientes criterios: geográficos, por si se situasen en un territorio¹⁷ aislado, como indígenas y cimarrones; cultural, por compartir usos, costumbres, tradiciones y hábitos en común, como extrativistas y faxinalenses, y por sus funciones socio económicas, variando por sus modos de producción, como pescadores artesanales y pequeños productores rurales (ALMEIDA; FARIAS JUNIOR, 2013; GEERTZ, 1973).

Aunque tales poblaciones¹⁸ puedan tener grados de des caracterización por la proximidad con los

modos de vida materialistas, incluso pudiendo ser denominadas como poblaciones híbridas, son aún identificadas como tradicionales por conservar patrones de subsistencia basado en la relación simbólica entre ser humano-naturaleza, estableciendo el significado de sagrado,¹⁹ lo que posibilita encontrar en su ámbito sensorial de territorialidad,²⁰ convivencia²¹ y percepción temporal estacional o cotidiana,²² que son características exóticas al modo de vida urbano-consumista (SAMPALIO et al, 2011).

Dimensión Económica y las relaciones con la Socio ecología

La economía padece de visión disciplinar/lineal, como cualquier otra ciencia o pseudo ciencia, sin embargo, con la agravante de concebir al ser humano como un *homo oeconomicus*²³ en el cual éste posee un comportamiento²⁴ determinado bajo la lógica de privatizar ganancias económicas de corto plazo y socializar prejuicios socio ambientales de mediano y largo plazo (SAMPALIO, 2010; ZAOUAL, 2005).

Por otro lado, no hay duda, según Karl Marx y Friedrich Engels (1999), que el primer acto histórico de la existencia humana, por la cual se distingue el hombre de las demás especies de animales, no es el hecho de pensar, sino el de producir sus propios medios de vida.

15 Ver trabajo de Mendonça y Macoppi (2014).

16 Se definen pueblos y comunidades tradicionales por “grupos culturalmente diferenciados y que se reconocen como tales, que poseen formas propias de organización social, que ocupan y usan territorios e recursos naturales como condición para su reproducción cultural, social, religiosa, ancestral y económica, utilizando conocimientos, innovaciones y prácticas generados y transmitidos por la tradición” (BRASIL, 2007, traducción nuestra).

17 Territorio es un espacio que aún que pueda ser considerado físico, se identifica más por la tela social que lo caracteriza, tanto sobre la dimensión socioeconómica, sociopolítico e socioecológica. En la literatura sobre el tema, territorio posee dos acepciones. La primera da geografía anglosajona que privilegia el entendimiento de territorio como fenómeno político e institucional, en la cual la figura del Estado soberano posee cierto protagonismo; y la segunda de la geografía francófica que asocia la comprensión de territorio como fenómeno social, teniendo un enraizamiento cultural, en el sentido que los territorios son producidos por las personas que lo construyen (ANTONSICH, 2011).

18 Los veintisiete modos de vida de pueblos y comunidades tradicionales pueden ser listados, según lo que prescribe el Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2016), en el Art. 4, Inciso 2: "I) pueblos indígenas; II) comunidades quilombolas; III) pueblos y comunidades de *terreiro* / pueblos y comunidades de matriz africana; IV) pueblos gitanos; V) pescadores artesanales; VI) extractivistas; VII) extractivistas costeros y marinos; VIII) *caíçaros*; IX) *faxinalenses*; X) *benzedeiros*; XI) isleños; XII) *raineros*; XIII) generadores; XIV) *caatingueiros*; XV) *vazanteiros*; XVI) *verederos*; XVII) recolectores de flores siempre vivas; XVIII) pantanos; XIX) morroquianos; XX) pueblo *pomerano*; XXI) recolectores de *mangaba*; XXII) *quebradoras de coco babaçu*; XXIII) *retireiros* del Araguaia; XXIV) comunidades de fondos y cierras de pasto; XXV) ribereños; XXVI) *cipoceiros*; y XXVII) *andirobeiros*".

19 Sagrado se refiere a elementos/entidad de la naturaleza que poseen un simbolismo propio asociado a una creencia o divinidad (ROBSON; BERKES, 2010).

20 Territorialidad es la tentativa de un individuo o grupo para influenciar o controlar un territorio geográfico (SACK, 1986).

21 Convivialidad es la dinámica social que privilegia las relaciones comunitarias, subyugando la tecnología al servicio de la humanidad (ILLICH, 1976).

22 Percepción temporal estacional o cotidiana puede ser asociada a la vida mediada por las estaciones del año o por el nacer/puesta del sol o, entonces, por símbolos del cotidiano, como sonidos de señal para avisar los horarios de las comidas (SAMPALIO et al, 2011).

23 La figura patológica del *homo oeconomicus* remite al que Aristóteles (1991) señalaba sobre el riesgo que el ser humano corría cuando se agobia por la actividad del negocio. El negocio es una profesión enfocada intensamente para el dinero, que sueña con él que no tiene otro elemento ni otro fin, que no tiene límite en el cual pueda detenerse el deseo. Los negociantes solo piensan en acumular dinero y no en el Buen Vivir.

24 El comportamiento es una acción no exclusivamente humana. Es una acción condicionada a un cálculo de consecuencias. Sin embargo, el comportamiento humano se difiere de las demás especies animales por la complejidad de variables que incorpora en su cálculo, dichas racionales (DAMÁSIO, 1999, 2000).

Sin embargo, los medios de vida no reducen al hombre a la esfera de la economía, incluso porque basado en el escenario sintético ecosocioeconómico contemporáneo presentado, indicadores meramente económicos no garantizan alcanzar un nivel adecuado en indicadores ambientales ni tampoco un nivel de desarrollo humano adecuado, es decir, la satisfacción efectiva de necesidades fundamentales humanas (en el sentido de la teoría del Desarrollo a Escala Humana de Max-Neef et al. 1991).

La economía se caracteriza por el pragmatismo de las ciencias sociales. Los postulados de la economía neoclásicas se asemejan más con axiomas²⁵ que con la comprensión del mundo de la vida. La tesis del materialismo histórico es la excepción a parte, describe la formación capitalista desde la producción social de la existencia humana (MARX, 1996; MARX; ENGELS, 2002).

Se toma el clásico axioma de la ley de la oferta y la demanda. En la ocasión que se encuentra en una economía de mercado, la demanda de productos resulta en la oferta por ellos, sin embargo, cuando se trata de mercados monopolistas u oligopolistas, por la ausencia de opciones la oferta de productos genera demanda por ellos. En otras palabras, la mano invisible del mercado Adam Smith (1997), principio de la economía clásica frecuentemente mal interpretado, y según esta interpretación se cree que existe una dinámica natural regulatoria que no requiera de un ente coordinador, como normalmente se espera del Estado²⁶.

John Kenneth Galbraith (1988) llama a tal escenario de economía de planificación, en la cual grandes empresas para controlar mercados se preparan con estrategias corporativas, como redes de organización y *lobbies*, para maximizar

su influencia en las esferas del poder del Estado, mercado e, inclusive, de la propia sociedad civil.

Aunque se pueda hacer crítica al Estado, pues experiencias de ecosocioeconomía en curso demuestran que se inician por la ausencia o, si no, de la poca participación de él en el establecimiento de acuerdos institucionales y socioproductivos, lo que no es tan malo cuando se considera el carácter pedagógico de la formación de iniciativas oriundas a la sociedad civil organizada en un territorio. Acuerdos institucionales son acuerdos sociopolíticos establecidos entre actores y que respetan la legislación en vigor que trata sobre el tema en cuestión para que los objetivos de la propuesta acordada sean alcanzados. Acuerdos socioproductivos, a su vez, son redes coordinadas entre organizaciones cuyo objetivo posee una finalidad productiva. Se resalta que después que la experiencia se inicia y teniendo una repercusión positiva, agentes del Estado pasan a participar, lo que se considera fundamental para su consolidación (SAMPAIO, 2010; SAMPAIO et al, [20--]).

Las experiencias de ecosocioeconomías, como se ha citado en la presentación, se organizan a partir de acuerdos institucionales y socio productivos, sin embargo, son conducidas por una racionalidad socio ambiental que aún se vale de la instrumentalidad utilitaria, en su sentido clásico hobbesiano (HOBBS, 2000),²⁷ pero sus resultados no solo benefician a los miembros del acuerdo, sino que impactan en el territorio y en otras escalas.

Los ejemplos no se restringen a los casos emblemáticos de la economía solidaria y cooperativismo, sino también a los de responsabilidad socio ambiental corporativa, tal como las *benefit corporation* (JACOBI; BESEN, 2017), *fair trade* y empresas de economía de comunión (SAMPAIO, 2010), aunque haya sentido común en empresas que se valen del marketing social o ambiental para beneficiarse de la imagen positiva que conlleva intrínsecamente lo socio ambiental, hay elementos nuevos, como Patagonia, empresa del segmento de ropas y materiales deportivos, con sede en Estados

25 Para Marx el peor efecto que el capitalismo causa es la alienación humana, o sea, cuando el ser humano no percibe las cosas como ellas son (MARX, 1996; MARX; ENGELS, 2002).

26 Lo que dijo Adam Smith es: aunque no sea de la intención ni de los consumidores y ni los productores, el equilibrio competitivo puede contribuir al bienestar general de la sociedad, dado que la competencia entre productores los obliga a producir buenos productos a buenos precios. Así, la competencia ejerce la función de limitar el egoísmo del *homo oeconomicus* (Fuders 2017, p. 159) y el poder de los actores en el mercado (Böhm 1961, p. 22). Para que realmente pueda cumplir estas funciones se requiere que el mercado sea regulado, específicamente que el gobierno vigile que no se abuse de poder monopólico, que no exista colusión de precios u otros parámetros de competencia y que no exista competencia desleal.

27 "La razón... nada más es del que cálculo (es decir, suma y resta) de las consecuencias de nombre generales establecidos para marcar y significar nuestros pensamientos. Digo marcar cuando calculamos para nosotros mismos, y significar cuando demostramos o aprobamos nuestros cálculos para los otros seres humanos" (HOBBS, 2000, p. 51-52).

Unidos, que personaliza productos usados dados como entrada en la compra de productos nuevos. Dependiendo del estado de los productos recibidos en el trueque, estos son recuperados o reciclados (PATAGONIA, 2018); Natura, por medio de su línea de productos Ekos, localizada en la Amazonia Brasileña, utiliza de cooperativas de extractivo de semillas como proveedores, posibilitando la conservación de los modos de vida de esos pueblos (MANON et al, 2017).

Se resalta que las experiencias de responsabilidad socio ambiental corporativa probablemente están confinadas a permanecer en estado de transitoriedad, como ya fue explicado, ante el enraizamiento de su lógica utilitaria, lo que no es tan malo, pues la mediación es necesaria en el mundo de la vida. Sin embargo, ante la perspectiva de las ecosocioeconomías, la regulación de la racionalidad empresarial es necesaria, lo que normalmente es realizado por vía del Estado.²⁸ Sin embargo hay indicios que la innovación institucional puede ganar escala, tal como sugiere Elinor Ostrom (2012), la ocasión que sugiere que el futuro del bien común se firma como etapa que atraviesa por lo incompleto de la economía de mercado y la regulación del Estado.

En esta perspectiva, a partir de la presión de los consumidores por la responsabilidad socio ambiental, es decir, en la ocasión que las personas superen su mera funcionalidad económica, como consumidor ante una economía de mercado, como preveía Karl W. Kapp (1950), asumen papeles de protagonismo en el reconocimiento de las identidad geográfica (territorial) y ética (valorativa) de productos y de empresas, ejerciendo así ciudadanía plena, planetaria e intergeneracional, podrá haber reverberación positiva por toda la cadena productiva y los mercados (SACHS, 2004).

28 A continuación, se lanzan una serie de argumentos que justifican la mediación del Estado: (i) Surge de la imposibilidad que cada individuo tiene de valerse a sí mismo aún, como una ley de la naturaleza (MAQUIAVEL, 1995); (ii) De esta forma se justifica la concepción contractualista que comprende la necesidad de un acuerdo explícito o tácito entre la mayoría de los individuos, en el cual señala el fin del estado natural y el inicio del estado social y político (BOBBIO, 1992); (iii) Derechos y responsabilidades mínimas, al menos, deben ser aseguradas por el Estado, es decir, hay evidencias de la necesidad de regulación gubernamental en sociedades y mercados con fuerzas desiguales, tal como se vive actualmente (CHEVALIER, 1989).

Dimensión Social y las relaciones con la Economía y el Ambiente

La práctica social está compuesta por una intencionalidad y su acción resultante. Para comprenderla es necesario entender los medios que produce la voluntad implícita de realizarla, esto es, su finalidad. Por otro lado, “cualquier medio es en sí mismo un fin, pues para utilizarlo necesita quererlo, tal vez, tanto como al propio fin” (DURKHEIM, 2002, p. 68). De esta forma, se corre el riesgo de la racionalidad individual y economía hegemónica vigente en la sociedad se refuerzan a sí mismas, como señala Serge Latouche (2003). O sea, el criador se torna en su propia criatura. Por lo tanto, la crisis socio ambiental que se vive es debido a una crisis de valores e de proyectos existencial²⁹. La manera como se toman decisiones actualmente es lo que desencadena el escenario eco socioeconómico desolador del Cuadro 1.

En este sentido, la sociedad, sobretudo urbano, se tornó un espectro en la cual se conjugan muchas realidades, todavía desasociada a la idea de comunidad. Así, como el individualismo es para las sociedades urbanas, la colectividad es para la comunidad. Aunque las sociedades urbanas están asociadas a dicha modernidad, lo que puede sugerir la proximidad de lugares, pero remite también al distanciamiento de las relaciones humanas. Así, el plano societario de cierta forma niega lo comunitario (BAUMANN, 2013).

29 Cabe señalar que además de la falta de valores es probable que la crisis socio ambiental también se origina en el deber de crecer de la economía que a largo plazo inevitablemente causa estragos en la naturaleza. Dado que no se puede crear algo de la nada (1ª ley de la termodinámica) crecimiento a lo largo requiere el uso de cada vez más recursos (DALY; FARLEY, 2004, p. 62). La obligación de crecer proviene de la tasa de interés como costo de oportunidad de cualquier inversión productiva, hecho poco reconocido en la teoría económica (AZKARRAGA et al, 2011; FUDERS; MAX-NEEF, 2014a, 2014b). Si un negocio no brinda una rentabilidad similar a lo que paga el banco en los depósitos, entonces el negocio carece de sentido para la mayoría los empresarios (así para los *homo economicus*, pero no así para aquellos que han entendido que el sentido de la vida no es ganar la mayor cantidad de dinero posible). Por tanto, la tasa de interés es el ritmo al cual la economía está obligado a bailar (FUDERS, 2016, 2017). Es por ello que el crecimiento no solo es un fetiche (HAMILTON, 2003). El deber de crecer incluso vale para recursos naturales bióticos explotados por el ser humano: en ese sentido resaltan Daly e Farley (2004, p. 208) si no se reproducen al menos al ritmo de la tasa de interés están a fuerte riesgo de ser extinguido.

Todavía, no tiene sentido caer en dicotomías sobre la individualidad y el bien común, como si se tratase de realidades distintas, ya que el ser humano se realiza como ser sociopolítico. El problema está en la sociedad de consumo, pues esta posee una inter subjetividad, o sea, que relaciona individualidad y colectividad, sin embargo, vacía y desterritorializada (PECQUEUR, 2014; SMITH & MAX-NEEF, 2011), lo que sugiere el concepto de sin lugar (AUGE, 2002), que se refiere a lugares no rellenos, con vacíos o transitoriedad social, padeciendo de vitalidad para denominarse lugar.

Lo que se clama por modernidad es la supremacía de la acción social³⁰ basada en el cálculo entre medios y fines individuales y económicos sobre los otros tipos de acción social, resultando en la pérdida de sentido valorativo, afectivo y de las costumbres humanas, haciendo la acción social esclava de un cálculo meramente económico (WEBER, 2002).

Es en la comunidad donde se encuentra otra racionalidad, más sustantiva, afectiva y arraigada en las costumbres. No quiere decir que no haya mediación en las comunidades, ya que es necesario en el mundo de la vida. Se trata como mencionado la mediación utilitaria, más extendida y sin ser hegemónica, esto es: más beneficiados pueden ser impactados por acciones de un sujeto social. Esta intencionalidad es la sustancia de los acuerdos institucionales y socio productivos con fines socio ambientales mencionados (SAMPAIO et al, [20--]).

Es evidente que el significado contemporáneo de la sociedad urbano difiere de la concepción rousseauniana (RUSSEAU, 1981) de que se puede encontrar libertad e igualdad también en el estado de la sociedad. La naturaleza del hombre permite a este superar la contradicción inherente al estado social: o sea, entre sus inclinaciones individuales y los deberes colectivos, sobretodo de asegurar el derecho que las nuevas generaciones poseen de

asegurar el Bien Vivir. Se trata de una busca de toda moral.

Así, no se sabe bien si el quiebre entre sociedad urbana y comunidad es resultado solo de la lógica individualista o, sino, de la lógica economicista como se ve. Pero, según la sociología económica, la economía esta tan conectada con las relaciones sociales que no hay como separarlas. Lo que parece es que esas dos lógicas se refuerzan, una a otra (SWEDBERD, 2004).

Aún, se evidencia la práctica comunitaria en las sociedades urbanas, sin embargo, muchas veces restringida en la familiaridad, vecindario y barrio; a veces en escuelas y universidades y; pocas veces en el trabajo y en el mercado. El ejemplo del movimiento Citizens' Climate Lobby (2008), que reúne ciudadanos comunes, que se ven en las ambiciones y en las temporalidades anteriores descritas, para dialogar y encontrar estrategias para influir en el proceso de toma de decisión institucionalizado en Estados Unidos, sobre todo en el congreso nacional, en lo que se refiere a cambio climático (SAMPAIO et al, [20--]).

Consideraciones Finales

Se deja claro, en la séptima nota de pie de página, que se trata aquí de la tercera síntesis sistemática de investigación del autor y de su equipo para perfeccionar la comprensión del concepto de ecosocioeconomías. Incluso, anterior a la escritura de este capítulo, se utilizaba el término de ecosocioeconomía, en singular, sin embargo, se evidenció que la variedad de las modalidades de las experiencias en curso es tal que cabría el termino ecosocioeconomías.

Lo que se puede extraer del esfuerzo que se realizó en este texto es que las ecosocioeconomías ocurren en parte por el escenario ecosocioeconómico contemporáneo desolador presentado en el cuadro número 1. No hay duda que existe una crisis del proyecto existencial de vida. Las experiencias se justifican por combatir el mal desarrollo, esto es: el Buen Vivir de algunos no debe causar el Mal Vivir de otros. Un dicho platónico y análogo dice: que se debe cuidar de la paradoja de que "cuando hay exceso de libertad para algunos... existe exceso de servidumbre para otros" (PLATAO, 2000, p. 282).

30 La acción social Weberiana significa una acción que, en cuanto a su sentido visado por el agente o los agentes, se refiere al comportamiento de otros, orientándose por este en su curso. El primer tipo de acción social Weberiana es aquel que se basa en el cálculo racional entre medios y fines, también llamada de instrumental, y que es fácilmente atribuible al utilitarismo económico. El segundo tipo es aquel que independe de cálculo y se relaciona a valores éticos, estéticos o religiosos. El tercer tipo de acción es a que posee carácter afectivo, emocional, sin embargo, muchas veces, sin hacerse irracional. Y el último, se basa en la costumbre radicada de los agentes sociales (WEBER, 1999).

Por lo tanto, una experiencia digna de ser denominada por ecosocioeconomías debe presentar por un lado tanto resultados como impactos que benefician el territorio como un todo, sin privilegiar solo las personas y organizaciones que lo componen el acuerdo instituido. Por otro lado, la dinámica que desencadena las acciones que resultan e impactan territorios, esto es, la génesis procesal que comprende las intencionalidades y racionalidades de los acuerdos establecidos y tan o más importante en cuanto a sus propios efectos. Pues, aunque se puedan enumerar experiencias que han fracasado, el aprendizaje de ellas puede llevar a nuevas iniciativas, posteriormente más ingeniosas tanto en el plano político como socio productivo.

Estas dos premisas de las ecosocioeconomías – (i) acuerdos y sus intencionalidades y racionalidades y (ii) sus resultados e impactos en el territorio – son ellas que aproximan el enfoque de desarrollo territorial sustentable que, por a vez, deriva del enfoque de eco-desarrollo. Ciertamente, tal consideración sería tema para otro texto.

Es importante que se deshaga el romanticismo que se tiene cuando se cree que una decisión

consensuada es mejor de que una que no sea. Pues existen consensos que pueden ser desencadenados por visiones miopes de una dada realidad. Es bueno recordar la alegoría de la caverna platónica, donde las personas ven sombras en la realidad. Ellas producen narraciones, aun cuando muchas veces no se dan cuenta, basadas en historias de vida que no contienen elementos de comprensión de la multiculturalidad. Por su parte, este último argumento es lo que justificaría señalar que el disenso, aunque pueda parecer mal en un primer momento, es parte de un proceso de toma de decisiones aún en maduración. Por otra parte, es mejor que se tenga disenso con intencionalidad y racionalidad puestas en una mesa de negociación de que el consenso con éstas ocultas.

Por último, se destaca que, aún que se simpatice con las ecosocioeconomías, no se desea que éstas seas hegemónicas, pues no se tiene la pretensión de crear un modelo de Buen Vivir *cool* y diseminarlo. Perdonen los lectores por la expresión del término, pero parece irresistible decir en este momento: *El gran secreto de la vida es vivirla bien a partir de lo que somos.*

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Indicadores de bem viver**: desafios para uma ética socioambiental. Cuiabá: UFMT; Curitiba: UFPR, 2018. No prelo.
- ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JUNIOR, E. de A (Org.). **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ANTONSICH, M. Rethinking territory. **Progress in Human Geography**, v. 35, n. 3, p. 422-425, 2011.
- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- AUGE, M. **Non luoghi**. Milano: Eleuthera, 2002.
- AZKARRAGA, J. Et al. **La evolución sostenible II** – apuntes para una salida razonable. Eskoriatza: Lanki (Mondragón Unibertsitatea), 2011.
- BAUMAN, Z. **Community**: seeking safety in an insecure world. NW: John Wiley & Sons, 2013.
- BOBBIO, N. **Estado governo sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BÖHM, F. Demokratie und ökonomische Macht, en: Institut für ausländisches und internationales Wirtschaftsrecht, der J.-W.-Goethe-Universität, Frankfurt (Eds.), Kartelle und Monopole im modernen Recht, 1961.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 8.750**, de 09 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.

- _____. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes_normativas/SNUC.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- CHEVALLIER, J.-J. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
- CITIZENS' CLIMATE LOBBY (CCL). 2018. Disponível em: <<https://citizensclimatelobby.org/>>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- DAMÁSIO, A. R. **Descartes' error: emotion, reason, and the human brain**. New York: Harper Collins, 2000.
- DALY, H.; FARLEY, J. **Ecological economics – principles and applications**. Washington D.C.: Island Press, 2004.
- _____. **The feeling of what happens: body and emotion in the making of consciousness**. New York: Harcourt Inc, 1999.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DURKHEIN, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. A natureza da problemática socioambiental. In: DUTRA E SILVA, S. Et al (Org.). **Ensaio em ciências ambientais: crises riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 153-166.
- FUDERS, F. Smarter money for smarter cities: how regional currencies can help to promote a decentralised and sustainable regional development. In: DICK, E. Et al. (Ed.). **Decentralisation and regional development – experiences and lessons from four continents over three decades**. Cham: Springer, 2016. p. 155-185.
- _____. Neues geld für eine neue ökonomie – die reform des geldwesens als voraussetzung für eine marktwirtschaft, die den menschen dient. In: KRÄMER, G. (Ed.). **Finanzwirtschaft in ethischer verantwortung – erfolgskonzepte für social banking und social finance**. Wiesbaden: Springer, 2017. p. 121-183.
- FUDERS, F.; MAX-NEEF, M. Local money as solution to capitalist global financial crises. In: Michael Pirson. Et al (Ed.). **From capitalistic to humanistic business**. Londres: Palgrave-Macmillan, 2014a. p. 157-189.
- GARCIA, M.; TOPPEL, P. V.; DALLABRIDA, I. S.; SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JR, O. Ecosocioeconomia: estudo de caso sobre a linha Ekos da empresa Natura. In: PHILIPPI JR, A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. **Gestão empresarial e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2017, v.1, p. 976-1005.
- _____. Dinero, deuda y crisis financieras: propuestas teórico-prácticas en pos de la sostenibilidad del sistema financiero internacional. In: José Fernández Alonso. Et al. (Ed.). **Economía internacional – claves teórico-prácticas sobre la inserción de Latinoamérica en el mundo**. Guayaquil: Proyecto LATIn, 2014b. p. 245-274.
- HAMILTON, C. **Growth fetish**. Crows Nest, N.S.W: Allen & Unwin, 2003.
- GALBRAITH, J. K. **A economia e o interesse público**. São Paulo: Pioneira, 1988.
- GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.
- HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- ILLICH, I. **A convivencialidade**. Mem-Martins, Sintra: Europa-América, 1976.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate change 2014: synthesis report**. Contribution of working groups I, II and III to the fifth assessment report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Geneva, Switzerland, 2014.
- JACOBI, P.; BESEN, G. R. Empresas do sistema B: inovação em sustentabilidade. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. **Gestão empresarial e sustentabilidade**. Osasco, SP: Manole, 2017. p. 745-762.
- KANT, I. **Critik der practischen vernunft**. Hartknoch: Riga, 1788.
- KAPP, K. W. **Social costs of private enterprise**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1950.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- LATOUCHE, S. **La pensée créative contre l'économie de l'absurde**. Paris: Parangon, 2003.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

- LOVELOCK, J. **Homage to Gaia**: the life of an independent scientist. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- LYONS, C. O. Listening to natural law. In: NELSON, M. K. (Ed.) **Original instructions**: indigenous teachings for a sustainable future. Rochester, VE: Bear & Company, 2008. p. 22-26.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MAX-NEEF, M. **Human scale development**: conception, application and further reflections. New York: The Apex Press, 1991.
- MAYER, H.; KNOX, P. L. Slow cities: sustainable places in a fast world. **Journal of Urban Affairs**, v. 28, n. 4, p. 321-334, Sep. 2006.
- MENDONÇA, C. V.; MACOPPI, G. U. *Slow city*: uma abordagem do turismo comunitário, solidário e sustentável: modelo aplicado em Levanto, Itália. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E LOCAL E REGIONAL, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Udesc, 2014.
- MORIN, E. **La voie**: pour l'avenir de l'humanité. Paris: Fayard, 2011.
- OSTROM, E. **The future of the commons**: beyond market failure and government regulations. London: The Institute of Economic Affairs, 2012.
- PATAGONIA. **Reuse and recycle**. 2018. Disponível em: <<http://www.patagonia.com/reuse-recycle.html>>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- PECQUEUR, B. Esquisse d'une géographie économique territoriale. **L'Espace Géographique**, v. 3, n. 43, p. 198-214, 2014.
- PLATÃO. **A república**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).
- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **Informe sobre desarrollo humano 2016**. New York, 2016.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RATEY, J. J.; HAGERMAN, E. **Spark**: the revolutionary new science of exercise and the brain. London: Quercus, 2010.
- RIBEIRO, S. C. Et al. Can a joint livelihood including Recreational Ecosystem Services (RES) and Non Timber Forest Products (NTFP) keep forest standing? **Journal of Ecosystem Service**, v. 31, p. 517-526, 2018.
- ROBSON, J. P.; BERKES, F. Sacred nature and community conserved areas. In: PILGRIM, S.; PRETTY, J. **Nature and culture**: rebuilding lost connections. London: Earthscan, 2010. p. 197-216.
- ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**: discurso sobre a economia política. São Paulo: Hemus, 1981.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. Organização e Tradução de Paulo H. F. Vieira. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Desenvolvimento includente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. CUP Archive, 1986.
- SAMPAIO, C. A. C. (Org.). **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau, SC: Edifurb, 2010.
- _____. **Ecossocioeconomias: um conceito em construção**. In: SAMPAIO, C. A. C.; GRIMM, I. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; MANTOVANELI Jr., O. (Org.). **Ecossocioeconomias**: promovendo territórios sustentáveis. Blumenau, SC: Edifurb, 2018.
- SAMPAIO, C. A. C. PARKS, C. D.; GRIMM, I. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; FERNANDES, V. **Ecossocioecono-**

nia: análise de experiências ao Oeste dos Estados Unidos da América. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, [20--]. Mimeografado.

SAMPAIO, C. A. C. ; PARKS, C.; MANTOVANELLI JR, O.; QUINLAN, R.; ALCÂNTARA, L. Good living for the next generation: between subjectivity and common good from the perspective of eco-socio-economy. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 40-50, jan./mar. 2017.

SAMPAIO, C. A. C.; LENZ, T. C. Z.; HENRÍQUEZ Z., C.; CORIOLANO, L. N. M. T.; FORTES, S. C.; ALVES, A. R. Interpreting comunitarian tourism in the context of some integrated experiences in Brazil, Chile and Costa Rica. **Urbanística Informazioni**, v. 42, p. 122-130, 2015.

SAMPAIO, C. A. C. LESAMA, M. F.; ARAÍJO, J. R.; OYARZÚN M., E. Perspectiva do turismo comunitário, sustentável e solidário. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRÍQUEZ Z., C.; SOUZA, C. M. de M. (Org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável**: das críticas às ideias e das ideias à prática. Blumenau, SC: Edifurb, 2011. p. 23-30.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas).

SMITH, P. B.; MAX-NEEF, M. **Economics unmasked**: from power and greed to compassion and the common good. Cambridge: Green Books, 2011.

SOUZA SANTOS, B. **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 7-34, nov. 2004.

UNITED NATIONS (UN). **Transforming our world**: the 2030 Agenda for sustainable development. Paris, 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

VIEIRA, P. F.; RIBEIRO, M. A. **Ecologia humana, ética e educação**: a mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: UnB, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ZAOUAL, H. **La socioéconomie de la proximité**: du global au local. Paris: L'Harmattan, 2005.

Recebido em: 11/04/2018

Aprovado em: 09/06/2018

APRENDIZAGEM EXPANSIVA E ECOSSOCIOECONOMIAS NA PRÁTICA ARTESANAL DA FEIRA DE ARTE E ARTESANATO DO LARGO DA ORDEM EM CURITIBA-PR

*Fabiola Bevervanço Zdepski (PUCPR)**

*Isabel Jurema Grimm (UFPR)***

*Mario Procopiuck (PUCPR)****

RESUMO

O avanço em perspectivas teóricas e metodológicas para inovar as bases de desenvolvimento sustentável lança desafios ao associar estratégias de aprendizagem, capacidade de agência para incorporar valor em processos criativos e princípios de ecodesenvolvimento. O objetivo do presente artigo é avaliar mudanças em práticas na tomada de consciência individual associada a questões socioambientais em experiências ecossocioeconômicas em atividades de artesanato em um arranjo socioprodutivo representado por uma feira urbana curitibana. A investigação tem natureza qualitativa e utiliza narrativas para levantamento de dados e informações empíricas. Os resultados indicam que é possível ampliar a base teórico-conceitual da ecossocioeconomia ao associá-la com aprendizagem expansiva; o artesanato contribui para o comprometimento do sujeito-artesão com o contexto socioambiental em que está implexo; e que as feiras urbanas são lócus privilegiado para a emergência de ciclos de aprendizagem expansiva e para elevar o potencial artístico e o valor do artesanato. **Palavras-chave:** Aprendizagem expansiva. Teoria da atividade. Ecossocioeconomia. Arranjos socioprodutivos. Ecodesenvolvimento.

ABSTRACT

EXPANSIVE LEARNING AND ECOSOCIOECONOMICS IN THE HANDCRAFTED PRACTICE OF THE ARTS AND CRAFTS FAIR OF LARGO DA ORDEM IN CURITIBA-PR

Advancing theoretical and methodological perspectives to innovate the foundations of sustainable development poses challenges by linking learning strategies, agency capacity and combining creative processes and ecodesvelopment principles. The objective of this study is to evaluate changes in practices in the individual consciousness

* Pós-Doutoranda em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professora das Faculdades Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE). E-mail: fabiolabz@gmail.com

** Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Programa de Pós-Graduação em Governança e Sustentabilidade (PPGGS) do Instituto Superior em Administração e Economia (ISAE/FGV). E-mail: isabelgrimm@gmail.com

*** Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professor no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da PUCPR. E-mail: mario.p@pucpr.br

raising associated with socioenvironmental issues in ecossocioeconomic experiences in handicraft activities in a socioproductive arrangement represented by an urban fair in Curitiba. The research is qualitative and uses narratives for data collection and empirical information. The results indicate the possibility of expanding the theoretical-conceptual basis of the ecossocioeconomy by associating it with expansive learning; craftsmanship contributes to the commitment of the subject to the socio-environmental context; the urban fairs are privileged locus for the emergence of expansive learning cycles and raise the artistic potential and value of handicrafts.

Keywords: Expansive learning. Activity theory. Ecossocioeconomy. Socio-productive arrangements. Ecodevelopment.

RESUMEN

APRENDIZAJE EXPANSIVO Y ECOSSOCIOECONOMÍAS EN LA PRÁCTICA ARTESANAL DE LA FERIA DE ARTE Y ARTESANÍA DEL LARGO DA ORDEM EN CURITIBA-PR

El avance en perspectivas teóricas y metodológicas a innovar las bases de desarrollo sostenible plantea desafíos al asociar estrategias de aprendizaje, capacidad de agencia y aliar procesos creativos y principios de ecodesarrollo. El objetivo del presente es evaluar cambios en prácticas en la toma de conciencia individual asociada a cuestiones socioambientales en experiencias ecosocioeconómicas en actividades de artesanía en un arreglo socioproductivo representado por una feria urbana curitibana. La investigación es cualitativa y utiliza narrativas para el levantamiento de datos e informaciones empíricas. Los resultados indican la posibilidad de ampliar la base teórico-conceptual de la ecossocioeconomía al asociarla con aprendizaje expansivo; la artesanía contribuye al compromiso del sujeto artesano con el contexto socioambiental; las ferias urbanas son locus privilegiado para la emergencia de ciclos de aprendizaje expansivos y elevar el potencial artístico y el valor de la artesanía.

Palabras clave: Aprendizaje expansivo. Teoría de la actividad. Ecossocioeconomía. Arreglos socioproductivos. Ecodesarrollo.

Introdução

A aprendizagem expansiva busca uma aprendizagem que resulta em um tipo de agência individual que desafia a retórica gestão, difere da visão individualista dominante (ENGSTRÖM, 2011) e é transformadora por romper com a estrutura da ação, com a intenção de transformá-la (VIRKKUNEN; SCHAUPP, 2011). Essa abordagem é perceptível a partir da transformação do objeto, de movimentos na zona de desenvolvimento proximal, de ciclos de ações de aprendizagem, de cruzamento de fronteiras e construção de redes, de movimento distribuído e descontínuo, e de intervenções formativas (ENGSTRÖM; SANNINO, 2010). A aprendizagem expansiva, pois, vai além do indivíduo para procu-

rar possibilidades de esforços de mudança coletiva, como ocorre com grande parte da abordagem da ecossocioeconomia.

Por meio da ecossocioeconomia buscam-se identificar e sistematizar alternativas para a solução de problemas reais de acordo com a diversidade de arranjos socioeconômicos e culturais e das diferenças de potencialidades/recursos de cada território, deixando que prevaleçam as identidades culturais e interesses comuns de grupos organizados em experimentações a partir da complexidade do cotidiano em busca de potencializar aspectos qualitativos essenciais de vida (SACHS 2007, 2008; SAMPAIO, 2010). A aprendizagem expansiva pode

trazer possibilidades promissoras para avançar em estudos de ecosocioeconomia por permitir que se associe o desenvolvimento individual à lógica de ação coletiva em que se fazem presentes potencialidades e capacidades de agência humana em experiências do cotidiano.

As perspectivas da ecosocioeconomia (SACHS 2007; SAMPAIO 2010; PROCOPIUCK et al, 2017) e de aprendizagem expansiva (SACHS 2007; SAMPAIO 2010) é possível associar a teoria da atividade (ZDEPSKI et al, 2017) para estabelecer relações entre a atividade imediata do indivíduo vinculada com o contexto spatiotemporal em que atua. Na visão de Engeström e Mwanza (2003), um sistema de atividades pode ser visto à luz da história do indivíduo, dado que a sua historicidade é construída e transformada ao longo do tempo em compasso com a compreensão que adquire dos processos e problemas que o levam a formar ou transformar suas atividades em razão do que apreende do contexto histórico e local das atividades que exerce e dos seus objetos resultantes. No presente estudo, nos interessa compreender especificamente como podem surgir e serem transformadas as atividades de artesanato em contextos de ecosocioeconomia. Na concepção de Lima (2005), as atividades de artesanato podem ser vistas, pois, como um conjunto de atividades e produtos marcados pelo gesto humano, pela participação do indivíduo nas etapas de elaboração do produto a partir de referenciais culturais. Nessa linha, o objetivo deste artigo é avaliar mudanças em práticas na tomada de consciência individual sobre a atuação com autonomia criativa associada com questões socioambientais, experiência de ecosocioeconomia em que se desenvolvem atividades de artesanato em um arranjo socioprodutivo representado por uma feira urbana curitibana.

Na presente investigação não há a intenção de abranger todos os aspectos do ciclo da produção artesanal, mas voltar o olhar para o artesão, que é o ator principal e fundamental para a concretização da atividade de artesanato. O recorte para configuração do objeto empírico parte, portanto, do indivíduo artesão, com seus saberes e fazeres tradicionais e os significados sendo atribuídos à sua atividade, que ganha corpo em um contexto de feira urbana. A investigação é desenvolvida sob

orientação sócio-histórica a fim de compreender o fenômeno “a partir de seu acontecer histórico no qual o particular é considerado uma instância da totalidade social” (FREITAS, 2002, p. 21).

Fundamentação teórico-conceitual

Para bases analíticas a fim de compreender em profundidade atividades de artesanato que se desenvolvem em arranjos socioprodutivos localizados em contextos urbanos, a fundamentação teórico-conceitual foi construída para trazer os principais traços e associar a teoria da aprendizagem, a aprendizagem expansiva e a ecosocioeconomia.

Aprendizagem expansiva¹

A teoria da aprendizagem expansiva, formulada por Engeström (1987, 2001, 2002), baseia-se em ideias fundamentais apresentadas na escola russa de base histórico-cultural que dá sustentação à teoria da atividade, que tem dentre os seus expoentes Vigotsky (1998), Leontiev (1984), Ilyenkov (1982) e Davydov (1987). Nessa escola, nas discussões levadas a efeito por Leontiev e Vigotski, é posta como nuclear a tríade sujeito-objeto-mediação (ENGESTRÖM, 2001).

Nessa tríade, os sujeitos (pessoas, grupos ou subgrupos) realizam a atividade e cuja maneira de agir é tomada como ponto de vista para a análise; os instrumentos ou as ferramentas (físicos e simbólicos, externos e internos) assumem papel de mediação entre o sujeito e o objeto; objeto artefactual é o que se busca alcançar na atividade. Nessas relações, a divisão de trabalho revela o papel de cada sujeito na atividade e se refere à forma como as atividades são distribuídas, conscientemente ou não, entre os indivíduos e como as ações irão definir as relações de poder com o objeto da atividade; as regras definirão a divisão de trabalho e organização da atividade; e a comunidade, que são todos aqueles que se relacionam indiretamente na construção do objeto, compreende os indivíduos e

1 Procedimentos éticos: a fim de resguardar a identidade dos entrevistados, eles foram identificados, nesta pesquisa, por código (letra) para preservar seu anonimato e a confidencialidade dos dados fornecidos durante a entrevista.

subgrupos que compartilham o mesmo objeto em geral (ENGESTRÖM, 2001).

Nesse olhar da teoria da atividade são incluídas a análise de regras, a comunidade e a divisão de trabalho, realçando a diferença entre a ação individual e a ação coletiva. Isso tem levado à necessidade de se desenvolver ferramentas conceituais para analisar e compreender a comunicação entre múltiplas perspectivas e redes dos sistemas interativos de atividade, que ocorrem em sistemas de atividades implexos em comunidades (ENGESTRÖM, 1987, 2001, 2002). A atividade apresenta uma estrutura mediacional complexa, por sua formação coletiva e sistêmica e pela multiplicidade de relações que se estabelecem entre os elementos que formam a estrutura triangular da atividade. Desta forma, a análise do sistema de atividade humana deve representar as ações individuais ou de grupo inseridas e integradas em uma estrutura mais ampla, denominada de sistema de atividade coletiva (ENGESTRÖM, 1987).

A teoria da atividade expansiva, com perspectiva específica, tem se mostrado particularmente útil em análises de aprendizagem não tradicionais e nas configurações híbridas e multi-organizacionais, e pode ser vista como consequência das transformações históricas no trabalho que passou a demandar aprendizagem sócio histórica (ENGESTRÖM; SANNINO, 2010). Assim, na teoria da aprendizagem expansiva, a aprendizagem deve ser vista de forma diferente da perspectiva tradicional, pois reconhece que o conteúdo e o resultado da aprendizagem não são apenas conhecimento escrito ou mental, mas também a possibilidade de desenvolver novas formas de realizar tarefas e materiais diretamente focados à solução de problemas reais. A aprendizagem é, portanto, conduzida pelas necessidades reais da prática humana e evolui em torno de ciclos complexos de ações durante os quais são criados novos artefatos que possibilitam a abertura de novas perspectivas aos participantes.

A teoria da aprendizagem expansiva, tendo o indivíduo como a gênese da agência, coloca primazia sobre as comunidades como aprendizes, na transformação e criação da cultura em um movimento horizontal e híbrido e na formação de conceitos teóricos (ENGESTRÖM; SANNINO, 2010). Essa

teoria enfoca a noção de comunidades como aprendizes na transformação e criação da cultura, pois os aprendizes aprendem “algo que ainda não está lá”, pois eles constroem um novo objeto e o conceito de sua atividade coletiva e introduzem esse novo objeto e conceito na prática (ENGESTRÖM, 2011, p. 74). A conduta humana é vista como orientada ao objeto e, com isso, os objetos são construídos e dotados de significado por meio de ferramentas culturais (ENGESTRÖM; BLACKLER, 2005; ENGESTRÖM et al, 2016).

A importância das atividades está no fato de que, na maioria dos contextos humanos, elas são mediadas pelo uso de instrumentos culturalmente estabelecidos. Desta forma, certas atividades são meios necessários para trazer a experiência anterior da história na atividade atual, pois, diferentemente dos animais, para os seres humanos existem as tradições de atividades geradas anteriormente por outros seres humanos, que podem ser invocadas no presente pelo uso desses instrumentos ou artefatos previamente estabelecidos (ENGESTRÖM, 2001).

O conceito de artefato tem um papel relevante para analisar o contexto das aprendizagens mediadas no contexto de comunidades orientadas por regras, normas e ações dirigidas para objetivos e referenciais comuns. Para Cole (1998), o artefato abrange as dimensões simbólicas e materiais e hierarquiza-se em três níveis: o nível primário é representado por instrumentos diretamente ligados à produção material ou social; o nível secundário diz respeito às representações dos instrumentos primários e também às formas de ação e ao papel importante da preservação e transmissão dos modos de ação e de crenças; e, finalmente, o nível terciário está relacionado com as formas mais autônomas de representação do que as anteriores, sendo os artefatos menos regulados por normas e convenções e situando-se no âmbito da imaginação.

Nessa direção, Engeström (1987) aprofundou seus estudos sobre atividade mediada, a qual ele denomina de mediação com artefatos para prover um conceito, descrever uma estrutura ou desenvolver tarefas apoiadas por um sistema, podendo envolver vários métodos e técnicas. A evolução da atividade vai ocorrer, então, pelas várias formas de interação dialética entre organismo e meio ambiente. Os organismos no curso da sua evolução não

se adaptam ao meio ambiente, mas o constrói para poder chegar a um resultado.

Com base nesses estudos, Engeström (1987) propôs um modelo representacional dos componentes da atividade, identificando-os como um sistema unificado. Os participantes de uma atividade são retratados como sujeitos que interagem com objetos para alcançar resultados desejados. Entretanto, as interações humanas, entre si e com os objetivos do ambiente, são mediadas pelo uso de ferramentas, regras e divisão do trabalho. Esses mediadores representam, então, a natureza das relações que existem dentro de uma atividade e entre os participantes dessa, e busca identificar os fatores a considerar ao desenvolver um sistema de aprendizagem. Subsequentemente, Engeström (2001) avançou para um modelo mais voltado para o âmbito social. Nesse modelo, a aprendizagem se torna muito mais ligada à comunidade onde ela ocorre, integrando aspectos culturais e sociais da aprendizagem, configurando, com isso, a terceira geração da Teoria da Atividade. O objetivo deste modelo expandido da teoria da atividade é considerar a aprendizagem como uma atividade que se situa em um sistema de atividade.

Na aprendizagem expansiva, o conteúdo e os resultados de aprendizagem não são apenas conhecimento, mas novas formas de atividades práticas e artefatos construídos ao longo do processo de descoberta (ENGESTRÖM, 1987). O aprendizado é, então, dirigido por verdadeiras necessidades de desenvolvimento de práticas humanas e instituições, o que se manifesta em perturbações, falhas, problemas e episódios de questionar a prática existente. A visão da atividade de artesanato, aqui vista como uma atividade criadora, traz em sua constituição a capacidade de o sujeito, além de construir sua autonomia, repensar e transformar sua realidade a partir da problematização da mesma, indo além da reprodução de uma mesma lógica societal, mas partindo sempre de uma gênese criativa implexa no contexto ecossocioeconômico em que age.

Para facilitar a compreensão dos pressupostos da teoria da atividade, Engeström (2001) desenvolveu cinco princípios da teoria da atividade, acrescentando a eles o princípio de transformação expansiva da atividade. O primeiro princípio diz

respeito à unidade fundamental de análise formada pelo sistema de atividades, que é coletivo e orientado para o objeto e mediado por instrumentos ou artefatos culturais, e deve ser analisado tendo por base a rede de relações com outros sistemas de atividade, como um processo em movimento. O segundo é representado pela multiplicidade de vozes dos sistemas de atividade, que têm origem em diferenciadas perspectivas, interesses e tradições que levam à moldagem da atividade a partir de negociação e colaboração sobre diferentes artefatos, regras e convenções até se chegar à inovação. O terceiro está relacionado com a historicidade construída e transformada ao longo do tempo para trazer à luz os indivíduos e suas atividades localmente implexos para criação e transformação de seus objetos e artefatos. As contradições, quarto princípio proposto por Engeström (2001), são fontes de mudança e de desenvolvimento, que são constituídas historicamente entre e em cada sistema de atividade, pela introdução de elementos como objetos, indivíduos, sujeitos ou regras que, ao serem trazidos para o nível consciente dos sujeitos, possibilitam a mudança no sistema de atividades. Finalmente, o quinto princípio se configura aprendizagem expansiva, que diz respeito às possibilidades de transformações expansivas nos sistemas de atividades possíveis quando um ou vários sujeitos envolvidos começam a questionar as normas estabelecidas, levando a que a prática colaborativa se torne necessária para que a transformação ocorra. Isso propicia que o movimento dos sistemas de atividade ocorra em ciclos longos de transformações qualitativas, chamadas por Engeström (2001) de ciclos expansivos.

O objeto da aprendizagem expandida “consiste no contexto da crítica, do contexto da descoberta e do contexto da aplicação dos conteúdos [...] específicos sob exame” (ENGESTRÖM, 2002, p. 197). Há, então, uma transição expansiva através da auto-organização pela criação de redes de aprendizagem que transcendem as fronteiras institucionais e criam um instrumento coletivo de aprendizagem. O primeiro contexto característico dos espaços de aprendizagem seria o de prática social, que surge nos espaços de aprendizagem como o contexto de descoberta dos aprendizes envolvidos no processo de aprendizagem e inovação.

O processo de descoberta surge a partir da ascensão do abstrato para o concreto. A “ascensão do abstrato para o concreto se move do geral para o particular” na busca de um “germe primário geral”, que leva à dedução de aspectos particulares tendo esse “germe” como base (ENGESTRÖM, 2002, p. 185). “Essa estratégia é essencialmente genética, visando descobrir e reproduzir as condições de origem dos conceitos a serem adquiridos” (ENGESTRÖM, 2002, p. 185). A partir desse processo, os indivíduos passam a ter “uma oportunidade de analisar crítica e sistematicamente sua atividade prática e suas conclusões internas” para que possam, então, “elaborar e implementar na prática um caminho alternativo, um modelo novo de fazer trabalho” (ENGESTRÖM, 2002, p. 192). Complementarmente, tendo como base estes contextos que se materializam na atividade, é possível conceber um espaço de aprendizagem em que seja possível aprender algo que ainda não está posto na sua atividade, ou seja, aonde os indivíduos possam adquirir sua atividade futura enquanto a vão criando (ENGESTRÖM, 2002, p. 192). Para que a mudança na atividade possa acontecer, é necessária uma atividade reflexiva da organização de tal atividade

e, para que as transformações ocorram, os participantes do sistema de atividades precisam compreender as contradições e criar colaborativamente ferramentas para impulsionar o desenvolvimento de suas atividades.

A sequência proposta por Engeström (1987, 2001) apresenta sete etapas: o questionamento da situação atual formulado a partir da crítica ou rejeição de aspectos da prática corrente; a análise empírica ou histórica das contradições envolve transformações mentais, discursivas ou práticas da situação em questão para descobrir causas ou mecanismos explanatórios de ordem histórico-genéticas (no caso de situação ser explicada pelo traçado de sua origem e evolução) ou real-empíricas (decorre da construção de um esquema das relações sistêmicas internas ocorridas na atividade); na modelagem da nova situação-etapa é empreendida a construção de um modelo da nova ideia para explicar e oferecer uma solução para a situação-problema; exame do novo visa perceber a dinâmica, potencialidades e limitações; a implementação do novo modelo ocorre pela experimentação do modelo por meio de aplicação prática; a reflexão sobre o processo; e, finalmente, a consolidação de nova prática.

Figura 1 – Ciclo de Aprendizagem Expansiva



Fonte: Adaptado de Engeström (2014, p. xxi).

Nesse modelo cíclico, a resolução das contradições leva ao desenvolvimento da atividade e as tensões e contradições internas de um sistema são a força motivadora de mudanças e desenvolvimento das atividades humanas (ENGSTRÖM, 2001). Dessa forma, a mudança e os movimentos são processos contínuos em um sistema de atividade, decorrentes de crises e rupturas que resultam em transformações qualitativas e inovações no sistema coletivo.

Nessa linha, a teoria da atividade tem abordagem teórico-metodológica multidisciplinar com potencial promissor para contribuir para avanços na pesquisa sobre a ecosocioeconomia em contextos de atividades, como as do artesanato. Isso, pois, permite a análise a partir da dimensão do homem no seu contexto social e coletivo, situando os seus valores construídos a partir de suas relações socio-culturais locais em plano superior às imposições externas tendentes à massificação. A possibilidade de pensarmos o artesanato como fator de desenvolvimento é passível de ser entendida assim por ser factível situá-lo a partir das atividades do artesão no contexto da ecosocioeconomia, ressignificando as relações entre economia, sociedade e cultura.

Ecosocioeconomias

No início dos anos de 1970 começaram a surgir os primeiros movimentos de resistência, a exemplo dos ambientalistas e, com isso, uma maior reflexão sobre os impactos gerados pelo processo de urbanização, decorrentes da industrialização e do uso descontrolado de recursos. Surge, então, de acordo com Montibeller Filho (1993), um novo padrão de desenvolvimento, chamado Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável.

Nesse momento ganha força a difusão do conceito de ecodesenvolvimento, formulado a partir das premissas de uma nova visão de desenvolvimento pautado na prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social associados com a satisfação das necessidades humanas básicas, com a proteção ambiental e atenção a gerações futuras (SACHS, 2007). O ecodesenvolvimento representa a mudança no estilo de vida dos indivíduos, com foco na participação, em princípios éticos para o atendimento das necessidades humanas funda-

mentais e na “promoção da autoconfiança das populações envolvendo vidas e cultivo da prudência ecológica” (SACHS, 2007, p. 12).

O desenvolvimento avança para se configurar em uma rede de desenvolvimentos (ou codesenvolvimentos), interdependentes, com novas alternativas que possam produzir autodependência, autossustentação e participação, dando sustentação para a inter-relação entre seres humanos, natureza e tecnologia. Busca-se, em termos ideais, um desenvolvimento mais sustentável e assentado em valores sociopolíticos para que favoreça a emergência de novas alternativas de projetos de sociedade (MAX-NEEF et al, 2012; SACHS, 2007).

Entretanto, a sociedade ainda vive sob a influência da economia capitalista que incita ao consumo exacerbado, que tende a se limitar ao “cálculo de consequências econômicas individuais de curto prazo sobre as coletivas de médio e longo prazo” (SAMPAIO, 2010, p. 17). Isso tem levado à necessidade de buscar uma nova economia e, com isso, avançar para um desenvolvimento pluridimensional, socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado; ainda, que leve em consideração a complexidade da sociedade e suas realidades locais e regionais (SACHS, 2007). Nesse contexto, a ecosocioeconomia surge em meio à discussão sobre o ecodesenvolvimento.

A ecosocioeconomia tem suas matrizes arraigadas nos princípios da ecologia profunda, por repensar os atuais estilos de vida; na economia social ou socioeconomia, por ponderar as consequências sociais na ação econômica; na economia ecológica, porque está voltada para a análise e o cálculo dos custos ambientais na ação econômica; e na ecologia humana, por considerar a premissa da inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos (SAMPAIO; DALLABRIDA, 2009).

Os fundamentos da ecosocioeconomia podem ser associados originalmente aos estudos de Karl Willian Kapp, na sua tese intitulada *Planwirtschaft und Aussenhandel* (Planejamento Econômico e Comércio Internacional) (KAPP, 1936); e na obra *The Social Costs of Private Enterprise* (Os custos sociais da empresa privada) (KAPP, 1963). Em perspectiva da economia institucional, sendo construída numa contínua interação entre a teoria e as experiências aplicadas, essa obra abordou as rela-

ções entre a economia e o meio ambiente, inovando por trazer uma análise detalhada das múltiplas fontes dos custos sociais em uma economia capitalista e em que se desenvolve a ação empresarial. Saindo da vertente de análise tradicional da economia, na qual os recursos naturais são compreendidos como “bem de uso” e o desenvolvimento econômico é uma prioridade em relação ao meio ambiente, inaugurou-se, assim, caminho epistemológico alternativo. Considerando a dicotomia indivíduo-sociedade e meio ambiente-economia das ciências econômicas, Kapp (1963, p. 42) sugere a integração dos estudos das áreas econômica, física e social numa perspectiva sistemática representada pelo “princípio da causalidade circular cumulativa”.

Mais recentemente, a ecossocioeconomia passou a ser pensada a partir de três princípios básicos: a gestão interorganizacional que ocorre na mediação entre os interesses público e privado em situações em que as decisões organizacionais consideram as suas consequências no entorno territorial e para aqueles que sofrerão as externalidades quando serão postas em ação; a efetividade extraorganizacional resultante da gestão interorganizacional pautada em critérios socioeconômico-ambientais integrados no cálculo das consequências societárias para a incorporação da necessidade de resposta às demandas da microcomplexidade do território e da macrocomplexidade dos espaços associados, sendo o território microcomplexo o resultante da dinâmica e do entrelaçamento dos fluxos econômico, social, geográfico e natural e o macrocomplexo aquele que abrange espaços microrregionais, regionais, nacionais ou internacionais; a extraterritorialidade resulta da operacionalização dos dois primeiros princípios no processo de gestão e tomada de decisão organizacional da socioeconomia das organizações, das demandas sociais do território em um contexto de emprego de racionalidade de ecodesenvolvimento confrontante com a hegemonia da racionalidade utilitarista (SAMPAIO, 2010).

As ecossocioeconomias privilegiam experiências de grupos organizados formal ou informalmente: as organizações (FERNANDES; SAMPAIO, 2006). Em suas dinâmicas de funcionamento, as organizações são ordenadas por meio de normas internas (ou critérios intraorganizacionais), que, apesar de serem internas à organização, atingem

direta ou indiretamente o território. Assim, toda ação intraorganizacional (interna) reflete extraorganizacionalmente (externo), ou seja, as externalidades organizacionais refletem no seu entorno, no território em que a organização está inserida (GARCIA et al, 2015).

A compreensão da lógica de ação em contextos de ecossocioeconomia é dependente de processos de governança interna (interorganizacional) conduzidos e estabelecidos para que as externalidades das ações da organização (extraorganizacional) respondam com efetividade às demandas socioambientais do território. A ecossocioeconomia pressupõe, assim, um modelo de gestão lastreado em uma racionalidade que incorpore a sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental no cálculo dos resultados organizacionais. A extrarracionalidade, por sua vez, diz respeito à capacidade de tomada de decisão para estimar as suas consequências coletivas (SAMPAIO et al, 2011).

O desafio na ecossocioeconomia tem sido superar a lógica econômica de cálculo de consequências para extrapolar os limites da racionalidade puramente econômica e priorizar uma pré-racionalidade “construída a partir da participação e do engajamento da sociedade civil e dos recursos locais, para poder planejar um novo estilo de desenvolvimento por meio de estratégias concretas corretivas de intervenção” (FERNANDES; SAMPAIO, 2006, p. 2). Essa pré-racionalidade pressupõe um modelo de desenvolvimento que permita que a sociedade detenha o domínio sobre os seus avanços e, assim, que permita que o indivíduo e as organizações assumam responsabilidades e gerenciem o seu próprio desenvolvimento.

Artesanato e arranjos ecossocioeconômicos

O artesanato é marcado pelo gesto humano, pela participação do indivíduo nas etapas de elaboração do produto e pelos seus referenciais culturais. O que diferencia o artesão é, portanto, o seu contexto sociocultural e as particularidades de sua história e trajetória de vida. Por isso, não se constitui em mera mercadoria, já que traz em si valores, crenças e culturas, e a resultante de tensões e interações entre as dimensões econômica e social do trabalho

do artesão. O artesão, portanto, não pode perder as suas especificidades culturais ou o sentido do seu ofício se tem interesse em manter-se na atividade (LIMA, 2005).

Incorporando parte da complexidade representada pela atividade do artesão, o documento chamado *A Base Conceitual do Artesanato Brasileiro* descreve o produto artesanal como “o objeto resultante da atividade artesanal ou de trabalhos manuais, respeitando o conceito de artesanato (BRASIL, 2012, p. 15) enquanto o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o conceitua como “toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade” (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 201, p. 21). Nessas perspectivas, ao se considerar o contexto ecosocioeconômico em que as atividades do artesanato são desenvolvidas, há que se ter clareza de compreensão sobre o fazer artesanal e o entendimento do papel do artesão em relação ao meio ambiente. Esse papel e esse fazer devem ser considerados do ponto de vista da técnica, da experiência de vida do artesão, das influências do artesanato na preservação da cultura, do fortalecimento do capital social e econômico e, também, da preservação ambiental.

Como uma tradicional forma de manifestação cultural que não pode ser compreendida de forma linear, a análise do artesanato requer a observação de sua origem, do processo de criação e do contexto em que está inserido, pois “o universo artesanal não é uma realidade homogênea, pressupõe modos de fazer diferentes, estilos de visões de mundo e estéticas diferentes também” (LIMA, 2005, p. 1). Portanto, o artesanato deve ser estudado como um processo e não como um resultado, como produtos inseridos em relações sociais e não como objetos voltados para si mesmos (CANCLINI, 1983).

Diante desse contexto, o artesanato presente nas feiras urbanas, como experiências ecosocioeconômicas em curso, podem ser identificadas como arranjos socioprodutivos. Esses arranjos têm seus fundamentos na forma de organização que auxilia a superar barreiras de crescimento e assume os mais variados tamanhos, contribuindo para o surgimento

de externalidades pecuniárias e tecnológicas, ao mesmo tempo em que cria condições para uma interação cooperativa e solidária (CROCCO et al, 2003).

As atividades dos produtores ligados ao artesanato podem se mostrar importantes para a dinamização da vida social, econômica e cultural de contextos urbanos. Por um lado, as iniciativas desses segmentos podem estabelecer perspectivas de sustentabilidade do desenvolvimento local/regional e, por outro, constituir-se importantes meios para combater a pobreza e a exclusão social a partir da melhoria das condições de vida local (GRIMM et al, 2018), o que é passível de ser observado em experiências que fortalecem e inovam postulados das ecosocioeconomias no debate contemporâneo.

Abordagem metodológica

O contexto ecosocioeconômico do estudo é formado pela Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem, em Curitiba (Figura 2). Essa feira funciona aos domingos e conta com um público circulante de aproximadamente 22 mil pessoas, que formado por turistas e moradores de Curitiba e região metropolitana.

A feira ocupa espaço específico, abrangendo 1,6 km de extensão, e seu layout compreende 5 trechos em que percorre ruas e praças. Nesse espaço estão localizadas 1.300 barracas habilitadas para comercializar variados produtos. Além da atividade dos feirantes, naquele espaço também ocorrem manifestações culturais e artísticas (GRIMM et al, 2016).

Metodologicamente, o levantamento de dados e informações do contexto empírico de estudo se pautou em narrativas (FELDMAN et al, 2004; FRANZOSI, 1998; MANNING; CULLUM-SWAN, 1994), que foram levantadas por meio de atividade de campo. Para isso foram realizadas observações e conversas informais pautadas em roteiros de entrevistas sobre as atividades de dois artesãos que expõem seus trabalhos na Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem, em Curitiba. Na coleta também foram analisados documentos no site da Prefeitura Municipal de Curitiba sobre as normas, atividades e forma de organização da feira.

Figura 2 – Vista panorâmica da Praça Garibaldi e da Feira do Largo da Ordem.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

O critério para a escolha dos respondentes foi a de ser feirante legalmente inscrito para comercializar no espaço da feira e produzir artesanato de acordo com as normas estabelecidas pelo Instituto de Turismo da Cidade de Curitiba. O estudo se limitou a dois feirantes em razão da estratégia de utilização de narrativas individuais para captar em profundidade traços do *modus vivendi* que possam ser relacionados e confrontados com a base teórico-conceitual desenvolvida.

A coleta de informações e dados ocorreu entre dezembro de 2017 e março de 2018.

Apresentação e análise dos dados e informações

As narrativas dos dois feirantes participantes do estudo foram organizadas com base no sujeito, nos instrumentos e ferramentas que utiliza para realizar suas atividades, no objeto artesanal produzido, na divisão do trabalho, nas regras a que se sujeita, na sua relação com a comunidade, e no processo de aprendizagem expansiva em que ocorre um arranjo de socioproductivo que funciona sob o princípio da ecossocioeconomia.

Sistema de atividade e aprendizagem expansiva do artesão A

Sujeito

O artesão A é pintor e entalhador de profissão, vem de família artesã, tendo irmão e avô entalhadores. Na Feira do Largo da Ordem há dois anos, produz esculturas feitas com pneus, principalmente de moto. Seu empreendimento é gerenciado com seu irmão.

O artesão começou a expor e a vender os seus produtos pelo Facebook. O principal motivo que o levou a participar da Feira foi perceber naquele local a possibilidade de inovar e ampliar a forma de exposição dos seus produtos para um público além daquele que o seguia na rede social. Isso o levou a procurar se informar sobre o processo de inscrição para participar da Feira e, por considerá-lo viável, realizou o seu cadastramento. Feito isso, submeteu os produtos resultantes das suas atividades artesanais à avaliação dos organizadores, sendo aprovado em relação aos critérios que regulam as atividades intraorganizacionais da Feira. Assim, dois meses depois da sua inscrição, ele começava a expor o seu artesanato na Feira.

Instrumentos ou ferramentas

Os principais instrumentos de trabalho são o estilete, a lixadeira e a faca. Como não usa máquinas, não é possível produzir em série. As esculturas são feitas em formatos e tamanhos variados, principalmente em formato de animais. Há também a confecção de mesas, cadeiras e outros objetos com os pneus ou tiras, bem como com sobras de outros objetos.

Extraorganizacionalmente, o artesão participa de um grupo de artesãos nas redes sociais. É nesse grupo que obtém grande parte da informação sobre técnicas, materiais e procedimentos para elaborar as peças que produz.

Objeto

A transformação da atividade anterior começou a partir do estímulo do irmão, que viu algumas peças produzidas na Internet e o estimulou a dar início à produção. O artesão já conhecia algumas técnicas e começou a produzir por conta própria. A princípio, a produção era destinada para sua própria casa, mas diante do interesse das pessoas, os dois irmãos perceberam a possibilidade de comercialização. Isso levou o artesão a aprimorar as suas técnicas até que decidiram fazer a inscrição para exporem os seus produtos na Feira do Largo da Ordem.

Em termos de aplicação de técnicas, o artesão aproveitou e expandiu a experiência e aprendizagem anteriores de pintura e de técnicas de entalhe para adaptá-los à produção de artesanato criado a partir de pneus. A matéria-prima utilizada, além da base material para expressar a capacidade criativa, foi percebida pelo artesão também como uma possibilidade de minimizar os impactos dos muitos pneus que eram descartados na natureza. A conclusão a que chegou foi que além de ter matéria-prima farta e acessível, ainda poderia contribuir para a proteção da natureza.

O processo de corte (o pneu deve ser virado do avesso), limpeza, pintura e montagem para confeccionar uma peça dura aproximadamente um dia. As peças são repostas em função das que foram vendidas no domingo anterior, e acrescentadas outras para manter a variedade de produtos expostos. As

peças que não são vendidas na Feira são divulgadas para comercialização na página do Facebook. As atividades do artesão são, portanto, mediadas por uma base material relacionada à redução de impactos negativos na natureza e por uma estrutura de comercialização formada por um sistema de atividades que se desenvolvem tanto no contexto micro-organizacional da Feira quanto no macro-contexto representado pela rede social.

Dentro do processo de concepção, análise de viabilidade e construção, quando conclui que algo que fez não dá certo na implementação, ele não desiste. As reflexões sobre o processo o levam a procurar alternativas para reaproveitar os materiais empregados a fim de reformatar as esculturas para colocá-las à venda novamente. Segundo o artesão, ele nunca descartou uma escultura. As sobras de material de uma peça são reutilizadas em outra, ou seja, passam a compor e a gerar significado em outra peça (por exemplo, as tiras que sobram do feitiço de um animal são usadas para fazer o assento de um banco ou as asas de uma águia). As demais peças usadas para, por exemplo, fazer bico de pássaro são de madeira reutilizada, com origem em demolição, *pallets*, partes de guarda-roupas etc., que ele coleta em obras e na rua. Aqui evidenciam-se, por exemplo, princípios do ecodesenvolvimento, como prudência ecológica e busca de eficiência econômica no desenvolvimento e aplicação de tecnologias sustentáveis para dar suporte às suas atividades de criação e produção de artefatos artesanais.

Divisão do trabalho

A divisão do trabalho é feita entre o artesão e seu irmão. Ele explica que: “por exemplo, enquanto um corta, o outro pinta. Ou enquanto um corta, o outro lava o pneu”. Os dois estão capacitados para executar as atividades relativas a todo o processo, mas dividem o trabalho para “não ficar repetitivo” (ARTESÃO A).

Os custos e ganhos são divididos igualmente entre os dois e eles se revezam semanalmente para vender os produtos na barraca, gerenciar a página do Facebook e fazer as entregas. São atividades, portanto, que ocorrem no contexto da microcomplexidade das atividades cotidianas da feira localmente situada e no macrocontexto extraterritorial

das redes sociais. Ainda, a continuidade das atividades pressupõe o domínio das normas internas que incidem no território da feira, assim como aquelas que regulam as atividades no ciberespaço.

As regras

As regras que organizam a atividade estão relacionadas a duas questões: produção e venda. O artesão relata que as regras de produção e venda na Feira do Largo da Ordem são definidas pela Prefeitura Municipal, que estabelece normas no processo de escolha dos feirantes, controle de presença e fiscalização dos produtos oferecidos em cada barraca. O objetivo da fiscalização é assegurar que os objetos vendidos não fujam das características daqueles que foram aprovados. Na sua percepção, a fiscalização da Prefeitura é rigorosa, e ele então se policia para não descumprir as regras impostas (não expor outra arte que não seja a proposta, pelo risco de perder o posto de venda). Há, portanto, o cálculo das decisões internas da organização das atividades de produção e comercialização do negócio, para que não se desajustem ou venham a gerar externalidades no entorno que possam gerar imposição de consequências negativas por parte do órgão público regulador.

Em relação às regras pessoais, são relacionadas com a questão da segurança na produção, principalmente na prevenção de cortes no uso dos instrumentos cortantes (estilete, faca, lixadeira). Usam luva para cortar os pneus e máscara para pintura.

Comunidade

No microcontexto em que se situa o arranjo produtivo de que participa, o artesão relata que tem boa relação com os feirantes vizinhos da sua barraca e os identifica como “família”. Segundo ele, naquela região não há conflitos ou brigas por espaço ou por produtos, embora relate que relações conflitivas acontecem em outras regiões da feira. Procurando manter a autogestão de suas atividades e práticas, o artesão relata não ter outra relação com a Prefeitura se não aquela necessária para controle e fiscalização da sua atividade na feira. A sua atividade é, em essência, individual, pois não participa de nenhuma associação ou cooperativa dentro ou fora da Feira.

Sobre a relação com turistas e clientes, o artesão, demonstrando capacidade de se ajustar a demandas por meio da adoção de estratégia de aprendizagem expansiva, relata que se o interessado trouxer a foto de algum animal, eles tentam reproduzir. Eles também fazem móveis de pneus (cadeira, mesa de centro, pufe), ainda que as esculturas de animais serem o foco principal. Sobre as possibilidades de articulação dos conhecimentos e as habilidades aplicadas na atividade que desenvolve, o artesão afirma que “na verdade, o pneu, se você analisar, dá para fazer qualquer coisa”.

Como relatado, a inspiração para novos trabalhos e a troca de informação sobre técnicas, materiais e procedimentos vem da participação de um grupo nas redes sociais. Esse pode ser um contexto da crítica, da descoberta em que se buscam conteúdos para aplicação em peças de artesanato.

Aprendizagem expansiva

De modo geral, em relação às conclusões pontuais tratadas acima, a aprendizagem expansiva identificada na atividade do artesão deve ser caracterizada a partir da análise do sistema de atividade de artesanato do artesão em diferentes momentos das práticas e de sua interação com o seu ambiente de aprendizagem. A nova prática do artesão, substanciada na produção de esculturas de pneu, teve início com o estímulo à percepção, a sugestão do seu irmão e os questionamentos do artesão sobre as possibilidades e oportunidades trazidas pela nova produção em termos de benefícios econômicos e ambientais.

O processo tem sequência com a reflexão e reestruturação da prática exercida visando à transformação da atividade. Ao utilizar o conhecimento anterior para a confecção de produtos para uso próprio, o aproveitamento da experiência de pintura e o conhecimento de técnicas de entalhe para se ajustarem e se adaptarem para produção de artesanato feito com pneus, o artesão utilizou a aprendizagem expansiva para conceber e modelar a nova atividade. Percebeu que havia muitos pneus que eram descartados e que, além de ter matéria-prima farta e acessível, ainda poderia contribuir para a proteção da natureza.

O exame e experimentação do novo modelo foi possível com a inscrição do empreendimento na Feira e a ampliação das relações com clientes e turistas. Isso levou o artesão a se inserir em comunidades de práticas para pesquisar técnicas e modelos que pudessem contribuir para a adaptação em relação às demandas e regras de comercialização que lhe passaram a ser externamente impostas.

O artesão parece compreender profundamente o processo e a dinâmica da produção de artesanato e da sua comercialização na Feira, bem como as limitações que a inserção nesse arranjo socioproductivo lhe impõe. Isso está presente principalmente na preocupação que manifesta quanto a cumprir as regras de comercialização impostas pela Prefeitura.

A consolidação da nova prática está presente no relacionamento com os demais feirantes, na abertura para receber e trocar informações com clientes ou com grupos de contato, buscando sempre inspiração para novos produtos, novas técnicas, materiais e procedimentos.

Sistema de atividade e aprendizagem expansiva do artesão B

Sujeito

O artesão B é artesão há 7 anos e comercializa suas esculturas em metal na Feira há aproximadamente 3 anos. O artesão comercializa os seus produtos na Feira aos domingos e recebe encomendas pelas redes sociais durante a semana. Diz não ter loja ou atelier.

Antes disso ele trabalhava com uma oficina de lataria e pintura, como relata:

Eu tinha essa oficina de lataria e pintura e eu via essas peças que iam ser jogadas fora e pensei... puxa... o que eu posso fazer com isso? E comecei a brincar. Claro que, no começo, não era nada nesse perfil. A partir dali comecei a me interessar mais, mais, até que chegou um momento que eu parei com a oficina e me dediquei só a esse trabalho. (ARTESÃO B).

Essas tentativas iniciais se apresentam como indício do surgimento de um ciclo expansivo de aprendizagem, adaptações e aplicações de conhecimentos historicamente desenvolvidos pelo artesão.

O artesão sempre gostou de criar, mas foi da atividade na oficina que surgiu o interesse em traba-

lhar com as esculturas feitas de peças automotivas. Conta que sempre teve fascínio por esse tipo de trabalho porque via um grupo de pessoas que o desenvolviam no Centro de Curitiba. Isso ocorreu desde longa data, quando era mais jovem, com mais ou menos 12 anos, e veio morar em Curitiba. Quando teve os primeiros contatos com esses trabalhos, ficou apaixonado. Entretanto, naquela época, não acreditava que teria potencial para fazer o que faz hoje. Nessa época é, portanto, possível identificar o surgimento de necessidades de desenvolvimento de práticas, que se manifestaram a partir de perturbações, identificação de possíveis falhas e problemas relacionados às práticas que então desenvolvia.

Instrumentos ou ferramentas

As principais ferramentas de trabalho são: máquina de solda, lixadeira ou furadeira, para escovar, e verniz, para dar acabamento. Esses são, portanto, os instrumentos que assumem papel de mediação entre o artesão e o seu artesanato. A necessidade de desenvolver ferramentais conceituais levou o artesão, que era pintor automotivo, a adaptar técnicas de solda e de pintura aprendidas e praticadas anteriormente.

Hoje, ele reutiliza todos os materiais que encontra em oficinas e ferros-velhos e algumas ele ganha dos próprios clientes, além de incorporar às esculturas os objetos do dia a dia. Algumas esculturas são feitas de prego, vergalhão e restos de construção.

A necessidade de compreender o sistema de atividades em que se inseriu o levou a compreender e a se integrar em uma estrutura mais ampla, que era formada pelas demandas e relações para atender os turistas. Um dos primeiros aprendizados nesse processo foi o de que o grande problema era o peso das peças. Então, ao longo do processo, ele tenta deixar as peças mais leves, mas sem lhes tirar as características artísticas.

Procurando meios para se ajustar a fim de atender necessidades que são percebidas como reais de turistas e visitantes da feira, o artesão desenvolveu como “carro chefe” as peças que representam motos e guitarras. Entretanto, como trabalha com peças improváveis, ele tenta adaptar as que encontra nas esculturas que têm mais saída. Entretanto, além

de sempre repensar a questão de materiais, que nunca são os mesmos, ele complementa: “eu não tenho como produzir em série porque cada escultura é feita com as peças que tenho à disposição no momento” (ARTESÃO B). Não obstante, o artesão procura não sair do padrão estabelecido e da gama de produtos, pois entende que já é conhecido pelo estilo das esculturas que produz. Nesse processo, sob a perspectiva da teoria da atividade, é possível concluir que o artesão constrói um novo objeto e o conceito de sua atividade, e introduz esse novo objeto e conceito na sua prática cotidiana.

Objeto

O artesão iniciou a produção de esculturas com peças de carros, de motos e de instrumentos musicais por serem as primeiras referências que ele teve, com suas primeiras esculturas vendidas a amigos e familiares. Na teoria da aprendizagem expansiva, as atividades anteriores se constituíram nos meios necessários para trazer a experiência anterior da história para a atividade atual.

Em um processo de expansão de aprendizado, o artesão passou a pesquisar na internet fotos de instrumentos musicais e barcos vikings para lhes servirem de inspiração. Entretanto, segundo ele, o próprio processo de transformar materiais que iriam ser descartados já faz o objeto ser bem diferente da foto de referência. No processo de ajustes para aproveitar todos os objetos que tem para fazer uma escultura, o que permanece é o conceito. Por isso, cada escultura, mesmo partindo de um mesmo referencial, acaba sendo feita de forma diferente, porque ele nem sempre tem as mesmas peças.

Para o artesão, além de meio obtenção de retorno econômico, da expressão artística gerada pela aprendizagem que desenvolveu ao longo de sua história, os objetos representam uma escultura e, ao mesmo tempo, fazem referência à preocupação com a sustentabilidade, pois neles estão contidos e ressignificados aquilo que seria descartado, jogado fora.

Do mesmo modo que ocorreu ao outro artesão participante do presente estudo, as relações se desenvolvem tanto em arranjo socioproductivo microterritorialmente localizado quanto no um macrocontexto virtualizado, representado pelas

redes sociais. Há, entretanto, uma diferença que diz respeito à inserção das peças artesanais que produz em um mesmo contexto, formado pelo mercado das galerias de arte. Relata o artesão, pois, que a maioria das peças vai para a Feira, algumas vão para galerias de arte e outras são produzidas para atender às encomendas recebidas na própria Feira ou nas redes sociais.

O artesão, como sujeito que interage com objetos para alcançar resultados desejados e ajustados às demandas do ambiente externo em que está implexo, diz já conhecer o perfil e procura levar as esculturas voltadas ao público que as compra. Quando um cliente não encontra o que procura, o artesão produz e envia as peças pelo correio. Ele complementa que, por um lado,

Às vezes a pessoa tem uma ideia... que nem aquela da formiga... a gente teve a ideia e mandou para o cliente. O cliente queria uma escultura para o jardim dele e não sabia o que ele colocava. Aí nós sugerimos que ele fizesse formigas subindo a parede. Nós fizemos uma formiga e mandamos a foto para ele. Ele gostou e nós fizemos. (ARTESÃO B).

Por outro, “às vezes o cliente traz a ideia, noutras eu tenho a inspiração e faço, da própria conversa com as pessoas” (ARTESÃO B). Nessa interação, se analisada sob a ótica da teoria da atividade expansiva, a aprendizagem passa a se ligar à comunidade onde ela ocorre, integrando aspectos culturais e sociais da aprendizagem.

Divisão de trabalho

É o artesão quem produz sozinho todas as esculturas que são comercializadas. Sua esposa o ajuda no atendimento aos clientes na Feira e nas redes sociais.

As regras

A principal preocupação do artesão é em relação às regras de segurança, como o uso de óculos de proteção e luvas, pois, como é o único responsável pela confecção das esculturas, precisa garantir que tenha condições de continuar produzindo.

Em relação ao comércio da Feira, como ocorreu com o primeiro artesão participante do presente estudo, suas preocupações estão relacionadas ao

cumprimento das regras colocadas pela Prefeitura em relação à assiduidade, ao cumprimento do horário de atendimento (das 9 às 14h) e à manutenção das características dos produtos para que eles não percam sua licença para a comercialização na Feira.

Comunidade

O artesão afirma que a relação com outros membros da Feira é muito boa e os considera como uma família. Em relação aos produtos artesanais, como os do entorno são muito diferentes, não há conflito porque não há concorrência direta, e afirma que “nessa região todos respeitam o espaço dos outros” (ARTESÃO B). Portanto, embora partilhando de atividades de natureza similar, a criatividade aplicada os torna diferenciados a ponto de afastar a concorrência, que é típica de sistemas de produção em série.

Com a prefeitura, a relação é “prática” e resume-se em pagar as taxas, ao processo de cadastramento e à avaliação dos produtos. Nesse sentido, afirma que “tem as normas que precisamos cumprir para estar aqui, como o horário e a manutenção do foco nos produtos que produzimos” (ARTESÃO B). Então, aqui, na perspectiva da teoria das atividades, há análise de regras, convívio em comunidade e divisão de trabalho, realçando a diferença entre a ação individual e a ação coletiva.

No macrocontexto, o artesão não faz parte de nenhuma organização ou cooperativa, mas colabora com projetos do Departamento de Cultura do Município de Fazenda Rio Grande, onde mora atualmente e faz exposições, palestras de conscientização sobre reciclagem e oficinas de artes.

Aprendizagem expansiva

No caso do artesão B, a aprendizagem expansiva para uma prática pode ser identificada quando se analisam as contradições ocorridas quando começou a criar as primeiras obras. Entre a expectativa do outro e as reflexões sobre como expandir a aprendizagem para ampliar as suas atividades e práticas, ao expô-las para amigos e familiares, gerou um contexto em que passou a perceber seu potencial e a necessidade de aprimorar as técnicas, que anteriormente eram vistas como habilidades de

aplicação de técnicas de solda e pintura automotiva.

A nova prática relacionada ao artesanato foi modelada a partir da adaptação do artesão à nova atividade. No início, ele conciliava as atividades da oficina e as de artesanato, mas, ao longo do tempo, com o reconhecimento e a necessidade de mais tempo para a produção, foi levado a optar por direcionar seus esforços para a produção das esculturas, o que levou à transformação completa da sua atividade. A questão da sustentabilidade, presente na reutilização de peças e outros materiais, é observada desde a prática da atividade anterior, e mostra-se central no processo de reestruturação da atividade.

A consolidação da nova prática apresenta-se na sua relação com a comunidade formada a partir dos contatos com os outros feirantes, e com a preocupação manifesta de utilizar criativamente os objetos que se lhe apresentam para fazer uma escultura. Isso o leva a desenvolver e ampliar os ciclos de aprendizagem expansiva para conseguir pôr em prática as alterações necessárias a fim de realizar ajustes em razão das demandas contextuais, como, por exemplo, foi o caso do peso elevado das suas esculturas. Esse processo de aprendizagem conceitual lhe permitiu realizar alterações nos objetos que produz sem que haja interferências nas características artísticas das esculturas que cria.

Conclusões

A ampliação das possibilidades de aplicação da base teórico-conceitual da abordagem da ecosocioeconomia parece ter se expandido com a associação da teoria da atividade e suas nuances relacionadas à aprendizagem expansiva. Na investigação empreendida foi possível, pois, compreender, com bom nível de aprofundamento, o processo de aprendizagem da perspectiva de indivíduos artesãos que, utilizando experiências adquiridas e transformadas durante suas histórias pessoais, se capacitaram para atuar com capacidade de agência suficiente para que se inserissem e passassem a atuar criativamente num contexto formado por um arranjo socioproductivo urbano. A aprendizagem, da percepção dos feirantes, se subsume, portanto, à visão de Engeström (2014), que defende que o aprendizado envolve a geração

de um novo conhecimento ou de novas práticas, como parte constitutiva e de transformação de um sistema de atividades.

A aprendizagem mostrou possuir bases construtivistas originárias de interação, por um lado, na relação sujeito-objeto-mediação para a concepção e desenvolvimento de peças artesanais e, por outro, permitiu a inserção e o relacionamento das práticas e de significados no contexto da ecossocioeconomia. A contribuição da investigação para a prática pode estar na percepção de que o artesanato, se visto como uma atividade criadora, pode contribuir para o comprometimento do sujeito com o contexto socioambiental em que está implexo. Isso é possível por valores ecossocioeconômicos estarem associados à sua prática cotidiana e, por meio de significados incorporados por suas obras artesanais, permitirem elevar o nível de comunhão com a natureza e, pela dialogicidade vivenciada nos ciclos de aprendizagem expansiva, ampliar boas práticas

de convivencialidade em arranjos socioprodutivos e em contextos de interações com as cidades. Isso, frente às transformações socioeconômicas que vêm ocorrendo ao longo das últimas décadas, permite bases consistentes para que os artesãos passem a repensar as suas atividades a fim de incorporar práticas sustentáveis em sua produção.

No âmbito das Ecossocioeconomias, o estudo de caso mostrou que as feiras livres podem abranger as dimensões sociocultural, econômica, ambiental e político espacial, configurando-se, assim, como uma atividade que permite a participação cidadã, o empoderamento local, o sentimento de pertencimento, a geração de trabalho e renda (GRIMM et al, 2018), bem como um lócus privilegiado para a emergência de ciclos de aprendizagem expansiva em atividades que visam a incorporação de valores culturais e transformação de técnicas industriais para elevar o potencial artístico e o valor de obras artesanais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Base conceitual do artesanato brasileiro**. Brasília, DF, 2012.
- CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COLE, Michael. **Cultural psychology: a once and future discipline**. Cambridge: The Belknap Press, 1998.
- CROCCO, Marco. Et al. **Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais: uma nota técnica**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003.
- DAVYDOV, Vasily. Análisis de los principios didácticos de la escuela tradicional y posibles principios de enseñanza en el futuro próximo. In: DAVYDOV, Vasily; SHUARE, Marta (Org.). **La psicología evolutiva y pedagógica em la URSS: antología**. Moscú: Editorial Progreso, 1987. p. 143-154.
- ENGESTRÖM, Yrjö. **Learning by expanding: an activity-theoretical approach to developmental research**. Helsinki: Orienta-Konsultit, 1987.
- _____. Expansive learning at work: toward an activity theoretical reconceptualization. **Journal of Education and Work**, v. 14, n. 1, p. 133-156, 2001.
- _____. Como superar a encapsulação da aprendizagem escolar. In: DANIELS, Harry (Org.). **Uma introdução a Vigotski**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 175-198.
- _____. Activity theory and learning at work. In: MALLOCH, Margaret. Et al (Org.). **The SAGE handbook of workplace learning**. London: Sage, 2011. p. 86-104.
- _____. **Learning by expanding**. 2nd ed. New York: Cambridge University Press, 2014.
- ENGESTRÖM, Yrjö; BLACKLER, Frank. On the life of the object. **Organization**, v. 12, n. 3, p. 307-330, 2005.
- ENGESTRÖM, Yrjö; MWANZA, Daisy. Pedagogical adeptness in the design of e-learning environments: experiences from the Lab@Future Project. In: WORLD CONFERENCE ON E-LEARNING IN CORPORATE, GOVERNMENT, HEALTHCARE, AND HIGHER EDUCATION, 2003, Phoenix. **Proceedings...** Phoenix, 2003. p. 1344-1347.
- ENGESTRÖM, Yrjö. Et al. Spatial and temporal expansion of the object as a challenge for reorganizing work. In:

- NICOLINI, Davide; GHERARDI, Silvia; YANOV, Dvora (Org.). **Knowing in organizations: a practice-based approach**. New York: Taylor & Francis, 2016. p. 151-186.
- ENGESTRÖM, Yrjö; SANNINO, Annalisa. Studies of expansive learning: foundations, findings and future challenges. **Educational Research Review**, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2010.
- FELDMAN, Martha S. Et al. Making sense of stories: a rhetorical approach to narrative analysis. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 14, n. 2, p. 147-170, 2004.
- FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. **RAE-Eletrônica**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n2/v5n2a02.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2017.
- FRANZOSI, Roberto. Narrative analysis: why (and how) sociologists should be interested in narrative. **Annual Review of Sociology**, v. 24, n. 1, p. 517-554, 1998.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, 2002.
- GARCIA, Manon. Et al. Ecosocioeconomics and logistics of urban delivery: sustainability indicators. **Espacios**, v. 36, n. 16, p. 18, 2015.
- GRIMM, Isabel Jurema. Et al. Arranjos socioprodutivos de base territorial: uma análise das feiras livres comunitárias na cidade de Curitiba. In: ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (ETBCES), 6., 2016. **Anais...** Salvador: UNEB, 2016.
- GRIMM, Isabel Jurema. Et al. Encadeamento ecossocioeconômicos e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, p. 35-56, 2018.
- ILYENKOV, Evald. The dialectics of the abstract and the concrete in Marx's Capital. Moscow: Progress Publishers, 1982.
- KAPP, Karl William. **Planwirtschaft und aussenhandel**. Genève: Georg & Cie, S. A. Libraires-Editeurs, 1936.
- _____. **The social costs of business enterprise**. Nottingham: Spokesman Books, 1963.
- LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. **Actividad, conciencia y personalidad**. Mexico, DF: Editorial Cartago, 1984.
- LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato solidário. **Artesanato: cinco pontos para discussão**. 2005. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=96>. Acesso em: 08 jul. 2017.
- MANNING, Peter K.; CULLUM-SWAN, Betsey. Narrative, content and semiotic analysis. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994. p. 463-478.
- MAX-NEEF, Manfred. Et al. Desenvolvimento e necessidades humanas. In: MAX-NEEF, Manfred (Org.). **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexos posteriores**. Blumenau, SC: Edifurb, 2012. p. 26-57.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.
- PROCOPIUCK, Mario. Et al. Feiras urbanas livres em Curitiba: análise sob a perspectiva da ecossocioeconomia. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL: ESPACIOS EN MOVIMIENTO EL PASADO Y EL FUTURO DE LAS ESTRUCTURAS URBANAS Y RURALES, 2017, Varsóvia. **Anais...** Varsóvia: Departamento de Geografía del Desarrollo y Planeación Espacial de la Facultad de Geografía y Estudios Regionales de la Universidad de Varsóvia, 2017.
- SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Geramond, 2008.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau, SC: EDIFURB, 2010.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; DALLABRIDA, Ivan Sidney. Ecossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 17-33, jul./dez. 2009.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Et al. Racionalidade de tomada de decisão para o planejamento e a gestão territorial sustentável. **Revista do Desenvolvimento Regional - REDES**, v. 16, n. 2, p. 131-155, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Termo de referência: atuação do Sistema SEBRAE no artesanato.** Brasília, DF, 2010.

VIGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIRKKUNEN, Jaakko; SCHAUPP, Marika. From change to development: expanding the concept of intervention. **Theory & Psychology**, v. 21, n. 5, p. 629-655, 2011.

ZDEPSKI, Fabiola Bevervanço. Et al. Teoria da Atividade para compreender como o artesanato de referência cultural pode ter fortalecida a criatividade em arranjos de Ecossocioeconomia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 8., 2017, Natal. **Anais...** Natal: ANPPAS, 2017.

Recebido em: 30/03/2018

Aprovado em: 06/07/2018

MUSEU VIRTUAL QUILOMBO CABULA: EDUCAÇÃO DIALÓGICA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

*Luciana Conceição de Almeida Martins (UCSAL)**

*Francisca de Paula Santos da Silva (UNEB)***

*Alfredo Eurico Rodrigues Matta (UNEB)****

RESUMO

Desde 2010, o projeto Turismo de Base Comunitária (TBC) do Cabula e entorno tem realizado ações para desenvolver prática ecossociocidadã em herdeiros de arraiais e quilombos, como aquele destruído pela ação policial em 1807. O objetivo é apresentar a pesquisa aplicada sobre o Museu Virtual do Quilombo Cabula (MVQC), uma aplicação digital de caráter educacional comunitário que auxilia na formação de uma consciência ecossociocidadã, valorizando a autoestima e conscientizando sobre o rico passado e a herança cultural e ambiental do bairro. A comunidade participou dialogando sobre a pesquisa histórica com a universidade, tornando-se investigadora ativa e realizando ciclos de desenvolvimento próprios da abordagem metodológica Design-Based Research (DBR), adotada pela pesquisa para a construção de design cognitivo do Museu. O resultado do Museu mostrou-se adequado e integrado ao TBC, e se concluiu sobre sua utilidade para auxiliar a desenvolver uma prática ecossociocidadã, necessária ao TBC.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Socioecocidadania. Educação popular. Museu virtual. História da Bahia.

ABSTRACT

VIRTUAL MUSEUM QUILOMBO CABULA: DIALOGIC EDUCATION FOR COMMUNITY-BASED TOURISM

Since 2010, the project Turismo de Base Comunitária (TBC) of Cabula district and surroundings have been accomplishing actions to develop eco-social citizenship practice in heirs of villages and quilombos, as that one destroyed by the police in 1807. The objective is to present the applied research on the Virtual Museum of the Cabula Quilombo, a digital application of community education character which helps in the formation of a eco-social citizenship conscience, valuing the self-esteem

* Doutora em Difusão do Conhecimento pelo Programa Multi-institucional e Multidisciplinar (UFBA/UNEB/IFBA/LNCC/UEFS/SENAI-CIMATEC). Professora do departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: luckianas@gmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: fcapaula@gmail.com

*** Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/Université Laval - Canadá). Pós-Doutor em Educação a Distância e Comunidades de Aprendizagem Internacionais em Língua Portuguesa pela Universidade do Porto. Professor do Doutorado Interinstitucional Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: alfredo@matta.pro.br

and becoming aware on the rich past history, cultural and environmental inheritance of the neighborhood. The community took part dialoguing on the historical research with the university, becoming an active investigator and accomplishing cycles of own development of the methodological approach Design-Based Research (DBR), adopted, for the construction of cognitive design of the Museum. The result of was considered appropriate and integrated to the TBC and it was concluded about the usefulness of that to help developing a eco-social citizenship practice necessary to TBC.

Keywords: Community based tourism. Socioecocidadania. Popular education. Virtual museum. History of Bahia.

RESUMEN

MUSEO VIRTUAL QUILOMBO CABULA: EDUCACIÓN DIALÓGICA PARA EL TURISMO DE BASE COMUNITARIA

Desde 2010, el proyecto Turismo de Base Comunitaria (TBC) del Cabula y entorno han realizado, acciones para desarrollar práctica ecoso-ciudadana, en herederos de campamentos y quilombos, como aquel destruido por la acción policial en 1807. El objetivo es presentar la investigación aplicada sobre el Museo En el marco de la reforma agraria y de la reforma agraria, se ha de tener en cuenta que, en el marco de la reforma agraria, La comunidad participó dialogando sobre la investigación histórica con la universidad, convirtiéndose en investigadora activa, y realizando ciclos de desarrollo propios del enfoque metodológico de diseño basado en la investigación (DBR), adoptada por la investigación, para la construcción de diseño cognitivo del Museo. El resultado del Museo se mostró adecuado e integrado al TBC, y se concluyó sobre la utilidad de éste para auxiliar a desarrollar una práctica ecoso-comunitaria, necesaria para el TBC.

Palabras Claves: Turismo de base comunitaria. Socioecocidadania. Educación popular. Museo virtual. Historia de la Bahía.

Introdução¹

O turismo de base comunitária (TBC) parte do pressuposto da autogestão da organização turística pela comunidade, o que implica numa organização permeada pela colaboração mútua, construção coletiva do conhecimento, ações de economias solidárias e produções que potencializam benesses de cunho sócio-histórico a fim de mobilizar práticas, conscientizações e compromisso com a transformação social.

Na proposta do TBC, a apropriação da história local pelos comunitários é fator prioritário; se a tentativa for por sua organização no meio urbano, esse desafio se torna maior. Diante desse problema, algumas sugestões são significativas para auxiliar

na mobilização do TBC urbano, como oferta de cursos e oficinas que motivem o debate sobre história local, incluindo articulações com instituições de ensino formal, projetos que ofereçam destaques à história e às manifestações culturais, rodas de diálogos com participação de comunitários mais experientes, dentre outros.

Neste artigo apresentaremos mais uma sugestão a qual acreditamos despertar interesse de públicos mais amplos, isto é, sujeitos comunitários, educadores, estudantes e turistas em geral. Trata-se de empreender pesquisa com coautoria comunitária e publicitar essa construção do conhecimento histórico com a parceria da tecnologia. Nessa perspectiva, o artigo tem por objetivo demonstrar como o desenvolvimento de museus virtuais pode corroborar a mobilização do turismo de base comunitária, de maneira que atue no processo edu-

¹ A pesquisa de doutorado que originou este trabalho foi realizada com todos os cuidados éticos, utilizando as recomendações do comitê de ética da UNEB.

cacional de construção histórica e conscientização comunitária. Para tal, algumas questões nortearam o processo de pesquisa a ser apresentado: Qual a compreensão sobre TBC e sua relação com os conhecimentos históricos? O que se entende por museu virtual histórico e qual a modalidade adequada para a mobilização do TBC? Como desenvolver um design cognitivo que apresente propostas colaborativas e educacionais que vinculem a produção de museus virtuais à construção do turismo de base comunitária? Como pensar na prática adequada a fim de testar a aplicação de museu virtual e seus resultados?

Com base nos questionamentos, dividimos o artigo em quatro partes. No primeiro momento, buscamos elucidar a compreensão que assumimos sobre o TBC, bem como sua característica de potencializar espaços para construção, aplicação e difusão dos conhecimentos históricos.

Na sequência, discutimos sobre museus virtuais e defendemos que essas ferramentas cognitivas podem se configurar como elementos mediadores de aprendizagens entre os saberes comunitários e públicos mais amplos. Para isso, faz-se necessário a práxis de princípios advindos do socioconstrutivismo e dialogismo, o que alude à contribuição comunitária ainda no processo de construção do museu.

No terceiro momento, socializaremos uma proposta de design cognitivo que consideramos adequada para o desenvolvimento de museus virtuais destinados à mobilização do TBC. São os passos iniciais para o desenvolvimento de soluções mediadoras de aprendizagem voltadas para trabalhos em/com comunidades.

Na quarta parte apresentaremos a dinâmica de aplicação e redesign de um museu virtual específico com a representação do quilombo do Cabula, utilizando a metodologia do Design-Based Research (DBR), seguido pelos resultados da pesquisa aplicada e a conclusão do artigo.

O turismo de base comunitária como campo de construção, aplicação e difusão dos conhecimentos históricos

O turismo de base comunitária (TBC) tem por princípio o protagonismo dos sujeitos sociais das

comunidades no papel de atores na oferta dos produtos e serviços turísticos, o que demanda um rico conhecimento da sua história e, conseqüentemente, a promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades locais, visto que a ideia é a construção coletiva de consciências críticas e de sujeitos ativos na busca por transformação social. Em meio a uma sociedade capitalista, não se trata de um campo de atuação fácil, pois implica no amadurecimento comunitário de tal maneira que percebam, e se percebam, agentes ativos em prol de práticas colaborativas de autogestão, associativismo e cooperativismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010). É importante destacar que os ganhos econômicos não são o enfoque prioritário do TBC, entretanto, quanto há uma rentabilidade com tal prática, propõe-se que os benefícios abarquem grupos maiores de comunitários, diferente do modelo de turismo convencional, no qual as grandes redes e agências de turismo adquirem seus lucros e controle direto da gestão turística. Nesse sentido, questiona-se: o que pode despertar o interesse nas comunidades em organizar um TBC?

De acordo com Sansolo e Bursztyn (2009), o TBC faz despertar elementos fundamentais para uma vivência em sociedade de maneira mais sustentável, como a preservação do meio ambiente, a valorização do sentimento de pertencimento comunitário e a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras que, como foi discutido, vão além da rentabilidade econômica e alcançam conquistas significativas e conscientes. Segundo Boisier (2001 apud NASCIMENTO; CARVALHO, 2008), para o desenvolvimento do TBC é fundamental a compreensão de alguns marcos como o valórico, o material ou instrumental, o sinérgico, a assumpção e o endógeno.

O marco valórico baseia-se na democracia, na justiça, na ética e na solidariedade, “entendendo que o ser humano, como indivíduo e como sujeito coletivo, vive em sociedade e tem antes de tudo um compromisso com seus semelhantes” (BOISIER 2001 apud NASCIMENTO; CARVALHO, 2008, p. 89). O material ou instrumental refere-se ao aproveitamento dos recursos materiais, da distribuição equitativa dos bens gerados com dignidade, uso de tecnologias de baixo impacto e dos saberes tradicionais. Os marcos sinérgicos e assumpção,

ao estabelecerem pactos coletivos e vínculos entre sujeitos locais por meio de uma rede de relações alicerçadas na cooperação, solidariedade e ajuda mútua, e, por fim, o endógeno, valorizando “o capital cognitivo cultural, simbólico, priorizando a memória coletiva, o patrimônio [...]” (BOISIER 2001 apud NASCIMENTO; CARVALHO, 2008, p. 89).

Outro fator que pode vir a motivar comunidades em desenvolver o TBC são as novas oportunidades que estão surgindo com a mudança de postura e interesse dos visitantes contemporâneos. Hassan Zaoual afirma que o turismo de massa ou convencional vem paulatinamente cedendo espaço ao turismo situado, pois

Este limite estabelece então a necessidade de uma nova aproximação, integrando a pluralidade dos aspectos de um dado sítio (cultura, natureza, arquitetura, história etc.), conscientizando-se da importância do senso implícito das práticas dos atores, visitantes e habitantes do sítio. (ZAOUAL, 2009, p. 58).

Nessa forma de organização os aspectos sócio-históricos e culturais são evidenciados. A prioridade é para a valorização das vivências, da história, das tradições, da cultura e identidades culturais, da memória coletiva dos habitantes locais, dos patrimônios materiais e imateriais, do lazer comunitário, da culinária local, das áreas verdes, dentre outros aspectos pertencentes ao cotidiano da vida em comunidade. A proposta não é por mudança no cotidiano dos comunitários em razão da atividade turística, pelo contrário, o cotidiano passa a fazer parte dos atrativos do lugar, de forma consentida e participativa (ALVES, 2013). Essa abordagem não se aplica somente em contextos rurais e, embora seja mais complexo, é possível o desenvolvimento do TBC no meio urbano.

Com essas características, a ideia de mobilização para o TBC emerge como um frutífero campo para a construção, aplicação e difusão dos conhecimentos históricos (MARTINS, 2017). Como espaço de construção histórica, considera-se que as comunidades, quando engajadas para organizar uma proposta de receptivo turístico, buscam maior aprofundamento dos seus aspectos históricos para fundamentar e justificar o legado sociocultural existente e mesmo para adquirir e ampliar os saberes.

Todavia, a aquisição desses novos conhecimentos acadêmicos é agregada aos saberes tradicionais, perpetuados pela tradição local e sistematizados com auxílio da memória e do método da oralidade. Diante dessa perspectiva, a organização do TBC oportuniza profícuas e autênticas construções relacionadas à história local.

Como campo para aplicação e difusão dos conhecimentos históricos, defende-se que a dinâmica da organização do TBC potencializa variadas formas de compartilhamento dos conhecimentos históricos, seja por meio de rodas de conversas entre os comunitários engajados, seja em atividades propostas com a participação de escolas locais ou mesmo com objetivo de apresentar sua historicidade para públicos mais amplos, como outros habitantes da cidade, do Estado, do país ou internacionais. Além disso, são diversificadas as possibilidades de criação de elementos mediadores de aprendizagens históricas, como: revistas, jornais locais, elaboração de sites, blogs, desenvolvimento de games, aplicativos sobre a localidade, desenvolvimento de museus virtuais dentre outros. Neste artigo, é proposto pensar no desenvolvimento do museu virtual histórico em 3D como elemento educacional para mobilizar o TBC, com a finalidade de fortalecer as construções da história e por acreditarmos que tais construções têm significado quando os sujeitos sociais se identificam. Melhor se tornam quando esses podem participar da sua construção. Isso significa que não consideraremos a aplicação somente quando o museu virtual estiver “concluído”, ou seja, pretende-se que a contribuição da comunidade se efetive desde o processo de construção.

O museu virtual histórico em 3d como elemento mediador de aprendizagens entre a comunidade e públicos mais amplos

Antes de adentrar a discussão sobre como o desenvolvimento de museus virtuais históricos potencializam a mobilização para o TBC, faz-se necessário compreender os debates contemporâneos que envolvem a lógica e a efetividade dos museus virtuais.

O museu é uma instituição sociocultural de referência na sociedade contemporânea, trata-se de um espaço que acolhe trechos integrados da história de povos e suas culturas, regiões, religiões, países, dentre outras. Segundo o Estatuto do Museu, no seu Art.1º

Consideram-se museus [...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2013).

De forma geral, busca-se a usabilidade do seu potencial de comunicação de massa e, como tal, esses espaços podem desempenhar um papel significativo na democratização da cultura e até na mudança do conceito de cultura (CANCLINI, 2008). É relevante destacar que esse instrumento de propagação sociocultural ainda não alcançou uma projeção mais ampla, uma vez que estudos comprovam que, em âmbito nacional, boa parte das pessoas que visitam museus são estudantes em atividade escolar.

A preocupação com uma socialização mais ampla da história sociocultural da Bahia e com uma usabilidade mais significativa da concepção de museu foi o que instigou o desenvolvimento dessa pesquisa, cujo nascedouro da temática ocorreu nas reuniões com a comunidade, ou seja, o estudo emergiu a partir do diálogo com a população interessada. Seu desenvolvimento adquiriu uma abordagem híbrida (academia em parceria com a comunidade), de construção coletiva sobre a história que será difundida a fim de atender as demandas da comunidade em questão e dos interessados em geral.

Alguns aspectos foram considerados no processo construtivo. O primeiro é que não se concebe mais um museu histórico como uma instituição voltada apenas para depósito de objetos ou relíquias. Com as demandas contemporâneas, busca-se compreender problemas históricos concretos, que contribuem para a emergência da memória através de um recorte temporal e espacial em relação ao tema (MESESES, 1992).

As mudanças na concepção do museu – inserção nos centros culturais, criação de e com museus, de museus comunitários, escolares, de sítio – e várias inovações cênicas e comunicacionais (ambientações, serviços educativos, introdução de vídeo) impedem de continuar falando dessas instituições como simples depósitos do passado. (CANCLINI, 2008, p. 169).

Nessa perspectiva, salienta-se que o museu comunica a ideologia e poder de classes sociais, de etnias e de gerações (MENESES, 2000). Em se tratando de museu virtual, no qual se caracteriza como a existência de um museu no ambiente de internet, busca-se uma amplitude de significados que vão além de uma delimitação espacial estrutural. Na verdade, o museu virtual se diferencia do museu convencional em variados aspectos, a saber: o museu convencional se configura enquanto um tradicional espaço físico, com uma estrutura às vezes contextual e outras não; com um acervo de objetos tangíveis que expressavam a história, ora com informações articuladas, ora com fragmentos que demandavam um esforço interpretativo e de conhecimento prévio mais apurado.

Atualmente está disponível outra tipologia de museu, em um ambiente virtual, que contribui para imergir na história. De acordo com Lopes (2011), a principal diferença conceitual do museu convencional para o virtual é que, no segundo, além dos objetos que compõem um acervo, sejam essas reproduções do real ou essencialmente virtuais, passa-se também a trabalhar como informação e comunicação. Não obstante, é imperiosa a reconfiguração da relação entre público e patrimônio.

De acordo com essa lógica, entende-se por museus virtuais os espaços de mediação conectados em rede que proporcionam a efetivação de ações museológicas, como a socialização de acervos ou coleções digitais, experimentos de vivências em contextos e situações sociais, que poderão ser conflituosas ou não, e aspectos da cultura de grupos sociais. Sua virtualização privilegia a comunicação de tal maneira que a interatividade se torna parte integrante dessas ações museológicas. Nesse sentido, aquele sujeito que visita o museu não assume apenas a postura de visitante, mas de participante ou colaborador.

A museóloga e doutora em ciência da informação Diana Farjalla Correia Lima (2009) apresenta uma discussão relevante sobre “o que se pode designar como museu virtual” a partir dos museus que assumem esse posicionamento. Em sua pesquisa, a concepção de museu virtual acompanha o atual momento de avanços das tecnologias da informação e comunicação, e possibilita novas propostas de experiências e vivências para um público/visitante mais amplo e diversificado.

Com base nessa ideia, a questão-problema da autora é que muitos espaços que se autodenominam museus virtuais são na realidade sites informativos sobre/dos museus ou websites museus, que é a comunicação em formato de homepages (HENRIQUES, 2004). Para Huhtamo (2002), em muitos desses casos a classificação condiz mais com bibliotecas ou arquivos do que com museus. Sendo assim, Lima afirma que “O museu virtual é utilizado tanto para indicar o que se cria por meio do computador sem existir o referente no mundo físico, como também para o que existe no mundo real (mundo físico) e sofre processo de digitalização” (LIMA, 2009, p. 246).

Conforme se nota, o estudo do grupo de pesquisa de Lima (2009) identificou três modelos de museus virtuais alocados na internet. O primeiro diz respeito aos museus e coleções existentes somente no meio virtual, sem correspondentes no meio e espaço físico. Nesse caso, o museu só existe em representação digitalizada. São situações, contextos, acervos, personagens que não mais existem na atualidade, mesmo que seus legados tenham permanecido. Esse modelo pode ser considerado como “museu virtual original digital”. Em estudo semelhante, Rosali Henriques (2004) apresenta outra denominação a essa mesma vertente, são os museus essencialmente virtuais, no qual a virtualização possibilita ao visitante maior grau de interação com o patrimônio, de forma que “para ser um museu virtual não basta ter as reproduções das obras de arte, devidamente catalogadas e apresentá-las ao público, mas fazer atividades onde o público possa interagir com estas referências patrimoniais” (HENRIQUES, 2004, p. 13).

O segundo modelo identificado refere-se a museus e coleções com correspondentes no mundo físico. São reproduções de museus e coleções que

efetivamente representam um patrimônio físico. Nesse caso, além do museu ocupar um espaço físico tangível, também é representado no espaço web. Lima (2009) denomina esse modelo de “museu virtual conversão digital”. Já para Henriques (2004), essas são outra dimensão do museu físico, sendo mais um espaço para trabalhar ações museológicas. Sobre esse modelo, Erkki Huhtamo (2002) afirma que foi a primeira proposta de museu virtual, iniciada nos anos 1990, quando as possibilidades do hipertexto foram aplicadas no processo de criação de museus virtuais no formato de CD-ROM. Funcionava da seguinte forma: o usuário inseria o CD no aparelho de computador e, clicando com o mouse, era capaz de explorar interativamente uma simulação em 3D nos espaços museológicos interligados, em uma visita convencional a museus de artes existentes. “Para muitos usuários, tais CD-ROMs foram suplementos em vez de substitutos para o museu físico. Eles foram vendidos como lembranças nas lojas do museu como parte da sua máquina promocional” (HUHTAMO, 2002, p. 120).

O terceiro modelo é o museu sem correspondente no espaço e mundo físico, mas cuja coleção/acervo tem correspondência no mundo físico, sendo esta convertida digitalmente. São os casos em que há existência de coleções, seja de famílias, colecionadores etc., mas não há um espaço físico de museu. Esse é construído na web e as coleções são divulgadas por meio de fotografias, vídeos, dentre outros meios. Esse modelo é denominado de “museu virtual composição mista”.

A proposta sugerida para a mobilização do TBC foi a primeira, que propõe realizar uma simulação de museu virtual histórico de cunho original e digital, em que a arquitetura a ser apresentada é a modelagem computacional gráfica de 3ª dimensão, mais conhecida como Modelagem 3D. Conjectura-se com isso a construção de simulações que se originam de produção do concreto, pautado no encontro de vozes e na articulação do presente com o passado, de contextos da historicidade local em que as decisões sobre o acervo para compor o espaço museológico e a sua organização sejam frutos de diálogos entre pesquisadores e comunitários com viés educacional. Não obstante, esses últimos não irão imergir no museu apenas como visitantes e

aplicar um “produto” externo à realidade deles, pelo contrário, eles integrarão o processo construtivo como participantes, agentes ativos na concepção e construção desse museu (MATTA, 2014). Para tal, utilizamos com aporte teórico fundamentos do socioconstrutivismo vygotskyano e no dialogismo bakhtiano. Em meio a essa compreensão, elencamos algumas características que foram necessárias ao museu virtual construído:

- a) Capacidade de engajar a produção artística;
- b) Atuar na difusão mais ampla da informação em formato de acervos, por conseguinte, da construção histórica. É possível, por meio de pesquisas, a construção aproximada de histórias sociais, manifestações culturais, espaços, edificações e acervos de grupos, comunidades e personagens que já não existem, baseando-se na ideia de polifonia de Bakhtin, em que as vozes do passado e as experiências estão presentes nos processos e eventos posteriores, por reflexo e diálogo histórico;
- c) Capacidade de proporcionar vivências de sujeitos do presente com ambientes, situações, contextos, coleções e também com personagens históricos. Nesse caso, sendo utilizada uma simulação em 3D, aproxima e de fato media o diálogo entre visitantes do presente e personagens e cenários do passado;
- d) Oferta de estratégias e espaços de interação e até mesmo de construção coletiva, instigando um “autoconhecimento”, de acordo com os grupos ou sujeitos visitantes. Para essa ação, sugerimos elaborar estratégias de designs dos museus de maneira que motive maior interação entre os visitantes/participantes e as informações que emanam da exposição pretendida. Isso significa que o antigo formato de museus enquanto espaço de transmissão de informações está, paulatinamente, cedendo lugar à colaboração, isto é, o visitante não se comporta apenas como um observador, mas também interage e participa para o enriquecimento do acervo com contribuições significativas, legitimando assim a ferramenta enquanto cognitiva. A lógica colaborativa possibilita

a queda de fronteiras, a difusão das informações em âmbito mundial, multiplicando e interconectando as fontes de conhecimentos em trabalhos que agregam a utilização de multimídias, como: som, imagens, textos, inclusive as mídias clássicas, dependendo apenas da criatividade, criticidade e raciocínio, tanto do design quanto dos visitantes/colaboradores;

- e) Proporcionar ao participante uma relação inusitada com o tempo e espaço, a fim de romper barreiras de ordem geográfica, sem necessitar de deslocamento para um espaço físico específico. Pode-se acessar, visitar, imergir e ajudar a construir histórias sem sair do próprio local de convívio, e na hora disponível, pois a virtualidade possibilita essa flexibilidade;
- f) Que atue em defesa da preservação da memória e do patrimônio. Se o âmbito são localidades, é possível a utilização da abordagem da história vista de baixo, porque nesta pesquisa em específico, não se ressalta os acontecimentos heróicos dos grandes personagens nacionais, tampouco com acervos das autoridades ou representantes das camadas dominantes da população brasileira e baiana. A simulação tem como ponto de partida a vivência de pessoas simples, oprimidas e periféricas.

A produção de um museu virtual histórico em 3D com essas características direciona a novos diálogos relativos à historiografia e ao significado da História como campo de conhecimento, portanto, não poderá ser desenvolvido sem um trabalho sério e comprometido de investigação que esteja articulado à elaboração de design cognitivo.

Proposta de design cognitivo apropriado para o desenvolvimento de um museu virtual destinado à mobilização do tbc

O TBC é uma proposta de construção compartilhada de práxis pertencente a toda uma comunidade envolvida em uma práxis produtiva, mas também cultural e sustentável. Desta forma,

envolvendo princípios teóricos, metodologia científica para construção de aplicação, patrimônio, saberes comunitários históricos, elementos de sustentabilidade ambiental e das condições de existência da comunidade, pensamos que a prática e o desenvolvimento do TBC sejam uma realização socioecocidadã, servindo muito propriamente para que se construa uma prática social desta natureza nas comunidades que o adotem. O Museu Virtual pertinente deve seguir a mesma característica, para poder servir de veículo educacional capaz de conduzir os visitantes e participantes mais diversos ao engajamento no diálogo de seu acervo, e através disso, no amadurecimento do TBC como prática e de sua sustentabilidade e exercício proposto de cidadania. Para isso entendemos que a construção do Museu Virtual e seu uso são muito adequados. Ao examinar as etapas de construção do Museu Virtual isso fica muito evidente:

1. O passo inicial é marcado pelas rodas de conversas com a comunidade, nas quais o pesquisador, por meio da escuta, diagnosticará a real demanda de investigação histórica, isto é, o problema concreto do presente que se relacionará com o passado. Nesse momento, os saberes comunitários já integram as premissas básicas do enfoque de estudo. Ao envolver a comunidade e realizar os diálogos pertinentes à construção do Museu Virtual, realiza os mesmos passos para o desenvolvimento do TBC. Constrói-se então a legitimidade da proposta, que através do diálogo e do amadurecimento das propostas passa a pertencer a todos os envolvidos e conduzem os cientistas acadêmicos à condição de estar a serviço de uma comunidade de investigação maior e mais complexa, a comunidade, conduzida à condição de coinvestigadora e coconstrutora da pesquisa e do que se propõe desenvolver como aplicação;
2. A segunda etapa é o mergulhar nas investigações historiográficas. Após o processo de aprofundamento em pesquisas de cunho bibliográfica, documental, em fontes orais, iconográficas, dentre outras, é importante a seleção de acervo e o retornar ao contexto comunitário para verificar a validação das

informações e conhecimentos investigados. É provável que os comunitários acrescentem novos saberes e ideias a partir dessa nova relação de compartilhamento e colaboração. Nessa etapa, com o auxílio comunitário, selecionam-se outros elementos do acervo que poderão fazer parte do museu virtual. Todavia, a organização e o pensar histórico expresso na modalidade de museu se efetivam na terceira etapa, com a atividade de elaboração do design cognitivo. Este é um momento da equipe acadêmica. Ela vai mergulhar em investigações históricas e de contextualização da comunidade parceira para conduzir uma interpretação inicial das forças, tensões e tendências presentes no desenvolvimento e processo histórico da mesma. É uma investigação necessária para ganhar a capacidade de dialogar com a comunidade sobre aspectos que ela domina por existir. Isso enquanto a investigação acadêmica pode oferecer detalhes e elementos de maior precisão que vão ajudar a aprimorar visões e perspectivas de interpretação do contexto em questão. Ou seja, a investigação histórica atribui capacidade de diálogo e interação entre a investigação acadêmica e o saber comunitário, que assim podem interagir e compartilhar construções;

3. A etapa seguinte é a de design do Museu. A atividade de design está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma solução, objetos ou conteúdos digitais didáticos.² O design cognitivo representa a etapa em que o pesquisador, a partir do contexto histórico investigado, e em colaboração com a comunidade engajada, utiliza os princípios de modelagem para realizar a construção de soluções interativas e educativas, estruturando, assim, o artefato a ser produzido: o Museu Virtual. É organizada a arquitetura da solução mediadora pretendida, a fim de subsidiar o processo de construção. É nesse momento do design que devem ser pensados

2 A percepção de didática aqui adotada não implica unicamente em uma linguagem construída para atender ao ensino formal, mas para facilitar a compreensão, acessibilidade, proporcionar a construção de significado e interação de todo e qualquer sujeito social que intencione um aprendizado.

a elaboração dos diálogos e os experimentos interativos (MATTA, 2014). O desenvolvimento de um museu virtual histórico em 3D não deve ser pensado apenas para munir as comunidades com informações sobre a herança sócio-histórica da sua localidade, mas, sobretudo, para oferecer momentos de vivência, de imersão na história por meio de um cenário contextual que possibilite o diálogo entre sujeitos deste século XXI com outros personagens históricos engajados na luta pela sobrevivência, em meio a sociedades com lógicas sociais diferentes. Essa proposta articula-se e corrobora com os resultados esperados de uma pesquisa em História Pública, portanto aplicada e dialógica, conduzida por metodologia do Design-Based Reserch (DBR), cujos princípios são socioconstrutivistas. Tomando por base esses princípios, o design do museu virtual foi construído.

A metodologia DBR funciona desenvolvendo as soluções através de diálogos entre o efeito do uso das soluções construídas e a análise de usuários. A proposta de Museu Virtual amadureceu destes ciclos. Uma primeira versão do Museu Virtual foi apresentada e colocada em uso. Os grupos de colaboradores foram os sujeitos da comunidade do Cabula que interagem com o projeto TBC na UNEB, cerca de 50 a 150 colaboradores, e os usuários/internautas, uma vez que o *download* do museu virtual foi disponibilizado na WEB, e poderia ter sido visitado e usado por muitos. Na medida em que estes grupos de usuários realizavam suas visitas e observações, o Museu Virtual se desenvolvia, respondendo às demandas anunciadas. Após ciclos de desenvolvimento, chegamos a um resultado da modelagem, das interações e dos efeitos na comunidade (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014).

O Museu Virtual do Quilombo do Cabula e sua realização prática

Após passar por todas as etapas de construção coletiva, descritas na seção anterior, testamos o museu em dois momentos ou ciclos, e cada um gerou novas versões. O objetivo da aplicação foi realizar uma análise das estratégias cognitivas,

operações de usabilidades desempenhadas pelos visitantes e diagnosticar os episódios de autêntica interatividade. Com base nessa perspectiva, iniciamos os ciclos de aplicação no mês de novembro do ano de 2016 e encerramos no mês de março de 2017, sendo o MVQC disponibilizado no endereço eletrônico www.museudocabula.com.br (MUSEU VIRTUAL QUILOMBO DO CABULA, 2016). Antes do início das aplicações, buscamos socialização prévia da pesquisa e do museu enquanto solução mediadora da aprendizagem em eventos acadêmicos, comunitários, bem como nas principais redes sociais.

O primeiro ciclo contou com um período maior para aplicação, foram três meses, por isso forneceu à pesquisa mais dados para análise. Foram no total 39 acessos de visitantes, sendo a maioria professores e estudantes. Isso reforça a ideia de que tanto os professores quanto os estudantes estão em busca de soluções inovadoras para o processo de aprendizagem. Tal assertiva pode ser comprovada com a sugestão fornecida por uma professora, ao indicar que

O Museu poderá ser usado por equipe multi ou interdisciplinar, espaço para geografia, história, arte, ciências e outras. Há muito a ser explorado, a exemplo da variedade de plantas e ervas medicinais. Provável que existam pessoas no bairro que fazem xaropes usando algumas delas. Poderá desmitificar a ideia de que em terreiro só se faz feitiço, mas chamar atenção para preservação da natureza. (PROFESSORA UNIVERSITÁRIA, 2017).

Ao caracterizar o MVQC como um espaço aberto e propício à atuação de uma equipe “multi ou interdisciplinar”, a professora corrobora pensarmos de que o museu não atende unicamente aos anseios dos profissionais que trabalham com história, mas, sobretudo, confere ao museu o status de uma ferramenta cognitiva que pode integrar atividades comunitárias, inclusive no processo de mobilização para o TBC.

O princípio de construção de soluções mediadoras de aprendizagem baseadas no socioconstrutivismo e dialogismo possibilitou a oferta de espaços (ESC – “Reclame aqui” e “Construa a história você mesmo!”) dentro do MVQC para que os visitantes deixassem seus comentários e sugestões de melhorias. A partir dessa ação, variados aspectos que

envolveram usabilidade do sistema, qualidade da representação digital, acréscimos das informações históricas, relação entre conhecimento acadêmico e saber comunitário foram modificados.

Quanto à usabilidade, os visitantes apontaram, de forma crítica, suas insatisfações e sugestões de melhoria relacionadas ao funcionamento do sistema e mobilidade no museu. Os dados coletados revelaram que o problema de mobilidade mais significativo foi a ausência do cursor do mouse na representação museológica. De acordo com um dos visitantes: “A falta da seta é um fator preponderante para o usuário abandonar a aplicação, pois devem ser considerados usuários que não possuem habilidade com computador!” (PROFESSOR E GEÓGRAFO, 2017). De fato, como foi apontado pela maioria, fez-se necessário uma alteração na navegabilidade, com a inserção do cursor como ajuste para a segunda versão do MVQC. Na sequência, foi indicado que alguns trechos necessitavam de melhorias na identificação, tanto para sinalizar melhor os lugares e acervos, quanto para relacionar o passado histórico com a atualidade, como se nota no comentário de uma visitante: “Seria interessante colocar mais animações e placas nos caminhos como no trecho da ladeira do Cabula

[...]. Reportar o público a reconhecer e identificar os lugares fazendo conexão entre o antigo e atual” (MUSEÓLOGA, 2016). Observação semelhante foi realizada pela historiadora ao sugerir que “em todas as placas que sinalizam os lugares onde está passeando, deveria não só remeter o nome antigo, mas o nome atual. Isso serve de interação e para que o visitante situe-se lembrando do local atualmente” (HISTORIADORA, 2017).

A pertinência das contribuições conduz à reflexão de que é importante situar o visitante nos espaços atuais e, portanto, inserir mais placas informativas que relacionassem o passado, representado no museu como início do século XIX, ao presente. É provável que esses fatores tenham contribuído para a desistência de alguns visitantes logo na fase inicial do trajeto.

Relacionada à qualidade da representação digital, a intenção foi verificar se de fato o museu potencializou a mediação, e se o visitante estava conseguindo fluidez e participação durante o trajeto, o que significa que está sendo alcançada a qualidade na representação digital. Foram atendidas as principais demandas que os visitantes registraram para melhorar os aspectos gráficos, cognitivos e de teor histórico, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Fatores necessários para qualidade na representação digital do MVQC.



Fonte: Martins (2017, p. 206).

Os dados indicam que os pontos fulcrais para melhorar o desempenho da representação museológica estão na atualização da fonte nas caixas de textos e no aumento da interação dos personagens com os visitantes. Se antes as fontes nas caixas de diálogos remetiam a uma escrita de época, a partir das observações dos visitantes foi necessário modificar, em prol da clareza e acessibilidade da representação digital. Sobre a relação dialógica entre visitante e personagens, foram inúmeras as sugestões de melhorias oferecidas pelos visitantes; a principal mencionava que “Seria interessante que os personagens interagissem com o público. Ao invés de ter somente textos, poderia ter personagens explicando e mostrando os espaços e as informações” (MUSEÓLOGA, 2016). O desafio de transformar textos em narrações de personagens foi efetivado no ciclo seguinte.

Prosseguindo com a análise sobre a qualidade da representação digital, identificamos alguns fatores que também foram citados como importantes: alinhamento dos textos, inserção de personagens, de árvores frutíferas nos caminhos do quilombo, bem como alguns problemas gráficos que precisavam de correção. Em suma, o gráfico revelou que seriam muitas as mudanças em busca de qualidade na representação digital.

Pautados na análise da participação dos visitantes do MVQC, selecionamos algumas imagens que sintetizam os resultados proporcionados pelo primeiro ciclo de aplicação.

Figura 1 – Mudanças na mobilidade no MVQC – Inserção do cursor – Primeira versão – sem cursor



Fonte: Martins (2017, p. 221).

Figura 2 – Mudanças na mobilidade no MVQC – Inserção do cursor – Segunda versão.



Fonte: Martins (2017, p. 221).

Acreditamos que a partir dessas mudanças os visitantes passaram a se sentir mais seguros ao transitar no museu, de maneira que houve redução do índice de abandono na fase inicial da visita. Sobre as placas informativas, também foram acrescentadas e incluímos a localização dos lugares, relacionando-os à atualidade. Incluímos ainda imagens atuais de variados pontos.

Outra importante orientação realizada pelos visitantes foi quanto ao aumento da interatividade, com sugestões voltadas para relações dialógicas narradas, e não somente no formato textual – como se apresentou na primeira versão –, e a inserção de sons característicos dos trechos de interação, de animais e personagens históricos para complementação dos cenários e estradas. Todas essas demandas foram atendidas no redesign do museu. Complementando as sugestões apresentadas, na segunda versão conseguimos incluir sons, alguns personagens e animais, como pode ser observado nas Figuras 3 e 4. (próxima página)

Conforme observamos nas imagens, foram acrescentados os seguintes personagens: negros, negras, índio saindo da mata e outros negros nas estradas. Sobre os animais, as figuras representam apenas uma parte dos animais incluídos, quais sejam: cobras, pássaros, galinhas nas comunidades, vacas e bois nas estradas e jumentos.

Diante das observações acima, nota-se que o segundo ciclo já iniciou com um alto teor de contribuições dos visitantes do MVQC, de maneira que as modificações foram significativas. É importante mencionar que o tempo de aplicação desse ciclo foi reduzido – apenas vinte e um dias – devido ao prazo de finalização da pesquisa em âmbito acadêmico.

Figura 3 – Mudanças para melhorar a qualidade da representação digital do MVQC – Inserção de personagens – Primeira versão – Cenários sem personagens.



Fonte: Martins (2017, p. 223).

Figura 4 – Mudanças para melhorar a qualidade da representação digital do MVQC – Inserção de personagens – Segunda versão – Cenários com personagens.



Fonte: Martins (2017, p. 223).

Analisando as informações contidas, verificamos que, nessa segunda versão do museu, as principais pendências a serem sanadas no intuito de garantir a melhoria na representação digital estiveram vinculadas ao teor informativo e interativo. Portanto, foi preciso melhorar informações sobre trechos dos trajetos do MVQC. Os participantes mencionaram que seria prioritário a inserção de mais informações e discussões históricas sobre alguns trajetos. Tais questionamentos nos fizeram refletir, inicialmente, sobre como é positivo o interesse dos visitantes em conhecer mais sobre os locais e trajetos que atualmente despertam significado para a cidade. Nessa perspectiva, foi de fundamental importância atender aos anseios e questionamentos dos visitantes.

Na sequência, percebemos que foi mantida a petição por inserir outros animais nas estradas e rios. Para a segunda versão já foi realizada inserção de alguns animais, mas pelo que indicam os comentários dos visitantes, faz-se necessário novas inserções. De acordo com as questões levantadas, a principal carência foi por peixes nos rios.

Mesmo com todas as observações, e ciente de que os ajustes foram necessários, conclui-se que a representação socializada foi validada pelo público mais amplo, principalmente no que diz respeito à historicidade do Cabula, conforme relata um dos visitantes: “[...] as estradas em si, lembra bem como era quando cheguei com a minha família já no final da década de 70. Parabéns!” (MOTORISTA, 2017). E como complementa outro visitante: “A distância de uma localidade para outra mostra que a geografia foi praticada ao pé da letra neste Museu” (GEÓGRAFO, 2017). São aproximações que fornecem significado à história local, preparando uma importante ferramenta cognitiva para a organização do TBC do Cabula e potencializando o diálogo e relações entre presente e passado.

Resultado

A interação com os usuários determinou a aplicação do Museu Virtual, e sua interação com estes sujeitos, postos na condição de colaboradores, nos

apresentou resultados da pesquisa que podem ser classificados em dois caminhos.

Um dos caminhos se refere à relação Museu Virtual/História Pública, que se revelou promissora, pois o Museu Virtual provocou várias interações entre o conhecimento acadêmico e o saber comunitário, e suscitou colaboração entre a memória coletiva e os dados da pesquisa histórica, que por sua vez mostraram interconexões entre os sujeitos do século XXI, usuários, e a presença dialógica de sujeitos do século XIX, representados no Museu, verificáveis pelas reações e contribuições dos visitantes.

Uma habitante atual do Cabula, ao visitar uma escrava de ganho representada no Museu, registrou o seguinte:

Firmina, vamos formar um coletivo colaborativo de mulheres com outras ganhadeiras, onde todas contribuirão com as despesas do local que oferecerá diversos produtos e serviços: frutas, verduras, legumes, tecidos, bordados, quitutes, faxinas etc., uma irmandade. (ARTESÃ, 2016).

Essa, e muitas outras afirmações, mostram, segundo entendemos, que os sujeitos do presente conseguiram entrar em diálogo com as representações dialógicas dos sujeitos do passado e conseguiram interconectar suas práticas atuais àquelas visitadas. Reconhecendo inclusive certo grau de pertencimento.

Nesse sentido, destacamos ainda a participação de Itana Maria Ribeiro das Neves, em 2016, makota (cuidadora do orixá – mãe que zela pelos orixás quando está no barracão”) do terreiro de nação Angola Nzó Bakysê Sasaganzuá Gongará Kayango, que passou a habitar no Cabula no ano de 1963, aos oito anos de idade. De acordo com ela, todo o trajeto da representação histórica, inclusive do quilombo, mostrou-se coerente com a memória da moradora, não só pelos aspectos espaciais e ambientais, com matas densas e pouca ocupação, mas, sobretudo, pelas características da vivência das pessoas que habitavam e do caráter de resistência da fé de matriz africana.

Nossa coleção de participações e interações com moradores e participantes das comunidades do Cabula indicam que o Museu efetivou seu papel de mediador da construção de uma História Pública,

construída em diálogo e coautoria comunitária, o que eleva o museu a uma situação verbal, um certo “musear” que a comunidade realiza ao participar da construção de uma perspectiva de História que lhes pertence na condição de coautoria. A construção coletiva da História, que é a ideia principal da História Pública, foi satisfatoriamente exercitada, segundo nossa constatação. Para uma comunidade na qual pretendemos introduzir uma atitude ecosociedade, este exercício de interpretar a história da comunidade, e exercitar pensar em si mesmo, na forma como representam as heranças e tensões do passado, nos parece essencial. A aplicação do produto do Museu Virtual, o “musear” sobre este museu, o exercício de pensar sobre os registros históricos, dialogar com historiadores profissionais, construir uma interpretação histórica válida comunitária, mostra que a adoção dos museus virtuais e desta nova linguagem pode ser promissora e benéfica para a formação ecosociedade, aplicado à ecosocioeconomia (SAMPAIO, 2010).

O outro caminho se refere à relação do Museu Virtual com o Turismo de Base Comunitária. Em relação ao TBC, a formação da interpretação da história e tradições locais é um passo inicial importante para que a comunidade comece a perceber sua própria importância e assim possa alimentar uma autoestima comunitária sem a qual não seria possível uma tomada de posição e decisões necessárias à adoção do TBC.

Ao situar os agentes comunitários como pesquisadores pertencentes à equipe de trabalho, os colocamos como coautores do Museu Virtual, o que vai exigir que o registro do Museu seja público ou coletivo, como o Creative Commons (CREATIVE COMMONS BRASIL, 2012). Na discussão sobre os avanços e urbanização da comunidade, os comunitários tiveram participação ativa, capaz de alterar concepções e realizar soluções pertencentes ao Museu. A ocupação urbana efetiva do Cabula ocorreu a partir da fase de declínio das grandes chácaras de laranja, e ocorreram a partir de povoações e arraiais antigos remanescentes de quilombos e centros de resistência negra. Na vizinhança destas comunidades, e nos espaços deixados pelas chácaras e fazendas, foi se instalando a modernidade urbana. Foram estes moradores, participantes deste processo, testemunhas da ocupação, além de outros habitantes ou

descendentes de habitantes dos tradicionais arraiais, que nos legaram as observações que construíram o museu, também composto por informações advindas de pesquisa histórica, mas que antes de estarem expressadas no museu, passaram pelo crivo e pela crítica interpretativa da comunidade, que assim enriquecia todas as informações com suas vidas. Esta prática põe a comunidade na condição de ser autora da interpretação do que são e de como vivem, o que os coloca na condição de planejar e realizar atividades ligadas à visitação e à organização de roteiros turísticos sobre aquilo que consideram importante e pertinente. O Museu Virtual alimentou a formação de uma consciência comunitária capaz de ser base para organização de ações coletivas e sustentáveis de caráter comunitário como o TBC.

Outro elemento importante foi a valorização da vivência e do ativismo comunitário. O respeito pela vivência comunitária faz parte da valorização dos agentes comunitários sobre si mesmos. Nessa perspectiva, a interação do museu com a comunidade e com outros visitantes revelou o supracitado respeito, que foi construído coletiva e gradativamente, como o depoimento que segue.

Eu moro atualmente no bairro de Vista Alegre, mas que no passado, especificamente no século XIX, era a freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, uma região que tinha muitos rios e árvores frutíferas, banhada pelo mar da Baía de Todos os Santos. Onde nessa região a principal atividade econômica desenvolvida era a plantação de cana para a fabricação do açúcar. Logo, era uma região que tinha uma grande quantidade de negros escravizados nas lavouras. Não é à toa que lá tem atualmente um bairro com focos de povos quilombolas, remanescente de quilombos, formando o Quilombo do Macaco. (ESTUDANTE DE HISTÓRIA, 2017).

Além desses dois caminhos diretamente relacionados ao desenvolvimento da Ecosociocidadania e do TBC, o projeto se mostrou também dialogando positivamente com a abordagem epistemológica socioconstrutivista, que certamente foi uma aliada forte e efetiva. Uma análise aprofundada da abordagem socioconstrutivista não faz parte dos objetivos deste trabalho mas, certamente, será importante considerar, pois entendemos que o sucesso obtido foi resultante dos pressupostos da citada abordagem metodológica.

Conclusão

A pesquisa realizada seguiu a proposta metodológica e realizou a construção de um artefato digital educacional, O Museu Virtual Quilombo Cabula, a nosso ver, com sucesso. O Museu foi uma obra colaborativa e coletiva, construída da interação e integração entre pesquisadores da universidade e pesquisadores comunitários, como foram participes todos os agentes comunitários que estiveram presentes, servindo, portanto, para desenvolver a atitude ecossociocidadã e o TBC. Podemos concluir, conforme preconiza a metodologia DBR, em três dimensões.

A de realizar um artefato coletivo e colaborativo de abordagem socioconstrutivista, dialética, praxiológica e que fosse de utilidade e validade para todos os participantes, os advindos da academia e os da comunidade, se realizou. A prova disso é que continua na rede e continua visitada e cheia de comentários, aguardando apenas o próximo ciclo de desenvolvimento para transformar novas participações em avanços. Isso indica que o trabalho contribui para entender o socioconstrutivismo e sua maneira de auxiliar o desenvolvimento de educação de cunho popular colaborativo, em um aporte teórico do estudo.

Por outro lado, o contínuo funcionamento do Museu revela uma segunda consequência, que é exatamente a produção de uma solução pertencente à comunidade e atuante de tal forma que, mesmo após o término da pesquisa, seu produto principal continua servindo à comunidade.

Por fim, o trabalho realizou a formação da comunidade em relação a si mesma, assim como a sua capacidade de construir-se e conceber-se, o que foi uma grata consequência, que realizou uma formação ecossociocidadã e em TBC a partir da construção coletiva.

Participar da discussão científica, acrescentar uma prática coletiva e comunitária útil, realizar a formação de segmentos de agentes comunitários na direção da Ecosociocidadania e TBC. Eis que concluímos sobre o benefício de adoção deste tipo de trabalho e métodos, quando da intenção e necessidade de desenvolvimento coletivo comunitário.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Katiane. Turismo de Base Comunitária: fundamento histórico e abordagens conceituais. In: SILVA, Francisca de Paula (Org.). **Turismo de Base Comunitária e cooperativismo**: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno. Salvador: EDUNEB, 2013. p. 81-92.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Decreto n. 8.124**, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/decreto-8-12413/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- CREATIVE COMMONS BRASIL. **Sobre a Creative Commons Brasil**. 2012. Disponível em: <<https://brcreativcommons.org/>>. Acesso em: 13 fev. 2018.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.
- HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. **Memória, museologia e virtualidade**: um estudo sobre o Museu da Pessoa. 2004. 187f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Geografia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2004.
- HUHTAMO, Erkki. On the origins of the virtual museum. In: VIRTUAL MUSEUMS AND PUBLIC UNDERSTANDING OF SCIENCE AND CULTURE, 2002, Stockholm. **Proceedings...** Stockholm: Nobelprize.org, 2002. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_organizations/nobelfoundation/symposia/interdisciplinary/ns120/about.html>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. O que se pode denominar como Museu Virtual segundo os museus que assim se apresentam. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ideia/ ANCIB, 2009. p. 2451-2468.
- LOPES, Valter Frank de Mesquita. **O museu virtual como ecossistema comunicativo**: um estudo da semiose dos processos comunicativos do Google *Art Project*. 2011. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2011.
- MARTINS, Luciana. **História pública do quilombo do Cabula**: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária. 2017. 312f. Tese (Doutorado em Difusão Social do Conhecimento) – Doutorado Multidisciplinar Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC/UFBA/UNEB/UEFES/IFBA/SENAI), Salvador, 2017.
- MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. Novas Linguagens para a História. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 175, p. 267-290, 2014.
- MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SILVA, Francisca; BOAVENTURA, Edivaldo. Design-based research ou pesquisa de desenvolvimento: metodologia para pesquisa aplicada de inovação em educação do século XXI. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 42, p. 23-36, jul./dez. 2014.
- MENESES, Ulpiano T. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 09-23, 1992.
- _____. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 91-101, jan./jun. 2000.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília, DF, 2010.
- MUSEU VIRTUAL QUILOMBO DO CABULA. **Sobre o museu**. Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.museudocabula.com.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- _____. **Download**. Salvador, 2017. Disponível em: <<http://www.museudocabula.com.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- NASCIMENTO, A. C. N. do; CARVALHO, J. C. O turismo comunitário como fator de desenvolvimento local: o caso da comunidade Barro vermelho – Parnaíba/PI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUS-

TENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www.cdvhs.org.br/sispub/image-data/1893/sits/files/O%20TURISMO%20COMUNITARIO%20COMO%20FATOR%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

SAMPAIO, C. A. C. (Org.). **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau, SC: Edifurb, 2010.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais transições? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.

Recebido em: 17/02/2018

Aprovado em: 06/07/2018

CÍRCULO DE ESTUDOS, OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONTRIBUIÇÕES DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

*Giovanna Del Gobbo**

*Eduardo José Fernandes Nunes***

*Anaie Leite Silva Morais****

RESUMO

Este trabalho discute metodologias participativas educacionais em dois países, Itália e Brasil, articuladas com as teorias sobre desenvolvimento local. Tanto o projeto do Círculo de Estudos (CE) na Itália quanto o Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território de Identidade do Sisal (OBEJA) e o Turismo de Base Comunitária (TBC no Cabula), na Bahia, Brasil, utilizam-se de metodologias que integram estratégias de intervenção social local, tendo como princípios o diálogo com a sustentabilidade, ação pública e a ação dos cidadãos. Na Itália, a Universidade de Florença, em parceria com o Centro de Educação Profissional na cidade de Gorizia, com financiamento da União Europeia, desenvolveu Círculos de Estudos com diferentes agentes sociais locais buscando estratégias de desenvolvimento local. No Brasil, na região do SISAL e na localidade do antigo quilombo Cabula Salvador, respectivamente o OBEJA e as intervenções do TBC em bairros populares, onde está inserida a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), reacende perspectivas também para novos projetos de desenvolvimento local. Essas experiências serão analisadas a partir de suas abordagens metodológicas e de suas ações para recuperar os conhecimentos e saberes de grupos sociais e a possibilidade de eles criarem seus próprios caminhos com autonomia e autogestão de seus ecossocioempreendimentos. **Palavras-chave:** Círculo de estudos. Observatório de educação. Turismo de base comunitária. Desenvolvimento local. Metodologias participativas.

ABSTRACT

CIRCLE OF STUDIES, OBSERVATORY OF EDUCATION AND COMMUNITY-BASED TOURISM: CONTRIBUTIONS OF PARTICIPATORY METHODOLOGIES FOR LOCAL DEVELOPMENT

This paper discusses participatory educational methodologies in two countries, Italy and Brazil, articulated with theories on local development. Both the Circle of Studies

* Doutora em Educação. Professora e orientadora de pesquisa do Departamento de Ciências da Formação e Psicologia da Universidade de Florença (Itália). E-mail: giovanna.delgobbo@unifi.it.

** Doutor em Geografia. Professor e orientador de pesquisa do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: eduardojosf2@gmail.com

*** Mestranda em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB). E-mail: anaie.cidadesustentavel@gmail.com

project in Italy and the Youth and Adult Education Observatory of the Sisal (OBEJA) Identity Territory and the Community Based Tourism (TBC) in Bahia, Brazil, use methodologies that integrate social local intervention strategies, with the principles of a dialogue with sustainability, public action, and citizen action. In Italy, the University of Florence, in partnership with the Center of Vocational Education in the city of Gorizia, with funding from the European Union, developed Circle of Studies with different local social agents seeking local development strategies; In Brazil, in the Sisal region and in the City of Salvador, respectively, OBEJA and TBC interventions in Popular Neighborhoods, where the State University of Bahia is inserted, rekindles perspectives also for new local development projects. These excerpts will be analyzed from their methodological approaches and their actions to recover the knowledge of social groups and their possibility to create their own ways.

Keywords: Circle of studies. Observatory of education. Community based tourism. Local development. Participatory methodologies.

RESUMEN

CÍRCULO DE ESTUDIOS, OBSERVATORIO DE EDUCACIÓN Y TURISMO DE BASE COMUNITARIA: CONTRIBUCIONES DE METODOLOGÍAS PARTICIPATIVAS PARA EL DESARROLLO LOCAL

Este trabajo discute metodologías educativas en dos países, Itália y Brasil, articuladas con las teorías sobre el desarrollo local. Tanto el proyecto del Circulo de Estudios en Italia como el Observatorio de Educación de Jóvenes y Adultos del Territorio de Idendidad del Sisal (OBEJA) y el Turismo de Base Comunitaria (TBC) en Bahia, Brasil, se utilizan de metodologías que integran estrategias de intervención social local, teniendo como principio el diálogo con la sostenibilidad, la acción pública, y la acción de los ciudadanos. En Italia, la Universidad de Florencia, en asociación con el Centro de Educación Profesional en la ciudad de Gorizia, con financiamiento de la Unión Europea, desarrolló un círculo de estudios con diferentes agentes sociales locales buscando estrategias de desarrollo local; en Brasil, en la región del Sisal y en la ciudad de Salvador, respectivamente, el OBEJA y las intervenciones del TBC en barrios populares, donde está inserta la Universidad del Estado de Bahia, reavivan perspectivas también para nuevos proyectos de desarrollo local. Esas experiencias serán analizadas a partir de sus abordajes metodológicos y de sus acciones para recuperar los conocimientos y saberes de grupos sociales y la posibilidad de ellos crear sus propios caminos.

Palabras clave: Círculo de estudios. Observatorio de educación. Turismo de base comunitaria. Desarrollo local. Metodologías participativas.

Introdução

Nosso interesse é por metodologias educacionais locais que consigam promover interações com diferentes grupos sociais e permitam a formação de ações inovadoras em âmbito local, deixando as medidas macro para políticas públicas mais abrangentes. A discussão do território, e suas potencialidades, pode ser vista em/por diferentes ângulos

aglutinados por ideias que visem o bem comum e a harmonia entre os diferentes grupos sociais.

As três experiências confrontam a relação Norte-Sul em parâmetros assimétricos de desenvolvimento. No caso da Itália, políticas educacionais diferenciadas para a formação profissional de jovens e adultos nas áreas de informática, idiomas

e, nesses últimos anos, políticas para promoção do desenvolvimento local. No caso do Brasil, em particular na Bahia, o desenvolvimento local e a formação de jovens e adultos são possibilidades graças ao apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs) e Insituições Governamentais construindo formações dialogadas, participativas e contextualizadas.

Os Círculos de Estudo, o Observatório de Educação e o Turismo de Base Comunitária são três experiências que apresentam metodologias bastante próximas em contextos distintos como esses: o primeiro na Itália, numa região de fronteira com a Eslovênia, com características próprias do capitalismo avançado; e as outras duas experiências no Brasil, Bahia, uma localizada num território rural e a outra experiência na cidade. As três realizando projetos visando a participação cidadã e ações que valorizem o território.

Desenvolvimento local e processos educativos

O debate sobre desenvolvimento local e educação vem sendo discutido em muitas instâncias e ao longo de muitas décadas desde que o paradigma de crescimento e desenvolvimento demarcaram sua presença na década de 1950, com a criação de organismos supranacionais (ONU, UNESCO, OEA, Banco Mundial), que desenvolveram modelos ou programas econômicos para serem implantados em todo o mundo. No entanto, mesmo antes desses modelos hegemônicos surgirem, em diferentes lugares foram sendo experimentadas outras formas, onde territórios, comunas, cidades conseguiram criar alternativas que viabilizaram a expansão dos negócios e da vida social (CIAPETTI, 2010).

Ciapetti (2010) ressalta que para o desenvolvimento local acontecer é preciso uma rede de relações e cooperação com os sujeitos locais e políticas intencionais para o desenvolvimento local. Quais são os caminhos para que a produção coletiva, sob os princípios e tipologias da Economia Popular e Solidária, conduza ao Desenvolvimento Local Solidário e, assim, ao comércio justo? (COSCIONE, 2008; VILANOVA; VILANOVA, 1996).

Não existe um só modelo teórico para o Desenvolvimento Local (DL), o que há é uma

possibilidade de integração de diversos modelos (CIAPETTI, 2010). Estevan, Jover e Naredo (2009) consideram importante refletir e intercambiar ideias e propostas com os movimentos sociais preocupados com o paradigma da economia ecológica. Acrescenta que a ideia de crescimento (e de desenvolvimento) econômico com que trabalham os economistas não está vinculada ao mundo físico e só se refere ao agregado de renda ou de produto nacional de forma abstrata. Abstraem a natureza física heterogênea dos processos que os geram, carecendo, portanto, de informação e critérios para julgar sua sustentabilidade (ESTEVAN; JOVER; NAREDO, 2009).

Dowbor (2006) aborda a importância do processo de educação que estimule o estudo de forma científica e organizada dos conteúdos do currículo tradicional e a compreensão da realidade em que os alunos conhecem por vivência, melhorando a assimilação dos conceitos científicos por fazerem sentido para eles, tornando o conhecimento algo mais que uma obrigação escolar.

Diante a crescente importância do desenvolvimento local apesar da globalização, em que as pessoas buscam melhores condições de vida em seu entorno imediato. Em que a cidadania pode se exercer em diversos níveis, mas é no plano local que a participação pode se expressar de forma mais concreta, compreendendo que os conhecimentos gerais se materializam em possibilidades de ação no plano local.

Na cidade a qualidade de vida e o desenvolvimento vão depender cada vez mais da capacidade inteligente de organização das complementariedades, das sinergias no interesse comum, respeitando as especificidades de cada localidade. Onde suas necessidades são conhecidas pela população que habita, enriquecendo, o processo da iniciativa local através da participação colaborativa, articulando interesses na busca por soluções.

Dowbor (2006) considera que a conectividade entre as pessoas é possível por meio de tecnologias de informação e comunicação, facilitando o acesso ao conhecimento e, assim, a exigência de constante atualização e inserção nos significados locais e regionais. E neste processo, a escola passa a ser uma articuladora entre as necessidades do desenvolvimento local e os conhecimentos correspondentes,

emancipando a educação ao possibilitar aos alunos instrumentos de intervenção sobre a sua realidade através do bom conhecimento da realidade, sólidos sistemas de informação, transparência na divulgação, permitindo iniciativas inteligentes por parte dos cidadãos.

E esse processo enriquece o sistema educacional ao possibilitar que escola se torne um centro de produção de conhecimento sobre a realidade local, tendo a educação como instrumento científico e pedagógico, em que os professores sejam mediadores de uma comunidade onde serão naturalmente levados a confrontar o que ensinam com as realidades vividas, contribuindo para o desenvolvimento e transformação local, ao passo que oportunizam aos alunos a problematização e a organização científica do conhecimento. Reconhecendo que todos são responsáveis pela construção de cidades sustentáveis através da promoção do território e dos recursos locais que constituem potencial local de melhoria da qualidade de vida para todos.

Lutar contra a insustentabilidade do modelo econômico da civilização industrial; buscar conexões entre os princípios da economia ecológica e da economia solidária; colocar na construção de propostas de economia alternativa e solidária as pessoas e a natureza no centro, em vez da economia e do benefício; compreender as ações coletivas na contemporaneidade. Se entendermos o crescimento econômico como associado ao aumento indefinido das variáveis físicas da economia (mobilidade, transformação de território, extração de recursos, consumos energéticos etc.), são irreconciliáveis o crescimento econômico e a sustentabilidade ecológica (ESTEVAN; JOVER; NAREDO, 2009).

Pressupostos do desenvolvimento alternativo, crítica à racionalidade econômica, Segundo Santos (2011), um dos requisitos para o desenvolvimento alternativo é elaborar a crítica à racionalidade econômica a fim de promover melhores condições de vida para a população e a defesa de valores de igualdade e cidadania. Singer (2002) reafirma essas questões e assinala que a economia solidária se compõe das empresas que praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão, sem confundir com as cooperativas que empregam assalariados. Para esse autor, a empresa solidária

questiona a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, e a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores.

Parcerias para a construção e difusão do conhecimento

Na teoria pragmático-linguística desenvolvida por Habermas (2012), o processo do diálogo e das interações linguísticas podem produzir razões e critérios consensuais ao se discutir as regras de convivência de uma sociedade, sendo necessário o estabelecimento de um processo argumentativo capaz de fornecer os critérios e os parâmetros racionais para a coordenação das ações e sendo possível encontrar as premissas básicas para a construção de um projeto educativo que privilegie o diálogo, a interação e o entendimento como formas de coordenação da ação social e pedagógica.

Para Brandão (1993), a educação contribui na produção do conjunto de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que compõem a sociedade em que vivemos, nos ajuda a pensar, a criar, a transmitir uns para os outros o saber que constitui e legitima o ser humano.

Tendo como base Paulo Freire, a partir da leitura de Brandão (1993), a educação é um processo permanente e dialético, de aprofundamento, tanto da experiência pessoal quanto da vida social, que se traduz pela participação efetiva, ativa e responsável de cada sujeito envolvido. Desta forma, é necessário o aperfeiçoamento constante na formação profissional, de maneira a se tornarem mestres da práxis.

E nesse enfoque teórico encontram-se as bases para o desenvolvimento de uma educação dialógica e crítica, com potencial emancipatório quanto à filosofia da linguagem, à teoria social e à relação entre agir comunicativo, diálogo e educação para uma práxis comunicativa da educação, geradora de entendimento e fonte de integração social com vistas à coordenação das ações e de socialização entre as pessoas, as quais são chamadas à responsabilidade e ao exercício da solidariedade e de cooperação mútua na busca de superação para os conflitos e contradições que desafiam a sociedade contemporânea.

Gatti (2012) sugere uma construção metodológica de pesquisa em educação com clareza quanto às denominações e conceitos utilizados, de seus significados, caracterização do campo e quais as contribuições de nossos interlocutores e especialistas de outros campos, como estão compreendendo e como podem articular e validar os conhecimentos produzidos através de nossos estudos, devido à nossa comunicação com diferentes setores sociais e acadêmicos, de modo que possamos ser compreendidos e que os conhecimentos sejam bem interpretados, com contribuições realmente relevantes para a sociedade.

Santos (2011) sugere uma reforma criativa, democrática e emancipatória, através de sujeitos de ações que empreendem e enfrentam eficazmente os desafios que defrontam a universidade pública que qualifique para inserção em contextos cada vez mais transnacionalizados, visando responder positivamente às demandas sociais pela democratização da universidade.

Círculos de estudo para o desenvolvimento local

No período de 2011 a 2014 foram realizadas as experiências dos círculos de estudo na área transfronteiriça da Itália e da Eslovênia nos seguintes territórios: Valli del Torre e Natisone, Collio e Carso em Friuli Venezia Giulia, e Veneto oriental sul lado italiano, alta Valle dell'Isonzo, Comune de Kanal, Collio esloveno e área da Comuna de Nova Gorica sul, lado esloveno. O objetivo é experimentar o método pedagógico participativo dos “círculos de estudo” para valorizar e aumentar o patrimônio de conhecimento dos sujeitos/território. A ideia é promover redes de aprendizagens e a valorização das regiões de fronteiras com a participação de operadores econômicos, empreendedores, administradores e cidadãos.

Além disso, esse projeto procurou construir círculos de estudos integrados ao valor transfronteiriço que se autossustentem para além da conclusão do projeto, das instituições e entidades que gestionam. Baseado no modelo territorial em rede, desenvolvendo atividades de seleção da demanda formativa, planificação e gestão das atividades formativas do círculo. Todo o material produzido

tem a contribuição dos *experts* da Cátedra Unesco de em Desenvolvimento humano e Cultura da Paz da Universidade de Florença e do Centro de Estudos de Adultos (ENFAP), na cidade de Gorizia, na Itália.

Do ponto de vista metodológico, os Círculos de Estudo (STUDY CIRCLES, 2014) procuram difundir saberes tradicionais e novos conhecimentos sobre o desenvolvimento rural integrado, artesanato, agricultura, restauração, turismo, ambiente, tutela da biodiversidade. Todos esses temas guardam a ideia de valorização e uso sustentável dos recursos do território, como também perspectiva da cadeia de suprimentos, com uma abordagem participativa desde baixo. De acordo com o guia dos Círculos de Estudo, todo o processo se inicia a partir do desejo do território e dos participantes, visando trabalhar na difusão de redes de microempresas para a inovação e competitividade, a promoção do autoempreendedorismo vinculado à vocação do território, a valorização do território através do desenvolvimento de produtos turísticos de rede e a valorização dos produtos típicos e da cidadania ativa.

Essas ações estão integradas às estratégias da nova programação da Europa 2020, baseada no desafio de “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” (STUDY CIRCLES, 2014, p. 17, tradução nossa), que se refere ao melhoramento da ocupação e da inclusão social, inovação, *green economy*, a qualidade e atratividade do território, entre outras. Como já assinalado, Nos objetivos formativos de conhecimento e competência nessa metodologia de investigação – ação participativa –, é necessário contar com a mediação de um tutor e de *experts* de instituições reconhecidas.

Os Círculos de Estudo, metodologicamente, abordam preferencialmente a troca e o aprofundamento de conhecimentos do território em diferentes aspectos: naturalístico, ambiental, antropológico-cultural, econômico-produtivo, gerencial do ponto de vista normativo e do Plano de Desenvolvimento Local. Algo importante nessa metodologia é privilegiar o conhecimento recíproco com os participantes, sustentada nas experiências pessoais, no confronto de pontos de vistas diversos e na construção de ações comuns.

Os Círculos de Estudo são um dispositivo formativo que se desenvolve a partir do desejo

formativo do território e dos estudantes, dos seus interesses e das suas expectativas em relação à atividade educativa. Nesse sentido, destaca-se a importância da atividade da construção da rede dos sujeitos intermediários no território (associações, instituições, operadores econômicos), priorização e análises de necessidades, envolvimento dos beneficiários finais, a solicitação de treinamento e a programação das atividades do círculo. A análise dos requisitos é realizada num primeiro nível, através das Mesas de Trabalho Territorial para a valorização local, que serão objeto de estudo e desenvolvimento de ações concretas dentro do círculo.

O Observatório de Educação de Jovens e Adultos (OBEJA)

O Programa Observatório da Educação, criado pelo governo federal, envolvendo a Capes, o INEP e a Secadi, desde 2006 visava, principalmente, proporcionar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica, e estimular a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado. Nessa perspectiva, a proposta do OBEJA foi aprovada pela Capes em 2013, elaborada pelo grupo de pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico (TSPPP), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O Observatório definiu seis municípios do Território de Identidade do Sisal, localizados no semiárido baiano: Araci, Conceição do Coité, Santa Luz, São Domingos, Serrinha e Valente. Fazendo parte do grupo para a organização do observatório, era obrigatória a inserção de três professores(as) da educação básica com atividade em EJA nos municípios selecionados e, também, três estudantes de graduação da UNEB nos dois campi localizados nas cidades de Serrinha e Conceição de Coité, incluídas na área de intervenção do Observatório e com experiência em EJA.

A escolha do OBEJA nesse território deve-se ao quadro educacional do Território do Sisal, que apresenta índices elevados de pessoas não alfabetizadas e, também, por terem representantes nesses

municípios do Fórum de EJA do Território do Sisal, facilitando no universo da EJA no território.

O território revela a pouca absorção de mão de obra nas atividades agrícolas, no cultivo do sisal ou nas pequenas propriedades, onde produzem, em geral, uma pequena horticultura, principalmente o aipim, a abóbora e o feijão, e a pequena criação de cabras e ovelhas que comercializam nas feiras periódicas nas cidades. Outros fatores, como deficiência do transporte escolar e estradas precárias, ensino em escolas com poucos recursos organizacionais e infraestrutura também com poucas condições de funcionamento, acabam interferindo na permanência do estudante em algumas escolas públicas do interior do sertão baiano.

O OBEJA teve como objetivo principal realizar estudos e proposições sobre a organização e a oferta da EJA no Território de Identidade do Sisal (TIS); criar um sistema de informações/acompanhamento e monitoramento da Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA e uma metodologia de formação em EJA; gerar informações que possam ser utilizadas pelos movimentos sociais locais.

O Território de Identidade do Sisal, na Bahia, abrange uma área de 21.256,50 Km² e é composto por 20 municípios; a população total do território é de 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem na área rural, o que corresponde a 57,21% do total. Possui 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 1 terra indígena. Seu IDH médio é 0,60 (BELTRÃO, 2010).

Em 2014, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD), a taxa de analfabetismo no Brasil era de 8,3%, cerca de 13,2 milhões de habitantes, concentrados no Nordeste (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). A diminuição do número de escolas que ofertam EJA pode sinalizar um problema, sobretudo para o trabalhador, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014). Merece destaque também a integração da EJA com a educação profissional na perspectiva de se criar novas possibilidades de trabalho para esse público. Além disso, quase metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não tem o ensino fundamental completo, segundo dados do Censo

2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012). O índice é mais alto em áreas rurais, onde 79,6% dos brasileiros nessa faixa etária não terminaram o ensino fundamental – na Bahia é de 20%; no Território do Sisal, em 2000, era de 34,5%.

A participação dos movimentos sociais no Território do Sisal tem sua presença desde muito tempo. A história dos movimentos sociais no Território do Sisal começa a mudar em 1960, com o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEB); em 1967, com o Movimento de Organização Comunitária (MOC); e em 1969, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Os movimentos sociais mais recentes vêm realizando novas reivindicações, a agricultura familiar, o associativismo e o cooperativismo, dentre eles, a Associação de Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Região Sisaleira (APAEB), em 1980; o assentamento Nova Palmares, em 1998; o Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia (NEPSBA), a Associação Cultural e Beneficente *Revolution Reggae*, de 2003; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), além do Fórum EJA do Território do Sisal, um dos movimentos com mais impacto nas políticas e gestão da EJA nesse Território.

O projeto do Observatório para a formação de professores da EJA no Território do Sisal seguiu também algumas orientações e análises a partir da metodologia da Investigação Ação Participativa (IAP), através da experimentação de modelos de formação em EJA nas escolas TIS, seminários e oficinas que funcionaram como ações mobilizadoras e descobridoras de modelos já utilizados pelos próprios professores. A construção da formação deveu-se, em toda a sua extensão, à participação dos atores locais nos processos de reflexão e ação das atividades de pesquisa e extensão do OBEJA.

Através da IAP, continua conjuntamente conhecendo o território, envolvendo diversas instituições e atuando com propostas metodológicas de formação mais atentas ao aprender a pesquisar, a construção e utilização de elementos gráficos para facilitar a formação, atividades práticas nas comunidades para desenvolver a escuta da comunidade através da realização das Caravanas da Escuta, adaptando a construção freiriana na formação participativa e

em conjunto com estudantes e professores nas comunidades onde vivem ou em outras que mantêm relações.

Da fase de estudos e pesquisas, quantitativas e qualitativas, foram mapeadas, nos seis municípios, a situação histórica, econômica e política do Território através de um levantamento de artigos, teses e dissertações sobre o Território e um diagnóstico sobre a situação sociogeográfica e econômica em documentos oficiais, e, por fim, um diagnóstico da EJA nesses municípios.

Foram realizadas, nos seis municípios, pesquisas em 40 escolas nas zonas urbana e rural, identificando quais os perfis dos gestores, coordenadores, professores e estudantes de EJA e suas expectativas, críticas, avaliações e potencialidades. Um dos temas pesquisados foram as metodologias utilizadas pelos professores, que foram consideradas, em muitos casos, expositivas e sem a devida relação com o contexto dos estudantes.

No Observatório, uma tese sobre o estudo da matemática na EJA afirma que embora os estudantes que são trabalhadores rurais do sisal consigam elaborar pensamentos matemáticos sofisticados a partir de suas próprias experiências, como calcular o valor que recebe por uma carga do sisal e quanto tempo leva para executar certas funções dentro da cadeia produtiva, não conseguem colocar esses cálculos no papel.

A produção de material didático específico para o Território do Sisal faz parte do desafio de uma educação participativa, contextualizada e integrada em rede com diferentes instituições parceiras. A busca pelos portais, tais como IBGE, INEP, IPEA, Capes e SEI, que possuem bancos de dados sobre o território, as escolas, os estudantes, são importantes para a formação do professor e do estudante da EJA. A disponibilização desses dados, mapas, censos e gráficos pode ajudar na formação.

A utilização das TIC na EJA apresenta-se como uma abertura para muitas redes e acessos ao conhecimento. A dinâmica desse processo de produção da internet é um eixo importante na compreensão da ferramenta, embora as dificuldades dos provedores em se instalar em municípios pequenos e em localidades rurais distantes do centro contribua para dificultar o quadro educacional ainda bastante debilitado nesse Território.

A integração com o Território para utilizá-lo como parte do currículo procura mostrar a riqueza cultural e o universo vocabular dessa parte do sertão baiano, através da criação da Caravana da Escuta como uma experiência de formação da escola, de professores e de estudantes, necessária em qualquer projeto político pedagógico escolar.

A Caravana da Escuta (CE) é uma metodologia que procura entender as especificidades da cultura sisaleira no diálogo com os sujeitos da EJA no ambiente não escolar. A metodologia da Escuta não é compreendida aqui como continuidade dos processos de escolarização, mas sim das experiências vivenciadas pelos sujeitos. Procurou compreender o universo cultural das pessoas dos diferentes povoados, nas feiras, nas roças, ouvindo relatos e histórias sobre a escola, a cultura, a vida social.

A pesquisa elaborada pelo Observatório Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal - Bahia (OBEJA-BA) proporcionou a criação de um sistema de informações capaz de acompanhar o desempenho institucional e as estratégias pedagógicas do sistema educativo nos seis municípios da região do semiárido baiano supracitados, identificando assim as experiências inovadoras da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas que atendam às especificidades socioculturais.

O OBEJA tem como base em sua proposta formativa para os atores da EJA, estudantes e professores a formação em pesquisa para a leitura do mundo na concepção freiriana como um processo de formação participativo e integrador, entre estudantes e professores, que dialogue com suas realidades e potencialidades. Nessa perspectiva, propomos o desenvolvimento de uma formação em pesquisa social e, em particular, pesquisa em educação na qual estejam inseridas em “classes/oficinas” em metodologia da pesquisa, como elemento de diálogo entre a proposta curricular formal da EJA e a realidade sociocultural dos estudantes. Sendo assim, partimos do pressuposto de que ao proporcionar oficinas que trabalhem com história de vida, grupo focal, trajetórias de vida, autobiografias, entrevistas, caravanas da escuta, permitiremos aos estudantes e professores a ampliação da sua percepção da realidade social, local e global, de forma a tornar os currículos e o processo de aprendizagem mais consonante com

as perspectivas desses sujeitos, e empreender uma formação acadêmica. Para tanto, é fundamental realizar leituras de metodologias, sintetizá-las e apresentá-las de forma acessível para o estudante da EJA, como uma disciplina de teoria e prática de pesquisa em EJA.

Uma das estratégias foi a utilização das ideias de Paulo Freire sobre a Caravana da Escuta como uma metodologia de pesquisa para formação em serviço, propondo colocá-la no planejamento das áreas do conhecimento para formação docente. A Caravana da Escuta é um modelo de compreensão da realidade local dos estudantes e professores, realizada por eles próprios, utilizando-se de técnicas de pesquisa já conhecidas pelas ciências sociais e pela pedagogia para um maior entendimento dos problemas e para aprofundar a conscientização dos agentes da EJA. Dentre essas técnicas e métodos, trabalhamos com as histórias de vida, com as lendas locais, com as músicas e festas, com as atividades de solidariedade e apoio mútuo realizadas no processo produtivo.

A pesquisa de materiais didáticos que possam formar os professores e estudantes é um desafio. Para isso, disponibilizamos informações importantes para o conhecimento do Território do Sisal no site da OBEJA por meio do link <http://obeja.uneb.br> e do aplicativo para celular OBEJA formação participativa, adquirido gratuitamente através do Play Store. Nos dias atuais contamos com uma quantidade de informação muito grande e de fácil disponibilidade, embora saibamos das dificuldades que muitos ainda têm para utilizar essas mídias, principalmente nas pequenas e médias cidades do semiárido baiano. Nesse sentido, nossa preocupação foi a de buscar, nesses sítios, materiais informativos que ilustrem e contextualizem os conhecimentos disponíveis. Nossa tarefa é facilitar mais, ensinando os passos da pesquisa para acesso e obtenção dessas informações.

Para a obtenção dessas informações pelos professores e estudantes da EJA, desenvolvemos um aplicativo disponível para aparelhos móveis onde poderão acessar um grande número de informações. A proposta do aplicativo tem em sua base a ideia do currículo como território de aprendizagem, elaborado através de um guia metodológico participativo que conterà informações precisas de sítios

de instituições públicas que disponibilizam dados, tabelas, mapas, gráficos, como os do IBGE, INEP, IPEA, SEI e portais acadêmicos (USP, UNEB, Capes etc.), além de vídeos e músicas. Ao longo desse período da pesquisa reunimos informações sobre as necessidades dos professores e dos estudantes para agregar novos conhecimentos.

Com a metodologia que estamos desenvolvendo e experimentando no TIS, esperamos contribuir para a melhoria das atividades da EJA tanto para o professor quanto para o estudante, aproveitando o conhecimento local e as pesquisas científicas na formação desses sujeitos. A metodologia da formação dos educadores e a metodologia da educação dos jovens e adultos devem ser pensadas em conjunto, estar pautadas nos princípios freirianos, mais acopladas, como o próprio Freire pensou ao iniciar, através do Instituto Paulo Freire (IPF), à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a exemplo das bibliotecas que podem ser acessadas de modo virtual e presencial.

Recomenda-se ainda a criação de bibliotecas e museus (cidadania cultural) nas pequenas cidades, pois assim se pode transformar as ações num impulso ao conhecimento.

Turismo de Base Comunitária no Cabula – Salvador, Bahia

O Turismo de Base Comunitária teve origem na década de 1980, na América do Sul, caracterizando-se como um modelo de gestão comunitária do legado cultural e das riquezas naturais, visando à conquista de direitos à cidadania e o engajamento no cumprimento de deveres, para que com isto se concretize o desenvolvimento local.

Apresentar um marco conceitual para o turismo de base comunitária no Brasil, segundo Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), não é das tarefas mais fáceis devido à diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens de cada uma das iniciativas autoproclamadas “comunitárias”, sendo considerado um grande desafio a compreensão dessa diversidade para extrair ensinamentos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas.

Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009) consideram como um marco conceitual as primeiras ações do poder público federal em apoio a um outro mo-

delo de turismo, onde as populações tradicionais, a partir de 2007, estabeleceram uma conceituação do TBC no contexto brasileiro, a partir da demanda social e do reconhecimento de experiências de turismo que tivessem como protagonistas organizações comunitárias, o que foi feito por meio de discussões que envolveram, além do Ministério do Turismo, os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, bem como alguns representantes de iniciativas locais.

Dessa forma, demonstra-se que a atividade turística pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, com foco na geração de oportunidades e benefícios reais para essas populações.

Nesse contexto apresentamos o projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula (TBC), elaborado em conjunto com a assessoria técnica da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares através do Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária da Universidade do Estado da Bahia (ITCP/COAPPES/UNEB), identificando e registrando a relevância do papel social da universidade no estabelecimento de diálogos com agentes participativos dos diversos setores da sociedade, de modo a contribuir para a melhoria das comunidades locais e regionais no contexto em que estão inseridas.

A metodologia adotada pelo TBC no Cabula, em que predominam presenças de jovens e adultos, tem sido inovadora na medida em que articula com maestria os saberes acadêmicos e populares, bem como vem mobilizando para a construção de conhecimento sobre o antigo quilombo Cabula, cuja origem remete às presenças de povos indígenas tupinambás, africanos e afrobrasileiros.

Ao longo dos anos vem atuando em 17 bairros por meio do grupo de pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo (SSEETU), da UNEB, Campus I. Com base em metodologias participativas sustentadas na pesquisa-ação e na praxiologia (SILVA, 2013), o projeto tem como escopo principal a construção de redes sociais cooperadas com as comunidades circunvizinhas da UNEB, Campus I, buscando caminhos alternativos para o desenvolvimento local, no contexto de bairros populares, a partir do turismo de base comunitária e da economia solidária.

Visando o aprofundamento sobre a cultura e o patrimônio da localidade do antigo quilombo Cabula, para a partir daí construir conhecimento e gerar espaços de diálogos que favoreçam o empoderamento da comunidade de seus legados, e mais a mobilização criativa para expressar habilidades e talentos por meio da arte e do Turismo de Base Comunitária, realizaram-se sete versões do Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), nos quais se conseguiu articular populações dos bairros envolvidos, em particular aqueles que foram realizados nos bairros de Pernambués, Beiru, Mata Escura e Cabula. As três primeiras versões do ETBCES ocorreram na UNEB, Campus I, Salvador, e as outras quatro em colégios da rede estadual de ensino, que mostraram suas experiências de dança, capoeira, artes plásticas, artesanato, culinária, que ajudaram na emancipação das populações envolvidas e deixaram manifestação positiva relacionada à autoestima e sentimento de pertencimento.

Como consequência, e às vezes em meio a esses eventos, desenvolveram-se roteiros de visitação de forma colaborativa com crianças, jovens, adultos e idosos, moradores dos bairros da área delimitada pelo projeto TBC Cabula. De um modo geral, compartilhou-se a melhor tradição alimentar; visitas a áreas de Mata Atlântica, a exemplo do Horto do Cabula e Reserva do Cascão; moradias construídas com resíduos sólidos; e artefatos de tecnologias sociais nos quais se expressão a criatividade das populações.

Nesse processo, desenvolveram-se iniciativas de hospedagem e guiamento por alguns participantes comunitários que, com limitações, participaram da formação em guiamento, hospedagem comunitária/domiciliar, culinária sustentável e outras formações, e realizaram suas práticas basilares dentro da perspectiva que se trabalha o turismo de base comunitária, não de maneira sempre crescente, pois desenvolver estas habilidades na comunidade não é fácil, dado o enfrentamento de dificuldades da comunidade e da universidade, mas aos poucos vai se formando diferencial inovador e criativo.

Para além da produção continuada da mobilização comunitária, o II Encontro de Turismo de Base Comunitária do Cabula e Entorno (ETBCES), que ocorreu entre os dias 3 e 8 de julho de 2012, moti-

vou o grupo de artesãs a ampliar os vínculos com a UNEB, através da articulação, reflexão e diálogo para o desenvolvimento de empreendimentos populares solidários no TBC Cabula, possibilitando à universidade contribuir no âmbito social como unidade de apoio, com ações que a sociedade demanda.

O Coletivo Arte e Cultura do Cabula (Cultarte), constituído majoritariamente por artesãs moradoras dos referidos bairros, vem participando de Feiras, conquistando espaço dentro da UNEB – Campus I, através da divulgação de suas produções, e tem sido estudado em âmbito de mestrado e doutorado, transformando-se em estudo de caso relevante de economia criativa e solidária.

O Cultarte passou a ser assessorado por técnicos da ITCP/COAPPES, professores do curso de Design da UNEB e pelas equipes do SSEETU e do TBC Cabula, de modo que esta rede de cooperação vai se ampliando em prol do Turismo de Base Comunitária (TBC), Economia Solidária e Desenvolvimento Local através deste Coletivo.

O projeto Turismo de Base Comunitária do Cabula vem realizando a construção de atividades econômicas, culturais, estéticas, de desenvolvimento da autoestima, que têm crescido também como proposta científico-acadêmica aplicada, reconhecida e com resultados ímpares, mas também, e principalmente, por envolver a comunidade de forma crescente, fazendo-a sentir-se autora do processo e do aproveitamento de seu potencial criativo e humano, através de uma atividade dignificante e plena de produção de sentido.

Outras experiências foram realizadas a partir da criação do Portal TBC Cabula, como o Museu Virtual do Quilombo Cabula, a Rádio Web Juventude e o site do ETBCES. O Portal tem por finalidade dar visibilidade aos saberes e fazeres das comunidades dos 17 bairros (PORTAL TBC, 2018). Quanto ao Museu do Cabula, é resultado de uma tese e é acessado virtualmente. A Rádio funciona dentro de um colégio estadual, com gestão compartilhada por estudantes, gestores e professores. E no site do ETBCES encontra-se o registro de textos e imagens das sete versões deste evento.

O contínuo desenvolvimento dos eventos e das visitações tem aperfeiçoado roteiros e abordagens de realização do turismo de base comunitária como prática social do bairro, possibilitando a construção

concreta de uma alternativa para solução produtiva da vida de seres humanos nas comunidades.

Conclusões

Para reflexão final, cabe destacar o lugar da cultura, da experiência e dos saberes locais como referências para a construção de novas matrizes conceituais de formação em desenvolvimento local, como a cidadania ativa, a autogestão, o cooperativismo, a economia verde, ressaltando que as metodologias participativas utilizadas nas três pesquisas, embora em diferentes contextos, podem apoiar a formação de redes de pesquisa voltadas

para o desenvolvimento local em diálogo com as universidades e os centros profissionais.

Promover o diálogo e escutar o território, as suas organizações, os cidadãos e no caminho trilhar na construção de um novo mundo, por mais que esse seja o mais utópico possível. A construção de modelos participativos para o desenvolvimento local poderá disseminar novas ações sociais e de valores que transcendam o mero consumismo e a destruição da vida social e do planeta. A educação para o desenvolvimento local é uma temática ainda importante em nossas instituições públicas e precisa ter seu destaque e a participação de outras instituições e organizações sociais.

REFERÊNCIAS

- BARTHOLLO, Roberto; SANZOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília, DF: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- BELTRÃO, Selma Lúcia Lira. **A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável: estratégias comunicativas e de participação no Território do Sisal, Bahia**. 2010. 213f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).
- CIAPETTI, Lorenzo. **Losviluppo locale**. Bologna: ilMulino, 2010.
- COSCIONE, Marco. **El comercio justo: una alianza estratégica para el desarrollo de América Latina**. Madrid: Catarata, 2008.
- DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (ETBCES). **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.etbces.net.br/>>. Acesso em: 07 maio 2018.
- ESTEVAN, Antonio; JOVER, Daniel; NAREDO, José Manuel. **Por una economía ecológica y solidaria: conversaciones con Antonio Estevan y José Manuel Naredo**. Barcelona: Icaria, 2009.
- GATTI, Bernadete. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE)**, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan./abr. 2012.
- HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014. **Taxa de analfabetismo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 maio 2018.
- _____. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Banco de dados da Escola Brasil**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>>. Acesso em: 17 jul. 2014.
- JOVER, Daniel. **Por una economía ecológica y solidaria: conversaciones con: Antonio Estevan y José Manuel Naredo**. Barcelona: Icaria, 2009.

MUSEU VIRTUAL QUILOMBO DO CABULA. **Sobre o museu**. Disponível em: <<http://www.museudocabula.com.br/>>. Acesso em: 07 maio 2018.

PORTAL TBC. **Turismo de base comunitária no entorno do Cabula**. Disponível em: <<http://www.tbccabula.com.br/>>. Acesso em: 07 maio 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da nossa Época, vol. 11).

SILVA, Francisca de Paula (Org.). **Turismo de base comunitária e cooperativismo**: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno. Salvador: Eduneb, 2013.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-129.

STUDY CIRCLES. **Line e guida per la costruzione del sistema transfrontaliero dei circoli di studio 2007-2013 del fundo europeo di sviluppo regionale e dal fundo nazionali Eslovênia/Itália**. 2014. Disponível em: <<http://www.study-circles.eu>>. Acesso em: 07 maio 2018.

VILANOVA, Elena; VILANOVA, Rosa. **Las otras empresas**: experiencias de economía alternativa y solidaria en el Estado español. Madrid: Talasa Ediciones, 1996.

Recebido em: 30/04/2018

Aprovado em: 06/07/2018

EDUCAÇÃO PARA O ECODESENVOLVIMENTO NO ENSINO BÁSICO SOB A PERSPECTIVA DA ECOSSOCIOECONOMIA

*Diego dos Santos (FURB)**

*Cristiane Mansur de Moraes Souza (WSU)***

RESUMO

O século XXI trouxe consigo inúmeras revoluções científicas. Entretanto, ainda se depende essencialmente dos recursos naturais para o bem-estar humano. A educação exerce importante papel no desenvolvimento da humanidade e no modo como as populações alteram a dinâmica da natureza. Neste sentido, o ecodesenvolvimento está envolto na ecossocioeconomia, por ser um enfoque que enfatiza que os sistemas sociais estão imbricados nos sistemas naturais. O artigo retrata uma experiência ecossocioeconômica de metodologia pesquisa-ação em três eixos temáticos: i) história da ocupação de Blumenau e região; ii) meio ambiente e bairro; iii) interfaces entre saúde ambiental e humana. Resultados envolveram a expansão nas percepções e maneiras de pensar e agir, bem como a promoção da inovação pedagógica, à luz do enfoque do ecodesenvolvimento. Conclui-se que estudar a percepção da realidade físico-geográfica e socioambiental local pode levar a um aumento da percepção da vulnerabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Educação básica. Escala local e regional. Educação para o ecodesenvolvimento. Ecossocioeconomia.

ABSTRACT

EDUCATION FOR ECO-DEVELOPMENT ON PRIMARY SCHOOL EDUCATION BY THE PERSPECTIVE OF ECOSOCIOECONOMY

The twenty-first century brought with it numerous scientific revolutions. However, it is still essentially dependent on natural resources for human well-being. Education plays an important role in the development of humanity and in the way that populations change the dynamics of nature. In this sense, eco-development is enveloped in ecossocioeconomics, because it is an approach that emphasizes that social systems are embedded in natural systems. The article presents an ecossocioeconomic experience of research-action methodology in three thematic axes: i) history of the occupation of Blumenau and region; ii) environment and neighborhood; iii) interfaces between environmental and human health. Results involved the expansion of perceptions and ways of thinking and acting, as well as the promotion of pedagogical innovation, in the light of the ecodesvelopment approach. In conclusion, study the perception

* Mestre em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Servidor do Instituto Federal Catarinense. E-mail: dhieghobnu@gmail.com

** Pós-doutora em Ciências Ambientais pela Washington State University (WSU). Professora do quadro permanente da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: arqcmansur@gmail.com

of physical-geographical and local environmental reality can lead to an increased awareness of environmental vulnerability.

Keywords: Primary education. Local and regional scale. Education for ecodesvelopment. Ecosocioeconomy.

RESUMEN

EDUCACIÓN PARA EL ECODesarrollo EN LA ENSEÑANZA BÁSICA BAJO LA PERSPECTIVA DE ECOSOCIOECONOMÍA

El siglo XXI trajo consigo numerosas revoluciones. Sin embargo, todavía se depende de los recursos naturales para el bienestar humano. La educación ejerce un importante papel en el desarrollo de la humanidad y en la forma en que las poblaciones cambian la dinámica de la naturaleza. En este sentido, el ecodesarrollo está envuelto en la ecosocioeconomía, por ser un enfoque que enfatiza que los sistemas sociales están imbricados en los sistemas naturales. El artículo retrata una experiencia ecosocioeconómica de metodología investigación-acción en tres ejes temáticos: i) historia de la ocupación de Blumenau y región; ii) medio ambiente y barrio; iii) interfaces entre salud ambiental y humana. Los resultados involucraron la expansión en las percepciones y maneras de pensar y actuar, así como la promoción de la innovación pedagógica, bajo el enfoque del ecodesarrollo. Se concluye que estudiar la realidad física geográfica local puede llevar a un aumento de la percepción de la vulnerabilidad socioambiental.

Palabras clave: Educación básica. Escala local y regional. Educación para el ecodesarrollo. Ecosocioeconomía.

Introdução¹

A sociedade contemporânea perpassa uma crise socioambiental planetária sem precedentes. Como consequência dessa celeuma, pairam sobre o globo múltiplas repercussões e implicações que acarretam em desequilíbrios para o ambiente terrestre. Neste contexto, a crise instalada, classificada como multidisciplinar e multiescalar, resulta do mau desenvolvimento. Por sorte, toda crise é uma oportunidade de superação. Assim sendo, o

primeiro passo para tal superação caminha em direção a uma tomada de consciência acerca da problemática socioambiental (BOFF, 2002; SACHS, 1993). Urge, então, recorrer a concepção de Edgar Morin (1981) sobre os tempos modernos e as revoluções deles decorrente. Esta ideia está centrada na necessidade de repensar o mundo a partir da educação. É que a educação é costumeiramente difundida como elemento transformador da vida. Essencial, portanto ao desenvolvimento das sociedades e à salvaguarda do planeta. Sob essa premissa, torna-se claro que a educação é o marco inicial na trilha rumo a um novo modelo de desenvolvimento.

Alterar esse paradigma vigente perpassa obrigatoriamente pela sustentabilidade e inclui uma guinada na forma como o pensamento atual da sociedade é concebido. Normalmente, uma concepção antropocêntrica e mecanicista que atribui à existência humana demasiada importância. Portanto, intrínseca a qualquer existência. Esse

1 Os autores agradecem à Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), que por meio do edital de extensão 05/2016 (vigente em 2017) viabilizou o projeto de Extensão Educação STEM: Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento de Blumenau (SC), que deu origem a este artigo. Agradecemos, ainda, aos membros da equipe de extensão da FURB, os professores Gilberto Friedenreich dos Santos, Luciana Butzke, Nazareno Loffi Schmoeller, Stella Maris Martins Cruz Castelo de Souza Nemetz e aos bolsistas de extensão Jonas Vargas e Elizabete Luciani. Por fim, os autores agradecem a concessão de licença pelo Instituto Federal Catarinense ao autor Diego dos Santos para cursar mestrado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

entendimento conduz à presunção de que o homem é senhor de tudo, detentor do direito de transformar, explorar, escravizar e servir-se da natureza (CAPRA, 1996). Sob esta ótica, esquece-se de fatores altamente relevantes. Supervaloriza-se o polo econômico em detrimento das questões ecológicas, humanas, culturais, sociais, espaciais, científicas. Diante de tantas questões e da amplitude que elas compreendem, a relevância da educação como fiel da balança, apta a moldar destinos e costurar ideais de desenvolvimento, é fundamental, pois como bem evidencia o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Ou seja, a educação imbrica-se em todos os aspectos da vida.

Não é, portanto, somente aquilo que acontece na escola, mas sim, um processo que resulta das múltiplas interações e articulações entre experiências pessoais e sociais. A vida, entretanto, é cercada de inconstância. Daí a grande dificuldade na gestão e apreensão do conhecimento, pois tende-se a tratar e resolver os problemas modernos sob uma visão tipicamente cartesiana. Felizmente, a educação é multifacetada e compreende inúmeras abordagens. É a partir dessas múltiplas faces da educação que sempre surgem oportunidades de mudança de cenário. No que concerne à adoção de uma perspectiva sustentavelmente responsável, uma abordagem diferenciada possível é aquela delineada a partir da educação para o ecodesenvolvimento. Desprovida de soluções pretensamente universalistas e receitas – teoricamente – aplicáveis a qualquer situação, trata-se de uma composição que une aos processos cognitivos a realidade local. Isto torna-se possível, defende-se, a partir da estruturação e aplicação de oficinas em educação para o ecodesenvolvimento, com ensinamentos significativos de maior assimilação.

Dado o contexto, o artigo apresenta a Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE) de Blumenau, atividade entendida como uma experiência ecossocioeconômica que vem sendo realizada desde 2012 com o início do Programa Novos Talentos da Fundação Universidade Regio-

nal de Blumenau (FURB). A ecossocioeconomia, nesse contexto, objetivamente se caracteriza por ações práticas aqui denominadas como oficinas em Educação Para o Ecodesenvolvimento (EPE). Essas foram realizadas na Escola Básica Municipal Almirante Tamandaré, em Blumenau-SC. A escolha pelos estudantes do ensino básico, reside na maior possibilidade de torná-los agentes efetivos da mudança, pois o processo de formação ainda está em construção. Menos complexo, portanto, inserir a transformação de paradigmas, o que sempre requer não apenas uma expansão nas percepções e maneiras de pensar e agir, mas também de valores (CAPRA, 1996). As atividades ofereceram uma oportunidade de reflexão sobre a temática ambiental com possibilidade de refinamento da compreensão do contexto local. Isto porque, a partir da internalização do vivenciado durante as atividades práticas, é crível supor, há o aprimoramento da consciência ecológica e da emergência da adoção de posturas preservacionistas. As atividades desempenhadas na escola estão no escopo do projeto de extensão 941/2016 – Educação STEM: Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento de Blumenau (SC). Baseiam-se e dão prosseguimento aos projetos de ação territorial desenvolvidos pelo grupo de pesquisa, devidamente cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): *Análise Ambiental e Ecodesenvolvimento*, desenvolvidos por ocasião da participação do grupo no Programa Novos Talentos/FURB (Edital 55-2012 CAPES) e programa de cooperação internacional STEM (Edital 06-2015 CAPES- Conselho Britânico).

O Programa Novos Talentos (PNT) foi uma criação do Ministério da Educação, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja área de competência, com a edição da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 (BRASIL, 2007), incorporou também o nível básico de ensino. Visava à formação e a valorização da comunidade, alunos e professores da educação básica, mediante a celebração de convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, fomentando a inclusão social e o desenvolvimento da cultura científica. Para tanto, realizavam-se atividades extracurriculares valorizando espaços inovadores, como dependências universitárias,

laboratórios, centros de estudos, de pesquisas e museus (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013). No PNT, versavam como objetivos:

a) tornar o conhecimento científico acessível a professores e estudantes da educação básica [...] aproximando-o de seu cotidiano e visando à transformação da realidade;

[...]

c) estimular programas [...] que levem à melhoria das condições de aprendizagem e à socialização dos jovens, favorecendo sua promoção e integração social;

[...]

f) incentivar a produção de metodologias, estratégias e materiais didáticos inovadores, visando à melhoria das condições de aprendizagem [...] em articulação com a realidade local, regional e global (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013, p. 27).

Para dar vazão prática aos propósitos e objetivos idealizados, a CAPES lançou os editais 33/2010 e 55/2012, objetivando apoiar, mediante aporte financeiro, propostas para o PNT. Nesse ínterim, ao todo, 148 projetos foram aprovados. Em Blumenau, o PNT aportou por meio do projeto de extensão *Ecoformação e Literacia Informacional para a Educação Científica*, desenvolvido pela FURB. A partir deste projeto institucional elaborado pela universidade, desdobraram-se três subprojetos: a) Literacia Informacional e Educação Científica; b) Ciclo de Formação para Ecoformação e Biodiversidade e; c) Educação Para o Ecodesenvolvimento com enfoque Interdisciplinar. Estruturado em módulos e reunindo ações coordenadas, a exemplo de cursos, oficinas e ações territoriais, primava pela disseminação do conhecimento científico, numa perspectiva relacionada à temática ambiental.

O projeto e os lançamentos desses editais pela CAPES se encerraram, mas a vontade de prosseguir com ensinamentos significativos, focados na realidade local e no ecodesenvolvimento, não. Assim, com as experiências adquiridas no projeto anterior, aprovou-se, em 2016, o *Projeto de Extensão 941/2016 – Educação STEM: Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento de Blumenau (SC)*, de premissas similares. Desenvolvido mediante a

atuação de professores, doutorandos, mestrados e acadêmicos da iniciação científica, objetivava potencializar o ecodesenvolvimento local e regional por meio de oficinas de Educação Para o Ecodesenvolvimento (EPE) e do diálogo de saberes.

Tanto na metodologia de caracterização do objeto empírico em análise, ou seja, a localidade em estudo, assim como na vivência em educação em foco, é possível identificar elementos que se relacionam à ecossocioeconomia. Cabe considerar que a

[...] ecossocioeconomia está imbricada na discussão sobre o conceito de ecodesenvolvimento (entendido como antecedente do desenvolvimento sustentável), e alinhada à compreensão da ecologia humana (que tem como premissa a inseparabilidade entre os sistemas sociais e ecológicos) e do planejamento participativo. (SAMPAIO, 2010, p. 18).

O conceito de ecodesenvolvimento designa uma modalidade de política ambiental, simultaneamente preventiva e proativa, afirmando que é necessário considerar os problemas relacionados a recursos, ambiente, população e desenvolvimento de forma unificada (SACHS, 1997). Neste sentido, a vivência em educação a que se refere este estudo define um grau de ruído na integração entre o sistema ecológico e social, no que tange à questão da educação e participação cidadã. No bojo dessa discussão, novas facetas do problema gerado pelas enchentes/deslizamentos são analisadas do ponto de vista das problemáticas socioambientais. Ilustram-se os questionamentos pelas crises provocadas, acrescidos de análises socioambientais locais em direção à ecossocioeconomia, assim como o papel da participação cidadã.

Metodologia

Esta experiência foi construída a partir de uma metodologia de elaboração de projetos, desenvolvidos com a comunidade escolar e atores locais, que definem o que designa por comunidade de aprendizagem (SAUVÉ, 2001). Após abordagem teórica e trabalhos de campo, os projetos partem de problemas identificados nas localidades e tendo a universidade o papel de investigar sobre o desenvolvimento territorial, integrando ensino, pesquisa e extensão por meio do projeto de exten-

são Educação STEM: Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento de Blumenau (SC). O projeto expressou-se com destaque na valorização de atitudes inerentes ao pleno exercício da cidadania e responsabilidade ecológica.

As atividades de extensão (oficinas) planejadas contemplam três esferas inter-relacionadas que estão na base de um novo projeto de sociedade e de civilização (SAUVÉ, 2001), ou seja: (1) **A esfera da relação da pessoa consigo mesma**: construindo o sentido de identidade pessoal, que se desenvolve quando o aluno-graduando se identifica no papel de monitor das atividades do projeto; (2) **A esfera da relação da pessoa com outras pessoas**: entende-se que estudar os efeitos das mudanças climáticas, não restrito ao caso da ocupação da Serra do Mar (Blumenau-SC), sugere o entendimento sobre dinâmicas biofísicas naturais da Serra do Mar (meio físico natural da área de estudo), tema, aliás, recorrente nos vestibulares das universidades; (3) **A esfera da relação ecológica** (do espaço da vida compartilhada que leva em conta a rede formada por outros seres vivos).

Nesse caso, inclui-se o estado do meio ambiente biofísico e social, as transformações na paisagem provocadas por diferentes modalidades de apropriação do espaço territorial ao longo do tempo. O projeto pedagógico das oficinas procurou integrar a graduação e a pós-graduação e os professores e os alunos da rede pública do ensino básico por meio de oficinas que confluíram para a valorização de atitudes e valores de conservação da biodiversidade e para a autorrealização individual e comunitária. A metodologia considera uma abordagem complexa de saberes locais, isto é, das compreensões distintas sobre o mundo natural (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Esta compreensão emerge do contexto da crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Trata-se de uma construção de metodologia que propõe a aprendizagem e o compartilhamento entre conhecimentos tradicionais e científicos, estratégia particularmente apropriada na educação para o ecodesenvolvimento (SAUVÉ, 1996, p. 89), atualmente reconhecida como transdisciplinaridade.

O processo de educação está em curso no contexto de uma Zona de Educação para o Eco-

desenvolvimento (ZEE) de Blumenau. A ZEE é um espaço de educação e práticas de projetos em torno do conceito de ecodesenvolvimento que prioriza o artigo 127 da constituição brasileira, que obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O conhecimento desenvolvido durante as atividades práticas consiste, entre outras atividades, em identificar e caracterizar o meio físico natural e antrópico da microbacia hidrográfica onde está localizada a escola de educação básica que faz parte do projeto de extensão. Dessa forma os trabalhos realizados pelos alunos da graduação servem de base empírica para os trabalhos dos alunos da pós-graduação, e é utilizado como base de exemplos práticos aos professores e alunos da rede pública, sendo, desta forma, aplicados na extensão. Na EPE procura-se integrar os saberes locais e o conhecimento científico, tomando por base o indivíduo em constante processo de autoconstrução, no sentido de maturação, para torná-lo protagonista de sua história. Neste processo o que o mais importa como resultado é o desenvolvimento da autonomia dos professores e alunos da rede pública do ensino básico e dos monitores alunos da graduação e da pós-graduação da FURB.

Os experimentos foram divididos em um conjunto de oficinas, abordando um tema eixo de forma articulada às disciplinas do currículo escolar, tendo os fundamentos do ecodesenvolvimento como pano de fundo. As ações foram direcionadas para os alunos do 3º e 4º anos do ensino fundamental da Escola Básica Municipal Almirante Tamandaré. A escolha por essas turmas deu-se em razão dos fundamentos que norteiam o projeto de extensão em consonância com o projeto político pedagógico do Município de Blumenau. Isto porque em razão do projeto estar atrelado a um programa de pós-graduação em desenvolvimento regional, o foco central aborda as temáticas voltadas às problemáticas do local onde está inserida a escola (concentração de pobreza e vulnerabilidade socioambiental, por exemplo) (SAMAGAIA, 2010; SANTOS, 2018), bem como o desenvolvimento local e regional. No mesmo sentido, o projeto político pedagógico do Município de Blumenau atribui ao 3º e 4º anos do ensino fundamental os estudos referentes às questões locais e regionais.

Ecodesenvolvimento: breves considerações

À sociedade industrial não é permitido crescer indistintamente, pois o crescimento econômico contínuo e ilimitado conduz à saturação dos recursos e colide diretamente com o equilíbrio ecológico global (MANTOVANELI JÚNIOR; SAMPAIO, 2006). Nesse contexto, a questão de como obter um desenvolvimento sem pôr em risco o meio ambiente e como fazer com que esse perca para as gerações vindouras passa a ser pensada. Surge então a busca por uma forma de desenvolvimento sob os moldes de sustentabilidade. Percebe-se que não há saída, tampouco verdadeiro desenvolvimento caso haja deterioração do meio ambiente (GOMES; MANSUR; TABOSA, 2015).

Nessa esteira, emerge, no final da década de 1960, o chamado *Clube de Roma*, e as discussões acerca das questões ambientais passam a ser debatidas com maior veemência. No início da década de 1970, já com mais de uma centena de membros preocupados com o futuro do globo e da humanidade, o Clube de Roma encomenda ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) a produção de um estudo sobre a expansão ilimitada (do uso de recursos naturais, da industrialização, do crescimento demográfico etc). Como resultado, Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores publicam, em 1972, o relatório *Limites do Crescimento* (BRÜSEKE, 1994; MOTA et al, 2008).

A obra se destaca pelos alertas emitidos no que se refere ao progresso e à interação entre homem e natureza. Tece, ainda, considerações sobre o fato de que o aumento populacional, a industrialização, a poluição e o consumismo exacerbado exercem pressão, de tal ordem, sistemática sobre os serviços ecossistêmicos, que levam a capacidade de regeneração ecológica a níveis críticos e à destruição irracional e sem limites da biodiversidade. Tudo mantido constante, restaria, ao fim, a insegurança alimentar, o esgotamento dos recursos naturais e o caos (MEADOWS et al, 1973). Em consequência, uma série de estudos e conferências inauguram discussões com profundidade crescente. Questões como o caráter dependente do processo de desenvolvimento, os desafios climáticos, o problema da água, do ar, da pobreza, da agricultura e seus

defensivos, a perda de biodiversidade e uma gama de outras questões perfazem uma nova agenda para o desenvolvimento global (MANTOVANELI JÚNIOR; SAMPAIO, 2006).

Como decorrência de todo esse debate, surge o enfoque do “Ecodesenvolvimento”. De acordo com Sachs (2009), foi Maurice Strong o primeiro a utilizar a expressão “ecodesenvolvimento”. Gestada como um verdadeiro manifesto em favor de um outro desenvolvimento, foi elaborada nos corredores da Conferência de Estocolmo, em 1972 (SACHS, 2009). Surgiu primeiramente como uma expressão normativa básica, um simples vocábulo. Somente depois é que se começou a escavar o seu ideal de conteúdo. Portanto, vários foram os anos de trabalho dedicados ao aperfeiçoamento do conceito de ecodesenvolvimento (SACHS, 2009). Previa inicialmente, como único caminho viável, a adoção de uma lógica segundo a qual o desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolúvelmente vinculados, devendo ser sempre tratados sob a égide de três critérios fundamentais, simultaneamente obedecidos: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica (STRONG, 1993).

Para Vieira (1995), a noção do conceito de ecodesenvolvimento caracteriza-se como uma ideia-força, centrada na capacidade de “direcionar, de forma criativa, iniciativas de dinamização econômica sensíveis aos fenômenos da degradação do meio ambiente e da marginalização social, cultural e política” (VIEIRA, 1995, p. 54). Pensado originalmente para as zonas rurais dos países subdesenvolvidos, é, sobretudo, uma visão essencialmente antitecnocrática, isto é, *bottom-up* (de baixo para cima), na medida em que contrariamente ao paradigma vigente de sempre recorrer aos *experts* (massivamente residentes nas cidades e aquartelados em escritórios), valoriza-se aqui o saber e a criatividade endógena das comunidades, estimulando uma gestão racional dos ecossistemas locais (VIEIRA, 1995). A partir deste enfoque, “longe de serem antinômicos, o crescimento econômico e a preservação do uso ecologicamente sustentado dos recursos naturais e do espaço corporificam duas dimensões passíveis de serem integradas” (VIEIRA, 1995, p. 54).

Na mesma toada, Layrargues (1997) destaca que o conceito de ecodesenvolvimento só é operacional

se precedido de amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas diários. Condição indispensável também diz respeito ao envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias e metas, já que são os maiores conhecedores de determinada realidade local (LAYRARGUES, 1997). Reelaborado posteriormente por Ignacy Sachs, a nova versão do ecodesenvolvimento designa, num primeiro momento, um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos, orientados primordialmente pela busca de satisfação das necessidades básicas e pela promoção da autonomia das populações (VIEIRA, 1995).

Diz respeito também a um enfoque de planejamento participativo de estratégias plurais, adaptadas a contextos socioculturais e ambientais específicos e dependentes de suas próprias forças. Tem por objetivo responder a problemática da harmonização entre os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento e a consolidação da cultura política democrático-participativa. Combina-se a isso a justa e equitativa distribuição de renda e uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio. A definição deixa patente a preocupação com as questões econômicas, porém, sem se afastar das reflexões acerca das problemáticas sociais e ambientais (MONTIBELLER FILHO, 1993; VIEIRA, 1995).

O ecodesenvolvimento caracteriza-se, portanto, como um metaconceito organizador do conjunto das atividades orientadas para o desenvolvimento (SACHS, 2009). É uma rede conceitual que estimula, como já dito, a reflexão e a experimentação criativa e participativa com formas de crescimento econômico que enalteçam o potencial de recursos naturais e humanos em cada contexto regional específico (VIEIRA, 1995). Minimiza, por consequência, “os custos sociais e ecológicos promovendo a autonomia das populações envolvidas – mesmo que se faça necessário um ritmo mais lento de crescimento, o que não é forçosamente obrigatório” (VIEIRA, 1995, p. 58). Sob esta perspectiva, toda estratégia voltada ao ecodesenvolvimento se dá com base na observância dos seguintes fundamentos: 1) prioridade ao alcance de finalidades sociais (satisfação de necessidades básicas e promoção da equidade); 2) prudência ecológica; 3) valorização

da participação e da autonomia e; 4) viabilidade econômica (VIEIRA, 1995).

À luz desta compreensão, o ecodesenvolvimento representa então uma abordagem de vanguarda para o ideal de desenvolvimento que se almeja para as décadas ou mesmo séculos vindouros (LAYRARGUES, 1997). Não se trata de escolher entre progresso e meio ambiente, sociedade, cultura e território, mas entre formas de progresso sensíveis ou insensíveis a essas questões (SACHS, 1993). Reside na concepção de que o verdadeiro desenvolvimento contém de forma implícita um arcabouço que vai muito além da economia. Engloba e se dá, de forma plena, somente quando simultaneamente as dimensões ambientais, sociais, culturais e espaciais são também consideradas. O ecodesenvolvimento é, portanto, ao transitar por todos esses aspectos que permeiam a vida, um projeto de civilização, na medida em que evoca: um novo estilo de vida; conjunto de valores próprios; conjunto de objetivos escolhidos socialmente; e visão de futuro (MONTIBELLER FILHO, 1993).

É uma construção que objetiva: a redução das desigualdades e das necessidades materiais e imateriais (por meio da dimensão social da sustentabilidade); o aumento consciente da produção e da riqueza social (por meio da dimensão econômica da sustentabilidade); a preservação dos recursos naturais e energéticos e a manutenção de um meio ambiente sadio para as atuais e futuras gerações (por meio da dimensão ambiental da sustentabilidade); distribuição territorial equilibrada dos assentamentos humanos, evitando concentração irregular/excessiva nas cidades e a destruição de ecossistemas decorrente da colonização descontrolada (por meio da dimensão espacial da sustentabilidade); e o respeito às especificidades de cada povo, cultura, local e ecossistema, evitando assim os conflitos culturais com potencial regressivo (por meio da dimensão cultural da sustentabilidade) (SACHS, 1993; MONTIBELLER FILHO, 1993).

Acima de tudo, trata-se o ecodesenvolvimento de um projeto de luta, pois trata da estreita imbricação do socioeconômico com o ecológico, sem esquecer que a civilização enxerga nos componentes cultural e espacial duas dimensões também essenciais. Tudo isso implica, sob a ótica da realização, em planejamento, organização e

governança, tendo em vista a tomada de decisões orientadas pelo futuro (MONTIBELLER FILHO, 1993). É, enfim, uma luta que só estará efetivamente assentada na consciência coletiva quando for possível atribuir ao desenvolvimento uma definição que esteja descolada da definição de crescimento econômico. Sensibilizar as pessoas quanto a esta agenda perpassa, obrigatoriamente, pela educação.

A educação para o ecodesenvolvimento

O processo de educar está sempre em discussão. Novas emergências, metodologias, ideias e instrumentos surgem a todo instante. A educação vive, portanto, em inconstância. Passa a todo momento por expressivas modificações. A discussão atual debruça-se sobre as transformações na maneira de se compreender, de se pensar e de se lidar com instituições, estratégias e situações-problema concretas que envolvem o processo educativo e de formação dos seres. Estas elocubrações, portanto, refletem de maneira nítida que a presença da epistemologia da educação e da ética tem sido relevante para o enfrentamento de conflitos filosóficos e científicos da educação. Situações-problema como: a relação teoria-prática e sujeito-objeto na produção do conhecimento; a relação educador-educando no processo de ensino-aprendizagem; a demarcação ou não de campos específicos que a educação deve abordar; a questão da cientificidade ou não da educação e da pedagogia como ciência da educação; a questão do sentido da educação no contexto da existência humana; o enfoque da educação frente aos problemas socioambientais; a questão dos fundamentos dos saberes e teorias educacionais e pedagógicas; a questão ideológica que envolve a produção do saber, entre outros (VIEIRA, 2002; VON DENTZ, 2008).

Todas essas angústias, entretanto, só podem ser debatidas e solucionadas à luz da educação. Conforme mencionam Delors e colaboradores (2010), diante dos múltiplos desafios suscitados pelo futuro, a educação é trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social e ambiental. É na presença essencial e permanente da educação que reside o desenvolvi-

mento contínuo das pessoas e das sociedades: não como um remédio milagroso, tampouco como um “abre-te sésamo” de um mundo que tivesse realizado todos os seus ideais. A educação funciona mais como uma via – certamente, entre outras existentes, embora mais eficaz – a serviço de um desenvolvimento humano mais harmonioso e autêntico, que contribui para a diminuição da pobreza, da exclusão social, das incompreensões frente às diversidades, das opressões, das guerras, do distanciamento entre homem e natureza (DELORS et al, 2010).

No Brasil, as políticas de educação são reguladas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que prevê em seu conteúdo a aplicação de soluções práticas e inovadoras como fonte de resolução de problemas diários. Numa perspectiva socioambiental, já em 1992, por ocasião da Conferência Internacional do Rio, representantes brasileiros e “de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconheceu o papel central da educação para a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado, o que requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário” (BRASIL, 1997, p. 22). Um destes tratados, denominado “Agenda 21”, dedicou, em seu capítulo 36, especial atenção à educação, ao seu caráter transversal e à sua importância nos processos de aprendizagem de novos referenciais científicos necessários para lidar com os problemas da modernidade (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992). Enfatizou também valores e atitudes essenciais à construção da cidadania ativa, participativa e promotora de corresponsabilidade nos processos de gerenciamento socioambiental (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992). Ainda sobre o Brasil, no final do século XX, o governo editou a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispôs sobre a construção de processos educativos, valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (BRASIL, 1999). Contemporaneamente, frente ao panorama de crise socioambiental, as questões relacionadas à sensibilização para esta temática estão ainda em voga no mundo, vide o recente acordo celebrado no ano

de 2015 entre 195 nações, chamado “Acordo de Paris”; a mensagem de cunho fortemente ambiental e preservacionista, apresentada durante a abertura das Olimpíadas do Rio de Janeiro, ocorridas em 2016; e a realização, em 2017, da 23ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 23), em Bonn, na Alemanha.

Nota-se, assim, que há uma tendência apontando no sentido de uma revisão drástica sobre a maneira como se lida com o atual modelo de desenvolvimento e os problemas ambientais dele decorrentes. Ganha força o ponto de vista que reconhece um espaço de vida compartilhado, onde os homens não são o ponto alto do universo; não estão no topo da cadeia trófica; não dominam os desígnios do futuro; não tecem a trama da vida, apenas coexistem e gerenciam uma casa que possui muitos donos. Para que esse debate, contudo, se aprofunde, frutifique e ganhe contornos de relevância, há que se recorrer para a educação e mais especificamente à educação para o ecodesenvolvimento. Isto porque esta é uma linguagem de ensino diferenciada, não centrada no ensino de biologia e voltada apenas à “preservação” da natureza. Trata-se de uma proposta moderna e abrangente, voltada para uma formação humana socio-ecológica que valoriza: a satisfação das necessidades básicas das pessoas; o desenvolvimento humano; a preocupação solidária com as futuras gerações e para com aqueles que hoje são marginalizados; as idiosincrasias e capacidades locais; a redução dos impactos negativos sobre o meio físico-natural, oriundos das atividades humanas; os meios alternativos de produção de energia e transporte coletivo e o uso racional de recursos naturais renováveis e não renováveis (SACHS, 1993; SACHS, 2007).

A EPE é um modelo que não está baseado simplesmente na transmissão de conhecimento. É, intrinsecamente, um processo intensivo em conhecimento, mas que não encara as pessoas como receptoras passivas, meras conchas côncavas onde se deposita o ensinamento dos especialistas. Trata-se de um processo participativo, transdisciplinar, dependente em grande parte da produção de opções inovadoras e criativas – baseadas na harmonização de objetivos sociais, ecológicos e econômicos –, de tecnologias ambientalmente

favoráveis, de arranjos institucionais adequados e de pacotes de políticas eficientes (SACHS, 1993). Nota-se, portanto, que a educação para o ecodesenvolvimento enaltece a ausência de um saber preponderante e bancário. Possui caráter emancipatório e decolonizador. Em última análise, o cerne das estratégias do ecodesenvolvimento e da educação para o ecodesenvolvimento está baseado em experimentações locais que traduzem objetivos globais (ALCÁNTARA, 2015).

Visa, então, a transformação do meio. Para tanto, lança mão de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em razão das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsidrado dos recursos, sempre zelando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades reais de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos espaciais e culturais (SACHS, 2007). Promover a EPE é, essencialmente, auxiliar as populações a se envolver, a se organizar, a se educar, para que repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para que possam receber e vivenciar um futuro digno de ser vivido, em conformidade com os postulados da justiça social, da prudência ecológica e da eficiência econômica (SACHS, 2007). Constitui, portanto, uma revisão das estratégias, das situações concretas de ensino-aprendizagem e dos paradigmas educacionais vigentes, a partir de um pensamento sistêmico (NASCIMENTO; PEREIRA, 2003).

A construção das oficinas em educação para o ecodesenvolvimento

Com o fito de proporcionar às pessoas uma contextualização da realidade físico-geográfica e socioambiental local, estabeleceu-se como meta, a realização de oficinas em EPE. Como experimentação inicial, as atividades centraram-se, respectivamente, nos estudantes e na Escola Básica Municipal Almirante Tamandaré, localizada em uma área de risco geológico, na cidade de Blumenau-SC. Os objetivos foram transmitir conhecimentos relacionados às cinco dimensões do ecodesenvolvimento, tratando sobre o meio ambiente, características físicas, culturais, históricas, socioeconômicas, geológicas e espaciais do local onde residem, bem

como, sobre a importância da conservação do meio físico-natural, visando estimular a percepção sobre a vulnerabilidade socioambiental, sensibilizando-os para tal situação.

Criadas com fundamento na transdisciplinaridade, na medida em que uma problemática compartilhada foi objeto de estudo por profissionais de diferentes áreas do saber, articulou-se as disciplinas da base curricular para o ensino infantil e fundamental e as múltiplas dimensões de sustentabilidade, compostas por aspectos sociais, econômicos, ecológicos, espaciais e culturais (SACHS, 1993). Assim sendo, planejaram-se três eixos temáticos organizados em oficinas. Essas foram aplicadas durante o primeiro e segundo semestres de 2017. Definido o roteiro, sequencial didático-pedagógico, minutagem, abordagem, as atividades e demais instrumentos aptos a tornar as oficinas em fato, partiu-se para a aplicação prática.

Os Eixos Temáticos

A primeiro eixo temático teve como título “História da Ocupação do Município de Blumenau e região”, coordenado por um professor geógrafo da equipe. A atividade desenvolveu-se seguindo o sequencial didático-pedagógico previamente estipulado, apresentando aos alunos do 4º e 3º ano a história do surgimento do município e do bairro onde residem. Para tanto, inúmeras atividades diferentes do cotidiano escolar foram adotadas, como, por exemplo, a utilização de slides, lousa digital, vídeos, músicas, quebra-cabeças, entrevistas, fotografias antigas, entre outras. E sempre de maneira lúdica, para instigar a curiosidade, o pensamento e a participação dos alunos.

Com estas atividades, buscou-se atingir os objetivos da oficina, quais sejam, abordar o tema eixo “História”, relacionando o conhecimento empírico e os costumes que as crianças possuem com dados e informações históricas, oriundas de pesquisa aplicada, sobre a cidade de Blumenau e região; as origens do município e região de forma macro, por meio de ferramentas que relembram os povos originários e a imigração europeia; o desenvolvimento histórico do município de Blumenau, sua expansão e retração territorial ao longo dos anos, fruto de inúmeros desmembramentos;

as manifestações culturais do município (festas, músicas, religião), por meio de instrumentos informativos sobre este tema; os pontos turísticos, bem como a cultura arquitetônica e a ocupação do lugar onde vivem, popularmente conhecido como Morro da Pedreira.

Como resultados alcançados destacam-se o olhar atento das crianças diante dos assuntos tratados, a grande participação dos alunos e a preocupação em bem aproveitar o tempo. Curiosos e envolvidos com a temática, participaram, tiraram dúvidas, auxiliaram nas respostas. Em razão do tema, houve ainda discussões a respeito dos conceitos de história e de cultura. Assim, foi possível estimular, mesmo que de modo bastante simples, pois nessa idade a compreensão sobre conceitos complexos é muito prematura. Iniciam nesse contexto, reflexões sobre aspectos culturais e espaciais, e suas mudanças ocorridas com o passar do tempo. Reforça-se, portanto, a interdependência das dimensões do ecodesenvolvimento.

O segundo eixo temático denominou-se “Meio Ambiente e Meu Bairro”, e foi coordenado por uma professora arquiteta da equipe. A atividade desenvolveu-se com a apresentação de temáticas relacionadas ao meio ambiente, com especial atenção para a biodiversidade, fauna e flora. Também se abordou assuntos como desmatamento, poluição de rios e do ar, bem como problemas ambientais, a exemplo de deslizamentos e enchentes, por ser uma das mais relevantes questões ambientais locais. Com o enfoque no subtema vulnerabilidade e deslizamentos de terra, foram apresentados aos alunos a maquete física do relevo do bairro (microbacia hidrográfica da área de estudos) (Figura 1) e mapas temáticos de hipsometria, declividade, legislação ambiental e vulnerabilidade à ocupação urbana da região onde residem, com o objetivo de facilitar a compreensão sobre a vulnerabilidade socioambiental local. Para a realização dessas inúmeras atividades, técnicas diferentes do cotidiano escolar foram adotadas, como a utilização de slides, lousa digital, vídeos, músicas, dinâmicas de grupo, mapas interativos, maquetes, entre outras. E sempre a partir de conversas horizontais e de maneira lúdica, para instigar a curiosidade, o pensamento e a participação dos alunos.

Figura 1 – Atividade com maquete para reconhecimento da área de estudo.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2017).

Com essas atividades, buscou-se atingir os objetivos da oficina, quais sejam, abordar o tema-eixo “Meio ambiente e Meu Bairro”, relacionando o conhecimento empírico que as crianças possuem com dados e informações técnicas, oriundas de pesquisa aplicada. Estimulou-se a compreensão e reflexão sobre o Planeta, apresentando os impactos desastrosos que a ação humana pode promover. A partir de situações locais para exemplificar, ofereceu-se alternativas para melhorar a qualidade de vida no planeta. A metodologia contemplou o conceito de meio ambiente, os elementos que o compõem e como se organizam, relacionando as interações existentes entre os elementos do meio ambiente, dos indivíduos e de determinado grupo social; consequências da ação antrópica sobre o meio físico-natural (transformações em escala local e global); uso racional de recursos naturais e a importância da preservação da biodiversidade; rerepresentação e reforço de definições norteadoras, a exemplo dos conceitos de ética e consciência ambiental.

Como resultados alcançados nessa oficina, destacam-se o olhar atento das crianças diante dos assuntos tratados, a grande participação e a preocupação em bem aproveitar o tempo. Curiosos e envolvidos com a temática, participaram ativamente, tiraram dúvidas, auxiliaram nas respostas, manusearam mapas temáticos e a maquete física da microbacia hidrográfica onde residem. Em razão do tema, houve ainda discussões a respeito das causas e efeitos de uma crise socioecológica, bem como, discussões sobre desastres socioambientais que são ocasionados por condicionantes e aspectos próprios do local e da natureza, mas que podem ser intensificados pela ação antrópica, principalmente quando o homem não observa e respeita as limitações impostas pela natureza. Assim, foi possível estimular, mesmo que de modo bastante simples, pois as crianças ainda não conseguem compreender conceitos complexos, a reflexão sobre aspectos ambientais, sociais, espaciais e sua interdependência, bem como as questões relacionadas às situações de vulnerabilidade socioambiental. Reforça-se, assim, a importância das dimensões social, ambiental e espacial do ecodesenvolvimento na busca por justiça social e para a promoção de atitudes ecologicamente prudentes.

A terceiro eixo temático foi intitulado “Interfaces entre saúde ambiental e saúde humana em Blumenau e região” e foi coordenado por professora socióloga da equipe). A atividade desenvolveu-se seguindo o sequencial didático-pedagógico previamente estipulado, apresentando temáticas relacionadas à saúde ambiental e humana. Abordaram-se assuntos relativos à saúde humana, higiene, alimentação saudável, economia, diferenças entre paisagens urbanas e rurais. Quando do enfoque no subtema saúde humana e alimentação saudável, conversou-se com os alunos sobre os alimentos que seus pais comiam em sua infância. Realizou-se também uma atividade de reconhecimento de alimentos por meio dos sentidos, por exemplo, tato e paladar. Apresentou-se também às crianças alimentos orgânicos e industrializados, de modo que pudessem verificar diferenças entre eles. Para a realização dessas inúmeras atividades, técnicas incomuns ao cotidiano escolar foram adotadas, como a utilização de slides, lousa digital, vídeos, músicas, fotos de ambientes urbanos e rurais, ma-

pas, manipulação de alimentos, receitas culinárias, embalagens, entre outras. E sempre numa abordagem horizontal e de maneira lúdica, para aguçar a curiosidade, despertar o interesse, o pensamento crítico e a participação dos alunos.

Com as atividades, procurou-se atingir os objetivos da oficina, quais sejam, abordar o tema eixo “Saúde Ambiental e Saúde Humana” relacionando o conhecimento empírico que as crianças possuem sobre o assunto com dados e informações técnicas, oriundas de pesquisa aplicada, estimulando a compreensão acerca da relação entre saúde do ambiente e saúde humana, sem, todavia, se descuidar da discussão sobre a conexão entre esses assuntos e setores da economia/produção em Blumenau e adjacências. Demais objetivos trataram de levantar participativamente as principais necessidades dos seres humanos para que tenham uma vida saudável; utilização de sobras de alimentos e cascas para formulação de novas receitas, garantindo economicidade; demonstrar o que é produzido na indústria e agricultura de Blumenau e proximidades; entender o papel dos alimentos no corpo humano e como os alimentos são transformados (as embalagens em lixo e aquilo que o ser humano come em urina e fezes); tomar conhecimento sobre dados relativos ao saneamento básico em Blumenau e região; realização de atividades que enfatizem o uso total de alimentos e a compostagem como alternativas ao desperdício e ao uso de adubos inorgânicos.

Entre os resultados alcançados nessa oficina, destaca-se o olhar atento das crianças diante dos assuntos tratados, a grande participação e a preocupação em obter o máximo de informações possíveis dos multiplicadores. Curiosos e envolvidos com a temática, participaram ativamente, ajudaram na confecção de um bolo, tiraram dúvidas, auxiliaram nas respostas, manusearam embalagens e alimentos (ovos, farinha de trigo, leite, banana). Em razão do tema, foi possível ainda discutir a forma como os alimentos são produzidos, a utilização de defensivos e o tratamento, nem sempre adequado, dispensado aos animais criados para abate. Também foi possível, com a produção de um bolo (que leva casca de banana na receita) e posterior compostagem dos restos e sobras dos alimentos, demonstrar, de modo didático, que existem soluções baratas e saborosas para uma alimentação saudável, bem

como a existência de opções sustentáveis para o descarte de sobras de alimentos. O que, por sua vez, pode ser importante como caminho alternativo para a geração de emprego e racionalização de custos.

Assim, foi possível estimular, mesmo que de modo simples, dada a insipiência das crianças no que se refere a conceitos complexos, a reflexão sobre aspectos ambientais, sociais e econômicos, e sua interdependência. Reforça-se, assim, a importância das dimensões social, ambiental e econômica do ecodesenvolvimento na busca por melhores condições e qualidade de vida. Ou seja, por meio da ecossocioeconomia é possível sensibilizar a população acerca da vulnerabilidade socioambiental local, promovendo, assim, um estado de bem-estar.

Avaliação cursiva dos obstáculos e ganhos de aprendizagem

A efetivação de qualquer ação de natureza altruísta possui o condão de produzir nos agentes certas conexões com o metafísico, capazes de produzir mal-entendidos: “[...] certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados” (TUAN, 1980, p. 4). Isso pode afetar o senso crítico, o julgamento imparcial e o desejável distanciamento requerido quando da construção de avaliações formais. Neste sentido, as análises, sobretudo aquelas baseadas em critérios formais e objetivos, são imprescindíveis para a reflexão acerca do desenvolvimento de um trabalho. A inclusão de temáticas como ecossocioeconomia e o enfoque do ecodesenvolvimento possuem implicações, na medida em que recriam certos sistemas de educação, tanto formalmente como informalmente. Assim sendo, é natural a existência de obstáculos diante da ousadia e da transgressão. Isto porque, ao inserir no contexto de aprendizagem princípios inovadores, via de regra, existirão choques com o modelo cotidiano e atual de ensino-aprendizagem, que é tipicamente bancário, autoritário, disciplinar (MAX-NEEF, 2007). Por sorte, o mundo e o conhecimento são dinâmicos, flexíveis, mudam, alteram-se e evoluem. Desse modo, uma situação inicialmente considerada diferente converte-se em oportunidade. Portanto, à luz da inovação, sempre se produzem ganhos de aprendizagem. A seguir, apresentam-

-se algumas reflexões e ponderações acerca dos principais obstáculos e ganhos de aprendizagem (JACOMEL et al, 2016) observados durante o processo de desenvolvimento do projeto de extensão 941/2016 – Educação STEM: Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento de Blumenau.

Obstáculos

Com a realização das oficinas pode-se observar que existem dificuldades na execução de práticas novas, sobretudo, quando relacionadas ao ecodesenvolvimento. É que há a tendência de simplificação da temática, conferindo-lhe uma visão que apenas preocupa-se com o meio ambiente. De se destacar que a compreensão conferida ao meio ambiente costumeiramente também é bastante restrita, trazendo em si somente a ideia de plantas e animais. Portanto, ao se introduzir ideias mais amplas acerca da consciência ecológica e da cidadania ambiental, é natural que existam obstáculos. Isto porque, historicamente, maneiras radicalmente novas de apresentar os problemas de natureza antrópica, como mudanças climáticas, nocividade e poluição, comumente são julgadas excêntricas. Tem-se que, em relação aos “verdadeiros” temas políticos, os ambientalistas apenas objetivam abolir os fundamentos do humanismo ocidental, principalmente quanto aos princípios hegemônicos do crescimento e do desenvolvimento que propulsam a civilização tecnocrática (MORIN, 1975).

Nesse sentido, ainda é perceptível a inexistência de aprofundamento das questões ambientais nas escolas. O enfoque utilizado é sempre raso e pouco explorado. Os óbices à sua realização são diversos: os interesses político-econômicos de grupos socialmente hegemônicos; a ética predominante na sociedade capitalista industrial; o consumismo; a leitura reducionista da consciência ecológica; a pobreza de grandes contingentes populacionais; e o baixo nível educacional e de cidadania dessas mesmas populações (LIMA, 1998). Tudo isso alia-se e trabalha em conjunto com uma cultura acadêmica fortemente atrelada ao paradigma científico dominante. O resultado reflete-se na construção de materiais escolares, bem como em projetos didático-pedagógicos baseados em modelos de ensino defasados que impedem o com-

partilhamento de novos conteúdos e a autonomia dos professores (JACOMEL et al, 2016). Em outra senda, há o sistema. Este observa os professores como meras ferramentas para o cumprimento de uma obrigação legal. Assim, não há preocupação com as condições de trabalho e tampouco com uma formação sólida e de aperfeiçoamento contínuo dos docentes. Além de desvalorizados como agentes de mudança social, são permanentemente ameaçados em seus direitos funcionais e sobrecarregados pela excessiva carga de trabalho semanal e outras funções burocráticas que impedem sua autoformação (JACOMEL et al, 2016).

Por fim, há ainda obstáculos que envolvem elementos mais sutis, relacionados a condicionamentos oriundos de uma cultura profundamente enraizada, ainda que inconsciente. Estes referem-se, sobretudo, à ideia de que o mundo natural existe para o benefício dos seres humanos, e que não importa a maneira como é tratado. Os seres humanos possuem posição dominante e são, portanto, os únicos membros moralmente importantes do mundo (SINGER, 2002). O homem é o senhor de tudo, detentor do direito de transformar, explorar, escravizar e servir-se da natureza (CAPRA, 1996). Esse entendimento, uma constante cotidiana, apenas reforça a desassociação entre o homem e a natureza. Assim sendo, contribui para a noção de que a sociedade industrial pode crescer indistintamente sem se preocupar com equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica (STRONG, 1993).

Ganhos de Aprendizagem

Conhecer os obstáculos que permeiam o desenvolvimento de uma ação é uma importante ferramenta de reflexão acerca das barreiras que cerceiam a construção plena do conhecimento. Entretanto, reconhecer a existência de pontos positivos, aí compreendidos como ganhos de aprendizagem, é essencial para a noção de relevância e significatividade das práticas voltadas à educação para o ecodesenvolvimento. Inicialmente cabe salientar que o enfoque utilizado implica em ativa contribuição para uma formação mais consistente (JACOMEL et al, 2016). É que a partir da utilização de bases teórico-conceituais e metodológicas

novas e de matriz mais fluída, a apropriação de valores ecocêntricos torna-se mais palatável e profunda. Isto porque, normalmente, as questões da sustentabilidade quase sempre são comparáveis a um grande guarda-chuva onde tudo cabe, onde tudo é possível. Tanto há espaço para ideias biocêntricas quanto antropocêntricas (MANTOVANELI JÚNIOR; SAMPAIO, 2006). Nesta senda, dotar, a partir do ecodesenvolvimento, a cultura básica de ensino com uma visão razoável e equilibrada sobre as múltiplas facetas da temática ecológica é essencial (JACOMEL et al, 2016). Além do mais, dada a sistemática revisitação à literatura pertinente e ao aprimoramento da compreensão, corporificasse a eco, a auto e a heteroformação dos agentes envolvidos.

Outros ganhos de aprendizagem compreendem a valorização do “nós” em detrimento do “eu” e o estreitamento das relações entre universidade e comunidade local. Fomenta-se, assim, a criação de laços de confiança, o que sempre contribui para a emergência de uma nova racionalidade e fortifica a ideia de coletivo. O engajamento é outro fator de suma importância. A partir da possibilidade de uma experimentação criativa, onde permanentemente os processos de ensinar e aprender ganham novas e transformadoras formas, a participação ativa é gratificante (JACOMEL et al, 2016). Citam-se, ainda, como valiosos ganhos de aprendizagem a possibilidade de com os estudos levar determinada realidade local a conhecimento público. Pode-se, assim, gerar repercussão, chamar a atenção do poder público, fomentar espaços de discussão e trocas de experiência, resultando em mudança. Destacam-se, também, como iniciativas aptas a proporcionar enormes ganhos de aprendizagem, a cooperação entre variados setores e agentes (museus, empresários, acadêmicos, professores, estações de tratamento de água, etc.). Para finalizar, há a realização de aulas de campo interativas, o que sempre assegura a experimentação de sensações nunca vivenciadas no seio da escola, como passeios, visitas a museus, viagens de estudo e integração.

Conclusão

A pretensão deste trabalho cingiu-se a executar, na Escola Básica Municipal Almirante Tamandaré,

oficinas em educação para o ecodesenvolvimento, com vistas a estimular a percepção sobre ecodesenvolvimento e suas dimensões. Questões como espaço vivido, história da ocupação do bairro, ambiente local, vulnerabilidade socioambiental, saúde e alimentação foram abordados. Para tanto, impôs-se a necessidade de mecanismos aptos a tornar o ecodesenvolvimento uma realidade fática no seio da vida em sociedade. Vem então, à luz, a compreensão de Edgar Morin (1981), que não vislumbra possibilidade de mudança de nenhum *status quo* a não ser a partir da educação. A educação, entretanto, tende a ser abstrata, fragmentada e desconectada da realidade vivida. Para romper com essa forma de ensino-aprendizagem bastante arraigada, porém, talvez, equivocada, vêm à tona os preceitos da transdisciplinaridade. Acredita-se que a transdisciplinaridade é metodologia bastante eficaz, na medida em que conjuga os estudos de uma problemática comum por múltiplas áreas do conhecimento, de modo simultâneo, tornando a produção de conhecimento e o aprendizado mais significativos, profundos e perenes.

No contexto do programa de extensão “Educação STEM: Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento de Blumenau”, realizaram-se, de modo lúdico e sem pretensões colonizadoras ou doutrinárias, um conjunto de oficinas para os alunos da EBM Almirante Tamandaré. A intenção foi possibilitar, a partir dos princípios do ecodesenvolvimento (social, econômico, ambiental, espacial e cultural), um novo olhar a respeito do lugar onde vivem, com uma metodologia de aprendizagem diferenciada da que habitualmente experimentam. A apresentação do conceito de ecodesenvolvimento, menos conceitual e mais como uma ideia-força, correspondeu a um projeto de educação para o ecodesenvolvimento. O intuito foi compreender as diversas interações existentes na relação dos seres humanos com o ambiente (SAUVÉ, 2001). Trata-se fundamentalmente de atribuir sentido ao nosso ser-no-mundo, oportunizando a compreensão do encadeamento existente entre a natureza, a definição dos nichos ecológicos e humanos no ecossistema global. Assim, expõe-se as críticas sociais a certas relações de poder ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento predatório e à construção de projetos socialmente inclusivos (SAUVÉ, 2001).

O objetivo primordial foi, portanto, descortinar certas possibilidades de ação para uma mudança benéfica. Não só no que se refere a um novo estilo de vida, mas também a um projeto de civilização e a novas formas de ensino-aprendizagem. Estas conduzirão a consciência coletiva a uma nova etapa, menos antropocêntrica, mais reflexiva, crítica, colaborativa e comunitária. Neste sentido, a realização das oficinas exigiu a execução de práticas que estimulam a internalização da noção de ecodesenvolvimento à vida cotidiana. Isto para pensá-la de forma mais abrangente e unificada aos seres humanos, que quase sempre visualizam as temáticas da natureza como algo apartado da existência humana.

Entretanto, são questões indissociáveis. Assim, ao envolver crianças, professores e comunidade escolar para refletirem sobre aspectos da realidade local, há verdadeira promoção do ecodesenvolvimento. Isto porque, a priori, as transformações precisam iniciar localmente, mediante ações realizadas em conjunto, unindo diferentes saberes, para que assim se possa criar a noção de pertencimento. A partir disso, imbuídos de novos valores, a formulação de planos de ação verdadeiramente desenvolvimentistas, envolvendo a todos, desde a sociedade civil, perpassando pela extensão universitária até o empresariado e o poder estatal, tende a se tornar constante e mais eficiente.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, L. C. S. **Projetos de desenvolvimento: processos de ensino-aprendizagem ou processos de instrumentalização?** 2015. 313f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, 2015.
- BOFF, L. **Crise: Oportunidade de crescimento**. Campinas, SP: Verus, 2002.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente, Saúde**. Brasília, DF, 1997.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.502**, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei no 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nos 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111502.htm>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- BRÛSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife, PE: INPSO-FUNDAJ, 1994. p. 29-40.
- CAPES. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica. **Relatório de Gestão Novos Talentos**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/1892014-relatorio-NOVOS-TALENTOS.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). Agenda 21 Global. 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- DELORS, J. Et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- GOMES, A. M.; MANSUR, M. S. C.; TABOSA, A. P. Ecodesenvolvimento como resposta a uma crise multidimensional. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1., 2015,

Matinhos, PR. **Anais...** Matinhos: UFPR Litoral, 2015. Disponível em: <<http://www.ppgdts.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/02/EBOOK-Simposio.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

JACOMEL, F. Et al. Programa Novos Talentos UFSC: dilemas na formação de educadores para o ecodesenvolvimento – um balanço das experiências do núcleo transdisciplinar de meio ambiente e desenvolvimento (NMD) do litoral catarinense. In: SOUZA, C. M. M. Et al. (Org.). **Novos talentos: processos de educação para o ecodesenvolvimento**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2016. p. 83-104.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

LIMA, G. F. C. Consciência ecológica: emergência, obstáculos e desafios. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 26, n. 1, p. 103-122, jan./jun. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/672/443>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MANTOVANELI JÚNIOR, O.; SAMPAIO, C. A. C. Princípios para a governança no ecodesenvolvimento: sustentabilidade política e administrativa, enquanto argumentos qualificadores do processo político decisório. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006. **Anais...** Salvador: Anpad, 2006.

MAX-NEEF, M. In: **El proceso descentralizador y las reformas regionales a la luz de la creación de la Nueva Región de Los Ríos**. Uach, 2007.

MEADOWS, D. H. Et al. **Os limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo II: necrose**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

_____. **Pour sortir du XXe siècle**. Paris: Fernand Nathan, 1981.

MOTA, J. A. Et al. Trajetória da governança ambiental. **Boletim Regional e Urbano – IPEA**, Brasília, DF, n. 1, p. 11-20, jul./dez. 2008.

NASCIMENTO, C. C.; PEREIRA, M. L. **Educação para o ecodesenvolvimento: narrativa preliminar de um processo em construção**. 2003. Disponível em: <<http://www.nmd.ufsc.br>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 213-242, 1997.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAMAGAIA, J. **Globalização e cidade: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau/SC**. 2010. 263f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2010.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau, SC: Edifurb, 2010.

SANTOS, D. **Na cidade jardim nem tudo são flores: vulnerabilidade socioambiental e educação para o ecodesenvolvimento**. 2018. 169f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, 2018.

SAUVÉ, L. Éducation relative à l'environnement: pour un savoir critique et un agir responsable. In: TESSIER, R.; VAILLANCOURT, J. G. (Ed.). **La recherche sociale en environnement: nouveaux paradigmes**. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1996. p. 89-106.

_____. Recherche et formation en éducation relative à l'environnement: une dynamique réflexive. **Education Permanente**, v. 148, p. 31-44, 2001.

SINGER, P. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

STRONG, M. Prefácio. In: SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993. p. 7-9.

TOLEDO, V. M. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31- 45, jul./dez. 2009.

TUAN, Y.F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E. J. Et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995. p. 45-98.

_____. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO AGRÍCOLA, 8., 2002, Camboriú, SC. **Anais...** Camburiú, SC: UFSC, 2002.

VON DENTZ, C. **Epistemologia e educação ambiental**: algumas perspectivas. 2008. 75f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, 2008.

Recebido em: 29/04/2018

Aprovado em: 06/07/2018

TURISMO COMUNITÁRIO NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO À ESCALA HUMANA EM ICAPUÍ, CEARÁ

*Luzia Neide Coriolano (UECE)**

*Maria Fernanda S. Pereira (UECE)***

RESUMO

Esta pesquisa investiga o turismo nas comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé, no município de Icapuí-CE, com histórico de participação popular e elevado nível de politização. São comunidades tradicionais que produzem artesanalmente embarcações e artefatos de pesca, utensílios que famílias utilizam no litoral, e desenvolvem turismo alternativo. Constituídas de grupos de pescadores de lagosta que enfrentam o desafio de fiscalização do litoral para evitar a pesca predatória, destacam-se pelas belezas naturais, patrimônio histórico e cultural, assim, o lugar recebe fluxos de turistas de vários lugares. Busca-se compreender transformações das comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé com a chegada da atividade turística que transforma as comunidades, ao passarem a ser núcleos receptores do turismo, áreas de segundas residências, com implicações no desenvolvimento socioespacial de Icapuí. Observa-se que, apesar de as comunidades sentirem-se excluídas de ações políticas municipais, mantêm-se organizadas e produtivas.

Palavras-chave: Comunidades. Turismo. Sustentabilidade. Desenvolvimento local. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT

COMMUNITY TOURISM IN THE SEARCH FOR DEVELOPMENT ON THE HUMAN SCALE IN ICAPUÍ, CEARÁ

This research investigates tourism in Ponta Grossa, Redonda, Requenguela and Tremembé communities municipality of Icapuí / CE, which have a history of popular participation and high level of politicization. They are traditional communities who produce handmade vessels and fishing artifacts, tools that families use on the coast and develop an alternative tourism. Consisting of lobster fishermen groups that face the challenge of overseeing the coast to prevent overfishing, we highlight its natural beauty, historical and cultural heritage, as well, the place receives flows of tourists from various places. It search to understand transformations of Ponta Grossa, Redonda, Requenguela and Tremembé communities from the arrival of tourism that transforms communities to go to centers of tourism recipients, areas of second homes, with

* Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora do Mestrado em Geografia e do Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora do CNPq. E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

** Mestre em Gestão de Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Técnica da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. E-mail: mariafernandasnp@yahoo.com.br

implications for the socio-spatial development Icapuí. It is observed that in spite of the communities feel excluded from municipal political action remain organized and productive.

Keywords: Communities. Tourism. Sustainability. Local development. Human development.

RESUMEN

TURISMO COMUNITARIO EN LA BÚSQUEDA DEL DESARROLLO A LA ESCALA HUMANA EN ICAPUÍ, CEARÁ

Esta pesquisa investiga el turismo en las comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela y Tremembé, en el municipio de Icapuí-CE, con histórico de participación popular y elevado nivel de politización. Son comunidades tradicionales que producen artesanalmente embarcaciones y artefactos de pesca, utensilios que familias utilizan en la costa, y desarrollan turismo alternativo. Se compone de grupos de pescadores de langosta que enfrentan el desafío de fiscalización del litoral para evitar la pesca predatoria, se destacan por las bellezas naturales, patrimonio histórico y cultural, así, el lugar recibe flujos de turistas de varios lugares. Se busca comprender transformaciones de las comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela y Tremembé con la llegada de la actividad turística que transforma a las comunidades, al pasar a ser núcleos receptores del turismo, áreas de segundas residencias, con implicaciones en el desarrollo socioespacial de Icapuí. Se observa que, a pesar de que las comunidades se sienten excluidas de acciones políticas municipales, se mantienen organizadas y productivas.

Palabras clave: Comunidades. Turismo. Sostenibilidad. Desarrollo local. Desarrollo humano.

Introdução

O turismo, atividade econômica e socioterritorial, fomenta transformações espaciais, culturais e políticas, em municípios, comunidades ou núcleos receptores. A atividade aperfeiçoa-se no capitalismo flexível, colocando os serviços na vanguarda da reestruturação econômica para suporte e manutenção da indústria em crise. Aprimora-se no século XXI, ao reinventar trabalho e lazer, especializar a produção econômica, concentrando poder sem centralizá-lo, e assim o turismo espalha-se pelos diversos municípios cearenses, alguns turísticos por receberem fluxos intensos de visitantes, outros destacam-se pelas riquezas exploráveis, potencialmente turísticos. Turismo não é mera atividade econômica, é, sobretudo, política econômica de desenvolvimento. Em lugares onde assim é tratado, impacta positivamente nos territórios e na valorização cultural de municípios e comunidades, desenvolvendo-os. A relevância e abrangência

do turismo o tornam atividade prioritária no estado do Ceará, especialmente em municípios e comunidades, com registro de crescente taxa de participação em serviço, hospedagem, alimento e bebida, sobretudo de ocupação familiar e melhora de comunidades.

O turismo organiza-se em eixos: convencional, instalado de cima para baixo em diferentes territórios, com empresas de grande porte que prestam bons serviços e acumulam lucros; e alternativo, que se instala de baixo para cima, em contraponto a pequenos negócios, em espaços não usados pelo turismo hegemônico. O convencional absorve atividades produtivas modernas, megaempreendimentos, volume pesado de capital em equipamento. O eixo alternativo das comunidades atua mais com boa vontade do que com capital e não tem lucro como objetivo principal, mas complementação de renda e defesa de identidades locais.

Liga-se à economia solidária e desenvolvimento na escala humana.

O alternativo absorve trabalho especializado, personalizado, lúdico, intelectual, criativo, formal e informal e oferece possibilidades a municípios e comunidades. O convencional fez surgir resistências de núcleos receptores impactados, principalmente nos municípios litorâneos, com políticas alternativas de turismo organizado pelas comunidades, turismo comunitário, desenvolvido pelas famílias pobres, com foco em ofertas turísticas modestas, pousada, hospedagem familiar, com recursos naturais e culturais, e com preocupação na defesa da natureza e preservação de identidade. O grupo não considera o lucro atividade-fim, mas forma de melhoria da renda familiar e qualidade de vida.

Os municípios têm patrimônio, manifestações culturais, identidade, vida própria, história, intencionalidades e dinâmicas sociais que, focadas no desenvolvimento humano, constituem territórios de identidade e de cidadania, substanciais a residentes e turistas. Qualidade de vida e bem-estar impõem-se como necessidade do mundo moderno que, contraditoriamente, adota modo de viver e produzir marcado pela competitividade, consumismo, degradação ambiental, poluição e ameaça à vida humana. Mudanças são necessárias e certamente não dependem somente de políticas de gestores públicos, mas do cuidado do empreendedor e da participação de famílias em comunidades, como no Município de Icapuí, no Ceará.

Este artigo tem o objeto de investigação nas comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé. Analisa-se o turismo das comunidades, no município de Icapuí, no litoral leste cearense, com histórico de participação popular e elevado nível de politização.

O litoral banhado pelo Oceano Atlântico tem 578 km de costa e compreende inúmeros municípios. O litoral leste inicia em Fortaleza até limite do Estado do Rio Grande do Norte, com inúmeros atrativos turísticos, típicos de zonas costeiras, falésia, coqueiro, fontes de água doce, dunas, sol e clima tropical propício a banho e praias consideradas pela mídia como paradisíacas. Ceará e Nordeste conhecem-se nacionalmente como núcleo receptor do turismo de sol e praia.

Icapuí é um município distante 200 km de Fortaleza, antiga vila de pescadores de nome Caiçara, feita município em 1985, com grande destaque na política, por ter sido lócus da origem do Partido dos Trabalhadores no Ceará, o que lhe deu visibilidade pública nacional. Comunidade e prática da cidadania cobram da Administração Pública projetos de desenvolvimento e capacitação para a população, o que lhe dá relevância. Assemelha-se a espaços litorâneos do estado, em relação à população predominante de pescadores, artesãos e agricultores, mas difere em nível de consciência política dos habitantes.

Este estudo analisa o turismo em comunidades, realizado pelos moradores, no sentido da busca do desenvolvimento na escala humana. Busca-se compreender transformações das comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé pela opção pelo desenvolvimento da atividade turística que transforma comunidades em núcleo receptor do turismo, área de segundas residências, com implicações no desenvolvimento socioespacial. Tenciona-se compreender a possibilidade de turismo sustentável e de desenvolvimento pautado no crescimento humano, no exercício digno da cidadania, da justiça social para promoção do bem-estar de residentes e turistas. Partindo de fatos e considerando a amplitude das questões que permeiam a relação do turismo voltado ao desenvolvimento humano é que se investigam políticas do turismo alternativo, relacionando com políticas municipais para entendimento da promoção do desenvolvimento da população e benefícios usufruídos com o turismo alternativo.

Comunidades de Icapuí: caminhos para sustentabilidade e desenvolvimento do turismo

A pesquisa, nas comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé, sobre turismo verifica como a atividade se desenvolve e se relaciona com a concepção de desenvolvimento humano e turismo sustentável. Nesse sentido, comunidades litorâneas inserem-se em processos de transformação comunitária, na luta pela sustentabilidade territorial, ambiental e do turismo. As comunidades, em nova concepção, promovem

o turismo comunitário e, conseqüentemente, outra forma de lidar com o processo de desenvolvimento, encontram formas de tornar o lugar história, cultura, meio natural e produto de atividades econômicas em atrativos turístico e cultural. Ainda mantida a mesma lógica econômica, amplamente rejeitada pelos teóricos que criticam o forte caráter economicista do turismo, mudam o modelo, pois tiram o foco da economia e a comunidade passa a ser a principal responsável pelo processo de transformação de atributos locais em produtos turísticos (CORIOLANO; SOUZA NETO, 2008).

Muitas comunidades do litoral optam pelo desenvolvimento do turismo sustentável amparado pela forte participação popular, embasado em políticas que priorizam planejamento, organização e execução da atividade pela própria comunidade e não pelos empreendedores externos, com base no trabalho comunitário. A luta política de Icapuí, desde a primeira tentativa de emancipação em 1957, desvinculada de Aracati, produz história retratada na luta das comunidades pela melhoria de vida cotidiana, defesa e promoção de direitos. A investigação das comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé remete ao turismo relacionado à defesa ambiental, valorização de identidade, turismo sustentável e desenvolvimento na escala humana.

Asseguram moradores de Icapuí, Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé que as praias mais visitadas abrigam famílias com alto senso de responsabilidade e compromisso com o lugar, e que lutam pela defesa da natureza e do turismo sustentável. Assim, conectam-se com polos emissores de fluxos turísticos de diversos lugares, revelando o turismo alternativo com ideias diferenciadas do convencional. Santos (1988, p. 34) esclarece que “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, ‘únicos’, o que se deve à especialização dos elementos do espaço”.

Icapuí passa pelo período de relevante projeção nacional, posteriormente pela decadência com a desarticulação de políticas públicas, mas guarda a forma de ser única: pessoas conscientes e politizadas.

Ponta Grossa dista 170 km de Fortaleza-CE e 80 km de Mossoró-RN, possui 22 km e 300 habi-

tantes. A maioria da população é evangélica, de descendência holandesa e pertence à mesma família de sobrenome Crispim. O lugar, quase todo, desde 1998 é Área de Proteção Ambiental (APA),¹ onde se encontram fontes de água cristalina, entre dunas e falésias coloridas, que abastecem a comunidade com água potável de excelente qualidade. A paisagem é composta de falésias avermelhadas e duna que, além da beleza natural, serve de mirante à admiradores do pôr do sol. As formações rochosas são de variadas cores: amarelo, laranja, vermelho e vinho. Por possuidora de raras belezas naturais, Ponta Grossa também se torna destino turístico, visitada principalmente pelos turistas que vão a Canoa Quebrada² e Aracati. Muitos que vão a Canoa Quebrada motivados pelo passeio de buggy até Icapuí, que oferece as últimas praias, no limite do Rio Grande do Norte, em razão de ter sido eleita pelos “internautas”, em março de 2014, a praia mais bela do Ceará (PONTA..., 2014).

Os moradores da comunidade de Ponta Grossa optam pelo turismo alternativo, chamado de turismo comunitário, pelo fato de ser promovido pela comunidade. Em Icapuí, desenvolve-se o turismo em que os residentes têm certo controle do desenvolvimento da comunidade, por serem responsáveis pelo planejamento das atividades e pela oferta de serviços. Sobre serviços turísticos contam-se poucos meios de hospedagem, duas pousadas e dois chalés. A gastronomia oferece pratos e petiscos típicos: peixe frito com baião, salada e farofa; moqueca de arraia com salada e pirão; peixada, bolinho de queijo e de peixe, servido em restaurante e barraca de praia. O turista desfruta de passeio pelas trilhas ecológicas, passeios de barco com pescadores artesanais de Ponta Grossa e presença respeito à natureza, no cotidiano dos residentes, além do silêncio e da tranquilidade, diferente dos lugares urbanizados.

Redonda, no litoral icapuiense, é preferida por apresentar um conjunto de atributos naturais, culturais e paisagísticos, atrativos turísticos direcionados ao turismo alternativo. A comunidade aloca-se em enseada, agrega pescadores, é a mais povoada do

1 Área de Proteção Ambiental, por meio da Lei Municipal nº 262/98, em uma área de 555,6762 ha, situada no município de Icapuí.

2 Um dos principais destinos turísticos do estado do Ceará e Núcleo Indutor de Turismo, segundo a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (2016).

município – conta com 4.000 habitantes, em média – e muitos vivem da pesca artesanal da lagosta. Nos eventos, merece destaque o Festival de Lagosta, já na 9ª edição, com apoio da Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo de Icapuí (GDTur). Nas últimas edições associa atrações musicais e exposição do Salão de Gastronomia, com os expositores apresentando pratos elaborados à base de lagosta. O evento tem duração de três dias e está na programação do Ministério do Turismo e da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. As edições se realizam em praias diferentes do município para integração e valorização das comunidades.

Os moradores de Redonda fazem o turismo alternativo, com atividades responsáveis, e atenção voltada não apenas a turistas, mas sobretudo a residentes. Destacam que empreendedores locais que foram pescadores, agora são empresários de pousada ou restaurante. As transformações socioeconômicas indicam ganhos de comunidades, com residentes participando diretamente da oferta de serviços e, conseqüentemente, dos benefícios da atividade.

Oferecem turismo alternativo, de base comunitária, configurando como turismo de famílias de moradores, sem visão direcionada exclusivamente ao lucro, por serem preocupados com a partilha, em contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico. O turismo convencional atende às necessidades dos turistas com foco na concentração de lucros, vende serviços de alta qualidade, muitos com sacrifício da natureza e trabalhadores, visando ao lucro.

Além de possuidora de atrativos e serviços turísticos, Redonda destaca-se na história de luta dos moradores quando, em 1974, inicia luta pela terra, disputada com grileiros e latifundiários de Aracati e, em 1989, impõe resistência à pesca predatória da lagosta, atividade ameaçada, conforme depoimento de residentes e lideranças comunitárias.

Praia de destaque investigada é Requenguela, comunidade e núcleo receptor de turismo de Icapuí, a 3 km da sede, com média de 100 famílias que vivem da pesca artesanal. Chama a atenção do visitante o adentramento ou recuo do mar, ficando distante da comunidade e dando a impressão de mar tranquilo. Foi motivo de matéria exibida no telejornal Bom Dia Brasil, da Rede Globo de Televisão,

em 2 de fevereiro de 2010, com o título “Conheça a praia cearense onde o mar desaparece”.

O nome da praia soa “com graça” para visitantes e tem origem referente ao apelido do primeiro morador, Sr. Requenguela. Na década de 1980, passa por período acentuado de desmatamento do mangue para ampliação de salinas³ no intuito de aumentar a produção de sal, pondo em risco a sustentabilidade do ecossistema. A comunidade, preocupada com a proteção ambiental e os moradores, em 1986, cria a Associação de Moradores da Requenguela, a fim de lutar pela conservação ambiental do lugar.

Em decorrência de problemas com relação à sustentabilidade, a praia, em 2003, recebe importante contribuição da Fundação Brasil Cidadão, em parceria com a Fundação o Boticário. Desperta-se nos residentes a vontade de estudo e conhecimento do ecossistema manguezal, por meio do Projeto “Esse Mar é Meu”, com iniciativa de recuperação da área degradada do mangue. Para continuidade da cultura e preservação do lugar, em 2008, a Fundação Brasil Cidadão, patrocinada pela Programa Petrobras Ambiental, implanta o Projeto “De Olho na Água”, com a Construção da Estação Ambiental Mangue Pequeno e da Passarela no Mangue.

Poucas barracas oferecem aos turistas excelentes pratos da culinária marítima, porém não há muitos serviços, pousadas e restaurantes. Em destaque a geografia do lugar e o interesse dos visitantes em conhecer os projetos de planejamento e gestão ambiental. Dessa forma, a praia de Requenguela revela-se ao turista essencialmente promotora do turismo sustentável.

Destaque-se também Tremembé, praia de mar limpo, ondas calmas e sem formações rochosas, propícia ao banho tranquilo, o que atrai turistas. Tremembé é nome indígena relacionado aos índios da Nação Tremembé da região. Fica a 210 km de Fortaleza, 55 km de Mossoró-RN e 9 km a leste de Icapuí (MEIRELES; SANTOS, 2012). A população pequena, de pouco mais de 100 famílias, vive basicamente da pesca e do trabalho em pequenos comércios, associados à prática do turismo. A praia conta com pousadas e barracas à beira-mar que

³ Em 1925, surge na comunidade a Salina Nazareth, e em 1950, a Salina São Vicente (CARBOGIM, 2013).

disponibilizam aos turistas passeios de barco e a cavalo pelas trilhas ecológicas.

Do ponto de vista do turismo, em 1979 chegam as primeiras unidades comerciais, com crescente número de veranistas, na maioria de Mossoró-RN. Fator relevante para a comunidade, em 1993 é construída a Pousada Tremembé, que marca a discussão do turismo comunitário sobre possibilidade de desenvolvimento responsável e sustentável. A pousada liga-se a grupo de italianos da província de Trento, na Itália, representantes da ONG Tremembé Onlus, que visitaram a comunidade para conhecimento de Icapuí, ali se instalaram e desenvolveram projetos de turismo sustentável e responsável, a exemplo do Projeto de Turismo Responsável e Luta contra a Pobreza. A pousada é administrada pela Associação Caiçara de Promoção Humana, com sede em Icapuí, e faz parte da Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM).

É questionável, apesar de a pousada fazer parte da Rede, a comunidade não se incluir na proposta do turismo comunitário. Não há o mínimo de envolvimento por parte dos residentes de Tremembé, existindo apenas a proposta da pousada, que direciona, na maioria dos casos, proposta de turismo, dito pelos gerentes de comunitário a público-alvo de turistas intelectualizados e que fazem parte de projetos sociais. A Rede TUCUM aceita como comunitária pousada sem participação de comunidade.

O turismo, em Icapuí, com o envolvimento de residentes das comunidades, fortalece as atividades socioeconômicas, culturais e ambientais do lugar, ao tempo em que o turista, harmonicamente, desfruta dos atrativos naturais, culturais, ambientais e históricos da cadeia produtiva do turismo constituída por elos interligados formando o negócio turístico. Lugar e atrativos são elos naturais e culturais. Transportes são elos responsáveis pelos fluxos, e meios de hospedagem são da ocupação; a alimentação é elo que pega pela boca; serviços de apoio aproximam turistas de residentes na utilização da infraestrutura urbana e a comercialização é elo da consolidação da mercadoria – do pacote turístico.

As comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Tremembé e Requenguela são núcleos receptores de turismo e lutam pela promoção do desenvolvimento sustentável, no turismo. Petrocchi (1998)

considera o envolvimento de comunidades no núcleo turístico, ao afirmar que a participação das pessoas do local é imprescindível ao desenvolvimento do turismo, pois significa consciência da população da importância da atividade. Sem participação e firme engajamento da comunidade, não há como pensar em crescimento de turismo sustentável. (PETROCCHI, 1998). Daí a importância da participação da comunidade e interação com turistas para que todos possam ter contato com a cultura e valorização de diferenças que os unem.

Turismo e desenvolvimento na escala humana

O turismo é relevante por gerar oportunidade de trabalho, intercâmbio de pessoas e culturas e proporcionar crescimento de destinos receptores, por meio dos serviços prestados ao turista. Consolidado, torna-se meio ao desenvolvimento nacional, regional e local, ao contribuir com o Produto Interno Bruto (PIB) de estados. Fenômeno social, planejado para o desenvolvimento, ajuda na diminuição de desigualdades sociais, fortalecimento econômico, inclusão social e melhoria de qualidade de vida da população. Quando concentrado no capital, faz de modo especial, visto ser parte do rol dos serviços planejados para reestruturação do capitalismo fabril.

Na perspectiva do desenvolvimento, apresenta-se o turismo como possibilidade de trabalho, de geração de emprego e renda e entrada de divisas. Na perspectiva social, torna-se forma de contato entre turistas e autóctones, como sujeitos sociais. “Os saberes, formas de pensar e sentir, modos de fazer que, durante séculos de dominação ocidental, foram desconsiderados e desprezados, sinônimos de atraso sociocultural e econômico, ficam revalorizados no novo modo de fazer e pensar o turismo” (BRASILEIRO, 2012, p. 95). Desta forma, a educação torna-se relevante para o turismo direcionar-se ao desenvolvimento humano, com inserção de residentes nas transformações sociais.

Paradigma de planejamento do turismo é a base local, em que se priorizam comunidades. Nos estudos sobre comunidade na sociedade contemporânea, conceitua-se comunidade como: grupo social residente em pequeno espaço geográfico,

onde ocorre integração de pessoas entre si e delas com o lugar. É um grupo pequeno de pessoas com modo próprio de viver tradições religiosas, artísticas, culturais, históricas, sociais e que desenvolvem atividades produtivas, necessidades e aspirações, tendo, sobretudo, consciência da vida em comum (CORIOLANO et al, 2009).

Solidariedade, princípio essencial da comunidade, é o que difere a sociedade moderna, que evita conhecer e se envolver com problema dos outros. Ao discorrer sobre comunidade, Bauman (2003, p. 7) afirma que o significado de comunidade

[...] sugere uma coisa boa: o que quer que comunidade signifique, é bom ter uma comunidade, estar numa comunidade. Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que anda em má companhia. Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade – o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa.

Bauman (2003) tem a comunidade como lugar aconchegante, confortável e seguro, de pertencimento ímpar, diferente de aglomerado social, que remete ao paradoxo de resistir à segurança coletiva com vistas à segurança harmoniosa e individual. Contudo admite-se que há dificuldades de vida em comunidade, pelos avanços da sociedade moderna, embora seja o caminho a ser reencontrado. Ao estabelecer a relação entre turismo e comunidade receptora de turismo, recorre-se a Krippendorf (1989, p. 191), que destaca:

Um dos elementos essenciais na busca do desenvolvimento harmonioso reside na reivindicação segundo a qual uma comunidade turística deve conservar o poder sobre o solo e, portanto, a decisão soberana sobre a utilização do mesmo. Em nenhuma hipótese deve despojar-se de seu principal instrumento de orientação.

Na compreensão de Krippendorf (1989), a instalação de equipamentos turísticos é oportuna onde empregos sejam assumidos pela população residente, para que, dessa forma, os residentes tenham benefícios sociais. A atividade turística na comunidade é para mitigar impactos sobre ecos-

sistemas, em respeito à conservação ambiental. Reflexões sobre comunidade turística retratadas por Bauman (2003) e Krippendorf (1989) sugerem que o turismo leve ao desenvolvimento e fortaleça o lugar e as pessoas, entendido o desenvolvimento como:

Aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo o processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade. (CORIOLANO; LIMA, 2012, p. 109).

Nessa linha de pensamento, o desenvolvimento mostra-se com dimensões variadas quanto ao espaço, ambiente natural, ação humana e, consequentemente, inserção da atividade que se associa às demais atividades econômicas. Desenvolvimento que remete somente ao aumento de indicadores econômicos, mas considera a dimensão dos valores culturais, ambientais da região, incentivando a criatividade dos residentes, tornando-os protagonistas para ação de novas perspectivas sociais que beneficiem o crescimento da comunidade. Daí dizer Santos (2002, p. 93) que:

Propor desenvolvimento de base local tem por significado contrariar a racionalidade econômica hegemônica e fortalecer o que designa de contra-finalidades, que são localmente geradas, ou seja, pensar no teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista [...], o impõe uma dinâmica da sociedade em constante movimento.

A dinâmica da sociedade globalizada concentradora acaba por promover exclusão social, aumentar a violência urbana, colocar em risco o meio ambiente, o que leva comunidades a buscarem alternativas para superar as dificuldades e desigualdades com práticas de desenvolvimento em escala humana, social e ambiental. Nessa perspectiva, compreende-se desenvolvimento como:

Um conceito mais exigente que o conceito de crescimento econômico. Para que o desenvolvimento se

concretize, não basta crescer a economia, a produção de riqueza ou o PIB (Produto Interno Bruto), faz-se necessário, sobretudo, que essa riqueza circule elevando o poder aquisitivo e a qualidade de vida de todos os segmentos da sociedade dentro dos princípios de direitos humanos. Quando cresce a economia e ela não é redistribuída, ocorre apenas o crescimento econômico concentrado. O desenvolvimento só se dá quando o crescimento econômico beneficia a todas as pessoas, ou seja, atinge a escala humana. Assim, todo desenvolvimento é crescimento econômico, mas nem todo crescimento econômico é desenvolvimento. O Brasil cresceu economicamente, mas não se desenvolveu, uma prova disso é a grande exclusão social com a negação dos direitos humanos. (CORIOLANO, 2000, p. 38).

Grupo como o de Icapuí, que luta para assegurar direitos à vida digna com serviços de saúde, educação, alimentação, bem-estar, habitação, vestuário, segurança e lazer, deseja melhorar o desenvolvimento para atingir a escala humana. Na perspectiva ampla de desenvolvimento, Furtado (2000) diz que o desenvolvimento não pode assumir apenas o caráter econômico do aumento da eficácia do sistema de produção, mas dimensão substantiva relativa à satisfação das necessidades humanas. O que se coaduna com a Teoria de Max-Neef (2012) sobre o desenvolvimento à escala humana.

Os postulados de Max-Neef (2012, p. 28), na obra *Desenvolvimento à Escala Humana*, mostram que “o desenvolvimento se refere às pessoas e não a objetos”. O pensador chileno discute aspectos relativos ao desenvolvimento, entendendo-o como processo capaz de satisfazer as necessidades humanas, não somente como metas a serem atingidas, mas também como razão para a existência do processo. Afirma Max-Neef (2012, p. 27) que se trata de:

Um desenvolvimento em escala humana, orientado para a satisfação das necessidades humanas, exige uma nova maneira de interpretar a realidade. Ele nos impele a perceber e avaliar o mundo, isto é, as pessoas e seus processos, de uma forma muito diferente da convencional. De modo semelhante, uma teoria das necessidades humanas visando o desenvolvimento precisa ser compreendida, precisamente naqueles termos, como uma teoria para o desenvolvimento.

Defende esse autor que a economia convencional incorre em erro fundamental de que as necessi-

dades humanas são crescentes e ilimitadas, o que não é concebível. Demonstra que as necessidades humanas são poucas, delimitadas e classificáveis e, portanto, as mesmas em qualquer época histórica e cultural. O que difere é a maneira como se satisfazem as necessidades, isso varia de cultura para cultura. Para explicar o postulado, o autor utiliza a palavra *satisfatores*⁴ para definir a forma dominante que cultura ou sociedade imprime às necessidades. “Os satisfatores não são bens econômicos disponíveis. Estão relacionados a tudo aquilo que representa formas de: Ser, Ter, Fazer e Estar, contribui para a realização das necessidades humanas” (MAX-NEEF, 2012, p. 35).

Max-Neef (2012) afirma que o equilíbrio entre as formas de ter, ser, fazer e estar reduz a possibilidade de frustração e faz a defesa da subjetividade ao defender a maneira pela qual se vivencia a necessidade de cultura ou sociedade com a qualidade de vida. Ou seja, as formas de expressão passam necessariamente pelo subjetivo, visto que estão ligadas em situação histórica e forma de viver das pessoas que contemplam referências sociais, estratégias de vida, condições econômicas, relações com o meio ambiente, o que faz “satisfatores” imprimirem nas necessidades o caráter histórico e cultural e os bens econômicos em manifestação material.

Assim, definir parâmetros de desenvolvimento à escala humana remete à qualidade de vida de países ou comunidades, o que contribui para a construção de novo paradigma para o desenvolvimento, baseado no protagonismo das pessoas, na definição do modo de vida que a comunidade ou país escolhem para se desenvolver. Baseia-se, sobretudo, na autonomia das pessoas, das comunidades e países como sujeitos do processo de desenvolvimento. Entende-se o novo paradigma de desenvolvimento como resgate do valor humano voltado com atenção ao cuidado com a natureza, valorização da ética e do desenvolvimento social, econômico e cultural.

O turismo que queremos

As comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Requenguela e Tremembé, destinos turísticos de

⁴ Satisfator, por ser a que melhor corresponde a “satisfactor” do original em espanhol, e a “satisfier” da tradução para o inglês (MAX-NEEF, 2012).

Icapuí, concentram a maior parte dos serviços turísticos do município. Desenvolvem-se de forma diferenciada, ou seja, cada comunidade oferece distintamente serviços turísticos, o que revela formas de organização sociocultural e realidade geoambiental.

Comunidades pesqueiras tradicionais se assumem como núcleo receptor de turismo comunitário, posto que participativo. Assim, organizam-se em associações e oferecem turismo como oportunidade de trabalho e de realização humana a residentes, voltando-se ao respeito ao meio ambiente. Fazem do turismo forma de promoção do desenvolvimento pela venda de produtos turísticos, instalação de barracas de praia, restaurante à beira-mar, artesanato e oferta da culinária marítima com pratos típicos de frutos do mar. Dessa forma, as comunidades asseguram o ordenamento do território com a criação de associações, cooperativas e sindicatos, tendo em vista ações tomadas em conjunto que atendam as necessidades e o fortalecimento comunitário. Bourdin (2001) compreende que o local se desenvolve pela ideia do “viver junto” associado à defesa dos interesses coletivos. Para o autor:

A sociedade local se define primeiro como um grupo de indivíduos (ou de famílias) que partilham dos mesmos valores e vivem juntos num território em que se desenvolve o conjunto da atividade coletiva e individual, depois como a partilha de um mesmo território por diversos grupos comunitários (religiosos, étnicos entre outros). (BOURDIN, 2001, p. 199).

Comunidades de pequenas cidades assumem a lógica da coletividade, interferem na realidade e adquirem protagonismo na vida política, econômica, cultural e social. Ao se organizarem em associações e formarem movimentos sociopolíticos, buscam soluções dos problemas referentes à falta de trabalho, residência, escola, defesa do meio ambiente e da cultura, não de forma individualista. É o caso da Associação de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Ponta Grossa (ASTUMAC) e da Associação Tremembé Onlus, representadas que atuam nas comunidades na busca do desenvolvimento comunitário sustentável.

Para desenvolvimento do turismo comunitário, são relevantes organizações associativas, fundações e entidades engajadas no processo de planejamento

e crescimento ordenado da atividade turística de Icapuí. A análise de Castelli (2001) da atuação de organizações não governamentais atenta para o fato de elas, bem como as intergovernamentais e as associadas, ainda que indiretamente ao turismo, trabalharem para atingir, por meio da atividade turística, o desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional, com base no entendimento e compreensão internacionais, valorizando a harmonia entre os povos. Explicam Rabinovici e Lavini (2005, p. 3) que as Organizações Não Governamentais (ONGs):

Fazem parte do chamado terceiro setor, formado por entidades de caráter privado e sem fins lucrativos, as quais se orientam por valores e não pelo lucro, ou seja, possuem fins públicos e não econômicos. Contam com a capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país, além de promoverem iniciativas na esfera pública, não realizadas pelo Estado ou complementares a ele, destinadas ao interesse comum. Possuem estrutura formal, são autônomas e exercem uma função política na sociedade. O objetivo maior é o benefício social para a comunidade ou públicos específicos, o qual atinge através de parcerias ou alianças estratégicas.

Nas comunidades de Ponta Grossa, Requenguela e Tremembé, o turismo apresenta-se como possibilidade de uso sustentável dos recursos naturais, com apoio das ONGs ambientalistas que se articulam com a comunidade e o governo para o desenvolvimento de programas e projetos de turismo sustentável, com vistas à compreensão da dimensão local e resolução de conflitos socioambientais. Projetos sociais de ONGs se preocupam com ecossistemas aquáticos, a exemplo da Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos (Aquasis), com missão de desenvolver ações e pesquisas para preservação da biodiversidade e uso responsável de recursos naturais no Nordeste do Brasil, estimulando mudanças de atitude para construção de sociedade sustentável (AQUASIS, 2018). O Instituto Terramar, ONG que atua em comunidades, sem fins lucrativos, no campo popular democrático, na proteção da Zona Costeira do Ceará, para o desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos

grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos Povos do Mar do Ceará (INSTITUTO TERRAMAR, 2018). A Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente (FBC), ONG ou organização civil sem fins lucrativos, prioriza iniciativas por meio de projetos que permitem ao público-alvo alcançar progresso baseado na autossustentabilidade e melhoria da qualidade de vida das comunidades (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2018).

Redonda é uma comunidade histórica, com forte participação de luta política no município, que foi reduto do Partido dos Trabalhadores. Possui Associação de Moradores que faz reuniões sistemáticas a fim de trabalhar o nível de consciência dos residentes. A Associação de Pescadores luta contra a pesca predatória da lagosta. Famílias desenvolvem o turismo, oferecendo pousadas e pequenos restaurantes. Alguns pescadores de lagosta são atualmente proprietários de empreendimentos turísticos no lugar, comprovando crescimento socioeconômico do grupo.

Admitem moradores que o grupo perdeu o e-lá pela vida comunitária. É, portanto, um retrocesso, considerando a história da politização de Icapuí e da comunidade que recebia como principal turista o ex-presidente Lula. Redonda destaca-se das comunidades por apresentar melhor estrutura de hospedagem. O turista é informado pelos donos de pousadas, bares e restaurantes quanto ao respeito às regras de convivência e de respeito ao lugar.

Icapuí conta com a Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo (GDTur), formada por 23 associados, empresários donos de pousadas, bares e restaurantes que trabalham com comunidades na promoção de eventos, campanha de limpeza de parais e reciclagem de lixo e em parceria com instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para capacitação de garçons e aperfeiçoamento da culinária, e com o governo do estado na promoção de eventos no município.

Considerações Finais

Conclui-se que, além de fenômeno político, social, econômico e cultural, o turismo envolve

a forma como as comunidades litorâneas se organizam para receber a atividade, sobretudo por serem reconhecidas como “paraísos tropicais”. O turismo no município de Icapuí afirma-se como complemento de renda de famílias e empenha-se na melhoria da qualidade de vida e preservação do ambiente natural do lugar.

Nas comunidades, o turismo é prática social, cultural, ambiental e econômica transformadora de espaços, de ocupações e mentalidades. Nesse processo, o turismo na comunidade consolida-se como meio de enfrentamento de problemas sociais, econômicos e ambientais da população, em busca do desenvolvimento baseado na sustentabilidade e no fechamento das “portas” do lugar ao turismo convencional. É turismo de resistência, não há empreendimentos convencionais. O desenvolvimento pautado na responsabilidade socioambiental faz enfrentamento às desigualdades sociais, contribui para o ordenamento territorial e para a redução das desigualdades sociais, visto que a comunidade não quer e nem permite degradar o ambiente natural e tem o turismo como oportunidade de pequenos negócios para todos.

O turismo não é a única opção econômica do lugar, apenas mais uma para se somar às tradicionais e às preexistentes ao turismo. A pesca artesanal, embora seja uma atividade sem suporte do poder público para se desenvolver a contento, garante o sustento de famílias. O turismo se insere nas comunidades como mais um meio de desenvolvimento econômico, social, estímulo à preservação ambiental e valorização da cultura.

A proposta de desenvolvimento em escala humana de Max-Neef (2012) contribui para a discussão do desenvolvimento humano pautado no serviço às pessoas, com base no conhecimento das necessidades e com “satisfatores” para residentes, ou seja, todos diferenciam necessidades básicas – das induzidas pelo capitalismo às formas de satisfação das necessidades –, a exemplo das comunidades pesquisadas, que se tornaram sujeitos no processo de desenvolvimento, com participação direta na busca de soluções criativas e adequadas às necessidades.

O trabalho no turismo é altamente gratificante e não está exclusivamente voltado ao capital, mas à realização humana, podendo-se afirmar que, na

prática, vivencia a afirmação de Max-Neef (2012), em que a economia está para servir as pessoas e não as pessoas para servir a economia. E, assim, o turismo tem contribuído para o desenvolvimento em escala humana. Apesar de o poder público não implantar ações específicas para regular a atividade turística, comunidades receptoras assumem a política do turismo comunitário. Organizam-se, enfrentam e se reúnem para decidir propostas de turismo, de desenvolvimento. Para as comunidades, o turismo tem sido importante para dinamizar a vida

social, além de contribuir para a melhoria de ganhos econômicos com a venda dos produtos turísticos, o que tem ajudado a valorizá-las.

O turismo alternativo se diferencia do convencional por voltar-se a valores humanos, ao cultivo da amizade com visitantes, à colaboração e solidariedade entre produtores dos serviços turísticos. Para esse eixo do turismo, a prioridade é preservar o patrimônio, a cultura, além da conservação do meio ambiente e fortalecimento da consciência cidadã.

REFERÊNCIAS

- AQUASIS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://aquasis.org/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio César C.; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2012. p. 75-98.
- CARBOGIM, Maria Leinad Vasconcelos (Org.). **Memória viva de Icapuí**. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2013.
- CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante**. 4. ed. rev. ampl. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.
- CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Indicadores turísticos 2010-2016**. Fortaleza: Setur, 2016. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/images/PDFs/ESTUDOS-PESQUISAS/indicadores-turismo-2010-2016-02.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O desenvolvimento na escala humana**. 2000. Disponível em: <http://www.equiponaya.com.ar/congreso2000/ponencias/Luzia_Neide_Menezes.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.
- CORIOLANO; Luzia Neide Menezes Teixeira; LIMA, Ana Clévia Guerreiro. A contribuição do turismo ao desenvolvimento na escala humana. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012. p.103-117.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SOUZA NETO, Gerardo Facundo de. Turismo comunitário versus turismo globalizado: o caso da praia do Batoque, Aquiraz, Ceará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Sits, 2008. p. 1-15.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira et al. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: EdUECE, 2009.
- FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO. **Sobre a Fundação Brasil Cidadão**. Disponível em: <<http://www.brasilcidadao.org.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- INSTITUTO TERRAMAR. **Sobre nós**. Disponível em: <<http://terramar.org.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores**. Tradução de Rede Viva. Blumenau: Edifurb, 2012.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; SANTOS, Ana Maria Ferreira dos. **Atlas de Icapuí**. Icapuí, CE: Fundação Brasil Cidadão, 2012.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PONTA Grossa é eleita a praia mais bela do Ceará. **O Povo Online**, Fortaleza, 31 mar. 2014. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/03/31/noticiafortaleza,3229053/ponta-grossa-e-eleita-a-praia-mais-bela-do-ceara.shtml>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

RABINOVICI, Andréa; LAVINI, Carolina. ONGs: ecos de um turismo sustentável. In: NEYMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 105-130.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

Recebido em: 05/04/2018

Aprovado em: 09/08/2018

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NA ILHA GRANDE-RJ

*Gercton Bernardo Coitinho**

*Maria Geralda de Miranda***

*Reis Friede****

RESUMO

O turismo se desenvolve em ritmo acelerado na Ilha Grande desde os anos 1980, desencadeando impactos econômicos, sociais e ambientais. Através de pesquisa bibliográfica e documental, associada a entrevistas estruturadas com os habitantes locais, fez-se uma primeira análise desses impactos, focando nos aspectos socioambientais. Observa-se descompasso entre o número crescente de turistas e a evolução da infraestrutura para suportar tal afluxo sem ocasionar impactos ambientais negativos, assim como insipiente educação ambiental e baixo grau associativo dos ilhéus e, ainda, ocorrência de choques culturais advindos da interação entre os locais e os turistas devido às suas diferenças. É positivo gerar um processo que empodere os ilhéus, tornando-os protagonistas deste processo que envolve o desenvolvimento e a manutenção de infraestrutura, efetiva educação ambiental e capacitação da população de modo a permitir interação com outras culturas sem perda de autenticidade.

Palavras-chave: Turismo. Impactos sociais. Impactos ambientais. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS OF TOURISM IN ILHA GRANDE-RJ

Tourism has been developing at an accelerated pace in Ilha Grande since the 1980s, inducing economic, social and environmental impacts. Through bibliographic and documentary research, associated with structured interviews with the local inhabitants, a first analysis of these impacts was made focusing on socio-environmental aspects. It can be observed that there is a mismatch between the increasing number of tourists and the evolution of infrastructure to support such an influx without causing negative environmental impacts, as well as insipient environmental education and low

* Mestre em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Professor e Coordenador dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Marketing da Universidade Castelo Branco (UCB). E-mail: gercton@gmail.com

** Doutora em Letras com ênfase em estudos pós-coloniais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutora em Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora titular e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). E-mail: mgeraldamiranda@gmail.com

*** Doutor em Direito Político pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Professor conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. E-mail: reisfriede@hotmail.com

associative level of the islanders, and also the occurrence of cultural shocks arising from the interaction between the places and tourists due to their differences. It is positive to generate a process that empowers the islanders, making them protagonists of this process that involves the development and maintenance of infrastructure, effective environmental education and training of the population in order to allow interaction with other cultures without loss of authenticity.

Keywords: Tourism. Social impacts. Environmental impacts. Local development.

RESUMEN

IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES DEL TURISMO EN ILHA GRANDE-RJ

El turismo se desarrolla a ritmo acelerado en la Isla Grande desde los años 80, causando impactos económicos, sociales y ambientales. A través de investigación bibliográfica y documental, asociada a entrevistas estructuradas con los habitantes locales, se hizo un primer análisis de estos impactos enfocando en los aspectos socioambientales. Se observa: descompaso entre el número creciente de turistas y la evolución de la infraestructura para soportar tal aflujo sin ocasionar impactos ambientales negativos, así como insipiente educación ambiental y bajo grado asociativo de los isleños y, aún, ocurrencia de choques culturales provenientes de la interacción entre los locales y turistas debido a sus diferencias. Es positivo generar un proceso que empodera a los isleños, haciéndolos protagonistas de este proceso que involucra el desarrollo y mantenimiento de infraestructura, efectiva educación ambiental y capacitación de la población para permitir la interacción con otras culturas sin pérdida de autenticidad.

Palabras clave: Turismo. Impactos sociales. Impactos ambientales. Desarrollo local.

Introdução¹

A atividade turística vem assumindo uma relevância cada vez maior nas nossas sociedades. Essa atividade se define pelo deslocamento de pessoas que, motivadas por diversos fatores, afastam-se dos seus domicílios para visitar outros lugares e, assim, utilizam serviços e bens disponibilizados para permitir e/ou facilitar esta visitação. Os “negócios turísticos” consistem no emprego desses bens ou serviços pelas pessoas nesses deslocamentos (BARRETO, 2003; LOHMANN; NETTO, 2008; OLIVEIRA, 2008).

Nesse cenário, o Brasil atrai turistas do mundo inteiro, com os mais diversos interesses. De acordo com os dados divulgados pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL, 2016), o setor movimentou o total de R\$ 514,3 bilhões em 2015, considerando

as atividades diretas, indiretas e induzidas. Este montante é equivalente a 8,7% do PIB brasileiro do ano. O relatório também indicou que o turismo empregava 2.624.500 pessoas diretamente no mesmo período. Se incluídas as atividades indiretas e induzidas, o número total sobe para 7.342.500 empregados, o que representava 8% do total de empregos do país em 2015. Esses resultados econômicos refletem o interesse humano por viagens com as mais diversas finalidades, sendo as de turismo o objeto de análise deste trabalho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reportou a existência de 1.332.260 empresas de serviços (não financeiros) no setor, produzindo R\$ 1,4 trilhão de receita operacional líquida (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). Dados da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA) indicaram que o mercado turístico

¹ Foram observados os procedimentos éticos durante a realização da pesquisa que deu origem ao texto apresentado.

brasileiro faturou R\$ 11,9 bilhões em 2014, enquanto a receita cambial turística no mesmo ano foi de US\$ 6,8 bilhões, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2016). Esta tendência de crescimento na receita cambial turística reflete a propensão do aumento da compra dos serviços do turismo. Neste processo, são identificadas basicamente três fases distintas divididas entre os estágios de pré-compra, da experimentação pelo contato com o serviço contratado e a avaliação pós-compra (LOVELOCK, 2006). Embora esteja acompanhando a elevação progressiva mundial, a receita cambial brasileira representou em 2014 apenas 0,53% do total de divisas oriundas da atividade do câmbio turístico no mundo (BRASIL, 2016), fato que revela um imenso potencial a ser ainda explorado de forma racional e sustentável.

A bibliografia econômica que trata do turismo, quando trata dos impactos, foca principalmente nos positivos: balança de pagamentos; aumentos da produção e do emprego; maior arrecadação de impostos e melhoria qualitativa advinda da diversificação de fontes dos mesmos; eventual equidade do sistema, tanto pela melhor distribuição de renda, quanto pela maior integração social advinda dos novos postos de trabalho e das atividades geradoras de renda; possível ordenação do território; efeito benéfico resultante dos intercâmbios sociais e culturais; estímulo para investimentos novos; efeito multiplicador da renda. Os discursos divulgam os impactos positivos da atividade turística, servindo-se de indicadores e de alguns dados estatísticos para incensar o turismo, mas esta visão do tema não considera os outros aspectos envolvidos na complexidade do fenômeno turístico (DIAS, 2003; MOESCH, 2002). Nos Estados Unidos (GURSOY et al, 2002) e na Suíça (KRIPPENDORF, 2001), verificou-se que quanto pior é a percepção dos habitantes no que diz respeito ao estado da economia local, mais intenso será o apoio dos habitantes locais ao desenvolvimento do turismo.

Desde os anos 1970 que os pesquisadores passaram a considerar importantes os aspectos motivacionais, sociais e culturais, ademais dos impactos ambientais advindos da atividade turística (OLIVEIRA, 2008).

Na busca incessante por novos mercados, os ofertantes evidenciam seus diferenciais competitivos numa tentativa de persuadir os tomadores de decisão. Entretanto, o estudo do comportamento do consumidor demonstra que este processo é formado por uma complexa combinação de múltiplas variáveis que influenciam diretamente as escolhas dos compradores.

Kotler (2015) descreve quatro principais forças de influência no comportamento do consumidor: fatores culturais, fatores sociais, fatores pessoais e fatores psicológicos. Deve-se ressaltar, entretanto, que embora estejam assim elencadas, estas forças se entrelaçam em diversos momentos, demonstrando a complexidade do estudo das diversas motivações do consumo. A cultura parece ser a base universal para a compreensão do que gera os desejos e motiva os consumidores, pois as pessoas adotam para si os comportamentos, valores, costumes, percepções e desejos espelhando-se naquelas referências que lhe são próximas, quando crescem em uma determinada sociedade, sob o risco de desaprovação ou punição social (KOTLER, 2015; SOLOMON, 2002). A cultura influencia o comportamento social e, por conseguinte, diversifica enormemente a humanidade em seus padrões de consumo, já que a cultura e o consumo se entrelaçam em uma relação de mutualidade profundamente complexa (LARAIA, 2009). Segundo Samara (2005), parte do processo de aprendizagem dos valores culturais repassados às novas gerações se reflete na avaliação dos produtos, e pode se transformar em recomendações de compra. Os fatores sociais que afetam o comportamento do consumidor também são observados em pequenos grupos, família, papéis sociais e status. Solomon (2002) destaca a influência mais efetiva sobre os consumidores individuais como aquela exercida por pequenos grupos. Para o autor, estes grupos pequenos e informais tendem a ser mais importantes na vida cotidiana pela alta influência normativa, sendo os grupos maiores normalmente mais específicos de produtos e atividades, exercendo então uma influência comparativa. A partir daí Solomon (2002) descreve os grupos de associação e de aspiração que Kotler (2015) classifica em “grupos de associação”, como aqueles que exercem uma influên-

cia direta sobre uma pessoa que pertence a este grupo, e como “grupos de referência”, os que são tidos como parâmetro de comparação. Os “grupos de aspiração” são citados como “aqueles aos quais o indivíduo almeja pertencer” (KOTLER, 2015, p. 149). As interações entre grupos e indivíduos, segundo o que ressalta a teoria do capital social, são classificadas em dois tipos que se complementam: as excludentes (do inglês *bonding*) e as inclusivas, do tipo que estende pontes (*bridging*, em inglês) (OLINTO; MEDEIROS, 2013). Esta sensação de pertencimento aos grupos pode induzir os consumidores a fazerem escolhas nem sempre inteiramente conscientes (HAWKINS; MONTHERSBAUGH; BEST, 2007). As características pessoais como idade e estágio no ciclo de vida, ocupação, situação financeira, estilo de vida e personalidade também são descritas por Kotler (2015) como fatores de influência nas decisões de compra. Esta segmentação do mercado consumidor em grupos com as mesmas características ajuda os especialistas a formularem estratégias para fomentar o consumo de determinado bem ou serviço baseando-se na proposta de satisfação das necessidades destes grupos. Solomon (2002) descreve como a classe social afeta o acesso aos recursos e, conseqüentemente, os gostos e estilos de vida dos consumidores, quando buscam suprir necessidades que Barbosa e Campbell (2006) classificam como básicas e supérfluas. Os estudos das influências ditas pessoais na tomada de decisão tangenciam-se também na reflexão do estudo do “eu” e de suas motivações de consumo. Algumas necessidades podem ser de origem biológica, essenciais à manutenção da vida, enquanto outras são psicológicas. Para Kotler (2015), uma necessidade se torna um motivo quando sua intensidade move uma pessoa a satisfazê-la. A busca pelo entendimento da satisfação é estudo de diversas teorias da Psicologia sobre a motivação humana. Muito embora não esteja disponível um roteiro claro e comprovado que determine início, meio e fim para os desejos e as motivações, sabe-se que eles são compostos em parte pelo consciente e em outra parte pelo que se conhece como inconsciente. Para Freud, o desejo e o subsequente consumo são atividades afetadas por fatores que nem sempre são claros, guardados em algum lu-

gar do subconsciente do comprador que, apesar da aquisição consciente, pode estar buscando a satisfação de necessidades em níveis desconhecidos de sua consciência (KOTLER, 2015). A implicação da teoria Freudiana aqui é que “os consumidores não conseguem [...] dizer qual sua verdadeira motivação para escolher um produto, mesmo se pudermos criar uma maneira sensível de lhes perguntar diretamente” (SOLOMON, 2002, p. 140). Embora a teoria de Freud faça uma distinção entre a consciência e os níveis de inconsciência, Jung (1987) ressalta que a relação entre os estados não é oposta e sim complementar, resultando na formação de uma nova unidade, o si-mesmo: “É impossível chegar a uma consciência aproximada do si-mesmo porque, por mais que ampliemos nosso campo de consciência, sempre haverá uma quantidade indeterminada e indeterminável de material inconsciente, que pertence à totalidade do si-mesmo” (JUNG, 1987, p. 53). Há de considerar-se também que as indicações e recomendações de pessoas fidedignas e/ou de celebridades que já usufruíram de algum destino turístico exercem influência significativa sobre as decisões de potenciais consumidores de turismo.

A democratização do acesso à informação decorrente da popularização da internet facilitou a busca por roteiros até então desconhecidos da maioria das pessoas, gerando uma demanda incompatível com a capacidade de carga de alguns destinos e trazendo consigo os problemas decorrentes da ocupação humana desordenada, ainda que temporária.

O conceito de ecoturismo surge então como uma tentativa de conciliação entre o desfrute prazeroso de uma viagem de lazer e a menor alteração possível do estado natural do local visitado, para que a atividade continue sendo atrativa e possível para as próximas gerações.

Pode-se observar que a Ilha Grande vem sofrendo visíveis mudanças ambientais e sociais a partir da crescente expansão do turismo, que se tornou a principal atividade econômica da ilha após a queda na atividade de pesca comercial, aliada à desativação do complexo penal. Esta expansão do turismo trouxe consigo a especulação imobiliária e, economicamente, resultou na migração compulsória

dos caiçaras² de outras partes da ilha para a Vila do Abraão. A infraestrutura urbana da Vila do Abraão não acompanhou o ritmo de adensamento populacional originado pelo turismo, o que ocasionou a precarização dos serviços públicos – abastecimento de água, esgotamento sanitário, recolhimento e destinação do lixo etc.; assim, tornou-se evidente a necessidade de repensar o modelo de turismo explorado atualmente.

Ainda que na teoria as linhas de pensamento contemporâneas apontem para a necessidade de um direcionamento de gestão do turismo social e ambientalmente responsável, o que se percebe ainda são mais apelos comerciais do que ações efetivas e amplas que se preocupem com a sustentabilidade da atividade (KRIPPENDORF, 2001). Entretanto, conforme observa Swarbrooke (2000), a busca de uma definição conceitual para turismo sustentável poderia, erroneamente, simplificar a complexidade do tema, que vem sendo amplamente discutido pela comunidade científica, sociedade e por autoridades mundiais.

Em sua implantação e desenvolvimento, o ecoturismo deve respeitar os critérios socioambientais que irão conferir sustentabilidade ao turismo como uma atividade econômica e social permanente que poderá vir a promover o desenvolvimento sustentável da sociedade local. Com frequência maior que a desejada, observa-se a distorção deste conceito ou o uso enviesado da expressão “ecoturismo”, ou, ainda, a apropriação de roteiros ecoturísticos por outras modalidades de turismo, sem nenhum respeito aos critérios de sustentabilidade do mesmo (OLIVEIRA, 2008).

Os impactos da ação humana são mais evidentes nos locais onde o fluxo de turistas é maior, como, por exemplo, no local considerado a “capital” da ilha, a Vila do Abraão, que concentra a imensa maioria dos turistas. Contudo, a ilha ainda preserva várias de suas características naturais em grande parte do seu território, especialmente nas áreas onde o acesso do público é restrito. Em 1971, o Decreto Estadual nº 15.273 criou o Parque Estadual da Ilha Grande, considerado patrimônio nacional pelo disposto no §4 do art. 255 da Constituição de

1988, em razão de seu bioma de Mata Atlântica e sua localização na zona costeira. Em 1991, o Decreto nº 40.602 ratifica e consolida a criação do parque, além de ampliar a área protegida, incluindo todas as terras com altitude acima de 100m, entre outras (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 1971, 2007).

A breve descrição histórica da ilha se faz necessária para o entendimento dos fatos que levaram às mudanças sociais ao longo dos séculos, especialmente na transição entre as fases de economia distintas na ilha: a agricultura, com lavouras de cana-de-açúcar, café e banana, com as quais atravessou os períodos colonial e imperial; as atividades envolvidas na operação, inicialmente, do lazareto de quarentena de imigrantes, construído durante o segundo reinado e, posteriormente, dos presídios, já na República; com o fim das instituições penais existentes na Ilha Grande, surgiu a pesca, atividade que quando apresentou seu declínio se fez acompanhar de uma insipiente maricultura e, finalmente, o turismo. Estes fenômenos sociais não podem ser negligenciados ou relegados a segundo plano, já que estão, direta ou indiretamente, como causa primária ou como co-participes, vinculados aos impactos ambientais que podem comprometer o futuro da atividade turística na Ilha Grande.

O estabelecimento da atividade turística não aconteceu instantaneamente. Ainda antes de existir qualquer estrutura básica que lhe desse suporte, a maravilhosa natureza local, aliada à idiosincrasia dos autóctones, que vai da cultura policialesca brasileira, remanescente das estruturas prisionais até o desafio sereno da cultura própria dos pescadores, funcionava como grande atrativo turístico da Ilha. A esta primeira fase sucedeu a de criação de estruturas adaptadas ou construídas para responder às demandas do turismo. Esta segunda fase foi assegurada por investimentos autóctones e, também, realizados por habitantes das circunvizinhanças municipais, com participação em tempo e volume distintos por parte dos poderes públicos estaduais e municipais. Com a segunda fase foram atendidas as necessidades imediatas do turismo; mas também vieram os impactos econômico-socioambientais característicos do início da atividade turística,

2 Termo que designa o estilo de vida dos nativos de parte do litoral brasileiro, numa equivalência ao “caipira” do interior. Reflete a economia de subsistência baseada na roça e na pesca, denominando aqui os nativos da Ilha Grande.

que não foi precedida de um planejamento técnico com participação protagonista da população local.

A avaliação dos impactos, positivos e negativos, apresenta diversas dificuldades, uma vez que ainda não existe sistemática consagrada para tal e, pelo seu caráter interdisciplinar, envolve variáveis quantitativas e qualitativas, algumas de difícil mensuração, ou porque o acesso é dificultoso; ou, então, porque o efeito da ação é diferido longamente no tempo e impossível de ser avaliado em tempo de atividades acadêmicas. No caso de outras variáveis, como, por exemplo, as culturais, é complexo ou impossível separar os efeitos da influência da interação dos autóctones com os turistas daqueles originados nos meios de comunicação de massa que divulgam comportamentos e hábitos distintos dos que os habitantes empregavam antes da chegada dos turistas e/ou do acesso contumaz a estas mídias.

Na Nova Zelândia, em 1998, elaborou-se uma lista de quesitos para tentar avaliar os impactos da atividade turística em dez comunidades. Os impactos foram elencados em seis grupos: econômico (novos investimentos, entrada de capitais, inflação localizada, ativação de negócios locais); emprego (criação de empregos para a comunidade local, qualidade dos empregos, fomento indireto à criação de empregos); infraestrutura (aumento da atividade construtora privada e pública, aumento do volume de negócios com os locais); efeitos sociais adversos (prostituição, poluição sonora, aumento da criminalidade, sujeira, desordem); contato com turistas (número de visitantes recebidos em relação à população local, tempo de estadia, diferenças de comportamento) e atmosfera da cidade (alterações na qualidade de vida dos residentes, característica físicas do local, sentimento de pertencimento dos residentes às suas comunidades) (OLIVEIRA, 2008).

Scheyvens (1999), trabalhando o empoderamento da população local, utiliza a descrição de impactos em quatro categorias como forma de identificar as comunidades fortalecidas ou não: econômico (oportunidades de emprego, formal e informal, e oportunidade de negócios, avaliando regularidade dos ganhos e forma de distribuição dos benefícios), psicológicos (autoestima, valorização da cultura e tradições locais), social (crimes,

mendicância, sensação de lotação, desapropriação de terras tradicionalmente ocupadas por moradores, perda de autenticidade e prostituição) e público (participação nas decisões).

Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar o desencadear das atividades turísticas na Ilha Grande, estudar sua evolução e delinear propostas de solução para problemas encontrados.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida na Ilha Grande, município de Angra dos Reis-RJ (Latitude: 23° 00' 24" S; Longitude: 44° 19' 05" W; Altitude: 6m). A Ilha Grande é a maior ilha do estado do Rio de Janeiro e a quinta maior ilha marítima do Brasil. Possui uma área de 193 km², com relevo acidentado e montanhoso, cuja maior elevação é o Pico da Pedra D'Água, com 1.031 metros. Suas costas são recortadas por inúmeras penínsulas e enseadas, formando várias praias. A vegetação é exuberante, formada por mata atlântica, mangue e restinga.

O acesso à Ilha Grande é feito a partir de diversos pontos no continente, já que as distâncias não são grandes. Contudo, o transporte regular normalmente parte de três principais locais: o porto de Angra dos Reis, a 25 Km do Abraão, normalmente utilizado pelos visitantes oriundos de São Paulo; o cais de Conceição de Jacareí, que representa a menor distância entre a rodovia Rio-Santos (BR-101) e o cais do Abraão (a 11,7 Km); e, por último, o cais de Mangaratiba, onde embarca normalmente quem visita a ilha a partir da cidade do Rio de Janeiro, como visto na Figura 1. (página seguinte)

Optou-se pela pesquisa exploratória descritiva, de natureza bibliográfica e documental, combinada com um estudo de campo que envolveu reportagem fotográfica e entrevistas em profundidade com os residentes, operadores de turismo e responsáveis por instituições públicas relacionadas à atividade turística.

As fotografias que retratam a Ilha Grande no passado foram obtidas a partir do acervo do jornal *Correio da Manhã*, disponíveis no Arquivo Nacional (AN); da revista *O Cruzeiro*, disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (BN) e do acervo do Museu do Cárcere, na Ilha Grande. Também foram fonte de consulta de documentos os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

Figura 1 – Principais rotas de travessia da Ilha Grande ao continente

Fonte: Ilha Grande (2017).

A Vila do Abraão, ou, como a ela se referem os autóctones, simplesmente “Abraão”, é a porta de entrada da grande maioria dos visitantes, uma vez que dispõe do principal terminal de ligação aquaviária com o continente, sendo aqui considerada o *locus* da observação. É a comunidade onde se concentra a maior parte das hospedarias, restaurantes, lojas de artesanato, de conveniências e agências de turismo que vendem seus passeios de barcos para toda a ilha. Pela concentração de pessoas – e consequente evidência dos impactos causados por estas – a Vila do Abraão é o recorte espacial da pesquisa deste estudo. Não se pode desprezar, contudo, observações sobre a Vila de Dois Rios por sua fundamental importância histórica no processo de povoamento insular, especialmente pela ligação intrínseca da vila com o sistema penitenciário.

Resultados e discussão

A região da Costa Verde vem se consolidando como destino turístico relativamente há pouco tempo. Com a queda na atividade pesqueira, observada a partir da década de 1970, e da de-

sativação do último presídio na ilha, em 1994, o turismo passa a ocupar a posição de destaque na economia insular.

A falta de infraestrutura na ilha já era vista como um problema ainda na década de 1970, prejudicando a vida cotidiana do morador; a inexistência de estruturas para o lazer fazia com que restassem as belezas naturais de suas praias como único atrativo. Este cenário ajudava a manter afastados os eventuais turistas: “Os ilhéus têm nas praias seu único lazer, pois o único cinema que havia na Vila do Abraão [...] está fechado há cinco anos, e se alguma diversão existe é só para os homens: duas maltratadas mesas de sinuca” (ILHA..., 1976).

Os ilhéus dependiam do presídio para quase tudo, desde a energia elétrica,³ gerada a partir da usina do presídio, até ao comércio, movimentado pelos visitantes dos presos e famílias dos funcionários do sistema carcerário.

A violência e as condições desumanas relatadas nas denúncias da imprensa (YOUTUBE, 2017a, 2017b, 2017c) – que muitas vezes gravavam ainda

3 Disponível apenas na Vila do Abraão e na Vila de Dois Rios (ILHA..., 1976).

mais violência entre os detentos –, especialmente durante as duas décadas finais de existência do Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), despertavam no imaginário popular a sensação de insegurança inerente aos grandes centros urbanos (AMORIM, 1994), afastando qualquer ideia de lazer, descanso ou férias, com uma verdadeira panela de pressão bem ao lado. Panorama social que começou a ser modificado com a desativação do IPCM:

Em 1994, junto com a retirada dos presos, todo o aparato administrativo da penitenciária foi desfeito; agentes e policiais transferidos para outros complexos penais e a região abandonada. No entanto, muitos dos ex-funcionários do Instituto Penal mantiveram suas moradias na ilha, onde nasceram, foram criados e se casaram. Lá também viveram seus pais e avós, da mesma maneira que hoje vivem seus filhos e netos. Alguns dos policiais que chegaram de fora também continuaram na região, uma vez que lhes foi permitido manter as casas oficiais. (SANTOS, 2006, p. 198).

A população da Vila de Dois Rios, essencialmente composta por pessoas ligadas ao sistema carcerário, estava acostumada com a rotina do presídio e por isso não desenvolveu uma cultura de atuação e participação política autônoma, sendo preservada, mesmo após a implosão dos prédios do complexo, a “cultura policialesca brasileira” (GOMES, 2006).

São percebidos na vila, mesmo que informal-

mente, os antigos métodos coercitivos herdados da hierarquia militar pelos ex-agentes do IPCM, quando se trata da manutenção da ordem e repressão aos crimes cometidos pelos “de fora”. “O nudismo, o atentado ao pudor, o uso de drogas ilegais e o homossexualismo” (GOMES, 2006, p. 235) são algumas das descrições que refletem a percepção dos delitos cometidos pelos turistas não apenas como um problema objetivo de degradação ambiental, mas também de caráter simbólico como atitudes contra os costumes dos nativos. Logo, se antes a vigilância da comunidade se voltava ao detento fugitivo, hoje está atenta ao comportamento dos visitantes.

Verifica-se então uma notória divisão em “antes e depois” do presídio no comportamento social dos moradores que atravessaram o período de transição do cárcere ao turismo. A mais evidente percepção, apesar de não haver infraestrutura hoteleira na Vila de Dois Rios, é a intensificação do fluxo de turistas, que pode chegar a 800 pessoas (*day-users*), originados, em sua maioria, da Vila do Abraão (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2012a).

A população fixa do Abraão vem crescendo desde o final da década de 1990, embora não se tenha percebido um aumento proporcional no número total de habitantes, o que levanta a hipótese de uma concentração demográfica na Vila do Abraão que pode estar associada ao aquecimento do setor turístico dos últimos anos.

Tabela 1 – Comparativo percentual da população fixa total da ilha X Abraão

	População Fixa Ilha Grande	População Fixa Abraão	% Abraão
Censo IBGE 1991	4.351	1.079	24,80 %
Censo IBGE 1993	4.363	1.139	26,11 %
Censo IBGE 2000	4.511	1.481	32,83 %
Projeção IBGE 2006	5.545	1.821	32,84 %
Censo IBGE 2010	5.021	1.971	39,25 %

Fonte: Adaptado de Instituto Estadual do Ambiente (2012b, p. 11-12) e Wunder (2006).

Complementando o entendimento acerca da evolução da atratividade turística da ilha, pode-se tomar como base os dados sobre a população flutu-

ante. A estimativa foi obtida a partir da análise de quatro diferentes grupos de visitantes, segmentados pela estrutura de estadia escolhida.

Tabela 2 – População flutuante na Ilha Grande em dois cenários sazonais

ANO BASE: 2010	Alta temporada (nov./mar.)	Picos da alta temporada (Carnaval e Réveillon)
Hospedados em pousadas, <i>hostels</i> etc.;	3.199	3.901
Hospedados em campings;	1.594	3.130
Outras hospedagens (casa de amigos, familiares, veraneio etc.)	3.210	3.985
<i>Day Users</i> (visitantes que não pernoitam na ilha)	2.156	2.422
TOTAL DA POPULAÇÃO FLUTUANTE	10.159	13.438

Fonte: Adaptado de Instituto Estadual do Ambiente (2012b, p. 14).

Numa comparação entre os resultados obtidos, verifica-se que a população total da ilha (somando-se população fixa e flutuante) representou 15.180 pessoas durante a alta temporada, excetuando-se deste período o réveillon e o carnaval, que representam os picos da estação. Nestes picos sazonais, a população total alcançou a marca de 18.459 pessoas naquele ano (INSTITUTO BRASILEIRO DE

GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Para a hospedagem desses visitantes, nota-se que o número de acomodações na Vila do Abraão é o dobro do total de leitos oferecidos em todas as demais localidades da Ilha Grande, acompanhando a tendência de concentração populacional no Abraão, que pode ser considerado um indício das transformações sociais que estão ocorrendo na ilha.

Tabela 3 – Número de leitos disponíveis na Ilha Grande

Localidade	Leitos em pousadas, albergues etc.	Leitos em campings	Leitos em outras hospedagens (casa de amigos, familiares, veraneio e outros)	TOTAL em 2010
Araçatiba	245	0	74	319
Aventureiro	0	480	0	480
Bananal	342	0	103	445
Enseada das Estrelas (Saco do Céu)	60	0	18	78
Enseada das Palmas	18	860	5	883
Matariz	80	0	24	104
Parnaioca	0	100	0	100
Praia Vermelha	116	0	35	151
Sítio Forte	123	0	37	160
Vila do Abraão	2.917	1.690	875	5.482
TOTAL	3.901	3.130	1.170	8.201

Fonte: Adaptado de Instituto Estadual do Ambiente (2012b).

Paralelamente aos sistemas de hospedagens citados, o fenômeno dos *day users* também deve ser considerado no desenho do visitante como parte da população flutuante. Diante deste cenário, a Tabela 4 indica a quantidade de atracções de navios transatlânticos em escala na Ilha Grande, comparado a Angra dos Reis. A inversão da quantidade de escalas ao longo dos anos indica a preferência da Ilha Grande como destino turístico de escala, frente à porção continental do município. Em sua análise, Santiago (2010, p. 107) chama atenção para “uma crescente preocupação com a questão, que impulsiona uma reflexão local sobre a presença dos

grandes navios de passageiros”. À primeira vista, um número maior de visitantes pode indicar um impulso econômico na atividade turística, mas a característica *all included* de grande parte dos navios garante que o turista satisfaça boa parte de suas necessidades por meio do serviço contratado. Cabe aqui então a reflexão sobre o papel deste turista como consumidor na ilha, que pode ser considerado negativo nos aspectos econômico e ambiental, mas que não deve ser evitado em razão do efeito propagandístico benéfico para o destino turístico (FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS, 2016).

Tabela 4 – Escalas de transatlânticos em Angra dos Reis e Ilha Grande

Temporada	Angra dos Reis	Ilha Grande	Maioria das escalas
2000/2001	0	0	-
2001/2002	16	0	Angra dos Reis
2002/2003	8	0	Angra dos Reis
2003/2004	0	0	-
2004/2005	14	0	Angra dos Reis
2005/2006	12	0	Angra dos Reis
2006/2007	61	0	Angra dos Reis
2007/2008	30	27	Angra dos Reis
2008/2009	7	35	Ilha Grande
2009/2010	25	66	Ilha Grande
2010/2011	40	28	Angra dos Reis
2011/2012	34	28	Angra dos Reis
2012/2013	32	38	Ilha Grande
2013/2014	25	42	Ilha Grande
2014/2015	18	43	Ilha grande
2015/2016	8	39	Ilha Grande
2016/2017	3	40	Ilha Grande

Fonte: Adaptado de BRASILCRUISE (2017).

Cabe ressaltar a dificuldade de mapeamento exato do número de embarcações que atuam na Baía da Ilha Grande. O relatório do INEA (INS-

TITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2012b, p. 51) cita como principais obstáculos a “forte informalidade nos negócios, [...] e um fluxo migratório

de embarcações que se dirigem a outras localidades em períodos de baixa estação” e a Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TURISANGRA) informa que:

Não há registros da quantidade de embarcações que operam com turismo náutico em Angra dos Reis. Uma vez que a Prefeitura de Angra, o Conselho Municipal de Turismo e o SEBRAE estão empenhados em um projeto de ordenamento e aprimoramento do setor, uma das primeiras ações deverá ser o dimensionamento da atividade. Dessa forma, está sendo elaborado a minuta de um decreto instituindo o cadastramento obrigatório de embarcações que atuam comercialmente com o turismo. Por essa proposta, os operadores deverão efetuar inscrição de sua frota na Fundação de Turismo de Angra dos Reis. No formulário, são solicitadas informações sobre a empresa e sobre a embarcação. A sistematização desses dados constituirá importante ferramenta no planejamento de projetos de infraestrutura, ordenamento e gestão ambiental. (FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS, 2016, p. 19).

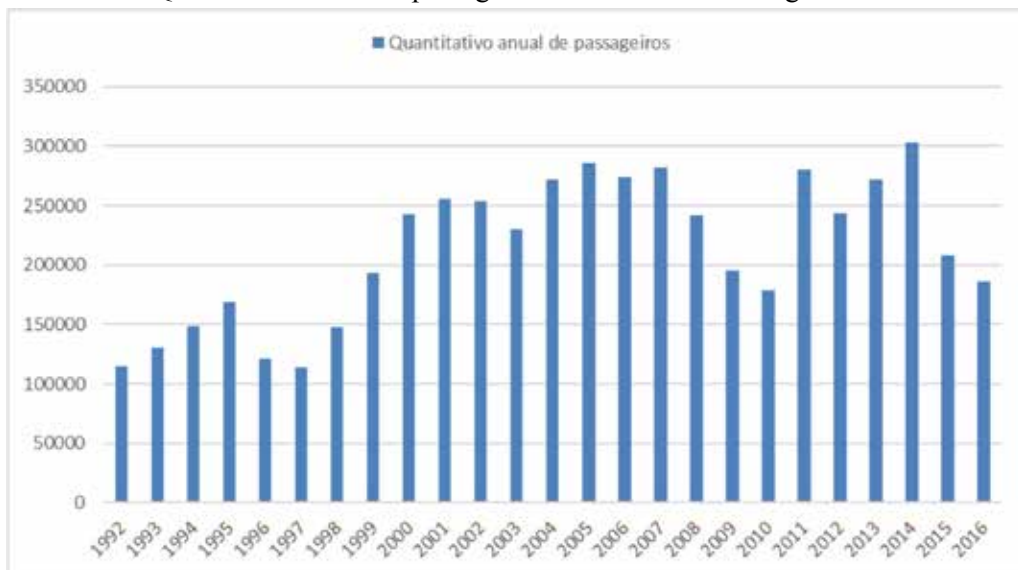
No grande número de ancoradouros identificados, especialmente na parte abrigada da ilha (norte), a oferta de embarcações particulares que fazem a travessia é cada vez maior, embora o Grupo CCR tenha o direito da exploração comercial do transporte público oficial por concessão do Governo

do Estado do Rio de Janeiro, que anteriormente pertencia à Barcas S/A:

Os visitantes chegam à Ilha Grande através de: I) barcas da Concessionária Barcas S/A, que detém uma concessão pública para explorar os trechos entre a Vila do Abraão e Angra dos Reis e Mangaratiba; II) escunas que partem dos atracadouros de Mangaratiba, Conceição de Jacaré e Angra dos Reis em horários que mudam ao longo do ano; III) embarcações de diversos tamanhos, que saem de vários atracadouros dos municípios de Mangaratiba e Angra dos Reis sem regularidade de horário e com preço a combinar; IV) lanchas particulares de lazer e barcos à vela e V) transatlânticos. Estima-se que apenas entre 15 a 20% dos visitantes cheguem à ilha por meio de transporte operado através de concessão. (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2012, p. 47).

O Gráfico 1 ilustra a evolução da quantidade de passageiros transportados na linha regular da concessionária CCR Barcas, na linha Mangaratiba–Abraão, desde o início da operação. O pico foi alcançado em 2014, quando a linha transportou 302.868 passageiros, como informado no relatório técnico 037/2017 da Câmara de Transportes e Rodovias da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP).

Gráfico 1 – Quantitativo anual de passageiros na linha social Mangaratiba–Abraão.



Fonte: Adaptado de Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (2017).

A inegável vocação natural do turismo na ilha é percebida por Gomes (2006), Prado (2003), Santiago (2010) e Wunder (2006) como uma substituição espontânea das atividades econômicas, frente à combinação entre a extinção do sistema carcerário e a diminuição da atividade de pesca. Apesar disso, não se pode desprezar o fato de que o crescimento do turismo já se fazia presente no início da década de 1990, o que pode ser constatado a partir de dois indicadores: transporte e hospedagem. Em 1992, 1993 e 1994 – ano da implosão do último complexo penitenciário da ilha – foram registrados respectivamente 114.812; 130.273 e 168.734 viagens na linha regular Mangaratiba–Abraão, e no mesmo período, Wunder (2006) descreve o aumento exponencial na oferta do número de camas e pousadas tanto em Abraão quanto na ilha como um todo.

Atualmente, o paraíso⁴ recebe turistas do mundo inteiro em busca de seus atrativos naturais e culturais. Existem hoje dez agências de turismo em operação na Ilha Grande, que oferecem pacotes de passeios marítimos, venda de passagens e translado de barco, caminhadas, mergulho, *transfer* e receptivos do aeroporto e rodoviária para a ilha.

O crescimento do turismo ao longo das duas décadas posteriores à desativação do presídio pode ser considerado como uma mudança inexorável. Seja pela tendência natural, que já demonstrava sinais isolados de mudanças nas dinâmicas econômicas, seja pela percepção dos visitantes que a ilha estaria mais segura sem os prisioneiros, o fato é que a Ilha Grande entrou em uma espécie de espiral de interesses.

Estimulados pelo interesse na proposta de lazer que motiva as viagens de 97% dos visitantes,⁵ empresários buscam satisfazer as necessidades dos consumidores, que, satisfeitos, em parte pelo serviço e em parte pela própria atratividade da natureza,

recomendam a ilha a outros consumidores. Estes, por sua vez, engrossam a estatística de visitantes, atraindo novos ou expandindo os negócios existentes na ilha.

Esse ciclo de crescimento econômico trouxe consigo os problemas observados na Ilha Grande ultimamente. Fala-se bastante, atualmente, em especulação imobiliária com o surgimento de pousadas e empreendimentos em busca de novas atrações turísticas na ilha. Durante uma das visitas para a pesquisa de campo, foi possível observar a movimentação intensa de carreteiros desembarcando os mais diversos gêneros de materiais para construção. O transporte de cimento, gesso, esquadrias de alumínio, tijolos e treliças de aço indicam que a construção civil está preparando a ilha para receber mais turistas na próxima temporada. Essa movimentação acontece longe dos olhos dos visitantes, já que em uma tarde de segunda-feira da baixa temporada, poucos eram os que estavam na Vila do Abraão. A atividade na vila, aliás, se dá em horários bem definidos: os horários de chegada e partida das barcas da concessionária. É possível acompanhar a movimentação dos agentes, interessados em recepcionar quem chega por essas embarcações. São oferecidos hospedagem, passeios de barco, opções de turismo de natureza ou mesmo o transporte com as malas até a pousada, já que a ilha não dispõe de veículos particulares.

A Vila do Abraão possui duas estruturas destinadas ao apoio da atividade náutica: a Estação Abraão, que é administrada pela TURISANGRA e atende aos passeios turísticos e embarcações particulares; e o Cais das Barcas, que é utilizado pela concessionária para a atracação das barcas das linhas regulares, bem como para o transporte de cargas e do lixo de toda a ilha, que segue dali para o continente (FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS, 2016). A frequente atividade de atracções no cais das barcas coloca em risco quem desembarca ou embarca no local, já que a estrutura da plataforma, embora interditada pela Defesa Civil do município de Angra dos Reis desde 2014, continuou operando parcialmente até maio de 2017.

4 A Ilha Grande recebe essa atribuição na publicidade e demais materiais organizados para difundir e estimular o turismo na ilha (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2012b).

5 De acordo com os dados da Fundação de Turismo de Angra dos Reis (2016), 3.323 turistas solicitaram informações sobre lazer na Ilha Grande. Apenas 109 declararam como “negócios” ou “outros” o motivo da visita.

Figura 2 – Cais do Abraão – detalhe da estrutura do cais em colapso, escorada por estacas de madeira enquanto carreteiros aguardam a próxima carga ancorar



Fonte: Acervo pessoal do autor (2017).

A responsabilidade pelo cais é motivo de atrito entre as esferas do poder público, pois não se sabe ao certo sobre sua propriedade, e este embate burocrático acaba impedindo a solução do problema. Em junho de 2017, a Fundação de Turismo de Angra dos Reis assumiu o compromisso de resolver o problema, em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, de onde viria o aporte financeiro para custear as obras. Entretanto, em razão do estado de calamidade financeira decretado pelo Governo Estadual em junho de 2016, as obras do cais ainda não foram iniciadas e todas as operações com embarcações na Vila do Abraão estão sendo feitas através da Estação Abraão. O pier de madeira recebeu então a adaptação de duas estruturas metálicas de reforço estrutural fixadas na base de concreto, assim as grandes embarcações não têm contato com o *deck* de madeira.

Figura 3 – Estrutura de proteção adaptada ao píer da Estação Abraão.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2017).

O aumento da concentração demográfica na Vila do Abraão também exigiu um ordenamento sanitário para o tratamento do esgoto e abastecimento de água potável. Os sistemas de esgoto sanitário na ilha são, de forma geral, rudimentares, como fossas ou sumidouros. O relatório de levantamento das informações, sistematização e análise crítica da situação atual das atividades turísticas na Ilha Grande destaca que:

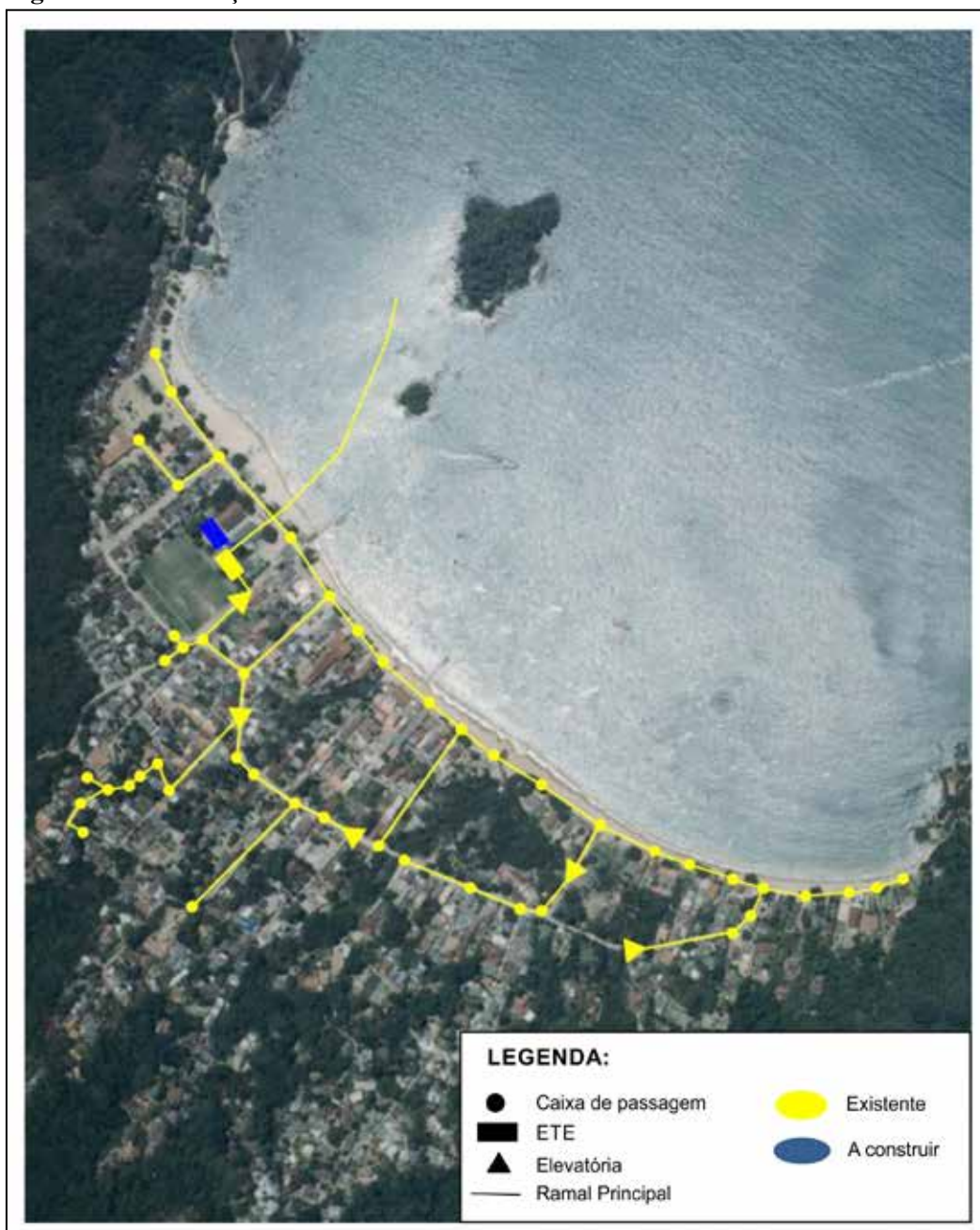
Soluções de esgotamento sanitário e seu tratamento apresentam condições de precariedade, sejam das suas instalações ou da própria operação do sistema, que imputam diversos problemas e impactos resultantes da falta de eficiência de remoção de cargas orgânicas, nutrientes e patógenos nestes sistemas. Assim, além de ocorrerem problemas físicos nos sistemas as consequências são bastante negativas quanto a contaminação dos recursos hídricos e também do comprometimento de condições ambientais quanto a poluição de cursos d'água e da região do estuário, trazendo implicações a saúde pública local. (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2012, p. 123).

Apenas a Vila do Abraão é atendida, mesmo que parcialmente, por uma estação de tratamento de esgoto (ETE), sob responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis (SAAE). Composta principalmente por um reator anaeróbio de fluxo ascendente (RAFA), o sistema possui dois problemas principais: na sua implementação não houve um programa de educação ambiental que ajudasse na conscientização da po-

pulação quanto ao despejo de produtos químicos nocivos aos agentes bacteriológicos que ajudam na decomposição da matéria orgânica, bem como materiais sólidos descartados na rede sanitária, que prejudicam o funcionamento do RAFA; e não foi previsto um plano de manutenção preventiva, sendo apenas consertado sob demanda.

Ao analisar a rede de coleta de esgotos na Vila do Abraão a partir do diagrama exibido na Figura 4, pode-se constatar que mais da metade da vila não dispõe do serviço de esgoto, corroborando a hipótese que os rejeitos destes imóveis sejam vazados diretamente nos rios que desembocam no Abraão.

Figura 4 – Localização e desembocadura do emissário submarino da ETE Abraão.



Fonte: Adaptado de Instituto Estadual do Ambiente (2012b).

Durante uma das visitas à ilha, essa falta de manutenção pôde ser comprovada. Na ocasião, em razão de um rompimento no emissário,⁶ o reator encontrava-se desligado para manutenção, despejando grande volume de esgoto a cerca de vinte metros da faixa de areia da praia do Abraão. Não foi verificado nenhum aviso sobre a restrição da balneabilidade. De acordo com o INEA (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2012b), os próprios moradores afirmam também que é possível identificar periodicamente na praia a pluma de dispersão do emissário submarino.

Figura 5 – Duto do emissário submarino da ETE Abraão e o local do rompimento indicado pelo esgoto vazado na praia.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2017).

O RAFA também sofre alterações em seu funcionamento devido às constantes faltas de energia na ilha, já que, quando desligado, serve apenas como uma caixa de passagem sanitária, ocasionando o transbordo de efluentes nas elevatórias que vazam para os córregos e rios da vila, que criam “línguas negras” na areia das praias do Abraão.

Após quase sete anos de expectativa, em 2016 foram iniciadas as obras do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), no Abraão. Orçado em R\$ 28 milhões, o projeto criado para fomentar o turismo previa um conjunto de melhorias estruturais na vila, como “dois novos sistemas de abastecimento de água e de saneamento e a urbanização da vila, com calçamento, drenagem, recuperação estrutural, construção de pontes, paisagismo e iluminação pública” (ANGRA DOS

REIS, 2016). As obras foram iniciadas em 2016, mas o repasse de recursos financiados pelo Governo Federal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), à Secretaria Estadual de Obras não foi autorizado, devido ao endividamento do Governo Estadual. Com previsão de inauguração em julho de 2017, verificou-se que a conclusão não cumpriria o cronograma de obras, já que até a última visita à ilha, em junho de 2017, o pátio de obras continuava fora de operação.

Além do esgoto, o lixo também é um problema visível na ilha, já que não existem condições técnicas (e aqui incluem-se as ambientais) para a construção de uma usina de beneficiamento de resíduos sólidos. A coleta na Vila do Abraão é realizada diariamente pelo sistema convencional, no qual o lixo recolhido é misturado e então transportado ao continente.

O efetivo conta com dezesseis pessoas na limpeza urbana e coleta, com o apoio de dois tratores, um caminhão basculante de 6/8m³ e oito carretas para acoplar aos tratores. Estas carretas, quando cheias, são estacionadas em um terreno próximo ao cais, aguardando a embarcação que faz o transporte dos resíduos ao continente. O lixo é então acondicionado em sacos plásticos padronizados pela empresa de coleta, a fim de evitar vazamentos tanto no cais quanto na embarcação, que podem terminar no mar.

O serviço de coleta demanda especial atenção durante a alta temporada:

Durante alta temporada a coleta é realizada por duas equipes, a área do comércio e restaurantes é coletada com o caminhão basculante e a área residencial com o trator e carretas. Em função desta dinâmica de trabalho, o serviço passou a terminar mais cedo na alta temporada, em torno de 14h, enquanto que anteriormente terminava à noite. Ainda durante a alta temporada, muitas vezes há necessidade do uso de dois barcos, um pequeno e um grande, fazendo duas viagens para o continente. Em geral, os resíduos são acondicionados em sacos plásticos de diversas dimensões e o armazenamento temporário até o momento da coleta se dá de diversas formas: diretamente no chão, em carrinhos, na árvore, em contentores, latões etc., ou seja, não há padronização para a apresentação dos resíduos à coleta. (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2012b, p. 163).

É possível observar, ao longo das principais ruas e de algumas trilhas da vila, lixeiras com a indica-

⁶ O emissário possui um diâmetro de 100mm e 500m de extensão, com capacidade de vazão aproximada de 1000m³/dia ou 7.500 usuários.

ção “papel”, entretanto não existe coleta seletiva na ilha. De acordo com a ONG Organização para a Sustentabilidade da Ilha Grande (OSIG),⁷ algumas iniciativas de educação ambiental já funcionaram como estímulo para que os moradores fizessem a separação do lixo orgânico do lixo seco, porém, como o material separado era misturado no barco de transporte ao continente, aos poucos a prática

foi sendo abandonada. Esta separação do lixo se faz necessária especialmente em outros povoados da ilha, onde a coleta não tem regularidade diária, como na Vila de Dois Rios, onde o caminhão recolhe quinzenalmente o lixo.

Além do lixo domiciliar, o gerenciamento dos resíduos sólidos na Vila do Abraão é administrado de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Gerenciamento de resíduos sólidos na Vila do Abraão, por tipo

Tipo de resíduo	Sistema de coleta	Destino final
Domiciliar	Porta a porta	Aterro sanitário Ariró
Óleo de cozinha	Ponto de entrega voluntária no SAAE; coleta em restaurantes credenciados.	Disque Óleo
Resíduos de saúde PACS Abraão	Coleta quinzenal no CS realizada pela mesma equipe e equipamento da coleta domiciliar; perfuro cortante em média 4 cx grandes do geral e 1 cx de lixo odontológico; lixo biológico 1 saco 100l/dia.	Transportados pela embarcação até o continente; existe coleta especial para os resíduos infectantes no cais de Angra
Podas	Mediante agendamento com a subprefeitura	O serviço de coleta de podas parou de ser realizado devido a ausência de local adequado para descarte destes resíduos na vila (até pouco tempo era descartado em vale ao lado da curva do Jacatirão na estrada para Dois Rios); há dificuldade em identificar local para instalação do triturador
Descartes Volumosos	Moradores devem guardar até o dia definido para coleta e, ou, agendar a coleta com a subprefeitura; Quinzenalmente a embarcação faz o recolhimento (conforme folheto entregue pela subprefeitura).	Há previsão de interrupção neste serviço, devido a dificuldades no orçamento municipal
Eletrônicos	Não foi identificado sistema de coleta especial destes resíduos.	É possível levar ao PEV em Angra; entrega no dia de coleta dos volumosos.

Fonte: Adaptado de Instituto Estadual do Ambiente (2012b).

Algumas iniciativas buscam minimizar os impactos do descarte desses resíduos. Desde 1989, a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande desenvolve atividades que buscam preservar o ambiente

natural da ilha, pelo trabalho de conscientização e educação ambiental promovido por brigadistas e voluntários. De acordo com os dados do último relatório anual de transparência da organização, 42 brigadistas atuavam em 8 localidades da Ilha Grande, sendo a distribuição do contingente proporcional à concentração de visitantes. Entre as diversas

⁷ Informação verbal. Entrevista obtida em 15 de maio de 2017 com o fundador da ONG, Nelson Palma.

atividades, os brigadistas mirins distribuem sacolas de papel aos visitantes e explicam a importância do descarte correto do lixo para a manutenção das areias e trilhas livres de rejeitos sólidos (BRIGADA MIRIM ECOLÓGICA DA ILHA GRANDE, 2014). Apesar do esforço contínuo na conscientização, não é difícil encontrar resíduos ao longo dos locais mais frequentados pelos visitantes, que fazem parte do circuito turístico do Abraão, uma das opções de lazer mais utilizadas pelos *day users*.

Um fenômeno recorrente que pode ser observado nas últimas trocas de gestão municipal é o acúmulo de lixo entre o réveillon e o carnaval. Por problemas contratuais, a empresa de coleta de lixo presta serviços até o último dia do ano, o que em uma mudança de gestão representa um vácuo entre o fim de um governo e o término do prazo para a licitação de um novo contrato. Durante este período, são amplamente divulgados na imprensa os problemas decorrentes do acúmulo de lixo. Em

fevereiro de 2017, uma força tarefa foi mobilizada para remover as mais de 200 toneladas de lixo acumulado na ilha, que produz diariamente 15 toneladas de resíduos (ANGRA DOS REIS, 2017). Os serviços de recolhimento de inservíveis, entulhos e restos de podas também estavam suspensos. Portanto, cabe aqui também a observação dos entulhos resultantes das obras tanto em imóveis residenciais como comerciais, na permanente preparação da ilha para receber cada vez mais visitantes no verão seguinte, já que estes também não recebem o destino adequado.

O Decreto nº 20.172, de 1994, instituiu o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA-Tamoios), criada pelo Decreto nº 9.452, de 1986 (ANGRA DOS REIS, 1994). O plano adotou medidas regulatórias quanto à ocupação da área e do exercício de atividades prejudiciais ao meio ambiente, dividindo a APA em quatro zonas, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição das zonas da APA Tamoios

ZONA	DESCRIÇÃO	SIGLA
I	Zona de Vida Silvestre	ZVS
II	Zona de Conservação da Vida Silvestre	ZCVS
III	Zona de Ocupação Controlada	ZOC
IV	Zona de Influência Ecológica	ZIE

Fonte: Adaptado de Angra dos Reis (1994).

A criação da APA Tamoios impôs regras rígidas que desencorajavam possíveis modificações no cenário natural da área, entretanto, no revés desta vertente, o então governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral Filho publicou, em 2009, o Decreto nº 41.921 (RIO DE JANEIRO, 2009), que liberava áreas para construção dentro dos limites da APA Tamoios, sendo sacrificadas as ZCVS. A suspeita de interesses escusos na decisão do governador resultou em uma denúncia do ato ao Ministério Público Federal, encaminhando-a ao Supremo Tribunal Federal, ainda sem decisão sobre deferimento. A sociedade mobilizou-se em torno do tema, exigindo um diálogo mais transparente, e o governo manteve então o decreto sem aplicação até que o conselho gestor da APA Tamoios concluísse o Plano de Manejo.

No início de 2012, entretanto, a área ambiental do Governo Estadual apresentou uma proposta de finalidades das zonas completamente diferente das anteriores. O jornal *O Eco* publicou uma edição especial em setembro de 2012, onde denunciava que:

O cerne da inusitada proposta consistia na liberação de áreas supostamente degradadas (o que não se comprova, nem de longe) para a construção de hotéis e pousadas de grande porte e resorts ou condomínios de luxo. A notação das áreas passou a ser Zonas de Interesse de Ocupação Hoteleira (ZITH) e as Zonas de Interesse Residencial e de Turismo (ZIRT), mais tarde alteradas para Zonas de Interesse para Equipamentos Turísticos. (ILHA..., 2012, p. 04).

O temor dos moradores baseava-se na hipótese destas iniciativas “privatizarem” a ilha, servindo aos interesses de grandes grupos econômicos

cujos resultados normalmente conflitam com a preservação do ecossistema. A preocupação com o agravamento dos problemas decorrentes do grande fluxo de visitantes, citados anteriormente, incentivou o Governo do Estado do Rio de Janeiro a propor uma Parceria Público Privada (PPP) para gerir a Ilha Grande. O projeto foi concebido sem a consulta aos representantes das organizações sociais da ilha e foi recebido como uma ingerência opressiva, novamente com objetivos econômicos se sobrepondo à preservação ambiental. No site do projeto, chamado Parceria Ilha Grande, é enfatizada “a melhoria dos mecanismos para enfrentar os desafios do desenvolvimento”, e que a PPP:

É a solução mais adequada para atrair capitais privados para a prestação de serviços e a implementação da infraestrutura pública, acelerando

os volumes de investimento necessários para a **modernização da prestação de serviços** públicos e melhorando a experiência dos beneficiários da atuação governamental. **O modelo [...] pretende aproveitar todo o potencial turístico da Ilha Grande para ser convertido em recursos a serem aplicados em: infraestrutura pública, serviços integrados e de qualidade e oportunidades econômicas aos moradores.** Tudo de forma a não comprometer as características naturais e históricas da ilha. (ILHA GRANDE PARA TODOS, 2016, grifo nosso).

As informações na página do projeto, entretanto, não são claras no esclarecimento de quais atividades turísticas serão exploradas e como será empreendida esta exploração. O fluxograma apresentado na Figura 6 traduz, numa didática simplista, a ideia central do projeto.

Figura 6 – Fluxograma PPP Parceria Ilha Grande.



Fonte: Ilha Grande para Todos (2016).

No intuito de endossar o clamor dos habitantes da ilha, a Prefeitura de Angra dos Reis enviou ofício ao governador demonstrando acreditar no projeto Ilha Grande Sustentável, desenvolvido pelo INEA, que cria o Sistema de Ordenamento Turístico Sustentável para harmonizar o manejo sustentável dos recursos naturais com a atividade turística. Este é um modelo participativo através de uma comissão de acompanhamento, composta por agentes da comunidade encarregados de intermediar as demandas dos moradores e as intervenções possíveis junto ao órgão.

As entrevistas com os moradores mantiveram atualizadas as constatações de Prado (2003) e San-

tiago (2010), quando suas afirmações sustentavam a ideia dos moradores favoráveis à cobrança de uma taxa de visitação, desde que esta seja revertida em melhorias para a ilha. Esta afirmação corrobora também a necessidade de um diálogo mais próximo com a comunidade e da adoção de uma gestão mais participativa.

Considerações finais

As atividades turísticas trouxeram ganhos econômicos inegáveis para os ilhéus, com novas e diversificadas fontes de ingressos monetários, com a criação de novos e melhores postos de trabalho,

com a valorização e dinamicidade conferida ao artesanato local, com os incrementos quantitativos incorporados à construção civil na ilha e com a abertura de novas possibilidades para empreendimentos diversificados. É positivo implementar e fortalecer o vínculo entre os pescadores remanescentes, os maricultores e os restaurantes locais (gastronomia), o que poderá proporcionar ganhos substanciais aos três setores.

Observa-se um grande descompasso entre o número crescente de turistas que aportam na Ilha Grande e os progressos da infraestrutura básica capaz de suportar tais afluxos. Isso se consubstancia nas insuficiências de: saneamento básico, abastecimento d'água potável, disponibilidade e constância no fornecimento de energia elétrica, coleta e destinação do lixo urbano, reuso dos rejeitos da construção civil, consciência ecológica dos moradores, dentre outros aspectos.

Em parte, essa situação é fruto das profundas e rápidas transformações a que foram submetidos os ilhéus, algumas delas eivadas de boas intenções, mas míopes com respeito às consequências do radicalismo que lhes originou ideologicamente; como as que, ao criar as áreas de preservação, retiraram dos ilhéus o direito de praticar a agricultura de subsistência, que era parte integrante de sua cultura e modo de vida há muitos anos e, com isto, forçaram-nos a adotar a única alternativa factível para a subsistência e/ou sobrevivência econômica,

que foi a de aderir às lides turísticas – atividade nova, mas motora sob o ponto de vista econômico.

Há um choque cultural visível entre o “antes” e o “depois” do turismo, que não se restringe às diferentes gerações de ilhéus, tampouco ao local geográfico de moradia, mas que confronta uma cultura caiçara própria porque mesclada com a policialesca advinda das estruturas prisionais existentes na ilha; mas que não pode ser atribuída somente ao turismo, pois é inegável o efeito simultâneo dos veículos de comunicação de massa capitaneados pela televisão nos hábitos e modos locais.

A educação ecológica é insipiente e insuficiente. É difícil para os ilhéus, pelos próprios antecedentes culturais originados na agricultura de subsistência, avaliar e mensurar os impactos ambientais negativos que vêm com o turismo não ecologicamente regulamentado. As Brigadas Mirins Ecológicas constituem um esforço educativo válido, porém insuficiente; é necessário expandir atividades assemelhadas a toda a população da Ilha Grande. É importante, para consubstanciar a educação ecológica, que os serviços públicos de coleta e destinação do lixo e dos resíduos sejam ecologicamente adequados.

A falta de protagonismo da população local, conjugada com a brasileiríssima tolerância, inviabiliza tomar seu destino em suas próprias mãos e resulta no esperar providências do Estado; situação que põe em risco ecológico o futuro da Ilha Grande.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AGETRANS). **Quantitativo de passageiros transportados na linha regular Mangaratiba–Abraão, de 1992 a 2016**. Rio de Janeiro, 2017.

AMORIM, C. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

ANGRADOS REIS. **Estado contrata empresa para obras do Prodetur no Abraão**. 2016. Disponível em: <https://www.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=49916&IndexSigla=imp>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. **Decreto nº 20.172**, de 01 de julho de 1994. Instituiu o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoiós, localizada no Município de Angra dos Reis, criada pelo Decreto nº 9.452, de 05/12/86. Angra dos Reis, RJ, 1994. Disponível em: <http://www.angra.rj.gov.br/sapo/_uploads/SAD/doc/concurso/Decreto_estatual_20172_94.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. **Prefeitura cria força tarefa para limpar a Ilha Grande**. 2017. Disponível em: <http://www.angra.rj.gov.br/imprensa_noticias_release.asp?vid_noticia=52559&indexsigla=iim>. Acesso em: 26 jun. 2017.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 21-46.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico do Turismo - dados e fatos 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/download/440_268262d9bdef3912cbdea85a0599e997.html>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASILCRUISE. Associação Brasileira de Terminais de Cruzeiros Marítimos. **Escalas**. Disponível em: <<http://www.brasilcruise.com.br/Escalas.asp>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

BRIGADA MIRIM ECOLÓGICA DA ILHA GRANDE. **Relatório de atividades 2014**. Angra dos Reis, RJ, 2014. Disponível em: <<http://brigadamirim.org.br/wp-content/uploads/2016/11/rel-2014-auditoria.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS (TURISANGRA). **Ordenamento do turismo náutico: cenários e proposições**. Angra dos Reis, RJ, 2016.

GOMES, M. M. A natureza sob vigilância: Etnoecologia e ethos penitenciário na Ilha Grande. In: PRADO, R. M. (Org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamond/EDUERJ, 2006. p. 221-250.

GURSOY, D. Et al. Resident attitudes: a structural modeling approach. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 1, p. 79-105, jan. 2002.

HAWKINS, D. I.; MONTHERSBAUGH, D. L.; BEST, R. J. **Comportamento do consumidor: construindo a estratégia de marketing**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ILHA GRANDE. **Mapas**. Disponível em: <<http://www.ilhagrande.com.br/mapas/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ILHA Grande: um paraíso sem infraestrutura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1976. Plantão Globo, p. 8.

ILHA Grande: um paraíso ameaçado. Desleixo do poder público ou interesses escusos? **O Eco**, Angra dos Reis, RJ, n. 160, set. 2012. (Edição especial).

ILHA GRANDE PARA TODOS. **Como irá funcionar**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ilha-grandeparatodos.rj.gov.br/como-ira-funcionar/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual de Serviços 2014**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas_2014_v16.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. **Censo 2010**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://mapasinterativos.ibge.gov.br/grade/default.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). **Decreto Estadual nº 15.273**, de 26 de junho de 1971. Cria o Parque Estadual da Ilha Grande. Rio de Janeiro, 1971. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdq4/~edisp/inea0048971.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. **Decreto Estadual nº 40.602**, de 12 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a ampliação, ratificação e consolidação do Parque Estadual da Ilha Grande, localizado no município de Angra dos Reis, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdi2/~edisp/inea0026734.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. **Produto IV – Avaliação da capacidade de suporte na Ilha Grande**. Rio de Janeiro, 2012a.

_____. **Produto III – Levantamento das informações, sistematização e análise crítica da situação atual das atividades turísticas na Ilha Grande**. Rio de Janeiro, 2012b.

JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

KOTLER, P. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

- LOHMANN, G.; NETTO, A. P. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.
- LOVELOCK, C. **Marketing de serviços**: pessoas, tecnologia e resultados. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2006.
- MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- OLINTO, G.; MEDEIROS, A. L. S. Capital social e biblioteca pública. In: ALBAGLI, S. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Ibict, 2013.
- OLIVEIRA, E. S. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local**: o caso de Itacaré–Bahia. 2008. 153f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, BA, 2008.
- PRADO, R. M. Tensão no paraíso: aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-9, 2003. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/25/23>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Decreto Legislativo nº 41.921**, de 19 de junho de 2009. Altera o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios, localizada no Município de Angra dos Reis, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/02ac6f279b568e24832566ec0018d839/59e283f68c6ff25c8325764f007662ad?OpenDocument>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- SAMARA, B. S. **Comportamento do consumidor**: conceitos e casos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
- SANTIAGO, A. M. A. **De “Caldeirão do diabo” a “paraíso ecológico”**: a conversão da Ilha Grande. 2010. 264f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.
- SANTOS, M. S. A construção da violência: o caso da Ilha Grande. In: PRADO, R. M. (Org.). **Ilha Grande**: do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: Garamond: EDUERJ, 2006. P. 191-220. p. 191-220.
- SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor**: comprando, possuindo e sendo. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**, v. 29, n. 2, p. 245-249, 1999.
- SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.
- YOUTUBE. Jornal da Manchete. **O presídio da Ilha Grande**. Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AqktGbknESQ>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- _____. Fantástico. **Presídio da Ilha Grande – parte 1**. Rio de Janeiro, 2017b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P7Ixf1BuwfY>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- _____. Fantástico. **Presídio da Ilha Grande – parte 2**. Rio de Janeiro, 2017c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8IVTE9tD0bo&t=7s>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (WTTC). **Travel & Tourism Economic Impact 2016**. 2016. Disponível em: <<https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2016/brazil2016.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- WUNDER, S. Modelos de turismo, florestas e rendas locais. In: PRADO, R. M. (Org.). **Ilha Grande**: do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: Garamond: EDUERJ, 2006. p. 133-190.

Recebido em: 29/01/2018

Aprovado em: 30/07/2018

Artigos



INFÂNCIA NO CONTEXTO PRISIONAL: REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS EDUCATIVOS E DIGNIDADE HUMANA

*Marilúcia Antônia de Resende Peroza (UEPG)**

RESUMO

O texto apresenta uma discussão sobre os processos educativos de crianças que vivem a infância no contexto prisional na companhia de mães que cumprem pena de privação de liberdade. Considera-se sua invisibilidade perante a sociedade e no próprio sistema penitenciário. O estudo realizado no ambiente materno-infantil de um presídio feminino no estado do Paraná, de abordagem qualitativa, efetivou-se por meio de observação participante, entrevistas narrativas e estudo documental tendo como base Rousseau (2014), Goffman (2005), Kant (2007, 2013) e Comparato (2010), entre outros. Defende-se que os processos educativos vivenciados no cárcere podem contemplar as especificidades do desenvolvimento da criança e sua dignidade humana, contudo, vê como necessária a efetivação da lei de medidas alternativas de cumprimento de pena para mulheres grávidas e/ou com crianças pequenas sob sua responsabilidade.

Palavras-chave: Criança. Infância. Dignidade humana. Sistema prisional. Processos educativos.

ABSTRACT

CHILDHOOD IN THE PRISON CONTEXT: REFLECTIONS ON EDUCATIONAL PROCESSES AND HUMAN DIGNITY

This article presents a discussion on educational processes of children that spend their infancies in the prison context in the company of their mothers who are serving a sentence of deprivation of liberty. The study, justified by the invisibility of these children to the society and to the penitentiary system itself, was carried out in the child-mother unit of a female prison in the state of Paraná. With a qualitative research method, the data was collected through participant observation, narrative interviews, and document review, having, as theoretical basis, authors such as Rousseau (2014), Goffman (2005), Kant (2007, 2013), Comparato (2010), among others. The analysis show that the educational processes experienced in confinement can contemplate the specificities of child development and human dignity, however, the implementation of the law of alternative measures to imprisonment for pregnant women and/or mothers of young children under their responsibility is necessary.

Keywords: Child. Childhood. Human dignity. Prison system. Educational processes.

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: malu.uepg@gmail.com

RESUMEN

INFANCIA EN EL CONTEXTO PRISIONERO: REFLEXIONES SOBRE PROCESOS EDUCATIVOS Y DIGNIDAD HUMANA

El texto presenta una discusión sobre los procesos educativos de niños que viven la infancia en contexto carcelario en compañía de madres que cumplen pena de privación de la libertad. Se considera su invisibilidad ante la sociedad y en el propio sistema penitenciario. El estudio realizado en el ambiente materno-infantil de un penal femenino en el estado de Paraná, de carácter cualitativo, ese realizó a través de observación participante, entrevistas narrativas y estudio documental teniendo como base a Rousseau (2014), Goffman (2005), Kant (2007, 2013), y Comparato (2010) entre otros. Defendemos que los procesos educativos vividos en la cárcel pueden contemplar las especificidades del desarrollo de los niños y su dignidad humana, a pesar de esto, vemos como necesario el cumplimiento efectivo de la ley de medidas alternativas de cumplimiento de pena para mujeres embarazadas y/o con niños pequeños bajo su responsabilidad.

Palabras clave: Niño. Infancia. Dignidad humana. Sistema penitenciario. Procesos educativos.

Introdução¹

Nas últimas décadas, tem-se ampliado as discussões a respeito do lugar que a criança ocupa na sociedade. As diferentes áreas do conhecimento têm-se empenhado em estabelecer um diálogo com o universo infantil, tomando a criança não mais como objeto de pesquisas, mas como participantes ativos em seus processos de investigação. A criança, assim, assume novo status nos campos da Sociologia, da Psicologia, da Pedagogia, entre outros. Por outro lado, o reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos tem promovido a construção de uma série de políticas públicas a fim de garantir-lhes meios para o pleno desenvolvimento. No entanto, à revelia de seu status frente aos campos de estudos ou no âmbito dos direitos, grupos de crianças seguem invisíveis e à margem da sociedade. É o que acontece com as crianças que nascem e vivem parte de sua infância no contexto prisional pelo fato de suas mães cumprirem pena de privação de liberdade.

Recentemente, a presença de mães presas com seus filhos enquanto aguardam julgamento foi no-

ticiada, de modo especial por ter exposto o caso de uma mulher, personalidade pública, cujos advogados solicitaram o cumprimento de pena alternativa, em virtude da acusada ser mãe de uma criança com idade inferior a 12 anos. O julgamento do caso levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a considerar a Lei de Medidas Cautelares, Lei nº 12.403/2011 (BRASIL, 2011), que prevê penas alternativas às presas provisórias, grávidas ou que tenham filhos pequenos sob sua responsabilidade. Este caso, no entanto, reabriu a discussão ocasionando uma decisão da Corte, em fevereiro de 2018, que beneficiou mais de 4 mil mulheres detidas em cadeias e presídios. Esta decisão, entretanto, não elimina o problema relacionado à presença das crianças no ambiente prisional no território brasileiro, por um lado, pela morosidade na efetivação da legislação, por outro, por não se aplicar a presas condenadas, àquelas que ofereçam perigo, ou cujo crime seja considerado hediondo.

A existência de crianças no ambiente prisional provoca tanto a indignação, devido às condições de privação de liberdade em que vivem, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990), quanto indagações sobre como se dá o processo educativo dessas crianças e os impactos para o seu desenvolvimento. Ampliando a reflexão, é possível questionar sobre

¹ Projeto de Pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP-PUCPR), por meio do Parecer CEP nº 707.662, de 11/06/2014. Todas as participantes da pesquisa foram informadas e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando sua participação e a de seus filhos no estudo.

as formas de interação delas com a instituição, as relações de afeto e os vínculos estabelecidos, enfim, que experiências vivenciam naquele ambiente de/ para adultos.

Este artigo apresenta dados de uma pesquisa que buscou compreender os processos educativos que as crianças vivenciam no interior de uma penitenciária feminina no Paraná, a única do estado que possui uma estrutura para receber mulheres grávidas e com seus filhos pequenos, nascidos no período de espera de julgamento e/ou cumprimento da pena. O objeto de estudo provoca certo estranhamento, uma vez que para muitos é improvável a presença de crianças no cárcere. No entanto, a permanência das crianças no espaço prisional está inscrita na Lei de Execução Penal,² Lei nº 7.210 (BRASIL, 1984), de 11 de julho de 1984, que prevê, no parágrafo 2º do artigo 83, que “os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade”, e define a idade máxima de permanência da criança em seu Artigo 89: “a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestantes e parturientes e de creche para abrigar crianças de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa”.

Ainda que a Lei de Execução Penal (LEP) permita a permanência da criança até os sete anos de idade com sua mãe, de modo geral, as instituições penais têm tentado garantir a permanência durante o período mínimo de lactação, ou seja, até os seis meses. A penitenciária na qual a pesquisa foi desenvolvida faz um trabalho interdisciplinar de conscientização junto às mulheres para que, aquelas cujos familiares tenham condições de cuidar, encaminhem seus filhos antes de completarem três anos de idade, exceto em casos em que as mães não possuam alternativas de encaminhamento. De acordo com a direção da penitenciária, a maioria das mães progrediam de regime, para a semiliberdade, antes que as crianças completassem três anos.

No que se refere à estrutura e organização do

tempo de mulheres e crianças no espaço prisional, de modo geral, os bebês até os seis meses ficavam com as mães nas celas da Galeria A, tendo uma média de 40 minutos a duas horas de banho de sol diariamente, no pátio do espaço materno-infantil da PFP.³ Já as crianças maiores de seis meses permaneciam neste espaço todo o tempo e as mães, organizadas em duplas fixas, revezavam-se nos horários de manhã e tarde para cuidar das crianças. À noite essas crianças ficavam sob os cuidados da agente penitenciária de plantão. Ainda que não estivesse no projeto inicial da pesquisa, o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), frequentado por um grupo de 8 crianças da penitenciária, foi inserido como *locus* complementar na investigação por trazer elementos significativos sobre os impactos do sistema prisional no desenvolvimento da criança.

Para defender a tese de que as crianças que vivem no contexto prisional estão inseridas em um processo educativo e que este pode ser pensado a partir das especificidades de seu desenvolvimento e pautados nos princípios da dignidade humana, foi necessária uma trajetória de pesquisa que permitisse a aproximação e análise da realidade prisional. Sendo assim, tomou-se como base a abordagem qualitativa da pesquisa que, de acordo com André (1995, p. 17), possibilita ao pesquisador uma “visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”. A partir desta abordagem, optou-se por iniciar a pesquisa com a imersão no ambiente prisional, tendo a observação participante como um instrumento que permitiu o envolvimento com a realidade e os sujeitos, mediado pelo fazer cotidiano. Esta estratégia metodológica permitiu, também, conhecer os bebês e crianças pequenas, que possuem um modo peculiar de estabelecer a comunicação. Assim, Lüdke e André (1986, p. 26) defendem que:

Usada como principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita o contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado. [...] A observação direta

2 A Lei de Execução Penal, em vigor desde 1984, obteve nova redação por meio da Lei nº 11.942 (BRASIL, 2009), de 28 de maio de 2009, para atender de maneira específica a condição de mulheres e de seus filhos.

3 O aqui denominado “espaço materno-infantil” era conhecido como creche pelas agentes penitenciárias e pelas mulheres. Contudo, não se caracterizava como tal devido à ausência de profissionais capacitados e às especificidades de sua organização e funcionamento, que obedeciam às orientações estritamente de segurança.

permite também que o observador chegue mais perto da ‘perspectiva dos sujeitos’, um importante alvo nas abordagens qualitativas.

Participaram da fase de observação cerca de 60 mulheres que frequentavam o espaço materno-infantil, entre agentes penitenciárias, equipe administrativa, equipe de trabalho e mulheres-mães que cumpriam pena de privação de liberdade ou aguardavam julgamento. Foram observadas 18 crianças que viviam no espaço materno-infantil, com idade entre cinco meses e 3 anos, sendo que, desse total, 8 crianças eram atendidas no CMEI. As observações foram sistematizadas em forma de registros diários sobre as vivências evidenciadas nas relações estabelecidas naquele espaço. Estes registros fundamentaram a organização das entrevistas, das categorias de análise e a compreensão a respeito do processo educativo das crianças.

As observações foram seguidas das entrevistas narrativas, que se constituem, segundo Jovchevitch e Bauer (2008, p. 95), “uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas”. Estas entrevistas se caracterizam por valorizar o relato oral como uma via para conhecer uma realidade de forma aprofundada. Para as entrevistas narrativas foram selecionadas 7 mulheres-mães que frequentavam o espaço materno-infantil, 4 agentes penitenciárias, dentre elas a diretora do presídio, e 4 profissionais do CMEI. As entrevistas possibilitaram trazer o olhar dos sujeitos a respeito da vivência no espaço prisional, bem como da vida das crianças naquele ambiente e fora dele. Observar as crianças, ouvir mulheres-mães e profissionais que conviviam com elas possibilitou conhecer os modos como o nascer e viver no cárcere interferem nos processos educativos das crianças e perceber as necessárias mudanças para que possam se desenvolver plenamente.

O uso desses instrumentos metodológicos resultou em uma quantidade significativa de dados, principalmente discursivos. Desta forma, recorreu-se à análise de conteúdo como uma possibilidade para estudar a temática em suas significações e para a categorização dos elementos mais significativos da pesquisa. A análise de conteúdo consiste em uma metodologia de tratamento e estudo de dados expressos em diferentes formas de comunicação,

ou seja, os discursos emitidos em diferentes linguagens – orais, escritas, de imagens ou gestos, entre outros. Para Bardin (1977, p. 30), a análise de conteúdo se revela como um conjunto de estratégias cujo objetivo é trazer rigor à leitura do real e possibilitar uma compreensão da comunicação para além de seus significados imediatos.

A análise referente às condições em que esse grupo de crianças vive a infância considerou a invisibilidade das crianças no sistema penitenciário traduzida em uma quase total negligência em relação às especificidades de seu desenvolvimento e aos princípios da dignidade humana. A invisibilidade das crianças no âmbito do sistema prisional pode ser comprovada pela ausência e imprecisão de dados sobre quem e quantas são essas crianças no Brasil (SANTA RITA, 2007; SIMÕES, 2013), informações que não constam nos relatórios oficiais do Departamento Penitenciário (DEPEN). Fora dos relatórios, as crianças acabam por não serem foco de políticas propostas pelo sistema.

Na análise dessa realidade, o processo educativo é concebido como um percurso contínuo, vivenciado pelos sujeitos a partir das relações estabelecidas com a família, com outras crianças e adultos, e com a comunidade à qual pertencem. Nesta perspectiva, compreende-se a educação em seu sentido mais amplo: como processo que se vive ao longo da vida, permeado por determinantes internos aos sujeitos, mas fortemente impactados por sua relação com fatores externos, tais como: a classe social, a organização política e econômica, as condições de acesso aos bens culturais e aos equipamentos sociais, entre outros.

As discussões a respeito da dignidade humana evidenciam um conceito em constituição. Construída ao longo do tempo e modificando-se com as sociedades, a dignidade humana vem se forjando enquanto um valor intrínseco ao ser humano sendo sistematizado, a partir do século XX, no ordenamento jurídico como direitos fundamentais. Ainda que o valor agregado ao ser humano esteja presente na ordem do discurso desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, na França, é na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que se estabelece enquanto normativa. Para Comparato (2010, p. 43), “o caráter único e

insubstituível de cada ser humano, portador de um valor próprio veio demonstrar que a dignidade da pessoa existe singularmente em todo indivíduo”. Sendo assim, parte-se da compreensão de que para além do ordenamento jurídico, a humanidade presente na criança se revela no fato de que, chamada à existência, compartilha com os demais seres humanos da mesma condição: inclui-se na espécie, possui uma natureza humana, faz parte de um momento histórico, insere-se em uma cultura, pertence a um grupo social, aprende nas interações o que é e como viver.

O presente texto pretende apresentar, inicialmente, uma caracterização das crianças que vivem no espaço materno-infantil da penitenciária e alguns dados sobre os possíveis impactos deste ambiente no desenvolvimento das crianças. Em seguida, debate-se a relação mãe e filho no interior do sistema prisional e as implicações para os processos educativos da criança. Por fim, discute-se os impasses e contradições que permeiam a vivência da maternidade e da infância no cárcere nos limites da violação dos direitos e da dignidade humana como elementos para (re)pensar a presença de crianças no espaço prisional.

Os processos educativos da criança no contexto prisional

A compreensão a respeito dos processos educativos vividos pelas crianças no cárcere deve considerar as profundas contradições engendradas no âmbito da sociedade capitalista cujo sistema político, social e econômico produz uma massa cada vez maior de sujeitos que estão à margem dos processos produtivos. Estas contradições se evidenciam de forma cruel nas relações de poder estabelecidas no interior do sistema prisional, onde a descaracterização dos sujeitos (GOFFMAN, 2005) e o desrespeito à dignidade humana se naturalizam (LEMGRUBER, 1983). Neste ambiente hostil, percebe-se que à margem está a criança, vulnerável e destituída de seus direitos, dentre eles o da liberdade e da oportunidade de vivenciar dignamente a infância. No entanto, neste espaço, as crianças estabelecem relações concretas com seus pares, com os adultos e com o sistema e suas regras, relações que constituem a base de um processo

educativo. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que é possível pensar uma proposta educativa que possibilite práticas e interações pautadas no respeito às especificidades do desenvolvimento infantil e nos princípios da dignidade humana, no entanto os dados indicam a necessidade de possibilitar às mães medidas alternativas de cumprimento de pena que não impliquem no encarceramento da criança.

Algumas pesquisas (AZEVEDO, 2010; BRITO, 2007; GALVÃO, 2012; ORMEÑO, 2013; SANTA RITA, 2007) têm pautado a invisibilidade da mulher privada de liberdade no contexto prisional. Todavia, a invisibilidade da criança se torna maior, uma vez que, no conjunto de dados divulgados pelo Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen), não há referências sobre o número de crianças que nascem e vivem neste ambiente. O levantamento nacional de dados do Infopen Mulheres 2014 (BRASIL, 2016b) informa que houve uma tentativa de saber o número de filhos de presos, por reconhecerem que o encarceramento dos pais causa impactos na vida dos filhos. Assim, inseriram uma questão no formulário encaminhado às Unidades Penais, mas menos de 20% delas informaram este dado, o que pode ser interpretado como uma informação negligenciada pelas instituições prisionais. O último relatório do Infopen (BRASIL, 2017)⁴ traz, pela primeira vez, dados referentes aos filhos de presos e presas no Brasil. Mas esclarece:

A informação sobre a quantidade de filhos das pessoas privadas de liberdade no Brasil estava disponível para apenas 9% da população prisional (ou 63.971 pessoas). [...] Dada a baixa representatividade da amostra coletada, não é possível extrair conclusões para a totalidade da população prisional no Brasil. (BRASIL, 2017, p. 39).

Os dados imprecisos referentes à quantidade de crianças filhas de detentos e daquelas que nascem e ficam com suas mães no interior do sistema prisional demonstra a invisibilidade desta população para a estrutura penal brasileira. De acordo com Santa Rita (2007), a falta de informações sobre a realidade de mulheres e crianças neste contexto

4 Divulgado em 08 de dezembro de 2017, traz dados referentes ao ano de 2015 e primeiro semestre de 2016, período que antecedeu as rebeliões que marcaram discussões referentes à condição do aprisionamento no país e revelaram a ausência de dados precisos sobre a população carcerária.

se constitui como a primeira dificuldade para as pesquisas. Em seu estudo constatou, por meio de questionários enviados às unidades prisionais femininas, que havia 289 crianças em 37 das 79 unidades que responderam, sendo a maioria na faixa etária de 0 a 6 meses (SANTA RITA, 2007, p. 105).

Quando da realização do estudo aqui tratado, em julho de 2015, o número de crianças atendidas na penitenciária girava em torno de 40,⁵ sendo a maioria na faixa etária entre zero e seis meses, atendendo a uma idade máxima de três anos. As mulheres grávidas eram direcionadas para o Complexo Médico Penal (CMP) até que tivessem a criança. Segundo a diretora, naquele momento havia cerca de 20 gestantes no CMP aguardando a transferência após o parto. Ao chegarem com seus bebês, as mulheres eram direcionadas à “Galeria A”, ala específica dentro da Administração, longe das demais mulheres privadas de liberdade. Era composta de oito celas com dois metros quadrados que abrigavam duas mulheres com seus bebês em cada uma; e uma cela maior que acolhia até seis mulheres com suas crianças.

Nas observações, constatou-se que a rotina das crianças seguia aquela proposta às mulheres. Acordavam às 5h da manhã, tomavam o café, saíam para o pátio coberto ou parque enquanto as mulheres limpavam o espaço; às 10h almoçavam, às 10h30 dormiam; às 11h voltavam para o pátio ou parque, às 14h lanchavam, às 16h30 jantavam e às 18h dormiam. Durante a noite, as crianças menores de 6 meses ficavam com as mães nas celas; já as que viviam no espaço materno-infantil ficavam sob os cuidados da agente de plantão. Ressalta-se que, naquele período, uma agente penitenciária era responsável por 18 crianças durante a noite.

Uma análise dos impactos desse cotidiano sobre as crianças deve considerar quem são os sujeitos infantis e suas especificidades. É preciso compreender que a criança possui formas peculiares de expressar sentimentos e dizer o que sentem. Rousseau (2014) compreende que a criança, desde muito pequena, é capaz de estabelecer uma comunicação com as pessoas e com o ambiente por meio de linguagens que lhes são comuns. No

corpo e nas expressões revelam suas necessidades e sentimentos:

Durante muito tempo se procurou saber se havia uma língua natural e comum a todos os homens. Sem dúvida, existe uma: é a que as crianças falam antes de saber falar. Não é uma língua articulada, mas é acentuada e inteligível. [...] À linguagem da voz junta-se a do gesto, não menos enérgica. Esse gesto não está nas débeis mãos das crianças, está em seus rostos. [...] A expressão das sensações está nas caretas e a expressão dos sentimentos está nos olhares. (ROUSSEAU, 2014, p. 53).

Na medida em que cresce, a curiosidade da criança pelas coisas e pelos fenômenos se caracteriza pela busca por conhecer e se apropriar do mundo. Nesta perspectiva, encontramos em Wallon (2015) a compreensão de que desde muito pequena a criança estabelece uma comunicação com o meio a partir de movimentos corporais, através dos quais se aproxima dos outros e expressa suas necessidades. O seu desenvolvimento se constitui a partir da inter-relação dos fatores biológicos e do contexto social em que o indivíduo está inserido. Neste caso, a organização do ambiente, a linguagem e os elementos simbólicos da cultura são apreendidos e expressos no corpo, revelando suas interpretações e necessidades. Nos bebês e crianças pequenas, a linguagem se evidencia em balbucios, olhares, expressões corporais, silêncios, choro e tantas outras formas (WALLON, 2015).

Um traço marcante nas crianças do espaço materno-infantil é a expressão do olhar. Nelas, o olhar curioso para o mundo está presente, ainda que seja um lugar com limites tão demarcados e experiências tão repetitivas, onde o olhar para o outro, aquele que não compõe o cotidiano, causa estranhamento e medo. Durante o período de observações, percebeu-se o quanto os olhos delas eram expressivos e capazes de revelar alegria ou tristeza, surpresa, medo ou desconforto, como evidenciado no relato a seguir:

É perceptível o modo como as crianças nos olham desconfiadas, arredias, até que se acostumem conosco. Quando as interpelamos, primeiro baixam a cabeça desviando os olhos, fogem e algumas saem chorando, buscando a mãe ou outra pessoa com quem têm relação próxima. (OBSERVAÇÃO 2 – 11.02.15).

5 O número é impreciso devido à dinâmica de movimentação de mulheres em razão do julgamento e da progressão de pena.

O ato de baixar os olhos podia significar, às vezes, submissão, outras vezes, desconfiança em relação a determinada situação. No ambiente prisional, as mulheres são proibidas de olhar diretamente para os olhos das autoridades (guardas, diretora, profissionais) e visitantes e, raramente, observava-se trocas de olhares entre as mães e seus filhos. Como um elemento simbólico, o olhar expressa um comportamento socialmente definido naquele contexto. No cotidiano do espaço materno-infantil, muitas vezes, o olhar da criança substituíam a fala e a iniciativa de sair ou de se aproximar do que se desejava.

Eram evidentes as marcas presentes nos modos como as crianças viam o mundo e estabeleciam relações com aquele ambiente. Por se tratar de um espaço de segurança, as oportunidades de descobrir e explorar o exterior eram quase inexistentes. A escassez de experiências comuns a qualquer bebê ou criança pequena, como ir ao supermercado, brincar com um animal, passear pela rua, demarcava lacunas importantes nas experiências que possibilitavam o seu desenvolvimento. Essas lacunas se expressavam, por exemplo, nas formas de diálogo e nos elementos simbólicos que permeavam as experiências de linguagem vivenciadas a partir do ambiente materno-infantil, característica ressaltada pelas professoras do CMEI:

Eles são mais quietos. O Manoel, ele fala muito, mas ele repete imagens, ele produz imagens do que ele vê. Então ele fala coisas muito repetitivas, ele não forma frase, não conta histórias, ele não conta experiências de vida. Eles não trazem pra gente muitas experiências. A maioria vem, eles te contam que foram passear, que foram... na verdade eles não têm, né? Eles não têm momento de lazer. Porque ali é muito fechado pra eles, não tem, assim... por conta disso eles não trazem, por não vivenciarem. Falta muito a vivência deles, de histórias pra poder relatar. Para eles o imaginário é comprometido. Porque, de onde vem o imaginário da criança? Das histórias que a mãe conta? Do que eles vivenciam? Dos passeios? (MARIA⁶ – PROFESSORA).

Para Vygotsky (1989), a linguagem e o pensamento se articulam no âmbito do contexto socio-

cultural, tendo como base de sua constituição a inter-relação dos aspectos cognitivos e afetivos, naquilo que ele denomina como “plenitude da vida”, ou seja, na integralidade da criança e em sua relação com o ambiente, “cada ideia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento da realidade ao qual se refere” (VYGOTSKY, 1989, p. 7). Seus estudos consideram a atividade da criança um recurso para o desenvolvimento de seus processos mentais.

No relato da professora do CMEI, evidencia-se uma marca significativa dos impactos do sistema sobre as crianças: o limite do diálogo, os silêncios, as repetições, características que permeiam as relações no sistema prisional. Sendo o silêncio uma forma de exercer o controle sobre as mulheres, essa prática era reproduzida na relação dos adultos com as crianças. Os silêncios se faziam sentir nas ausências em relação às narrativas relacionadas a suas histórias de vida e de suas famílias, às expressões de sentimento de mãe para filho e vice-versa. Também no uso constante da chupeta que calava, recurso imprescindível para acalmá-las em momentos de crise, principalmente à noite, quando estavam longe da mãe. Experiências que fazem refletir sobre a constituição de sujeitos que vivem sob a égide dos limites impostos pelo sistema.

Um outro aspecto a ser analisado consiste no movimento, uma das linguagens da criança. Ao defender que as crianças são ativas e que o movimento é necessário ao seu desenvolvimento, Rousseau (2014) criticava as atitudes de imobilizá-las em faixas e panos, o que era comum na época. Para ele, “viver não é respirar, mas agir; é fazer uso de nossos órgãos, de nossos sentidos, de nossas faculdades, de todas as partes de nós mesmos que nos dão o sentimento de nossa existência” (ROUSSEAU, 2014, p. 16). A vida e os impulsos da criança se revelam no movimento, na busca curiosa pela experiência de conhecer.

As experiências das crianças no interior do sistema estavam, em grande medida, circunscritas pelos processos disciplinares presentes em seus elementos materiais e simbólicos. Os limites do movimento e das experiências se expressavam nas grades que cercavam o espaço externo e as janelas dos quartos; nos ritos de baixar os olhos e colocar as mãos para trás diante das autoridades;

⁶ Os nomes dos sujeitos da pesquisa foram omitidos, atribuindo-lhes outras denominações como forma de manter sigilo sobre a identidade dos participantes.

no silêncio e no uso constante da chupeta e do carrinho. A disciplina do corpo e da vontade se constituem como meios de controle, chegando a ser uma prática naturalizada, como descrito a partir da observação:

Compartilho com a educadora minhas preocupações referentes ao uso constante de carrinho, que imobiliza a criança, e o fato de elas não brincarem muito. Ela disse que o carrinho é usado como uma forma mais ágil no cuidado de duas crianças que não andam. As agentes penitenciárias sempre alertam sobre o fato de deixar a criança muito no colo prejudicar em momentos em que elas têm que cuidar de todas juntas no período noturno. Isso faz com que sempre preparem as crianças, e a si mesmas, para ‘subir creche’,⁷ ou seja, torná-las o mais independente das mães para minimizar sofrimentos posteriores. (OBSERVAÇÃO PFP 6 – 20.02.15).

Na disciplina do corpo e das vontades da criança, nos limites de suas necessidades de afeto e cuidados, uma forma de preparar para um futuro quase imediato: o dia que deixaria a cela para ir ao espaço materno-infantil; que deixaria o peito para usar a mamadeira e começar a comer; que deixaria o carrinho para andar... o que se constituía como uma forma de conformar as crianças às regras do sistema, e nunca vivenciar plenamente o tempo presente. No entanto, nos interstícios dos acontecimentos cotidianos, elas comunicavam seus desgostos e revelavam os modos como percebiam o ambiente, seus medos e necessidades. Nos bebês, as percepções se expressavam, via de regra, no choro e no constante adoecimento; nas crianças pequenas, a impaciência e irritabilidade revelavam que aquele espaço ficara pequeno e que havia algo além dos muros, um lugar para o qual as “guardas” e os visitantes iam e de lá voltavam.

Foi possível perceber que, apesar de ser uma oportunidade de convivência com a mãe, o espaço prisional impunha vários condicionantes à constituição dos sujeitos, por ser um espaço de adultos e para o cumprimento de sua pena. Por consequência, esses condicionantes impactavam no processo educativo das crianças, uma vez que

se estabeleciam em um espaço de violência simbólica, longe do convívio com a sociedade mais ampla, da organização de seu grupo social e das oportunidades para seu pleno desenvolvimento. Por outro lado, para muitas mulheres e crianças, aquele ainda era o ambiente mais seguro que lhes podia ser propiciado.

A relação mãe e filho no cárcere: implicações para os processos educativos da criança

A população prisional brasileira tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. De acordo com dados do Infopen (BRASIL, 2017), entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento aumentou em 157%. Um estudo produzido pelo Ministério da Justiça (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2014) divulgou a situação alarmante a que homens e mulheres presos estão sujeitos no Brasil. Nesta publicação, denunciaram-se as dificuldades em se obter informações acerca da população carcerária brasileira, em virtude da pouca presteza e interesse dos responsáveis pela administração penitenciária nos estados em consolidá-los e divulgá-los. Além disso, o Infopen reconhece que existe deficiência de dados sobre o perfil das mulheres em privação de liberdade, provocando a invisibilidade de suas demandas específicas. Esse fator é evidenciado no levantamento de 2014 – Infopen Mulheres 2014 (BRASIL, 2016b), que não apresenta informações quanto ao número de mulheres grávidas ou com filhos dentro do sistema, ainda que a grande maioria delas esteja em idade reprodutiva.

As lacunas referentes aos dados têm sido contrapostas, nos últimos anos, com o aumento do interesse pelas pesquisas que tratam da condição da mulher privada de liberdade, revelando que existe um atendimento ineficiente, ainda pautado na supremacia do masculino e na discriminação em razão do gênero. Para Simões (2013, p. 31), a presença da mulher no sistema prisional “suscita questões específicas, particulares e ainda desconhecidas por parte de muitos estudiosos que se dedicaram, historicamente, à abordagem do tema sob o ponto de vista do indivíduo do sexo masculino, privado de liberdade”. Na mesma direção, Santa Rita (2007, p. 62) afirma que as unidades penais para mulheres,

⁷ O termo “subir creche” refere-se ao momento em que as crianças deixam as celas das mães e vão para o espaço materno-infantil, caracterizando o fim da amamentação e a separação dos cuidados exclusivos da mãe. Isso ocorria com as crianças por volta dos seis meses de idade.

arquiteticamente, não consideram suas peculiaridades, pois são construídas para abrigar homens. Alocadas em instalações improvisadas, grande parte delas está em celas ou alas femininas dentro de complexos masculinos, havendo poucos espaços apropriados à sua condição de mulher e mãe.

Vale ressaltar que dentre os prejuízos acarretados com o encarceramento da mulher, a desagregação familiar pode ser considerada o maior deles, pois, na maioria das vezes, a mulher é a principal responsável pelo sustento e cuidado dos filhos. Presas grávidas, em alguns casos, são obrigadas a entregar os bebês aos familiares, abrigo ou adoção, mesmo antes de se cumprirem os seis meses definidos pela legislação como período mínimo para a amamentação. Essa realidade poderia ser minorada se fosse cumprida a legislação que preserva mães e crianças dessa ruptura – Lei de Medidas Cautelares (BRASIL, 2011), Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2002), no seu Art. 5º, e Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984),⁸ para citar algumas.

Considerados esses dilemas e tomando como referência uma unidade prisional que permite, por um tempo maior, a convivência entre as mães e os filhos que tiveram durante o período de detenção, é possível analisar os condicionantes impostos pelo sistema prisional e que permeiam a experiência da maternidade, a construção de vínculos entre mãe e bebê e os impactos nos processos educativos das crianças.

O sistema prisional é visto por Goffman (2005, p. 22) como “estufas para mudar pessoas”, por propor um processo constante de destituição e de reconfiguração do eu. Os estabelecimentos prisionais se caracterizam enquanto espaço de poder que, tendo a disciplina como principal mecanismo para atuar sobre os indivíduos, impacta em seus processos de subjetivação. O controle e a sujeição daqueles que se tornam objetos de punição configuram-se dentro de um processo de descaracterização do eu. Goffman (2005, p. 23-24) afirma que, de modo geral, ao se inserirem como internados em instituições totais,⁹ os sujeitos passam por diferentes fases até

se adaptarem ao ambiente. Para ele, as instituições totais não substituem algo já formado pela “cultura específica” do indivíduo, no entanto, criam uma constante tensão entre as experiências vividas fora do espaço de reclusão e o mundo institucional, proporcionando uma força estratégica de controle, pautada na “mutilação do eu”.

Desse modo, a entrada no sistema prisional pressupõe uma ruptura com a vida externa à instituição, caracterizada por algumas perdas. Para Goffman (2005, p. 27), a perda mais significativa talvez não esteja relacionada aos aspectos físicos ou aos bens e comodidades que porventura se tinha no ambiente externo, mas de algo que marca a identidade: o nome. Assim, após tornarem-se um número, as mulheres começam um processo de privação que passa pela destituição da feminilidade e o distanciamento da família e da sociedade. Conforme Goffman (2005, p. 24), o isolamento social se constitui como um elemento do processo de mutilação do eu. Ainda que nos sistemas prisionais não haja imposição explícita do isolamento, visto que são permitidas visitas periódicas das famílias, veladamente, são colocados impeditivos ou obstáculos que levam, gradualmente, ao total abandono das mulheres encarceradas.

O sentimento de abandono impacta significativamente a vida da mulher que vivencia a experiência da privação de liberdade. Esse fator tem sido abordado em diversos estudos (GALVÃO, 2012; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015; SANTA RITA, 2007) que tratam do encarceramento feminino, permitindo considerar que esta experiência está profundamente relacionada à condição feminina. Para Simões (2013, p. 40), “o efeito psicológico do abandono social agrava a pena sobre a mulher encarcerada e tem consequências sérias para sua reintegração na sociedade e na família ao ser libertada”. Isso porque, na maioria das vezes, os laços familiares e de afeto com os filhos são rompidos durante o cumprimento da pena. Além disso, que uma mulher que cometeu um crime internaliza a visão que dela faz a sociedade, julgando-se uma pessoa sem moral, um

as instituições sociais que apartam os indivíduos da sociedade inserindo-os por determinado tempo em uma vida fechada, sob uma administração formal e rigorosa. Ele considera como instituições totais, por exemplo, os manicômios, as prisões e os conventos.

8 Essas legislações têm avançado no que se refere ao reconhecimento das especificidades da mulher grávida ou que tem criança pequena sob sua responsabilidade. Contudo, na prática, essas possibilidades ainda não são integralmente atendidas, criando inúmeras situações de violação de direitos para mulheres e crianças.

9 Instituição total é um termo cunhado por Goffman para nomear

indivíduo “que não presta” (LEMGRUBER, 1983, p. 86) e que, portanto, não é um bom exemplo para os filhos. Isso pode ser constatado na fala de Anita:

Ah, é pesado, né? [Ela começa a ficar com os olhos marejados]. Porque minha família não liga pra mim [começa a chorar]. Eu esperaria mais apoio, porque minha família tá longe, a gente tá presa. Eu sei que eles não têm culpa do que a gente fez. [...] Ah, uma carta, sei lá, a gente acaba ficando sozinha [choro com revolta]. Mas eu não culpo eles não, porque eu errei, né, então eu que tenho que pagar pelo que eu fiz e ir pra frente, né? Eu tenho que aprender e nunca mais voltar pra cá. (ANITA – MÃE).

Pode-se presumir que o sentimento de abandono, a autoimagem negativa e a percepção de não ser uma referência positiva podem interferir na constituição da criança e de seu processo educativo no cárcere. Somam-se a estes outros aspectos que influenciam a formação da criança, tais como a privação de um contato com outros membros familiares; a ausência da figura masculina nos processos de constituição de identidade e de papéis sociais; a mãe enquanto uma referência destituída de autoridade e de autonomia diante do poder e da regulação do sistema; o convívio constante com os sentimentos de revolta e/ou de abandono da mãe.

As formas como se configuram as relações maternas interferem no desenvolvimento da criança. Piccinini e colaboradores (2008, p. 63) afirmam que, no período da gravidez, a mulher passa por um processo de mudanças nos aspectos biológicos, somáticos, psicológicos e sociais, que podem influenciar a dinâmica psíquica individual, bem como as relações que a gestante estabelece em seu meio. Assim, uma gravidez tranquila e bem acompanhada no que se refere à saúde, alimentação e afetividade pode influenciar significativamente na relação estabelecida entre a mãe e o bebê no puerpério. De acordo com Chagas (2004), pesquisas da Neuropsicologia voltadas para a educação, salientam os necessários cuidados com o bebê, ainda no ambiente uterino, como forma de preservar e estimular o desenvolvimento neuropsicomotor, fundamental para as aprendizagens da criança. Os fatores a serem observados incluem uma alimentação saudável, afeto, acompanhamento da saúde da mãe e do bebê, evitar situações de estresse e uso

de drogas, dentre outros. Em uma análise desses fatores, Chagas (2004) enfatiza que:

O desenvolvimento humano depende da interação entre a natureza e a criança. Há pouco tempo a crença era de que os genes com os quais nascemos determinavam o desenvolvimento do cérebro e que deste dependia a nossa relação com o mundo. As novas descobertas mostraram que o desenvolvimento iniciado antes do nascimento é influenciado por fatores ambientais, incluindo o tipo de criação, cuidado, estimulação oferecida à criança. (CHAGAS, 2004, p. 39).

O caso das mulheres privadas de liberdade que estão grávidas se apresenta como uma realidade bastante peculiar. Elas e seus bebês vivenciam esse período em condições adversas e expostas a momentos fortes de estresse, angústia e medo. Alguns condicionantes apontam para fatores de risco para a mãe e o bebê: sob a tutela do Estado, estão à mercê do precário atendimento oferecido em termos de saúde, alimentação e estrutura física à gestante e puérpera; sob a ordem jurídica, a maioria das mulheres, de modo especial as grávidas ou com seus bebês, são presas provisórias e poderiam cumprir pena alternativa até o julgamento. No relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as pesquisadoras assim se posicionam:

Defendemos a tese de que toda gestação no espaço prisional é uma gravidez de alto risco, logo, bastaria a comprovação de situação de prisão da mulher para a aplicação da modalidade domiciliar prevista no inciso IV artigo 318 do Código de Processo Penal, mesmo antes do sétimo mês de gestação. [...] Ademais, o exercício de maternidade em situação de prisão aparece de forma geral mediado e controlado pelas instituições de controle. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015, p. 22).

Assim, ressalta-se a necessidade e as inúmeras possibilidades de penas alternativas para mulheres grávidas ou com crianças pequenas sob sua responsabilidade. Algumas mulheres, como Simone, ressaltam a necessidade de possibilitar cumprimento da pena de outras maneiras que não na prisão, um direito que muitas delas desconhecem:

Você tá condenada, querendo ou não, a gente tem filho, não só aqui dentro, mas a gente tem filho lá fora. Eu acho, sim, que a gente poderia, sim, arru-

mar alguma coisa pra ter uma nova chance. Não visando, assim, ser absolvida do seu crime. Arrumar uma prisão domiciliar pra você, tipo assinar um termo pra você não ficar na rua. Outra coisa que você possa cumprir que não seja ficar aqui. Não por nós, mas pelos filhos. Dizer não, fez coisa errada, fez, mas tem uma criança, então vamos dar uma chance pra essa pessoa tentar reintegrar na sociedade. Vamos colocar uma tornozeleira no pé dela, tem que se apresentar, tem que trabalhar, me apresenta a carteira de trabalho registrada, todo mês você vem aqui e se apresenta periodicamente pra gente te ver. Então, eu acho que teria que ter outras alternativas. (SIMONE – MÃE).

No caso do Paraná, naquele momento, as gestantes eram levadas para o Complexo Médico Penal até que tivessem o bebê. Elas relataram que lá vivenciaram experiências de uso de algemas no parto, fome, falta de atendimento médico e exames, tratamento desumano e uma estrutura física precária durante a gestação. Para as mulheres, o uso de algemas durante o parto aparece como o ápice da degradação e de humilhação, uma vez que, com dor, sem forças e em um momento de extrema vulnerabilidade, ainda estavam imobilizadas.

Uma das mulheres, ao ser questionada sobre como foi o parto, respondeu: ‘Péssimo!’ ‘E por quê?’, pergunta a educadora. Ela responde: ‘*Imagina, com dor, algemada, com um atendimento precário, pensei que ia morrer!*’ (OBSERVAÇÃO PFP 2 – 11.02.15).

A suspensão do uso de algemas durante o parto foi determinada pelo Decreto nº 8.858 (BRASIL, 2016a), de 27 de setembro de 2016, que no artigo 3º estabelece:

É vedado emprego de algemas em mulheres presas em qualquer unidade do sistema nacional durante o trabalho de parto, no trajeto da parturiente entre a unidade prisional e a unidade hospitalar e após o parto, durante o período em que se encontrar hospitalizada.

Uma experiência traumatizante e desnecessária, que só recentemente passou a ser negada por lei.

As reflexões sobre a experiência da gestação materna e os primeiros anos de vida da criança no contexto prisional apontam as inúmeras implicações para o desenvolvimento da criança, reforçando, mais uma vez, a necessidade de considerar

as medidas alternativas como via de minimizar estes impactos. Essa perspectiva encontra mais relevância quando se analisam os paradoxos que permeiam a vivência da maternidade e as primeiras experiências da infância no contexto prisional.

Paradoxos da maternidade e da infância no sistema prisional: entre a violação de direitos e a dignidade humana

Compreender os processos educativos da criança de zero a três anos implica, necessariamente, considerar sua relação com a mãe, ou pessoa que exerça a função materna, a partir da qual ela se insere nas outras relações sociais. Nesta trajetória que envolve uma construção bio-psico-sócio-cultural, as interações têm um papel fundamental na constituição da criança. Os vínculos estabelecidos na infância contribuem para uma vivência sadia nas demais relações que vão se desenvolver ao longo da vida. A relação entre mãe e criança, no interior do sistema prisional, está permeada por contradições que se evidenciam nas legislações, nas tomadas de decisão referentes às crianças e mulheres, no tratamento a elas dispensado, nas relações de poder, dentre outras. A fim de compreender as possibilidades e as limitações oferecidas pelo sistema no estabelecimento de vínculos entre mães e crianças, essas contradições precisam ser consideradas.

Para tanto, cabe iniciarmos fazendo referência à concepção de dignidade humana que rege as relações sociais na contemporaneidade. O conceito referente à dignidade humana, e sua atribuição aos sujeitos, pode ser considerado como em vias de constituição. Isso porque sua compreensão vem se constituindo ao longo do tempo e delineando os elementos que configuram as relações humanas no âmbito das sociedades. Historicamente, o que fundamentou a igualdade entre todos os seres humanos foi inicialmente a percepção da pessoa como imagem e semelhança de Deus. Posteriormente, no âmbito filosófico, primeiro pelos sofistas e depois pelos estoicos, afirmou-se que o fundamento universal da igualdade entre os homens estava na natureza, uma vez que, por ser o homem parte da natureza, traz em si o princípio da liberdade. No entanto, o movimento antropocêntrico da moderni-

dade buscou na razão os fundamentos para justificar a essência humana e, com Kant, tem-se uma nova elaboração teórica a respeito do conceito de pessoa como sujeito de direitos universais.

O postulado ético de Kant pressupõe que somente um ser racional é capaz de agir segundo leis ou princípios e que este ser racional tem vontade e capacidade de agir com uma finalidade, o que denominou de razão prática. Para o filósofo, a representação de um princípio objetivo, obrigatório, para uma vontade formula-se enquanto um imperativo. Por sua vez, os imperativos se caracterizam como hipotéticos, quando se referem a uma necessidade prática para alcançar algo desejado; ou categóricos, quando representam uma ação com um fim em si mesma (COMPARATO, 2010). Segundo Kant (2013, p. 31), “o imperativo categórico, que em geral só enuncia o que é obrigatório, é: aja conforme a uma máxima que possa valer ao mesmo tempo como uma lei universal”. Dessa premissa decorre toda a compreensão kantiana do princípio ético no qual se afirma que o ser humano existe com um fim em si mesmo e não como um meio. Nesta perspectiva, Kant (2007, p. 68, grifo do autor) afirma:

Os seres cuja existência depende, não em verdade da nossa vontade, mas da natureza, têm, contudo, se são seres irracionais, apenas um valor relativo como meios e por isso se chamam *coisas*, ao passo que os seres racionais se chamam *pessoas*, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos, quer dizer como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, por conseguinte, limita nessa medida todo o arbítrio (e é um objecto do respeito). Estes não são portanto meros fins subjectivos cuja existência tenha *para nós* um valor como efeito da nossa acção, mas sim *fins objectivos*, quer dizer coisas cuja existência é em si mesma um fim, e um fim tal que se não pode pôr nenhum outro no seu lugar em relação ao qual essas coisas servissem *apenas* como meios; porque de outro modo nada em parte alguma se encontraria que tivesse *valor absoluto*; mas se todo o valor fosse condicional, e por conseguinte contingente, em parte alguma se poderia encontrar um princípio prático supremo para a razão.

Kant (2007) defende que a dignidade da pessoa não se revela apenas no fato de ser considerada e tratada como um fim em si mesma e não como meio para que se alcance uma finalidade. A dignidade

está inscrita no fato de que o ser humano, por sua vontade racional, vive em condições de autonomia, sendo capaz de guiar-se por sua consciência e pelas leis que se impõe. Neste sentido, Comparato (2010, p. 34, grifo do autor) afirma que a ética kantiana parte do pressuposto de que “todo homem tem *dignidade* e não um *preço*, como as coisas. A humanidade como espécie, e cada ser humano em sua individualidade, é propriamente insubstituível: não tem equivalente, não pode ser trocado por coisa alguma”.

A premissa kantiana vem justificando o reconhecimento das liberdades individuais, bem como dos direitos humanos vinculados às políticas públicas em âmbito econômico e social. Ela ressalta o valor relativo das coisas ao passo que se contrapõe ao valor absoluto da pessoa humana que, na contemporaneidade, se expressam na descoberta do mundo dos valores que passam a ocasionar transformações nos fundamentos da ética. Neste sentido, o pensamento filosófico a partir do século XX vem referenciando uma visão existencialista do ser humano, ressaltando sua singularidade e unicidade, sua historicidade e seu contexto.

O caminho que leva à compreensão da criança enquanto sujeito de direitos no âmbito normativo tem seu início em meados do século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, e que revela uma longa trajetória de elaboração teórica proclamando, em seu artigo VI, que todo ser humano tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa. Posteriormente, foi referendada na Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, e reafirmada na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989. No Brasil, esta compreensão se confirma na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

No entanto, há uma distância considerável entre os direitos proclamados no ordenamento legal e os contextos concretos de vida das crianças. Isso porque, de modo geral, as crianças ainda não são devidamente consideradas em suas especificidades uma vez que a sociedade não consegue reconhecer nelas a humanidade que não é respeitada nas relações humanas mais amplas. Assim, a criança só possui status de sujeito de direitos no âmbito do

discurso, mas não em sua condição humana. Esse paradoxo se expressa concretamente, por exemplo, quando se busca soluções para a situação das crianças no interior do sistema prisional.

Uma das justificativas para a permanência da criança com sua mãe no cárcere está relacionada à possibilidade de propiciar ao bebê o direito à amamentação e, com este direito, possibilitar a criação de vínculos. Contudo, o fato de assegurar esse direito não garante, por exemplo, que esses momentos estejam cercados da tranquilidade e do afeto que merecem; ou que a mãe terá alimentação, higiene e estrutura física que lhe permita a qualidade necessária a este ato. Winnicott (1999, p. 21) afirma que,

O ‘seio bom’ é um jargão que, de modo geral, significa uma maternidade e uma paternidade satisfatórias. Enquanto evidência dos cuidados prestados ao bebê, podemos dizer, por exemplo, que o ato de segurá-lo e manipulá-lo é mais importante, em termos vitais, do que a experiência concreta da amamentação.

Além da amamentação, outro fator considerado positivo, está na garantia de uma estrutura básica de atendimento à criança que possibilite os cuidados iniciais para mãe e filho. No entanto, dados do Infopen Mulheres 2014 (2016b, p. 20) informam que “a prevalência de certos perfis de mulheres (baixa escolaridade, negras) no sistema prisional revela a discrepância das tendências de encarceramento de mulheres no país e reforça o já conhecido perfil da população prisional geral”. Ou seja, a mulher presa, majoritariamente, advém das camadas mais empobrecidas da sociedade. A situação de vulnerabilidade que experimentariam fora deste ambiente leva a considerar que, de certa forma, no cárcere as crianças estão protegidas e tendo garantidas as necessidades básicas de segurança, alimentação, saúde e moradia.

Possibilitar a presença da criança no ambiente prisional traz, também, como ponto positivo o fato de amenizar o sentimento de abandono e solidão vivenciado pelas mulheres. Mello e Gauer (2011) afirmam que ter o filho minimiza a pena e torna o tempo na prisão mais suportável, bem como afasta a mulher das situações de uso de drogas e de violência que estaria exposta em seu contexto cotidiano. Isso é expresso, também, pelas mulheres

entrevistadas: “Acho ruim o fato de ficar sem o seu filho, lógico, que é uma companhia, né? Um acalento pra você. Você tem uma estrutura aqui, tendo sua filha do seu lado você tem alguma coisa pra te manter firme, né?” (Simone – Mãe).

No entanto, por estar com a mãe no ambiente prisional, é retirado da criança o acesso ao convívio familiar, ao sentimento de pertença a um grupo social e a sua cultura, às interações mais amplas com a sociedade e com a natureza, para citar algumas das privações a que está submetida. Soma-se a isso que a estrutura oferecida está aquém do mínimo exigido para o pleno desenvolvimento. Por exemplo, a possibilidade de um acompanhamento médico adequado da gestação e o cuidado com a criança após o parto é apontada como uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres e um forte contraponto com a vida no exterior desse ambiente.

Outro fator a ser considerado nesses paradoxos é o fato de o sistema prisional também ser um espaço de violência. Se no ambiente materno-infantil não se presenciavam ações práticas de violência por parte das mulheres e agentes penitenciárias, vive-se uma violência simbólica, expressa nos limites de tempo, espaço e movimento e na perda de autoridade da mãe perante os filhos diante das guardas. Algumas práticas de interação com prejuízo aos vínculos estão diretamente relacionadas às regras impostas pelo sistema por meio das agentes que, a todo momento, lembram as mães de que as crianças não podem ficar manhosas, como registrado:

Os bebês costumam ficar em uma mesma posição por horas, seja no carrinho, no tatame ou na grama. Raramente as mulheres acolhem no colo, pois precisam preparar a criança para a separação. Elas não podem colocar ‘manha’ nas crianças, pois dificulta para a pessoa que cuida delas no contraturno e para a agente que cuida à noite. (OBSERVAÇÃO PFP 2 – 11.02.15).

A oferta do colo constitui-se como um meio importante na criação de vínculo entre a mãe e o bebê e no estabelecimento de uma relação de afeto. A ausência dessa forma de contato e do toque que ele proporciona pode estar relacionada com o receio que as crianças têm de se aproximar de outras pessoas, estabelecendo relações cujos vínculos costumam ser frágeis. Este impacto foi

observado pelas professoras do CMEI: “É, eu vejo muito neles esse medo do contato com as pessoas. Essa é a maior dificuldade de inserir eles no grupo, né, porque ali nós trabalhamos, eu, a auxiliar, volta e meia tem outras pessoas entrando na sala, temos professoras de área [...]” (Maria – Professora).

A contradição entre estar o tempo todo com o filho mas não poder acompanhá-lo em todas as suas atividades prejudica a relação entre mãe e criança, fazendo essas mulheres se sentirem mães pela metade. Elas estabelecem comparações a respeito da experiência que têm na educação dos filhos dentro e fora do presídio. Muitas apontam que a diferença entre a educação dos filhos dentro e fora da PFP está relacionada à oportunidade de ficar com as crianças por mais tempo no ambiente do cárcere, o que as desperta para sentimentos e atitudes que não tinham no ambiente externo, como afirmam em seus relatos:

Eu acho que, lá fora, eu acho que é mais fácil, a gente tem mais liberdade, mas lá fora, parece que eu dava menos valor pros meus filhos. E aqui dentro a gente aprende a dar mais valor [ela começa a chorar], mais atenção. Eu mesmo, aqui estou sendo mãe, mãe de verdade. (ÂNGELA – MÃE).

As relações evidenciadas na pesquisa apontam para um desmerecimento das experiências anteriores das mulheres em relação à maternidade e educação dos filhos, criando a sensação de que no cárcere as mulheres têm a oportunidade de aprender a ser mães, tendo como parâmetro os valores propostos pelas agentes penitenciárias. Isso influencia sobremaneira na conformação das mulheres ao controle do sistema e, portanto, em muitos casos, na destituição de sua autoridade perante as crianças.

Partindo desse campo de contradições pode-se compreender como é complexo pensar a permanência da criança com a mãe no ambiente materno, mas, ao mesmo tempo, os efeitos desta separação. Em toda essa análise, contudo, o que não muda é o entendimento de que o processo educativo das crianças é permeado por uma série de questões, dilemas, contradições, mas que antes de tudo sugere a necessidade de construir propostas que possam contribuir para a garantia de seu pleno desenvolvimento.

Considerações finais

O estudo aqui apresentado toma como ponto de partida a compreensão de que as crianças que nascem no ambiente prisional situam-se em um contexto de vulnerabilidade, visto que não têm igualdade de acesso aos recursos materiais e simbólicos, compartilhados socialmente. Ainda que estejam imersas em uma realidade que possui uma cultura própria e nela interaja com outras crianças, mulheres e recursos simbólicos, existem mecanismos que limitam seu desenvolvimento em vários aspectos, tais como a fala, os movimentos, as interações, os vínculos, entre outros, uma vez que o fato de não conhecer o ambiente externo, as formas como se organiza a sociedade, criam-se obstáculos nas relações com os pares.

Nessa perspectiva, ao pensar a criança é preciso considerar os traços de suas origens como marcas importantes de sua constituição. O lugar que ela assume na vida da mãe – mulher que também ocupa um lugar social –, na organização da família ou na instituição que a acolhe, na comunidade e na sociedade, antes mesmo de nascer, são elementos constitutivos de sua subjetividade. O lugar que passa a ocupar no interior do sistema prisional e nas relações com outras mulheres, que nem sempre oferecem o afeto, a atenção e os cuidados necessários. O lugar que ocupa na sociedade mais ampla devido ao fato de ter nascido no ambiente prisional, com uma marca cultural, em uma classe social, um grupo étnico, entre outros.

Na relação estabelecida com as crianças, suas mães e as profissionais na PFP foi possível observar as oportunidades e limitações que o ambiente materno-infantil proporcionava. Uma realidade imersa em contradições, que ora revelava sua face positiva, expressa no empenho das mulheres – mães, agentes e profissionais – em dar às crianças as melhores condições de desenvolvimento, ora se apresentava tão fria, violenta, indiferente às especificidades das crianças. Nestes entremeios, encontram-se as crianças, sujeito de direitos que se veem aquém do acesso a uma vida comum às demais crianças que vivem a infância fora dos muros do cárcere.

A trajetória de construção do estudo foi permeada por desafios e contradições, mas também por indignação e esperança. Os desafios se fizeram sentir nas

dificuldades encontradas para obter autorização para realizar a pesquisa e na busca por dados referentes à situação de crianças e mulheres nos presídios brasileiros. As contradições perpassaram cada reflexão, cada análise, cada posicionamento expresso no decorrer do estudo. A indignação e a esperança se fizeram faces da mesma moeda, ao comportarem em si uma dinâmica que permitiu, por um lado, fazer uma leitura crítica da realidade das crianças e, por outro, dar visibilidade à situação dessas crianças com vistas à transformação de seu contexto.

Sendo assim, defende-se o princípio de que, mesmo que as crianças estejam submetidas às condições impostas pelo sistema prisional, invisibilizadas nas políticas públicas para a infância e que a inevitável contradição na relação entre a experiência no cárcere e os princípios da dignidade

humana demonstrem um cenário pouco promissor, é possível buscar mecanismos que garantam um processo educativo que considere as peculiaridades de seu desenvolvimento e os princípios da dignidade humana. Para tanto, reafirma-se a necessidade de cumprir a Lei de Medidas Cautelares (BRASIL, 2011), que prevê o cumprimento de penas alternativas, não restritivas de liberdade, para as mulheres mães grávidas e/ou que tenham filhos pequenos sob sua responsabilidade.

As indagações que permanecem após a finalização do estudo apontam para a necessidade de se realizarem mais pesquisas neste contexto, como uma maneira de chamar a atenção de outros atores sociais para uma situação que, para ser amenizada, precisa que pelo menos se cumpram as determinações legais.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 14. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- AZEVEDO, M. H. P. R. **Controle e resistência em uma penitenciária feminina: o caso do Talavera Bruce**. 2010. 338f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal Brasileira**. 7. ed. ver. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 8.858**, de 26 de setembro de 2016. Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8858.htm>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.942**, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11942.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.403**, de 04 de maio de 2011. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm>. Acesso em: 05 ago. 2017.
- _____. Ministério da Justiça e Segurança Nacional. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres 2014**. Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- _____. Ministério da Justiça e Segurança Nacional. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen 2016**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRITO, M. A. **O caldo na panela de pressão: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis**. 2007. 152f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

CHAGAS, E. R. C. Aspectos do desenvolvimento neuropsicológico e educação. In: RIES, B. E.; RODRIGUES, E. W. (Org.). **Psicologia e educação: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Notícias. **Mapa das prisões: novos dados do Ministério da Justiça retratam sistema falido**. 27 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.conectas.org/noticias/mapa-das-prisoos>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

GALVÃO, M. C. B. **Vivência de mulheres em situação de cárcere penitenciário durante o período gestacional**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão**. Série Pensando o Direito, nº 51. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longo-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 90-112.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintel. Lisboa: Edições 70, 2007. Disponível em: <<https://professoredmarfilosofia.files.wordpress.com/2012/02/kante-fundamentacaodametafisica-doscostumes-trad-pauloquintela-edicoes70-120p.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. **Metafísica dos costumes**. Trad. Clélia Aparecida Martins. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, D. C.; GAUER, G. Vivências da maternidade em uma prisão feminina do Estado do Rio Grande do Sul. **Saúde e Transformação Social**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 113-121, 2011. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/654/876>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

ORMEÑO, G. I. R. **Histórico familiar de mulheres encarceradas: fatores de risco e proteção para os filhos**. 2013. 214f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, 2013.

PICCININI, C. A. Et al. Gestação e constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR, v. 13, n. 1, p. 63-72, jan./mar. 2008.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou da educação**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SANTA RITA, R. P. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2007.

SIMÕES, V. F. N. **Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Trad. Jeferson Luiz Camargo. 2. ed. Martins Fontes: São Paulo, 1989.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento: ensaio de psicologia comparada**. Trad. Gentil Avelino Titton. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

*Recebido em: 11/05/2018
Aprovado em: 26/06/2018*

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDOS SOBRE O ESPAÇO FÍSICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

*Liana Gonçalves Pontes Sodré (UNEB)**

*Djanira Ribeiro Santana (UNEB)***

RESUMO

O estudo se propôs a analisar o que indicam os documentos publicados pelo Ministério da Educação (MEC) que abordam a questão do espaço físico para as instituições de Educação Infantil, bem como verificar como as questões referentes à infraestrutura vêm sendo estudadas. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico (estado da arte) no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com os seguintes descritores: educação infantil, espaço físico, organização do espaço e ambiente. Os 11 estudos encontrados indicam que as recomendações do MEC continuam sendo ignoradas tanto pelo poder público, que não assegura infraestrutura adequada para as creches e pré-escolas, quanto pelas próprias instituições, que não buscam organizar esses espaços conforme as necessidades das crianças. Cinco estudos mostram ainda que as crianças podem contribuir para análises e sugestões sobre o espaço físico.

Palavras-chave: Educação infantil. Políticas públicas. Infraestrutura. Pesquisas.

ABSTRACT

PUBLIC POLICIES AND STUDIES ABOUT PHYSICAL SPACE IN CHILD EDUCATION

This study is set out to examine what the documents published by the Brazilian Ministry of Education (MEC) indicate to be the approach to the issue of physical space in child education institutions, as well as to assess how infrastructure issues have been studied. To address that, a bibliographical survey (state of knowledge) was made in the *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* web portal and in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, with the keywords: childhood education, physical space, organization of space and environment. The eleven studies found highlight that the MEC recommendations continue to be ignored by public authorities, which do not ensure an adequate infrastructure for nurseries and pre-schools, as well as by the educational institutions themselves, which do not seek to organize these spaces according to the children needs. Five studies also show that children can contribute to analyses and suggestions about physical space.

Keywords: Childhood education. Public policies. Infrastructure. Research.

* Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Campus I da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB). Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: lianasodre@hotmail.com

** Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Social/Desenvolvimento Infantil (UNEB/CNPq). Professora nos Municípios de Ibicuí e Iguai, na Bahia. E-mail: djanirauneb2014@gmail.com

RESUMEN

POLITICAS PÚBLICAS Y ESTÚDIOS DE ESPACIO FÍSICO PARA LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN INFANTIL

El estudio se dispuso a examinar lo que indican documentos publicados por el Ministerio de Educación Brasileño (MEC) al abordar la cuestión del espacio físico en las instituciones de educación de niños e también verificar como los temas de infraestructura están siendo estudiados. Se realizó un estudio bibliográfico (estado del arte) en el sitio web de la *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* y en la Biblioteca Digital brasileña de Tesis y Disertaciones, con las palabras clave: educación infantil, espacio físico, organización del espacio y medio ambiente. Los once estudios encontrados muestran que las recomendaciones del MEC siguen siendo ignoradas tanto por las autoridades públicas, que no garantizan una infraestructura adecuada para guarderías, cuanto por las propias instituciones, que no organizan los espacios según las necesidades de los niños. Cinco de los estudios muestran que los niños pueden contribuir para análisis y sugerencias sobre el espacio físico.

Palabras clave: Educación infantil. Políticas públicas. Infraestructura. Investigación.

Introdução

A estruturação ou a organização dos espaços para a educação e, em especial, para a Educação Infantil é um tema de grande relevância para a educação das crianças menores de 6/7 anos, uma vez que, durante séculos, elas foram excluídas das políticas educacionais, e, por isso, não havia necessidade de se pensar em construir espaços (creches e pré-escolas) e organizá-los pedagogicamente, transformando-os em ambientes adequados para atender às especificidades das crianças pequenas. Nesse sentido, no Brasil, essa primeira etapa da educação só passou a ser assumida oficialmente pelo Estado a partir de 1996, com a promulgação da Nova LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), que lhe conferiu esse Direito. Todavia, ainda é recente a legalização desses Direitos; há, portanto, um longo caminho a ser percorrido pela Educação Infantil no Brasil para que a mesma se torne de fato um direito consolidado em todo o território nacional.

De acordo com Sarmiento (2007), a criança foi socialmente marginalizada ao longo dos séculos, o conceito de infância era inexistente e foi sendo delineado no curso da história, a partir da criação de muitas representações de infância, que contribuíram no decorrer do tempo para tornar invisível a realidade social das crianças. No Brasil, a his-

tória não foi diferente, pois, do período colonial, passando pelo imperial e chegando à República, as crianças continuaram invisíveis enquanto seres sociais e cidadãs de direito. Nesse percurso, as crianças brasileiras ocuparam diferentes posições e foram vistas de diversas maneiras, que oscilavam de criança mística, anjo e inocente até a criança vadia ou menor delinquente; e o que determinava o modo como elas eram vistas era influenciado pela classe social a que pertenciam. Assim, as crianças pertencentes às camadas populares foram social e historicamente marginalizadas, vistas como desvalidas, enjeitadas, menores carentes, delinquentes (NUNES, 2005).

Todavia, para implementar nas instituições de Educação Infantil a organização da infraestrutura para as escolas, a equipe gestora e as professoras se deparam com um antigo problema: a limitação do espaço físico, haja vista que só a partir da promulgação da Constituição de 1988 a Educação Infantil tornou-se direito das crianças no Brasil. De lá para cá foram muitas as conquistas em prol dessa etapa educacional. A Educação Infantil começou a ganhar destaque no cenário educacional brasileiro e muitos documentos começaram a ser elaborados visando à melhoria da infraestrutura dessas instituições.

Os documentos oficiais referentes à infraestrutura para a Educação Infantil

Após a promulgação da LDB 9.394/96, a Educação Infantil vem conquistando seu espaço no cenário educacional e se configurando como um direito de as crianças pequenas terem uma educação de qualidade nas creches e pré-escolas brasileiras. Nessa perspectiva, tomamos a referida Lei como marco inicial para analisarmos os documentos citados no Quadro I, haja vista que essa lei é um divisor de águas na História da Educação Infantil no Brasil. A partir daí, fizemos uma cuidadosa pesquisa sobre os documentos oficiais publicados pelo MEC em âmbito nacional que abordam a questão do espaço físico e sua organização nas instituições de Educação Infantil e procuramos analisar o que cada um aponta ou propõe no que diz respeito à estrutura física das escolas de Educação Infantil.

No Quadro I, o primeiro documento que menciona o espaço físico na Educação Infantil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que regulamenta o sistema educacional no país desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Ela se refere aos espaços das instituições educacionais em seu Título VII – Recursos Financeiros da seguinte forma: “Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis”, compreendendo a “[...] aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino” (BRASIL, 1996). Desse modo, a LDB apenas assinala que tem como uma de suas funções o gerenciamento dos recursos financeiros para construção, manutenção e conservação da infraestrutura dos espaços destinados às instituições de Educação Infantil.

Quadro 1 – Documentos oficiais que se referem ao espaço físico para a Educação Infantil

ANO	DOCUMENTOS OFICIAIS
BRASIL, 1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
BRASIL, 1998	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
BRASIL, 2000	Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil
BRASIL, 2001	Plano Nacional de Educação
BRASIL, 2006a	Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação
BRASIL, 2006b	Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil
BRASIL, 2009	Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças
BRASIL, 2010	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
BRASIL, 2012	Brinquedos e Brincadeiras nas Creches: manual de orientação pedagógica
BRASIL, 2014	Plano Nacional de Educação

Fonte: Elaborado pelas autoras deste artigo.

O segundo documento apresentado pelo quadro é o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), publicado em 1998. Este documento faz uma breve alusão sobre a organização dos espaços físicos nas escolas de Educação Infantil. Para este documento:

A organização dos espaços e dos materiais se constitui em um instrumento fundamental para a prática educativa com crianças pequenas. Isso implica que, para cada trabalho realizado com as crianças, deve-se planejar a forma mais adequada de se organizar o mobiliário dentro da sala, assim como introduzir

materiais específicos para a montagem de ambientes novos ligados aos projetos em curso. (BRASIL, 1998, p. 50).

Composto por três volumes, apresenta no primeiro a necessidade de que as instituições de Educação Infantil planejem a organização dos espaços (internos e externos) e selecionem os materiais adequados para trabalhar com as crianças ao estruturar os diferentes ambientes da escola. O volume II faz uma rápida referência à disposição dos berçários nas creches, alertando as professoras para a importância de se organizar os cantos com colchonetes e almofadas para que os bebês não permaneçam o dia inteiro no berço, mas tenham oportunidade de engatinhar em ambientes seguros e aconchegantes que lhes garantam a interação social e a livre movimentação de modo a favorecer seu desenvolvimento. O volume III aponta para a seguinte questão: “É aconselhável que os locais acomodem as crianças, dando o máximo de autonomia para o acesso e uso dos materiais. [...] o professor pode, então, organizar o ambiente de forma a criar cantos específicos para cada atividade” (BRASIL, 1998, p. 110). Nessa perspectiva, o RCNEI menciona a organização dos espaços, relacionando-os com os diferentes eixos que direcionam o trabalho pedagógico na Educação Infantil com as seguintes linguagens do conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Além disso, ressalta a necessidade de construção do que denominam de ambientes voltados para os projetos em curso, contudo não explicita a diferença entre espaço e ambiente.

O documento que aparece em terceiro lugar no quadro analisado são as Diretrizes Operacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2000), que em seu quarto aspecto normativo trata dos Espaços Físicos e Recursos Materiais para a Educação Infantil. O mesmo enfatiza a importância da coerência entre os espaços (internos e externos) da instituição e seus recursos materiais com a proposta pedagógica da mesma, que poderia implicar a organização de ambientes, como assinalado anteriormente. Nesse sentido, o documento tem por finalidade atender às necessidades das crianças em diferentes idades, no que se refere a um espaço que ofereça conforto

e segurança, ventilação, iluminação, temperatura, higienização, mobiliário e brinquedos de tamanho adequado e em quantidade suficiente, assim como área apropriada para o movimento e a brincadeira ao ar livre e o processo de desenvolvimento educacional.

Na sequência, apresentamos o Plano Nacional de Educação (2001), com duração prevista para dez anos, que em sua Meta II estabeleceu o prazo de um ano para que fossem elaborados padrões de infraestrutura mínimos para as instituições de Educação Infantil (públicas e privadas). Tais padrões deveriam respeitar as diversidades regionais e as particularidades das crianças especiais, bem como assegurar o atendimento das características das diferentes faixas etárias no que se refere às necessidades de: iluminação, insolação, ventilação, rede elétrica, água potável, instalações sanitárias e para o preparo de alimentação. Além de espaços interno e externo para a realização de atividades, como: a brincadeira, o repouso, a expressão livre e o movimento, indica a aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à metodologia da educação infantil (BRASIL, 2001). Como se pode ver, os documentos vão detalhando melhor as questões referentes aos espaços destinados para esta primeira etapa da Educação Básica.

Na Meta III fica estabelecido que no ano seguinte¹ só deveria ser autorizada a construção e o funcionamento de instituições de Educação Infantil, públicas ou privadas, que atendessem aos requisitos de infraestrutura preestabelecidos. Contudo, a Meta V alterou o estabelecido e instituiu um prazo de cinco anos para que todos os prédios de Educação Infantil fossem adaptados conforme os padrões mínimos de infraestrutura constituídos (BRASIL, 2001).

O quinto documento apresentado no Quadro 1 é a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à educação (BRASIL, 2006a), que apresenta diretrizes, objetivos, metas e estratégias da Política Nacional de Educação Infantil. Entre seus objetivos, apenas um trata do espaço: “Garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades

¹ Portanto, a partir de 2002.

educacionais especiais e a diversidade cultural” (BRASIL, 2006a, p. 19). Almeja-se que este objetivo seja alcançado por meio das três metas que são mencionadas no documento. No entanto, tais metas são as mesmas já estabelecidas anteriormente no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001). Logo, percebe-se que o documento não aponta novas propostas na busca pela solução do problema dos espaços físicos nas instituições de Educação Infantil.

Evidencia-se aí o quanto ainda é recente no país o debate no campo da infraestrutura para as instituições de Educação Infantil, pois só em 2006 foram elaborados pelo governo federal os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006b), um documento que trata especificamente da infraestrutura dos espaços físicos das creches e pré-escolas. Este sexto documento, logo no início, ressalta que:

Acredita-se que ambientes variados podem favorecer diferentes tipos de interações e que o professor tem papel importante como organizador dos espaços onde ocorre o processo educacional. Tal trabalho baseia-se na escuta, no diálogo e na observação das necessidades e dos interesses expressos pelas crianças, transformando-se em objetivos pedagógicos. (BRASIL, 2006b, p. 8).

Desse modo, o documento confere aos professores papel relevante na organização dos espaços, uma vez que é função deles observar, de maneira atenta, os diálogos, as atitudes, os gestos, as brincadeiras e as relações das crianças entre pares e com os adultos. Essas necessidades e interesses revelados pelas crianças deverão funcionar como bússolas para nortear o planejamento dos professores. Outro aspecto enfatizado nesse documento é o uso do termo espaços no plural, com o propósito de chamar atenção para os diferentes espaços/ambientes da escola, sejam eles internos ou externos, e as múltiplas possibilidades que esses espaços, ao serem organizados pedagogicamente e voltados para as especificidades das crianças de 0 a 5 anos, poderão oferecer ao desenvolvimento delas.

Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil abordam também a importância de se construir as unidades de Educação Infantil fundamentadas nos princípios

de desenvolvimento sustentável, acessibilidade, segurança e conforto para as crianças, bem como destacam a relevância do processo democrático, no qual os representantes de pais e da comunidade e as crianças, principais usuárias do espaço, possam participar do processo de elaboração do projeto de reformas e construções das instituições de Educação Infantil. Assim, a nova instituição representará, a partir de sua infraestrutura, os anseios e as necessidades de todos os participantes do processo educacional infantil, considerando as aspirações socioculturais, ambientais, históricas, regionais e, sobretudo, pedagógicas.

Nesse sentido, o documento prevê a construção de áreas de recreação e vivência que deverão ser espaços promotores de interações entre as crianças e entre elas e os adultos; e ressalta ainda que esses espaços devem favorecer o contato das crianças com o ambiente natural (plantas, grama, flores, terra, areia, água) e com áreas pavimentadas. Indica ser preciso que haja áreas ao ar livre e áreas cobertas, a fim de possibilitar brincadeiras e o desenvolvimento psicomotor da criança com segurança em dias chuvosos. Quanto aos equipamentos de recreação fixos, ressaltam que devem ser conservados e atender às normas de segurança do fabricante, tudo para evitar que as crianças se machuquem (BRASIL, 2006b).

No subitem ambientação: dimensionamento, configuração e aparência, o referido documento preconiza que os mobiliários e os equipamentos (estantes, cadeiras, mesas e materiais pedagógicos) sejam acessíveis às crianças e fáceis de serem transportados por elas, para facilitar a organização e reorganização dos espaços, transformando-os em ambientes interativos. Outro aspecto abordado diz respeito à arquitetura da escola: para os banheiros, é indicado que o piso tenha características antiderapantes, que os equipamentos estejam ao alcance das crianças e tenham acabamentos arredondados; quanto às janelas, é recomendado que proporcionem ventilação e iluminação, bem como estejam ao alcance das crianças, favorecendo, dessa forma, a formação de conceitos importantes para as crianças, como: dentro, fora, longe, perto, entrar e sair, entre outros. A instituição deverá ter refeitório onde os alimentos serão preparados e servidos em áreas

distintas e com condições higiênicas e de segurança adequadas (BRASIL, 2006b).

O subitem acessos e percursos traz a questão da acessibilidade ao determinar que se evite todo e qualquer obstáculo que dificulte o acesso de pessoas com necessidades especiais. A entrada da instituição é valorizada e recebe especial atenção do documento: “A existência de um espaço acolhedor e convidativo logo na entrada da UEI pode estabelecer um ‘ponto de encontro’ [...] capaz de congrega pais, crianças e professoras, estreitando a relação entre a comunidade e a UEI” (BRASIL, 2006b, p. 31-32). Esse espaço deverá receber uma decoração paisagista, proteção contra sol e chuva, sendo um ambiente agradável de transição entre os espaços externo e interno da instituição.

Para os corredores da instituição, a proposta é a seguinte: “Alternar espaços-corredores com espaços-vivência promove uma dinâmica espacial na qual as pessoas se encontram, trocam experiências ou simplesmente se sentam e descansam” (BRASIL, 2006b, p. 31). Percebemos que os corredores ganham uma importância especial para a dinâmica da instituição, visto que se transformam em espaço de repouso, interação social e também pedagógica entre os sujeitos que frequentam a escola. Como se pode ver, trata-se de um documento totalmente voltado para o tema e a sua elaboração veio em resposta a muitos estudos que apontam para soluções baratas e inapropriadas de casas alugadas para esta etapa da educação, a exemplo dos estudos de Cassimiro (2012) e de Cordeiro e Sodré (2008).

No documento Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (BRASIL, 2009), apresentam-se indicadores também relevantes para a organização dos espaços/ambientes nas instituições de Educação Infantil. Entre esses indicadores, destaca-se o direito à brincadeira e a um espaço externo amplo que favoreça o movimento de correr, subir, descer, pular, saltar e manter contato com elementos da natureza (brincar com água, areia, argila, tomar sol, visitar parque e zoológicos que lhes proporcione observar e respeitar os animais). Outro indicador importante mencionado no documento é a flexibilidade da rotina e o contato com variedade de brinquedos arrumados em locais de fácil acesso para as crianças que lhes possibilitem a brincadeira

espontânea e a organização dos brinquedos conforme seus interesses (BRASIL, 2009).

Outro documento que se refere ao tema em discussão, reconhecendo-o como relevante para o processo educativo, são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Este documento explicita o seguinte:

[...] as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo [...];

- Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição. (BRASIL, 2010, p. 19-20).

De acordo com esse documento, que exerce função de caráter mandatório na Educação Infantil, as propostas pedagógicas dessas instituições são fundamentais para o planejamento da organização dos espaços/ambientes das creches e pré-escolas e devem considerar as necessidades das crianças se movimentarem nesses espaços, interagindo entre si e com os adultos, sob uma perspectiva educacional de integração entre cuidar/educar. Assim, tanto os espaços internos quanto os externos devem proporcionar a brincadeira, a segurança e a movimentação pelas diversas áreas organizadas para promover o contato das crianças com as diferentes linguagens específicas da Educação Infantil.

Dessa forma, esses espaços, materiais e tempos, ao serem organizados pedagogicamente pelos professores, transformam-se em ambiente educacional para todas as crianças que o frequentam, desde os bebês até as crianças de 5 anos e 11 meses. Tais ambientes devem propiciar a segurança e o bem-estar de todas as crianças, incluindo as crianças com deficiências, superdotadas, bem como as diversidades de ordem social, cultural e étnico-raciais (BRASIL, 2009).

O penúltimo documento citado no quadro em análise é denominado Brinquedos e Brincadeiras nas Creches: manual de orientação pedagógica, publicado em 2012. Foi elaborado pelo MEC em parceria com o UNICEF e trata da organização dos

espaços nas creches visando transformá-los em ambientes educativos. Esse documento de caráter técnico oferece sugestões para a organização dos espaços, mobiliários e brinquedos, transformando-os em ambientes seguros e confortáveis para bebês e crianças pequenas de modo que favoreça as interações entre as crianças e delas com os adultos, tendo como eixo principal do trabalho pedagógico a brincadeira.

O documento sugere uma variedade de materiais e brinquedos que podem ser utilizados para a organização de diferentes espaços na instituição, como: espaço de acolhimento das famílias das crianças, espaço do sono, espaço do banho, espaço externo com jardim (onde as crianças entrarão em contato com elementos da natureza) e parque que propicie condições para a brincadeira e o movimento ao ar livre. O manual é dividido em cinco módulos, sendo que o último traz critérios para a compra e uso de brinquedos e materiais para as instituições de Educação Infantil. Tais critérios tratam de assuntos como: preço, tipo de compra por licitação ou não, recebimento de doação, resistência dos brinquedos e materiais, observação da idade e o interesse das crianças, o uso de sucatas, segurança do brinquedo conforme normas do Inmetro (BRASIL, 2012).

Na busca por atender ao descrito pelo documento Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006b), o governo federal criou, através da Resolução nº 6 (BRASIL, 2007), de 24 de abril de 2007, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). A finalidade principal desse programa é prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para construção e reforma de creches e pré-escolas, com vistas a garantir o acesso das crianças à Educação Infantil da rede pública.

Entre 2007 e 2014, o Programa investiu na construção de 2.543 escolas; em 2011, o Proinfância foi incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC2) e, a partir daí, outras 6.185 unidades de Educação Infantil foram apoiadas com recursos federais, totalizando 8.728 novas unidades em todo o país. Além da construção e reforma, o programa também repassa recursos do FNDE para equipar as

unidades de Educação Infantil com materiais pedagógicos e mobiliários padronizados e adequados ao seu funcionamento. Por conseguinte, as unidades de Educação Infantil construídas pelo Proinfância procuram dispor de ambientes essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, como: salas de aula, sala multiuso, sanitários, fraldários, recreio coberto, parque, refeitório, entre outros espaços internos e externos que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas, de repouso e de alimentação, além das administrativas e de serviço.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) expressa seu compromisso com a Educação Infantil através de sua Meta I, que se propõe a:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

É interessante salientarmos que a Educação Infantil aparece em primeiro lugar nas metas estabelecidas para os próximos dez anos. O mesmo se propõe a universalizar a pré-escola e ampliar a oferta de vagas nas creches. Contudo, ele não apresenta com clareza as estratégias para o cumprimento dessa meta, sobretudo no que se refere ao espaço físico e sua organização nas instituições de Educação Infantil.

Diante do exposto, podemos perceber o quanto há de discrepância entre o que proferem os documentos do MEC aqui analisados e seu cumprimento. Segundo Campos (2008), tornou-se tradição cultural e política no Brasil esse divórcio entre a legislação e a realidade. A autora comenta que temos algumas leis, em áreas como educação e meio ambiente, consideradas muito avançadas em nível mundial, mas que na prática são apenas boas intenções que não correspondem à realidade. Nesse sentido, concordamos com ela, pois há mais de uma década que os documentos legais vêm debatendo a problemática da infraestrutura das creches e pré-escolas brasileiras. Desde o PNE de 2000 que objetivos e metas foram traçados com vistas a enfrentar o problema, mas foram protelados. Logo, alguns esforços foram concretizados,

uma vez que a padronização da infraestrutura das escolas de Educação Infantil só começou a se tornar realidade, paulatinamente, após a criação do Proinfância, em 2007. Contudo, apesar do esforço do governo federal para a construção de escolas para a Educação Infantil, alguns municípios nem sempre são fiéis às especificações construtivas, a despeito do detalhamento estabelecido nos projetos, haja vista a construção da primeira escola de Educação Infantil em um município do extremo sul do estado da Bahia, que apresenta (entre outros detalhes) sanitários diferentes do projeto e não favorece o seu uso por professoras e crianças.²

Produções acerca do espaço físico na Educação Infantil

Na busca pelo aprofundamento do tema, procuramos realizar um levantamento que permitisse verificar se a questão do espaço físico ou da infraestrutura para a Educação Infantil vem sendo estudada. Entendemos que as mudanças nos documentos oficiais e na realidade educacional brasileira pode estar relacionada às contribuições de estudos sobre o tema. Para realizar esse levantamento bibliográfico foram feitas pesquisas no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, usando os seguintes descritores: educação infantil + espaço físico; educação infantil + organização do espaço; educação infantil + ambiente; educação infantil + organização do ambiente. Estas palavras foram escolhidas por estarem presentes nos documentos oficiais. As produções encontradas tiveram seus títulos e palavras-chave lidos cuidadosamente, bem como seus resumos, em uma busca minuciosa por trabalhos que tivessem como objeto de investigação o espaço físico ou sua organização nas instituições de Educação Infantil.

Tomamos como referência neste estudo apenas os trabalhos publicados entre 2006 e 2015. Esse período foi escolhido levando em consideração a publicação dos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006b), primeiro documento oficial do

MEC que trata exclusivamente do espaço físico para as instituições de Educação Infantil.

Esse recorte histórico foi feito tendo em vista que a educação das crianças menores de 7 anos esteve durante séculos associada à caridade, à filantropia e ao assistencialismo, ou seja, estas instituições não eram vinculadas à Secretaria de Educação e sim às instituições religiosas e à Secretaria de Assistência Social, por isso funcionavam em espaços cedidos por igrejas,³ associações, galpões e casas alugadas (às vezes “adaptadas”), assim como no caso das pré-escolas (na maioria das vezes, anexas às escolas do primário). Por conseguinte, era pouco frequente ou inexistente qualquer proposta arquitetônica vinda do governo para a construção e organização dos espaços das instituições públicas ou filantrópicas que atendiam às crianças pequenas.

Ao pesquisar no portal da CAPES utilizando os descritores espaço físico e educação infantil, foram encontrados 17 trabalhos: mestrado acadêmico (15), doutorado (01) e mestrado profissional (01), distribuídos nas seguintes áreas de conhecimento: Educação (11), Educação Física (02), Ensino de Ciências e Matemática (02), Economia (01) e Psicologia (01). No entanto, apenas dois trabalhos analisam os espaços nas instituições de Educação Infantil, sendo um na perspectiva das professoras e outro na perspectiva das crianças.

A segunda pesquisa foi realizada no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, usando os descritores educação infantil e organização do espaço, onde foram encontrados 112 trabalhos em diferentes áreas, como: Educação, Saúde, Psicologia e Arquitetura, sendo 76 dissertações e 36 teses. No entanto, apenas nove desses trabalhos eram compatíveis com nossa proposta de estudo no que se refere à organização do espaço como ambiente ou espaço educacional. Fato este que revela a relevância do tema em estudo, haja vista que ainda são poucas as pesquisas acerca do espaço físico e sua organização na Educação Infantil, especialmente estudos que procurem em sua investigação ouvir as crianças como informantes, já que são as usuárias desses espaços.

Após esse levantamento, analisamos os nove trabalhos encontrados na Biblioteca Digital

² Ver Cordeiro e Sodré (2008).

³ Ver Santana (2016).

Brasileira de Teses e Dissertações, sendo sete dissertações e duas teses, das quais apenas três estudos tiveram as crianças como protagonistas. As dissertações de Martins (2010), Cassimiro (2012) e Bezerra (2013) têm em comum o fato de ouvir a opinião das crianças sobre o espaço físico das instituições que frequentam. Para isso, as três pesquisadoras contaram com a colaboração de meninos e meninas com idade entre 4 e 5 anos. Outro ponto convergente entre os três trabalhos se refere à preferência das crianças pelos espaços onde elas possam movimentar-se, brincar e manter contato com elementos da natureza. Além desses, analisamos também os dois artigos encontrados no Scielo. Contudo, há também pontos divergentes no que diz respeito ao resultado desses estudos: enquanto as pesquisas de Martins e Bezerra revelaram que as escolas estudadas apresentam espaço físico adequado para o funcionamento da Educação Infantil, o estudo de Cassimiro foi em direção oposta, ao constatar a total inadequação do espaço físico, tendo em vista que, das três instituições pesquisadas, nenhuma foi construída para ser escola de Educação Infantil.

A pesquisa de Martins (2010), nomeada *A Organização do Espaço na Educação Infantil: o que contam as crianças*, publicada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), teve como objetivo compreender o sentido atribuído pelas crianças aos espaços da instituição que frequentam. Os sujeitos da pesquisa foram seis crianças (dois meninos e quatro meninas) da pré-escola de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) da cidade de Curitiba. E os instrumentos usados na pesquisa foram: a observação participante, o desenho comentado, a entrevista (semiestruturada e não diretiva) e a visita monitorada.

A pesquisa começou em outubro de 2008 e se estendeu até 2009, porque a pesquisadora entrou em contato com a instituição antecipadamente na busca por conhecer sua rotina, criar um vínculo de confiança e respeito com os profissionais e as crianças, bem como selecionar a turma e as crianças que participariam da investigação. Esse período favoreceu o estabelecimento de um diálogo entre a pesquisadora e as crianças, o que auxiliou na definição dos primeiros instrumentos da pesquisa. A instituição pesquisada tinha um amplo espaço externo

com parque, calçada, areia, gramado, um canteiro com plantas decorativas e flores, três árvores e uma pequena horta. Tal espaço proporciona às crianças diversas e ricas experiências e brincadeiras, além do contato com a natureza através das visitas ao canteiro, onde elas observam plantas e pequenos insetos, e as visitas à horta, onde elas participam do plantio, cultivo e colheita das verduras, que se transformam em saladas para o almoço.

Os resultados da pesquisa apontam que as crianças preferem os espaços que: permitem-lhes opções de escolhas sobre de que e com quem brincar; valorizam a segurança oferecida pela infraestrutura e procuram evitar lugares onde possam se machucar. Foi constatada também a preferência das crianças pelos espaços externos da instituição, pois favorecem a brincadeira e o contato com a natureza. Em suas considerações finais, a pesquisadora relata que, embora investigar a prática pedagógica das professoras não tenha sido o objetivo de seu trabalho, ela observou que o que a professora chamava de cantinho de atividade não correspondia à verdadeira proposta desses cantinhos, pois a professora direcionava as crianças para cada canto que deveriam ir, restringindo a opção de escolha da criança.

A dissertação de Cassimiro (2012) *Os espaços da Educação Infantil no campo na lente das crianças*, do mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), teve como objetivo analisar o espaço físico a partir dos aspectos apontados pelas crianças. A proposta metodológica adotada foi de caráter qualitativo descritivo, devido à necessidade de flexibilidade no processo de interlocução com as crianças, e teve como instrumento de pesquisa a fotografia. A pesquisadora pediu a cada criança que tirasse seis fotos de lugares da escola obedecendo às seguintes regras: as duas primeiras fotos de lugares que ela gosta; a terceira e quarta de um local que não gosta e as duas últimas de livre escolha. O estudo foi realizado em três escolas nucleadas do município de Ilhéus, Bahia, abrangendo um total de 24 crianças camponesas (12 meninos e 12 meninas) entre 4 e 5 anos de idade.

Das três escolas pesquisadas, a primeira tem prédio próprio com quatro salas de aula, sendo uma da Educação Infantil; na segunda escola só há duas salas e a Educação Infantil e o primeiro ano

do Fundamental funcionam em uma casa de praia alugada pela prefeitura; a terceira escola é situada distante da área urbana, tem prédio próprio, mas é a menor de todas, possuindo apenas duas salas que são multisseriadas. Sendo assim, nenhuma das escolas foi construída para funcionar como instituição de Educação Infantil e não atendem ao que preconizam os documentos oficiais do MEC no que se refere à infraestrutura dessas instituições.

O resultado da pesquisa aponta que a maioria das crianças prefere os espaços internos da escola aos externos, por motivos como: inexistência desses espaços; por serem perigosos e por não oferecerem atrativos para elas. Outro aspecto relevante revelado pelas crianças foi sua preferência por lugares onde possam brincar e locais com elementos da natureza, além de uma preferência pela estética do local. Ao fotografarem os lugares de que não gostam na escola, as crianças assumiram uma posição crítica e sinalizaram os seguintes locais que envolvem área interna e externa: banheiro, corredores, paredes e pilastras, local do lixo, cozinha, depósito de móveis quebrados. Para elas, esses espaços são sujos, oferecem riscos à saúde e à segurança delas e possuem obstáculos que impedem ou dificultam a sua movimentação.

No trabalho intitulado *O Espaço na Educação Infantil: a constituição do lugar da criança como indicador de qualidade*, publicado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2013, as crianças foram as protagonistas da pesquisa. Foi realizada com 25 crianças na faixa etária de 4 a 5 anos e teve como objetivo investigar os usos e os significados dados por elas aos espaços da creche e confrontá-los com os critérios de qualidade dos espaços para a Educação Infantil expostos nos documentos oficiais e na produção científica recente sobre a temática. Ao realizar o levantamento das pesquisas publicadas sobre espaço na Educação Infantil, Bezerra (2013) relata que três áreas do conhecimento se ocupam de pesquisar os espaços nas instituições de Educação Infantil: Arquitetura, Psicologia e Educação.

Nesse trabalho as crianças foram observadas em suas interações sociais e com as professoras e, além disso, foram analisadas as falas das crianças transcritas no caderno de campo em diferentes espaços da creche, como: refeitório, sala dos

professores, banheiro, sala de multiuso, horta e parque. Os resultados foram classificados em três categorias de análise: as ações dos professores, as ações das crianças e o compartilhamento das ações entre professores e crianças.

Nas análises realizadas pela pesquisadora sobre o uso geral que as crianças fazem do espaço da creche foram constatadas, em diferentes episódios, ações das crianças para driblar as regras que instituem a funcionalidade de cada espaço, com o propósito de exercer o controle dos seus corpos e movimentos. Ao fugir dessas imposições dos adultos, as crianças recriam os espaços, conferindo-lhes uma característica própria que ultrapassa a dimensão arquitetônica e os transformam em ambientes repletos de significados para elas. No que se refere à adequação dos espaços físicos e mobiliários da creche conforme os documentos oficiais do MEC, a instituição encontra-se legalizada. A primeira categoria de análise revelou que as professoras conferiram ao espaço do refeitório e da sala dos professores novas atribuições além das habituais, pois promoviam experiências inovadoras para as crianças. Quanto à sala de multiuso, as professoras organizaram esse espaço de modo a oportunizar uma diversidade de experiências para as crianças: nessa sala elas podiam tomar a iniciativa das atividades, ou seja, possuíam autonomia para usar o espaço criando e recriando-o conforme sua imaginação. Nele funcionava o cantinho do faz de conta e da linguagem oral e escrita, onde as crianças podiam ler e ouvir histórias, assistir a filmes ou criar suas próprias histórias.

Segundo Bezerra (2013), as crianças demonstraram capacidade de transformar o banheiro em um lugar delas, onde podiam brincar com água, fantasiar, trocar vestimentas e calçados entre elas, pois neste espaço estavam distantes dos olhares dos adultos. A horta também foi transformada para além do uso habitual, sendo usada pelas crianças como um ambiente de descobertas de bichos, flores, aromas, cores e sabores diferenciados, contemplação da natureza, passeio ao ar livre e, claro, como lugar de brincadeiras. Por fim, os espaços do pátio coberto e do parque se revelaram promotores da ação conjunta entre adultos e crianças. Esses eram espaços para a brincadeira, o movimento de correr, pular, subir, descer, escalar, um espaço desafiador

para as crianças que se contrapunha ao espaço da sala marcado pela limitação. Contudo, era preciso que as professoras organizassem a ocupação no parque, pois ele não era coberto e o sol atrapalhava as atividades. As fotos registraram momentos em que as professoras improvisaram acampamentos no parque para as crianças tomarem o café da manhã e para brincarem na sombra. Desse modo, rompiam com a rotina diária do refeitório e proporcionavam novas possibilidades de experiências às crianças.

Apenas esses três estudos recorreram às crianças, e os resultados apontaram que os espaços externos como parque, área livre com elementos da natureza e área que possui brinquedos são os preferidos por elas. Cabe ressaltar, também, que percebemos que as pesquisas confirmaram o quanto as crianças pequenas são informantes competentes acerca do espaço/ambiente que frequentam. Este fato comprova que as crianças podem e devem sair da condição de objetos para assumir a posição de sujeitos da pesquisa, uma vez que são portadoras de uma postura crítica para analisar o espaço físico onde estudam e apontar problemas ou sugestões. Outro aspecto constatado nos trabalhos se reporta ao problema da inadequação dos espaços físicos, pois, das cinco instituições pesquisadas por esses estudos, três não atendem às exigências dos documentos oficiais do MEC para as unidades de Educação Infantil.

Dando prosseguimento às análises dos estudos, destacamos que as pesquisas de Araldi (2007) e Moura (2009) apresentaram uma interessante característica em comum, entre os trabalhos que não adotaram as crianças como participantes ativas: essas duas autoras foram as únicas que, ao tecer suas considerações finais, apontaram para a necessidade de as futuras pesquisas nessa área escutarem as contribuições das crianças.

A dissertação *Prática Pedagógica na Creche no Cotidiano de uma Instituição de Educação Infantil para Crianças de 0 a 03 anos: proposta de intervenção visando o brincar, cuidar e educar*, publicada pela UEL em 2007, teve sua pesquisa realizada em uma creche filantrópica na periferia de Londrina. A pesquisa foi norteada pela seguinte problemática: como deve ser a organização dos ambientes nas creches, de forma segura e capaz para contribuir com a construção da subjetividade e da

identidade infantil? No que se refere à organização dos espaços/ambientes, a pesquisa de Araldi (2007) constatou que a proposta pedagógica da referida instituição não aborda esse assunto; os espaços eram em sua maioria inflexíveis na organização, e os brinquedos eram deixados no tanto no chão da sala quanto do pátio, o que não contribuía para estimular as crianças a brincar. Além disso, não havia nem espaço nem brinquedo em bom estado o suficiente para serem organizados de modo que favorecessem o desenvolvimento infantil, uma vez que a creche não recebia recursos do poder público. Segundo a pesquisadora, não existia um planejamento diário das atividades desenvolvidas; o brincar das crianças era livre, sem qualquer interferência dos adultos, com exceção da brincadeira no parque.

Um dos objetivos desse trabalho era construir uma proposta pedagógica de intervenção com a finalidade de auxiliar as professoras na organização do espaço, de modo que estimulasse o brincar e a articulação entre cuidar e educar. Nessa perspectiva, foram apresentadas sugestões para a organização do espaço na creche em cantos que favorecessem o desenvolvimento da criança nas áreas.⁴ No entanto, a pesquisadora alerta que tais sugestões não devem ser vistas como receituário. Além disso, chama atenção para a necessidade de, ao se planejar a organização dos espaços educacionais nas instituições de Educação Infantil, procurar conhecer seus usuários, pois são as crianças que vão usufruir daquele espaço. Sendo assim, elas também podem colaborar com sugestões para a sua organização.

A dissertação intitulada *Organização do Espaço: contribuições para uma educação infantil de qualidade*, publicada pela Universidade de Brasília (UnB) em 2009, teve como objetivo investigar como a organização dos espaços contribui para uma Educação Infantil de qualidade. O trabalho de Moura (2009) foi desenvolvido em um Jardim de Infância na cidade de Brasília, com uma turma de 18 crianças de 4 anos e sua professora. Tinha por objetivo compreender como a organização do espaço pode promover o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Para isso, a pesquisadora

4 Espaços para: Linguagem Oral e Escrita, Lógica Matemática, Artes, Música, Representação – faz de conta, Movimento, entre outras.

lançou mão dos seguintes instrumentos de pesquisa: observação participante, análise documental, conversas espontâneas e entrevista semiestruturada com a professora.

A pesquisa conferiu visibilidade à importância da organização do espaço nas instituições de Educação Infantil para estimular a curiosidade e a imaginação da criança, promovendo o desenvolvimento de aspectos como autonomia, criatividade e responsabilidade. O estudo revelou o quanto é importante nesse processo a concepção que os professores possuem de criança e de Educação Infantil, bem como as condições de infraestrutura oferecida pela própria instituição, que pode favorecer, ou não, a organização de um espaço interno e externo promotor do desenvolvimento infantil. Ao tecer suas considerações finais, a pesquisadora referiu-se à possibilidade de que seu trabalho contribua para a realização de novas pesquisas nas quais as crianças sejam ouvidas.

Podemos observar nas duas dissertações descritas que, apesar de a criança ter sido objeto de pesquisa, tendo seu comportamento (interações entre pares e com a professora) observado e interpretado apenas sob a ótica do adulto, já existe por parte de ambas as pesquisadoras (ARALDI, 2007; MOURA, 2009) a necessidade de assinalar a contribuição das crianças nas pesquisas. Fato que se torna evidente quando as autoras apontam nas suas considerações finais para a importância de que nos trabalhos futuros seja conferido às crianças o papel de protagonistas nas pesquisas que tratam de assuntos de seu interesse.

No que tange às questões de inadequação do espaço físico das instituições de Educação Infantil, os estudos de Cassimiro (2012) e Araldi (2007), já citados, apresentaram características semelhantes às pesquisas de Menezes (2008) e Bortolotti (2012). Foram encontradas escolas funcionando em locais totalmente impróprios, como residência e casa de praia alugadas, espaço construído para ser um posto de saúde e escola de Ensino Fundamental com salas multisseriadas. É comum em tais escolas a inexistência de áreas externas, e quando existem não possuem coberturas, o que pode inviabilizar a organização pedagógica desses espaços no propósito de estimular o desenvolvimento infantil e favorecer o movimento e o brincar da criança.

A dissertação de Menezes (2008) *A organização dos espaços de ensinar e aprender numa escola de educação infantil do município de Jequié – Bahia*, publicada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), teve como objetivo analisar a organização dos espaços escolares e diagnosticar sua interferência nos processos de ensino e aprendizagem. A opção metodológica escolhida foi o estudo de caso, tendo como recursos para a produção de dados a observação participante, a entrevista semiestruturada e o grupo focal. A pesquisa teve como informantes a Secretária de Educação, a diretora, a coordenadora pedagógica e sete professoras.

A estrutura física da escola não contempla as necessidades de uma escola, muito menos de uma instituição de Educação Infantil, que deveria promover o desenvolvimento integral das crianças, pois foi projetada para ser um posto de saúde, no entanto funciona como escola, atendendo a um público de 4 a 6 anos. As professoras relataram que, em razão da ausência de espaço nas salas de aula, é impossível a realização de atividades lúdicas e de qualquer reorganização do espaço. Tratando-se da área externa, persiste o problema da falta de espaço para desenvolver atividades pedagógicas e lúdicas, bem como eventos de qualquer natureza.

A pesquisa revela que as professoras possuem formação teórica e política que lhes permite ter uma visão da total inadequação arquitetônica da escola em relação às especificidades das crianças pequenas e de como isso implica diretamente no desenvolvimento infantil. Ela aponta ainda para a necessidade de o município pesquisado investir na qualidade da Educação Infantil a partir da construção urgente de Centros de Educação Infantil que atendam às peculiaridades das crianças. Outro fator presente no resultado da pesquisa refere-se à necessidade de se intensificar o investimento na formação continuada das professoras de Educação Infantil.

A dissertação *O lugar e o espaço na Educação Infantil*, defendida por Bortolotti (2012), publicada pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), teve por objetivo conhecer o que pensam os professores de Educação Infantil sobre a temática do espaço físico. Para tanto, foi adotada a pesquisa de ordem qualitativa a partir de um estudo de cunho etnográfico, e os instrumentos usados na produção de dados foram a entrevista semiestruturada, a

fotografia e a observação. Esse trabalho foi desenvolvido em quatro Centros de Educação Infantil da rede municipal de Petrópolis, que atendem em tempo integral a um público de 0 a 5 anos. Foram sujeitos da pesquisa oito profissionais, sendo quatro professoras concursadas e quatro agentes de apoio à Educação Infantil, duas de cada instituição.

Quanto à infraestrutura das instituições pesquisadas, duas delas foram projetadas para serem instituições de Educação Infantil, por isso possuem espaços amplos que favorecem sua organização. As outras duas funcionam da seguinte forma: uma, em espaço adaptado (casa alugada); a outra, em uma antiga construção de creche com características assistencialistas, o que implica um espaço reduzido, que limita as possibilidades de organização pedagógica promotora do desenvolvimento infantil. Contudo, foi observado que os banheiros de todas as instituições são adaptados ao tamanho das crianças.

A pesquisa revela que as professoras apontaram a necessidade de as crianças terem contato com a natureza, bem como criticaram as áreas externas por não terem cobertura e denunciaram falha no projeto arquitetônico, que desconsiderou o clima da cidade, propício a chuvas. O registro das observações apontou que o material pedagógico na sala nem sempre estava ao alcance das crianças, e essa constatação confirma o que disse a maioria das professoras, ou seja, que organizam o espaço de modo que favoreça o seu trabalho, sem mencionar as crianças. Mesmo que alguns aspectos relacionados à preocupação com a segurança, iluminação, ventilação e estética tenham sido apontados, apenas uma professora se referiu à falta de espaço como um limitador para se organizar pedagogicamente.

Ao serem questionadas em relação ao espaço ideal, as professoras foram unânimes quanto à necessidade de cobertura da área externa e à criação de uma área verde (embora uma instituição possuía pequena área coberta e outra, uma horta). Outro aspecto muito citado se refere à necessidade da presença de brinquedos e de um parquinho na área externa. Uma das entrevistadas fala sobre a necessidade de o espaço físico das instituições de educação infantil ser adaptado para crianças especiais, garantindo o direito à acessibilidade universal. A sala de leitura, a brinquedoteca, a sala

de dança e o teatro, bem como a sala do repouso, foram citadas como espaços desejados para a instituição. A análise das professoras revela que elas têm conhecimento dos documentos do MEC que regulamentam a arquitetura das instituições de Educação Infantil.

As pesquisas de Vieira (2009) e Ramos (2010), que também integram o grupo, serão apresentadas a seguir. No entanto, além desse ponto em comum, o trabalho de ambas possui mais um: o de comprovar que os espaços/ambientes pedagogicamente organizados podem favorecer o desenvolvimento da criança.

A dissertação de Vieira (2009), intitulada *A reorganização do espaço da sala de educação infantil: uma experiência concreta à luz da Teoria Histórico-Cultural*, publicada em 2009 pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), tem o espaço físico como objeto de pesquisa. Esse trabalho foi realizado em uma turma de crianças com idade entre 4 e 5 anos, e teve duas etapas: a primeira fase da pesquisa foi realizada com a sala organizada nos moldes tradicionais, nos quais as crianças não têm livre acesso aos brinquedos e aos materiais pedagógicos de que a escola dispõe, pois esses estão sob a supervisão da professora; na segunda, o espaço da sala de aula foi reorganizado em cantos específicos (leitura, faz de conta, jogos de construção, brinquedos, artes etc.). Nesse modelo de organização, as crianças possuem total liberdade para se relacionar entre si e com a professora, que assume a função de mediadora do processo educacional das crianças.

A pesquisadora descreve a diferença no comportamento das crianças da primeira para a segunda fase e evidencia a importância da organização do espaço da sala de aula de modo que as crianças tenham acesso a todos os materiais e brinquedos para manuseá-los conforme seus interesses. Contudo, em nenhum momento as crianças foram ouvidas ou as suas opiniões sobre o espaço da escola foram solicitadas. No decorrer do trabalho, percebe-se apenas a interpretação da professora acerca de sua atuação nas duas fases da pesquisa e sobre as mudanças ocorridas no comportamento das crianças ao lidarem com a construção do conhecimento.

A tese de doutorado de Ramos (2010), intitulada *A criança em interação social no berçário da creche e suas interfaces com a organização do*

ambiente pedagógico, publicada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), procurou analisar as interações criança-criança e criança-adultos nas práticas diárias do berçário e suas implicações na organização do ambiente pedagógico favorável às aquisições socioafetivas e cognitivas da criança. Para tanto, utilizou como recurso metodológico a observação videogravada. A pesquisa foi realizada em dois Centros Municipais de Educação Infantil do Recife, compreendendo o período de três meses, nos quais foram feitas 38 seções de filmagem, num total de 19 horas de observações gravadas. O estudo teve como sujeitos duas professoras, seis auxiliares de desenvolvimento infantil e 31 crianças de ambos os sexos, com idade entre 8 meses e um ano e 7 meses.

O espaço físico e o ambiente social das instituições são descritos pela pesquisadora como bem ventilados, organizados de maneira segura e confortável, dispendo de berçário, lactário, fraldário, armários, colchonetes, espelho, brinquedos diversos, incluindo aqueles que produzem sons, ao alcance das crianças. Assim, o espaço/ambiente foi planejado de modo a favorecer a interação tanto entre as crianças, quanto entre a criança e os adultos. Para a produção dos dados, as seções de gravação foram recortadas em 42 episódios de interação entre as crianças e destas com os adultos, para serem analisados.

Os achados da pesquisa revelam que mesmo antes de dominar a linguagem verbal, as crianças pequenas são capazes de interagir com e no espaço através do olhar, de gestos, risadas e movimentos; expressam suas competências sociocomunicativas no relacionamento com seus pares, demonstram sua criatividade para a brincadeira, para a exploração dos objetos e para a ressignificação dos espaços em que se encontram. Assim, os espaços previamente organizados para promover essa interação social contribuem efetivamente para o desenvolvimento e aparecimento da linguagem infantil. Em diferentes episódios desse estudo, as crianças foram flagradas no uso dos móveis do espaço como parte de seus enredos de brincadeiras, seja para se esconderem dos colegas, seja para apoio em seus movimentos (principalmente para ficar de pé e caminhar), como abrigo ou mesmo como meio de promover a formação de pequenos agrupamentos de duas ou

três crianças para brincarem isoladas das demais. As análises permitiram asseverar a importância da organização dos espaços de maneira a transformá-los em ambientes de aprendizagem e propícios ao processo de desenvolvimento infantil.

Em suas considerações finais, a pesquisadora informa que o estudo revela a organização de um ambiente pedagógico promotor de situações educativas e socialmente relevantes para o desenvolvimento infantil por meio da brincadeira, do estímulo à curiosidade e construção da autonomia das crianças. Nesse sentido, a autora afirma que a articulação entre o cuidar e o educar das crianças na instituição pesquisada favorece a construção do conhecimento e da formação de vínculos pelas crianças.

Cabe ressaltar que é lamentável que após séculos de descaso com a educação das crianças menores de 7 anos, e após a aprovação de leis e documentos em prol de uma Educação Infantil de qualidade, que respeite a criança como cidadão de direito, ainda encontramos creches e pré-escolas funcionando em situações precárias, que confinam as crianças em espaços apertados e limitadores, que, às vezes, as expõem a situações de perigo, além de desrespeitarem sua infância, que deveria ser marcada pelo direito à educação e à brincadeira. Dos trabalhos analisados, seis não contemplaram a escuta da criança, optaram por ouvir apenas professoras, auxiliares, coordenadoras, diretoras e secretárias de educação.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que foram poucos os estudos voltados para o tema, haja vista que nos últimos dez anos apenas nove trabalhos que versam sobre o tema foram encontrados. Isso indica que ainda há muito a estudar sobre a organização e a infraestrutura necessária para a primeira etapa da Educação Básica. Além disso, este estudo denota que os espaços ou ambientes da Educação Infantil não estão sendo organizados de acordo com o interesse das crianças, de modo a favorecer a brincadeira, o movimento, entre outras linguagens específicas delas. As crianças convivem com escolas adaptadas ou construídas sob uma perspectiva adultocêntrica, em que elas precisam se adaptar,

sem áreas abertas e elementos da natureza. Constatamos que as indicações dos documentos oficiais publicados pelo MEC para a infraestrutura e a organização dos espaços nessas instituições continuam sendo ignoradas, tanto pelo poder público, que não assegura infraestrutura adequada para as creches e pré-escolas, quanto pela própria instituição, que não busca organizar esses espaços conforme o interesse ou as necessidades das crianças. Por fim, cabe destacar que os espaços dentro e fora de sala, na maioria das vezes, são organizados de modo que as crianças não tenham acesso aos brinquedos ou a atividades de movimento.

Diante do levantamento realizado acerca do tema em estudo, e considerando que existem poucas pesquisas acadêmicas que tomam as crianças como informantes de pesquisas, principalmente

em relação à organização dos espaços/ambientes, é que trabalhos com a contribuição das crianças tornam-se relevantes e originais, tendo em vista que podem apontar para aspectos sobre a organização dos espaços/ambientes na Educação Infantil na perspectiva das crianças, conferindo-lhes a função de protagonistas desse processo, ao tempo em que permitem assegurar o direito de expressar seus pontos de vista sobre o espaço educacional que frequentam. Dessa forma, é possível contribuir com as produções acadêmicas acerca do tema em estudo, bem como colaborar com os responsáveis pelos projetos de edificação e reformas das instituições de Educação Infantil ao tornar público o que pensam os usuários dessas instituições sobre o seu espaço físico e a maneira como ele é organizado.

REFERÊNCIAS

- ARALDI, Marizete. **Prática pedagógica no cotidiano de uma instituição de educação infantil para crianças de 0 a 03 anos**: proposta de intervenção visando o brincar, cuidar e educar. 2007. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, 2007.
- BEZERRA, Mauricia Santos de Holanda. **O espaço na educação infantil: a constituição do lugar da criança como indicador de qualidade**. 2013. 238f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 20 set. 2014.
- _____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 1. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB/CNE nº 04**, de 06 de julho de 2000. Diretrizes operacionais para a educação infantil. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2000/pceb004_00.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- _____. **Política nacional de educação infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006a.
- _____. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006b.
- _____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 6**, de 24 de abril de 2007. Estabelece as orientações e diretrizes para o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3130-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-6-de-24-de-abril-de-2007>>. Acesso em: 18 fev. 2015.
- _____. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

- _____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.
- _____. **Brinquedos e brincadeiras nas creches**: manual de orientação pedagógica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2012.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- BORTOLOTTI, Sandra Cristina Motta. O lugar e o espaço na Educação Infantil. 2012. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro de Teologia e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, RJ, 2012.
- CASSIMIRO, Maria Aparecida D'Ávila. **Os espaços de educação infantil no campo da lente das crianças**. 2012. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2012.
- CAMPOS, Maria Malta. A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade: desencontros e desafios. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 27-33.
- CORDEIRO, Karina de O. Santos; SODRÉ, Liana G. Pontes. A implantação da educação infantil no município de Teixeira de Freitas – Bahia. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, BA, v. 4, n. 5, p. 109-127, jul./dez. 2008.
- MARTINS, Rita de Cássia. **A organização do espaço na educação infantil**: o que contam as crianças? 2010. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2010.
- MENEZES, Cláudia C. L. Costa. **A organização dos espaços de ensinar e aprender numa escola de educação infantil do município de Jequié – Bahia**. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.
- MOURA, Margarida Custódio. **Organização do espaço**: contribuições para uma educação infantil de qualidade. 2009. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2009.
- NUNES, Deise Gonçalves. Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 73-97.
- RAMOS, Tacyana K. Gomes. **A criança em interação social no berçário da creche e suas interfaces com a organização do ambiente pedagógico**. 2010. 178f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, Vera Maria R.; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: J&M Martins, 2007. p. 25-46.
- SANTANA, Djanira Ribeiro. **A organização dos espaços/ambientes na Educação Infantil sob a perspectiva das crianças e das professoras**. 2016. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2016.
- VIEIRA, Eliza Reverso. **A reorganização do espaço da sala de educação infantil**: uma experiência concreta à luz da Teoria Histórico-Cultural. 2009. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, SP, 2009.

Recebido em: 05/01/2018

Aprovado em: 27/06/2018

Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade

ISSN 0104-7043

Revista temática quadrimestral do Departamento de Educação I – UNEB

Normas para publicação

I – PROPOSTA EDITORIAL

A **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, seguindo as diretrizes nacionais de periódicos qualificados, a partir de 2016, passa a ser quadrimestral, mantendo na sua estrutura uma seção Temática e uma seção Estudos, em ambas publicando artigos inéditos, de natureza científica, resultantes de pesquisas que contribuam para o conhecimento teórico, metodológico e prático no campo da Educação e em interação com as demais Ciências Sociais, relacionando-se com a comunidade regional, nacional e internacional. Aceita trabalhos originais, que analisam e discutem assuntos de interesse científico-cultural. Está organizada nas seguintes seções:

- **Temática**
- **Estudos**
- **Documentos**

Nas seções Temática e Estudos cabem ensaios (estudos teóricos, com análise de conceitos) e resultados de pesquisa (artigos baseados em pesquisas finalizadas ou em andamento), sendo que na primeira caberão artigos articulados necessariamente com a **temática específica** do número (informação sempre disponível na página web), e na segunda, artigos atinentes a diversas temáticas dentro da proposta editorial da revista e recebidos em **fluxo contínuo**. A seção Documentos está aberta à publicação de resenhas (revisão crítica de uma publicação recente), entrevistas (com cientistas e pesquisadores renomados); estudos bibliográficos (análise crítica e abrangente da literatura sobre tema definido) e análises críticas de Projetos e Diretrizes da Área de Educação.

Os trabalhos devem ser inéditos, não sendo permitido o encaminhamento simultâneo para outros periódicos. A titulação mínima para os autores é o mestrado. Mestrandos podem enviar artigos desde que em coautoria com seus orientadores.

A revista recebe artigos redigidos em português, espanhol, francês e inglês, sendo que os pontos de vista apresentados são da exclusiva responsabilidade de seus autores. Os originais em francês e inglês poderão ser traduzidos para o português, com a revisão realizada sob a coordenação do autor ou de alguém indicado por ele. Os autores e coautores que tiverem artigos publicados devem ficar, no mínimo, com um intervalo de dois números sem publicar. Os textos não devem exceder a três autores.

A Revista recebe artigos em fluxo contínuo e direcionados para a Seção Temática (temas dos futuros números e os prazos para a entrega dos textos são publicados nos últimos números da revista), assim como no site www.revistadafaeeba.uneb.br

II – RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO DOS TEXTOS

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo editor executivo, que enviará aos autores a confirmação do recebimento. Se forem apresentados de acordo com as normas da Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, serão encaminhados para os membros do Conselho Editorial ou para pareceristas *ad hoc* de reconhecida competência na área, sem identificação da autoria para preservar isenção e neutralidade de avaliação.

Os pareceres têm como finalidade atestar a qualidade científica dos textos para fins de publicação e são apresentados de acordo com as quatro categorias a seguir: a) publicável sem restrições; b) publicável com restrições; c) publicável com restrições e sugestões de modificações, sujeitas a novo parecer; d) não publicável. Os pareceres são encaminhados para os autores, igualmente sem identificação dos pareceristas.

Os textos com parecer b) ou c) deverão ser modificados de acordo com as sugestões do conselheiro ou parecerista *ad hoc*, no prazo a ser definido pelo editor executivo, em comum acordo com o(s) autor(es). As modificações introduzidas no texto, com o parecer b), deverão ser colocadas em vermelho, para efeito de verificação pelo editor executivo.

Após a revisão gramatical do texto, a correção das referências e a revisão dos resumos em língua estrangeira, o(s) autor(es) receberão o texto para uma revisão final no prazo de sete dias, tendo a oportunidade de introduzir eventuais correções de pequenos detalhes.

III – DIREITOS AUTORAIS

O encaminhamento dos textos para a revista implica a autorização para publicação. A aceitação da matéria para publicação implica na transferência de direitos autorais para a revista. A reprodução total ou parcial (mais de 500 palavras do texto) requer autorização por escrito da comissão editorial. Os autores dos textos assumem a responsabilidade jurídica pela divulgação de entrevistas, depoimentos, fotografias e imagens.

Os textos aprovados na Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade serão publicados na seção Temática ou na seção Estudos, e o número de artigos para cada seção dependerá da disponibilidade de espaço em cada número. Artigos podem ser aprovados mas não publicados na Revista em curso. Neste caso, os artigos aprovados passam a compor um “banco de artigos” e poderão integrar um futuro número. Se, depois de um ano, não surgir uma perspectiva concreta de publicação do texto, o artigo pode ser liberado para ser publicado em outro periódico, a pedido do(s) autor(es).

O autor principal de um artigo receberá três exemplares da edição em que este foi publicado, e aos autores que publicarem na Seção Documentos será destinado um exemplar. (No caso de o artigo ser escrito em coautoria, cada autor receberá dois exemplares)

IV – ENCAMINHAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

Os textos devem ser encaminhados para a Plataforma <http://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/about/submissions#onlineSubmissions> e para o endereço eletrônico do editor executivo (fialho2021@gmail.com / livia.fialho@yahoo.com.br). O mesmo procedimento deve ser adotado para os contatos posteriores. Ao encaminhar o texto, neste devem constar: a) a indicação de uma das modalidades citadas no item I; b) a garantia de observação de procedimentos éticos; c) a concessão de direitos autorais à Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade.

Os trabalhos devem ser apresentados segundo as normas definidas a seguir:

1. Na primeira página devem constar: a) título do artigo; b) nome(s) do(s) autor(es), endereços residencial (somente para envio dos exemplares dos autores) e institucional (publicado junto com os dados em relação a cada autor), telefones (para contato emergencial), e-mail; c) titulação principal; d) instituição a que pertence(m) e cargo que ocupa(m); e) grupo de pesquisa.

2. Resumo, Abstract e Resúmen: cada um com no máximo 200 palavras, incluindo objetivo, método, resultado e conclusão. Logo em seguida, as **Palavras-chave, Keywords e Palabras clave**, cujo número desejado é de, no mínimo, três, e, no máximo, cinco. Traduzir, também, o **título** do artigo e do resumo, assim como do trabalho resenhado. **Atenção:** cabe aos autores entregar traduções de boa qualidade em inglês e em espanhol.

3. As figuras, gráficos, tabelas ou fotografias (em formato TIF, cor cinza, dpi 300), quando apresentados em separado, devem ter indicação dos locais onde devem ser incluídos, ser titulados e apresentar refe-

rências de sua autoria/fonte. Para tanto, devem seguir a **Norma de apresentação tabular**, estabelecida pelo Conselho Nacional de Estatística e publicada pelo IBGE em 1979.

4. Sob o título **Referências** deve vir, após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a lista dos autores e das publicações conforme as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Vide os seguintes exemplos:

a) Livro de um só autor:

BENJAMIM, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

b) Livro até três autores:

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. **Peter Norton: a bíblia do programador**. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

c) Livro de mais de três autores:

CASTELS, Manuel. et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

d) Capítulo de livro:

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

e) Artigo de periódico:

MOTA, Kátia Maria Santos. A linguagem da vida, a linguagem da escola: inclusão ou exclusão? uma breve reflexão linguística para não linguistas. **Revista da FAEBA: educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 17, p. 13-26, jan./jun. 2002.

f) Artigo de jornais:

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

g) Artigo de periódico (formato eletrônico):

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

h) Livro em formato eletrônico:

SÃO PAULO (Estado). **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atu/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

i) Decreto, Leis:

BRASIL. Decreto n. 89.271, de 4 de janeiro de 1984. Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de aeronave em serviço internacional. **Lex: coletânea de legislação e jurisprudência**, São Paulo, v. 48, p. 3-4, jan./mar, 1984. Legislação Federal e marginalia.

j) Dissertações e teses:

SILVIA, M. C. da. **Fracasso escolar: uma perspectiva em questão**. 1996. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

k) Trabalho publicado em Congresso:

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: história da educação, 13., 1997, Natal. **Anais...** Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

IMPORTANTE: Ao organizar a lista de referências, o autor deve observar o correto emprego da pontuação, de maneira que esta figure de forma uniforme.

5. O sistema de citação adotado por este periódico é o de **autor-data**, de acordo com a NBR 10520 de 2003. As **citações bibliográficas** ou de **site**, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou, quando ultrapassa três linhas, em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva e submeter-se aos procedimentos gramaticais da língua. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Já quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer no final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula, como no exemplo a seguir:

“A pedagogia das minorias está à disposição de todos” (FREIRE, 1982, p. 35). As citações extraídas de sites devem, além disso, conter o endereço (URL) entre parênteses angulares e a data de acesso. Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto devem constar apenas as notas explicativas **estritamente necessárias**, que devem obedecer à NBR 10520, de 2003.

6. As **notas** numeradas devem vir no rodapé da mesma página em que aparecem, assim como os agradecimentos, apêndices e informes complementares.

7. Os **artigos** devem ter, no máximo, **70 mil** caracteres com espaços e, no mínimo, **45 mil** caracteres com espaços; as **resenhas** podem ter até 30 mil caracteres com espaço. Os títulos devem ter no máximo 90 caracteres, incluindo os espaços.

8. As referências bibliográficas devem listar somente os autores efetivamente citados no corpo do texto.

Atenção: os textos só serão aceitos nas seguintes dimensões no processador Word for Windows ou equivalente:

- letra: Times New Roman 12
- tamanho da folha: A4
- margens: 2,5 cm
- espaçamento entre as linhas: 1,5;
- parágrafo justificado.

Os autores são convidados a conferir todos os itens das Normas para Publicação antes de encaminhar os textos.

Para contatos e informações:

Administração:

Editor Geral: Augusto César Rios Leiro

E-mail: cesarleirocbce@gmail.com

Editora Científica: Lívia Fialho Costa

E-mail: fialho2021@gmail.com

Site da Revista da FAEEBA: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba>

Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade

ISSN 0104-7043

Quarterly thematic journal of the Education Faculty I – UNEB

Norms for publication

I – EDITORIAL GUIDELINES

Created in 1992, the **FAEEBA: Education and Contemporaneity Journal**, in keeping with national guidelines governing qualified periodicals, in 2016, it will be published quarterly, while continuing to maintain its present structure with both a Thematic section and one devoted to Studies. Both will feature original, previously unpublished articles of a scientific nature, based on research that contributes to theoretical, methodological, and practical knowledge in the field of Education. Our aim is to stimulate dialogues between various areas of the Social Sciences while forging relationships between regional, national, and international communities. The journal accepts original works that analyze and discuss issues of scientific and cultural interest. It is organized into the following sections:

- **Thematic**
- **Studies**
- **Documents**

The Thematic and Studies sections feature essays (theoretical studies, with analysis of concepts) and study results (articles based on ongoing or finalized research). For submissions to the Thematic section, articles must necessarily coincide with the specific topic chosen by that issue (information is available on the journal's web site). For the Studies section, articles exploring various topics that fall within the journal's editorial guidelines can be submitted at any time. The Documents section is open to the publication of reviews (critical reviews of recent publications); interviews (with recognized scientists and researchers); bibliographic studies (comprehensive, critical analysis of literature on a defined theme) and critical analyses of Projects and Guidelines in the Area of Education.

Submitted works should be unpublished and should not be submitted simultaneously to other journal. Papers written in Portuguese, Spanish, French and English are received. Views published remain their authors' responsibility. Texts originally in French and English may be translated into Portuguese and published after a revision made by the author or by someone he has suggested. Authors who published in this journal should wait two volumes to become newly authorized to publish. No paper should have more than 3 authors.

The Journal accepts article submissions throughout the year for the Thematic Section (themes and submission deadlines for future issues are listed in recently published issues as well as on the site: www.revistadafaeeba.uneb.br

II – RECEIVING AND EVALUATING SUBMITTED WORKS

Texts submitted are initially appreciated by the Editor which will confirm reception. If they are edited in accordance with the norms, they will be sent, anonymously so to assure neutrality, to other member of the editorial committee or to ad hoc evaluators of known competence .

Evaluators' reports will confer the submitted work scientific quality and class them in four categories: a) publishable without restrictions b) publishable with restrictions; c) publishable with restrictions and modifications after new evaluation; d) unpublishable. Evaluators' reports are sent anonymously to the authors.

In the b) or c) case, the works should be modified according to the report's suggestion in the terms determined by the editor in agreement with the authors. Modifications made should appear in red so as to permit verification.

After the grammatical revision of the text, the correction of the bibliography, and the revision of the part in English, the authors(s) will receive the text for an ultimate opportunity to make small corrections in a week.

III – COPYRIGHTS

Submitting text to the journal means authorizing for publication. Accepting a text for publication imply the transfer of copyrights to the journal. Whatever complete or partial reproduction (more than 500 hundreds words) requires the written authorization of the editorial committee. Papers' authors should assume juridical responsibility for divulging interviews, photographs or images.

Texts approved by the FAEEBA: Education and Contemporaneity Journal will be published in the Thematic or Studies sections; the number of articles in each section will be determined by available space in each issue. Articles may be approved, but not published in an upcoming issue. In this case, they will be kept in an "article bank" and may be published in a future issue. After one year, if there is no concrete possibility of a text's being published, authors may request permission to publish it in another periodical.

The main author of a paper will receive three copies of the volume in which his paper was published. The author of an abstract or a review will receive one.

IV – SENDING AND PRESENTING WORKS

Texts as well as ulterior communication should be sent exclusively to the e-mail address of the editor (fialho2021@gmail.com). It should be explicated initially a) at which modality the text pertains; b) ethical procedures; c) copyrights concession to the Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade.

Works should respect the following norms:

1. In the first page, should appear: a) the paper's title; b) authors' name, address, telephones, e-mail; c) main title; d) institutional affiliation and post.

2. **Resumo, Abstract and Resúmen**: each with no more than 200 words including objective, method, results and conclusion. Immediately after, the **Palavras-chave, Keywords and Palabras clave**, which desired number is between 3 and 5. Authors should submit high quality translation.

3. Figures, graphics, tables and photographs (TIF, grey, dpi 300), if presented separately should come with indication of their localization in the text, have a title and indicates author and reference. In this sense, the tabular norms of tabular presentation, established by the Brazilian Conselho Nacional de Estatística and published by the IBGE in 1979.

4. Under the title **Referências** should appear, at the end of the paper, in alphabetic order, the list of authors and publication according to the norms of the ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). See the following examples:

a) **Book of one author only**:

BENJAMIM, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

b) **Book of two or three authors**:

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. **Peter Norton**: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

c) **Book of more than three authors**:

CASTELS, Manuel et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

d) **Book chapter**:

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA Joaquim (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

e) Journal's paper:

MOTA, Kátia Maria Santos. A linguagem da vida, a linguagem da escola: inclusão ou exclusão? uma breve reflexão lingüística para não lingüistas. **Revista da FAEEDA**: educação e contemporaneidade, Salvador, v. 11, n. 17, p. 13-26, jan./jun. 2002.

f) Newspaper:

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

g) On-line paper :

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Available at: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

h) E-book:

SÃO PAULO (Estado). **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

i) Laws:

BRASIL. Decreto n. 89.271, de 4 de janeiro de 1984. Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de aeronave em serviço internacional. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 48, p. 3-4, jan./mar, 1984. Legislação Federal e marginalia.

j) Thesis:

SILVIA, M. C. da. **Fracasso escolar**: uma perspectiva em questão. 1996. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

k) Congress annals:

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: história da educação, 13, 1997. Natal. **Anais...** Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

IMPORTANT: Organizing references, the author should take care of punctuation correct use, so as to preserve uniformity.

5. This journal use the **author-date** quote system, according to the NBR 10520 de 2003. Bibliographical quotes or quotes from on-line publications, if inserted into the text, should appear between quotation marks or if the quotation is more than three lines long, distanced and without quotation marks with author reference. Examples: 1- According to Freire (1982: p.35), etc. 2-Minority pedagogy is for all (Freire, 1982, p.35). On-line quotes should indicate the URL and access date. Footnotes should only contain explanatory notes strictly necessary respecting the NBR 10520, of 2003.

6. Texts can contain footnotes, thanks, annexes and complementary informations.

7. **Articles** must have a minimum of **45,000** characters and a maximum of **70,000** characters (with spaces). **Reviews** can be up to **30,000** characters (with spaces). Titles should have no more than 90 caracteres including spaces. Reviews are limited to 5 pages. Thesis abstracts should contain no more than 250 words and should include title, number of page, author data, key-words, name of the director and university affiliation, as well as the date of the defense and the English translation of text, abstract and key-words.

Look out: texts will only be accepted formatted in Word for Windows or equivalent:

font: Times New Roman 12

paper dimension: A4

margins: 2,5 cm

line spacing: 1,5;

paragraph justified.

Authors are invited to check the norms for publication before sending their work.

Contact and informations:

General Editor: Augusto César Rios Leiro – E-mail: cesarleirocbce@gmail.com

Executive Editor: Livia Fialho Costa – E-mail: fialho2021@gmail.com

Website of the Revista da FAEEBA: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba>